



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

GUSTAVO CABRERA CHRISTIANSEN

RÁDIO PAULO FREIRE:
desafios de uma rádio vinculada à Universidade Federal de Pernambuco

Recife

2025

GUSTAVO CABRERA CHRISTIANSEN

RÁDIO PAULO FREIRE:

desafios de uma rádio vinculada à Universidade Federal de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia, Linguagens e Processos Sociopolíticos.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Giovana Borges Mesquita

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Christiansen, Gustavo Cabrera.

Rádio Paulo Freire: desafios de uma rádio vinculada à
Universidade Federal de Pernambuco / Gustavo Cabrera
Christiansen. - Recife, 2025.

191f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação, Comunicação, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, 2025.

Orientação: Giovana Borges Mesquita.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Rádio Universitária; 2. Radiodifusão pública; 3.
Comunicação pública; 4. Rádio Paulo Freire; 5. UFPE. I.
Mesquita, Giovana Borges. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

GUSTAVO CABRERA CHRISTIANSEN

**RÁDIO PAULO FREIRE:
desafios de uma rádio vinculada à Universidade Federal de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia, Linguagens e Processos Sociopolíticos.

Aprovado em: 28/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Giovana Borges Mesquita (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Valci Regina Mousquer Zuculoto (Examinador Externo)
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de uma quantidade incontável de pessoas. Tentarei fazer o esforço de nomear cada um e cada uma, que de alguma forma ou outra, colaboraram neste longo processo.

Agradeço principalmente a minha orientadora, prof^a. Dr^a. Giovana Mesquita, pela paciência, disponibilidade, indicações e orientações de leitura e caminhos a seguir durante o desenvolvimento da pesquisa. Que nossos caminhos continuem se cruzando na construção de uma comunicação cidadã, comunitária, popular, pública.

À FACEPE que possibilitou a bolsa de estudos e pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, sem a qual teria sido muito difícil conseguir realizá-la.

À família pernambucana que me acolheu e me receberam com todo o amor e carinho (e às vezes até com algum puxão de orelha, quando foi necessário): Luiza, Nzinga e Agatinha; Kaká, Ênio, João, Nilo e Maia; Diego; Léo; Cele; Teteu; Fernandinho e Pri; Ale, Márcia e Anahí, dentre tantos outros.

À equipe da Rádio Paulo Freire que sempre esteve de portas abertas e disponível para conversas e trocas de ideias muito além desta pesquisa. Às professoras Ana Veloso, Paula Reis e Yvana Fechine; os técnicos Igor, Rafael e Catarina; e os/as estudantes bolsistas: Kennedy, Rivaldo, Tawan, Isabel, William, Alice, Lívia, Clara e Kamilly, dentre tantos/as outros/as que passam ou passaram pela emissora. E em especial a Roberta (Robs), que além de coordenar o trabalho de campo da pesquisa documental em jornais e revistas sobre os 60 anos da Rádio da Universidade do Recife, me acolheu na sua casa em momentos difíceis.

À minha família argentina (Eli, Antonio, Fer, Maru, Luchi e Eva) que, apesar das distâncias, sempre me apoiaram e fortaleceram. À Maira e Mariano, meus amores, que suportaram os aperreios e angústias no processo da escrita da dissertação, e ofereceram conforto, amor e muita paciência; em muitas ocasiões também, foram as primeiras leituras e revisões do texto que segue a continuação.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é compreender o funcionamento da Rádio Paulo Freire (RPF), emissora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), buscando entender se a rádio é gerida dentro dos conceitos e diretrizes da radiodifusão pública. A RPF foi criada em 1962 com o nome de Rádio Universidade e fazia parte do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da então Universidade do Recife (UR), que contava com o patrono da educação, Paulo Freire na direção. A Rádio Universidade AM 820 foi uma das experiências pioneiras de radiodifusão universitária. No entanto, sua trajetória foi interrompida pela ditadura militar que usurpou o governo brasileiro no ano de 1964, e interferiu na programação da rádio. Desde essa época, a AM Universitária percorreu um caminho de altos e baixos, passando vários anos fora do ar por motivos diversos. Em 2017, foi criado um grupo de trabalho (GT) dentro da UFPE que teve como objetivo retomar os trabalhos da rádio AM e assumir seu caráter de rádio-escola. Nomeada como Rádio Paulo Freire em homenagem a seu fundador, atualmente a rádio integra o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias da UFPE e é gerida pelo Departamento de Comunicação Social. A equipe gestora que assumiu a emissora em 2018 teve o desafio de recolocar a emissora no caminho das quatro da Universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em 2020, pouco tempo após ter assumido esses compromissos, o cotidiano da Rádio Paulo Freire - assim como da Universidade e da sociedade em geral - foi impactado pela pandemia da Covid-19, precisando adotar novas estratégias para continuar em funcionamento. Diante dessas questões, a pergunta-problema que guia o trabalho é: Quais os desafios de fazer rádio de caráter público em uma Universidade pública pernambucana? Para responder à pergunta-problema, realizamos a pesquisa bibliográfica sobre Comunicação Pública (Zémor, 2003; Brandão, 2007; Bucci, 2015; Duarte, 2007; Bueno, 2007; Jaramillo López, 2012; Koçouski, 2012; Mancini, 2008); sobre a complementaridade instituída pela Constituição Federal de 1988 (Cabral Filho, 2022; Carvalho, 2010); Sistema Público de Comunicação (Valente, 2009; Dionízio, 2022; Gobbi, Godoy, Navarro, 2018; Nitahara, 2023), Rádios Públicas (Zuculoto, 2012, 2015) e Universitárias (Bianco, Pinheiro, Lopez, 2024; Deus, 2003; Kischinhevsky, 2019; Kischinhevsky *et al*, 2022; Kischinhevsky, Mustafá, Vale, 2019; Temer *et al*, 2019; Spenthof, 2013). Outros procedimentos metodológicos utilizados foram: análise documental sobre a história da Rádio Universidade AM, observação participante e entrevistas em profundidade com reitor, superintendente de Comunicação da UFPE, diretor do NTVRU, chefe do Departamento de Comunicação, e com a equipe da emissora a partir de questionários semiestruturados. Dentre os resultados, ressaltamos que o principal desafio da emissora é a migração para a FM, que envolve uma série de questões como ampliação da grade de programação, recursos financeiros e humanos, e até como é compreendida a RPF dentro da própria Universidade.

Palavras-chave: rádio universitária; radiodifusão pública; comunicação pública; Rádio Paulo Freire; UFPE

ABSTRACT

The main objective of this research is to understand the functioning of Rádio Paulo Freire (RPF), a radio station of the Federal University of Pernambuco (UFPE), seeking to understand whether the radio station is managed within the concepts and guidelines of public broadcasting. RPF was created in 1962 under the name Rádio Universidade and was part of the Cultural Extension Service (SEC) of the then University of Recife (UR), which had the patron of education, Paulo Freire, as its director. Rádio Universidade AM 820 was one of the pioneering experiences of university broadcasting. However, its trajectory was interrupted by the military dictatorship that usurped the Brazilian government in 1964, interfering in the radio station's programming. Since then, AM Universitária has gone through a path of ups and downs, spending several years off the air for various reasons. In 2017, a working group (GT) was created within UFPE with the objective of resuming the work of the AM radio station and assuming its role as a radio school. Named Rádio Paulo Freire, in honor of its founder, the radio station is currently part of the UFPE University Television and Radio Center and is managed by the Department of Social Communication. The management team that took over the station in 2018 faced the challenge of putting the station back on the path of the four dimensions that are important to any University: teaching, research, outreach, and management. In 2020, shortly after taking on these commitments, the daily life of Rádio Paulo Freire - as well as the University and society in general - was impacted by the Covid-19 pandemic, requiring the adoption of new strategies to continue operating. Given these issues, the problem-question that guides the work is: What are the challenges of doing public radio at a public university in Pernambuco? To answer the problem question, we carried out bibliographic research on Public Communication (Zémor, 2003; Brandão, 2007; Bucci, 2015; Duarte, 2007; Bueno, 2007; Jaramillo López, 2012; Koçouski, 2012; Mancini, 2008); on the complementarity established by the Federal Constitution of 1988 (Cabral Filho, 2022; Carvalho, 2010); Public Communication System (Valente, 2009; Dionízio, 2022; Gobbi; Godoy; Navarro, 2018; Nitahara, 2023), Public Radio (Zuculoto, 2012, 2015) and University Radio (Bianco, Pinheiro, Lopez, 2024; Deus, 2003; Kischinhevsky, 2019; Kischinhevsky *et al*, 2022; Kischinhevsky, Mustafá, Vale, 2019; Temer *et al*, 2019; Spenthof, 2013). Other methodological procedures used were: documentary analysis on the history of Rádio Universidade AM, participant observation and in-depth interviews with the station's directors, rector, superintendent of Communication at UFPE, director of NTVRU, head of the Communication Department, and with the station's staff based on semi-structured questionnaires. Among the results, we highlight that the main challenge for the station is the migration to FM, which involves a series of issues such as expanding the programming schedule, financial and human resources, and even how RPF is understood within the University itself.

Keywords: university radio; public broadcasting; public communication; Rádio Paulo Freire; UFPE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CONFORMAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO	21
2.1	Aproximações das discussões teóricas sobre Comunicação Pública	21
2.2	Comunicação Pública no contexto brasileiro	24
<i>2.2.1</i>	<i>Uma visão crítica da experiência brasileira de Comunicação Pública</i>	27
<i>2.2.1.1</i>	<i>Em busca de uma definição de Comunicação Pública</i>	28
<i>2.2.1.2</i>	<i>Comunicação de interesse público, o que isso significa?</i>	32
<i>2.2.1.3</i>	<i>As três dimensões da Comunicação Pública</i>	34
<i>2.2.1.4</i>	<i>Aproximação de uma definição de Comunicação Pública</i>	35
2.3	A complementaridade do Sistema de Comunicação Brasileiro	37
<i>2.3.1</i>	<i>Conformação do Sistema Público de Comunicação: a criação da EBC</i>	40
<i>2.3.2</i>	<i>Desmonte da EBC durante os governos Temer e Bolsonaro</i>	43
3	RÁDIOS EDUCATIVAS, RÁDIOS PÚBLICAS, RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS: UM BREVE HISTÓRICO, INICIATIVAS PIONEIRAS E CARACTERÍSTICAS DAS EMISSORAS UNIVERSITÁRIAS	48
3.1	Radiodifusão no Brasil: de educativa e experimental a comercial, pública e estatal	49
3.2	As fases da radiodifusão brasileira	52
<i>3.2.1</i>	<i>Fases da radiodifusão pública: das rádios educativas às emissoras públicas</i>	54
<i>3.2.1.1</i>	<i>Pioneira</i>	54
<i>3.2.1.2</i>	<i>Ensino pelas ondas radiofônicas</i>	55
<i>3.2.1.3</i>	<i>Era de ouro do rádio educativo</i>	55
<i>3.2.1.4</i>	<i>A explosão das FMs educativas e universitárias</i>	57
<i>3.2.1.5</i>	<i>Em busca do Sistema Público de Rádio</i>	57
<i>3.2.1.6</i>	<i>As rádios universitárias e a organização de redes</i>	58
3.3	Serviço Público de Radiodifusão	62

3.4	Diferentes tipos de rádios segundo a legislação brasileira	64
3.4.1	<i>Rádios Comerciais</i>	65
3.4.2	<i>Rádios Comunitárias</i>	66
3.4.3	<i>Rádios Educativas</i>	68
3.4.3.1	A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro: inauguração do segmento educativo	69
3.5	Rádios Universitárias	72
3.5.1	<i>Rádio da UFRGS, a emissora universitária pioneira</i>	73
3.5.2	<i>Considerações sobre o funcionamento das emissoras universitárias</i>	76
3.5.3	<i>As funções das Rádios Universitárias</i>	80
3.5.3.1	Funcionamento como laboratório	80
3.5.3.2	Divulgação da produção científica	82
3.5.3.3	Extensão universitária	83
3.5.3.4	Democratização da comunicação e do conhecimento	83
3.5.4	<i>Dificuldades das emissoras universitárias</i>	84
4	DA RÁDIO UNIVERSIDADE DO RECIFE À RÁDIO PAULO FREIRE: HISTÓRIA DE UMA EMISSORA UNIVERSITÁRIA PERNAMBUCANA	86
4.1	Sobre os procedimentos metodológicos	87
4.1.1	<i>Pesquisa bibliográfica</i>	89
4.1.2	<i>Pesquisa documental</i>	90
4.1.3	<i>Observação participante</i>	91
4.1.4	<i>Entrevistas em profundidade</i>	93
4.2	Contexto de surgimento do SEC e da Rádio Universidade do Recife	95
4.3	Rádio Universidade: “Uma rádio a serviço da democratização da cultura”	98
4.3.1	<i>Programação</i>	99
4.3.2	<i>Questionamentos à emissora</i>	102
4.4	Ditadura militar de 1964 e intervenção na Rádio Universidade AM	103
4.5	O início das instabilidades: uma longa deriva (1964-1999)	105
4.5.1	<i>De 1974 a 1984: dos problemas no transmissor a desativação da antena</i>	107

4.5.2	<i>De 1984 a 1999: quinze anos fora do ar</i>	111
4.6	A virada do século: muita força de vontade, pouca mão de obra	112
4.7	A resistência ao golpe contra Dilma e o programa Fora da curva como embrião da RPF	114
4.8	A RPF hoje: análise das entrevistas e documentos institucionais	118
4.8.1	<i>Equipe e Gestão da emissora</i>	119
4.8.1.1	A RPF no organograma da Supercom e seu vínculo com o DCOM	122
4.8.2	<i>Estrutura física, instalações e acessibilidade</i>	125
4.8.3	<i>Grade de programação</i>	126
4.8.3.1	Organização da grade	127
4.8.3.2	Problemas em relação a grade de programação e possíveis soluções	131
4.8.3.3	Outros pontos relevantes sobre organização e composição da grade	134
4.8.4	<i>Equipamentos, recursos multimídias e transmissão pelas ondas eletromagnéticas</i>	135
4.8.4.1	Situação da antena AM e migração para FM	140
4.8.5	<i>Financiamento</i>	143
4.8.6	<i>Missão como radiodifusão pública</i>	144
4.9	Desafios	149
4.9.1	<i>Financiamento</i>	149
4.9.2	<i>Equipe e Gestão</i>	151
4.9.3	<i>Grade de programação e relação com o público</i>	151
4.9.4	<i>Missão como radiodifusão pública</i>	153
4.9.5	<i>Migração para FM</i>	155
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
	REFERÊNCIAS	162
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADORA GERAL E PEDAGÓGICA DA RPF	174
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADORA DO LIS	178

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADORA DE PROGRAMAÇÃO	179
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO	180
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA EX-ESTAGIÁRIO	181
APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA ESTAGIÁRIO	182
APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADOR OPERACIONAL	184
APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA REITOR DA UFPE	186
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA DIRETOR DO NTVRU	187
APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA CHEFE DO DCOM	188
ANEXO A - PORTARIA CRIAÇÃO DE GT RÁDIO UNIVERSITÁRIA AM	189
ANEXO B - OUTORGA RÁDIO PAULO FREIRE	190

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe analisar o funcionamento de uma rádio universitária AM. Ao observarmos o panorama da comunicação no Brasil, é fato reconhecer que os veículos que detêm as maiores audiências pertencem “a um punhado de grandes grupos empresariais, com estreitas conexões com oligarquias regionais e posicionamentos claramente conservadores” (Kischinhevsky, 2019, p.12).

Nesse sentido, a concentração midiática traz alguns efeitos nada auspiciosos para uma democracia:

as interferências dos meios de comunicação tradicionais [...] e de seus interesses econômicos, políticos e, no caso do Brasil, religiosos, nos rumos da democracia; os impactos da desinformação que circula pelas redes sociais e serviços de mensageria em eleições; o aumento do discurso de ódio e da violência de gênero no ambiente on-line; ataques e ameaças a jornalistas, comunicadoras e comunicadores populares, defensoras e defensores de direitos humanos que denunciam injustiças e desigualdades e reivindicam direitos; e o silenciamento de temas e vozes que impactam o cotidiano de grupos subalternizados (Bandeira; Pasti, 2023, p. 10).

Nos últimos anos, com o desenvolvimento da internet, a concentração tem se aprofundado: “os mesmos grupos dominam também os portais informativos na internet, além de outros mecanismos de produção e difusão de bens de entretenimento - da música ao audiovisual” (Peruzzo, 2024, p. 75).

A falta de diversidade nas grades de programação dos veículos de comunicação ameaça o direito à comunicação, que é considerado um direito humano fundamental (Kischinhevsky, 2019). Enquanto a mídia pública no Brasil sofre com a falta de investimentos e com a ingerência política (Kischinhevsky, 2019), maior destaque assumem (ou deveriam assumir) as emissoras universitárias.

Olhar para a realidade de uma rádio universitária implica também deter nossa atenção para a Instituição de Ensino Superior na qual a emissora funciona. Não podemos separar uma realidade da outra. Nesse sentido, a análise realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)¹ apresenta um panorama - ao mesmo tempo - esclarecedor e preocupante sobre os investimentos realizados pela União durante os anos de 2010 a 2022 nas Universidades Federais. Com informações e dados das diferentes Universidades estabelecidas no Brasil, o trabalho analisa tanto os investimentos feitos em

¹ O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicou em fevereiro de 2024 o trabalho “Financiamento das Universidades Federais no Brasil entre 2010 e 2022: uma abordagem preliminar”.

valores nominais e reais - levando em consideração a inflação, bem como o empenho real por estudante e o montante necessário para manter o investimento público (DIEESE, 2024).

Como um dos resultados dessa pesquisa, os recursos enviados pela União às Universidades, na maioria das vezes, diminuíram nos últimos três anos analisados pelo DIEESE (de 2020 a 2022). Em relação ao empenho real por estudante, em termos reais, caiu na grande maioria das instituições (68,7%). A modo de conclusão, o DIEESE avalia que essa diminuição em termos reais “é ruim para as pretensões de ampliação, como interiorização e melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro”.

Em parte, essa diminuição do investimento em educação deveu-se à sanção da Emenda Constitucional nº 95 de 2016. Conhecida como PEC do Teto dos Gastos², impulsada e sancionada durante o governo do presidente Michel Temer (2016-2018), a Emenda procurava reduzir os investimentos em saúde, educação e direitos sociais.

Com o golpe de 2016 assistimos a uma mudança radical na condução política do País caracterizada pelo profundo desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários e ao congelamento dos recursos para financiar a saúde e a educação através da Emenda Constitucional n. 95/2016. Essa áspera conjuntura impõe desafios e graves riscos ao direito à educação superior e à própria existência da universidade pública no país (Santos; Musse; Catani, 2020, p.9).

Por sua vez, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) aprofundou ainda mais a crise dos sistemas de educação, saúde, previdência e seguridade social.

O “terraplanismo”, o desprezo pela técnica, pelo especialista, pela ciência e no limite pelo raciocínio e pela ação racional mostrou sua insuficiência de forma inequívoca nas orientações da condução pelo governo da emergência sanitária provocada pela disseminação da Covid-19 (Santos; Musse; Catani, 2020, p.8).

No contexto da pandemia da Covid-19³, o então presidente Bolsonaro também dedicou-se a desqualificar o trabalho realizado pelas universidades públicas em particular e, pela ciência no geral, questionando sua legitimidade. Também durante esse governo foram sancionados dois decretos (nº 9.262/2018 e nº 10.185/2019) “que impedem a realização de concursos ou contratação para uma série de cargos da área de produção audiovisual e comunicação”⁴, dificultando assim o funcionamento das mídias universitárias.

² Estabeleceu um limite para os gastos com educação, saúde e seguridade social. Com a Emenda Constitucional 95/16 (Teto dos Gastos) acabou-se a possibilidade de expansão ou sequer a própria manutenção das IFES (Santos; Musse; Catani, 2020, p. 10).

³ A pandemia da Covid-19 foi noticiada pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China e se expandiu rapidamente pelo país e por outros países e continentes. No Brasil, o primeiro caso notificado foi no fim de fevereiro de 2020. Para conter a disseminação do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendava uma série de medidas de distanciamento físico e social, isolamento das pessoas que contraíram a doença, assim como uso de máscaras e higiene contínua das mãos, dentre outras medidas. No Brasil, foram mais de 700 mil pessoas mortas pela Covid-19.

⁴ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/comunicacao-publica-desafios-democraticos/> Acesso em 07 ago. 2024.

Em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) assumiu seu terceiro mandato como presidente da República, trazendo ares de novos rumos para a reconstrução do Brasil. Contudo, em 2024, servidores e professores das Universidades Federais e Institutos Técnicos deflagraram uma greve por melhores condições salariais, reestruturação da carreira de técnico, dentre outras reivindicações. As greves dos técnicos e dos professores duraram mais de dois meses (de abril a junho de 2024)⁵.

Apresentamos esse contexto sobre a educação universitária para falar sobre o objeto deste trabalho: a Rádio Paulo Freire (RPF) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma das motivações para a realização desta pesquisa é que a atual RPF (antiga Rádio AM da então Universidade do Recife) tem mais de seis décadas de história, porém não há pesquisas aprofundadas sobre esta emissora.

Em 2023, parte da equipe da RPF realizou o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”, sobre as origens da rádio, seu vínculo com a Universidade e a participação do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, em todo esse processo. Para isto, foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram nos primeiros anos da Rádio Universidade do Recife, como Maria de Jesus Bacarelli⁶, Marcius Cortez⁷, Luiz Costa Lima⁸ e Hugo Martins⁹; com familiares de ex-funcionários já falecidos; historiadores e pesquisadores/as; e com pessoas que tiveram participação na rádio (como gestores e trabalhadores), dentre outras.

Da mesma forma, para preencher as lacunas sobre a história da Rádio Universidade do Recife, foi feito um levantamento documental em diários da época e documentos institucionais. Mais de trezentas reportagens e notícias foram encontradas. Como resultado, a

⁵ Após a paralisação das atividades, as categorias conseguiram que o governo melhorasse os reajustes previstos para os anos de 2025 e 2026, com percentuais diferentes para cada classe profissional. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/23/professores-de-universidades-federais-decidem-encerrar-greve-em-todo-pais.ghtml> Acesso em: 06 ago. 2024.

⁶ Maria de Jesus Bacarelli foi uma das primeiras locutoras da Rádio Universidade do Recife e logo trabalhou na TV Universitária da UFPE. Atriz e professora da UFPE. Faleceu no ano de 2023, pouco tempo depois de conceder entrevista para o projeto de pesquisa e extensão “a Rádio que Paulo Freire sonhou”. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ufpe-lamenta-falecimento-da-professora-e-atriz-maria-de-jesus-baccarelli/40615 Acesso em: 20 dez. 2024.

⁷ Marcius Cortez é escritor e publicitário. Durante sua juventude como estudante universitário, participou da Rádio Universidade do Recife, no programa “Campanha de Alfabetização”.

⁸ Um dos críticos literários mais reconhecidos na atualidade, foi no começo dos anos 60, o primeiro secretário da Revista “Estudios Universitários”, publicação que integrava o Serviço de Extensão Cultural junto com a Rádio Universidade do Recife.

⁹ Quando chegou para trabalhar na Rádio Universidade do Recife, Hugo Martins já tinha trabalhado em outras emissoras comerciais. Ele é radialista, compositor, sonoplasta, apresentador, roteirista e pesquisador de frevo e ainda tem vínculo com a Universitária FM, emissora integrante do Núcleo de TV e Rádios Universitárias da UFPE.

equipe produziu uma série de conteúdos¹⁰ como uma exposição gráfica em painéis, um rádio documentário com cinco episódios com uma hora de duração cada, um documentário audiovisual de 40 minutos e um catálogo impresso.

Além de participar da pesquisa sobre os 60 anos da Rádio Paulo Freire, o autor desta dissertação possui um vínculo com a equipe da emissora. Esse elo se deu a partir da participação na Rádio Comunitária Aconchego (localizada na zona oeste da cidade do Recife-PE) quando, antes da pandemia da Covid-19, aconteceu uma reunião entre integrantes da rádio comunitária e da RPF. Com a pandemia do coronavírus, o vínculo se aprofundou ainda mais, quando dois integrantes da Aconchego passaram a contribuir com o projeto de extensão “Rádio Paulo Freire - Especial Coronavírus”.

Dessa forma, a presente pesquisa visa analisar o funcionamento da Rádio-escola Paulo Freire, emissora vinculada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e oferecer uma série de reflexões sobre esta emissora universitária, que após muitos anos funcionando em forma intermitente, retomou - no ano de 2018 com sua renomeação como Paulo Freire - a produção contínua de conteúdos sonoros.

A história da emissora da Universidade Federal de Pernambuco está vinculada ao intelectual, escritor e pedagogo que dá nome à rádio, Paulo Freire, quando no início da década de 1960, foi criado o Serviço de Extensão Cultural (SEC) e, como parte do SEC, em setembro de 1963, foram realizadas as primeiras emissões da Rádio Universidade AM 820. Naquela época, o slogan era: “Rádio Universidade do Recife, a serviço da democratização da cultura”, outorgando assim destaque à cultura e, em particular, à cultura popular.

Paulo Freire nomeou o poeta e tradutor José Laurênio de Melo, que tinha trabalhado na BBC de Londres para o cargo de diretor da Rádio Universidade do Recife. Além de uma seleção musical que divulgava música popular brasileira e erudita, também teve uma série de programas que debatiam a realidade brasileira e do mundo; igualmente, participaram da grade de programação outros segmentos da própria universidade como o Diretório Central dos Estudantes.

No entanto, esta experiência pioneira foi interrompida pela ditadura militar que usurpou o governo no ano de 1964, e interferiu na programação da rádio. Desde essa época, foi perdendo relevância com o nascimento dos outros veículos de comunicação ligados à UFPE: a TV Universitária em 1968 e a rádio Universitária FM em 1979. Com a criação da TV, a equipe da rádio AM e toda sua produção passou a funcionar na sede da TVU, embora os

¹⁰ É possível acessar esses conteúdos no *site* da emissora. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/60-anos/>
Acesso em: 24 set. 2024

equipamentos transmissores estivessem ainda localizados na Cidade Universitária. Entre 1984 e 1999 ficou sem transmissão por problemas com a antena. Uma vez solucionada esta questão, manteve emissões regulares até 2011, quando novamente ficou sem emitir, desta vez, por problemas no transmissor.

No ano de 2017, foi criado um grupo de trabalho dentro da própria Universidade que teve como objetivo retomar os trabalhos da rádio AM, sendo nomeada como Rádio Paulo Freire em homenagem a seu fundador. O GT foi integrado por professores/as do Departamento de Comunicação Social (DCOM), o Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU) e a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXTC).

Atualmente, a RPF integra o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias da UFPE e é gerida pelo Departamento de Comunicação Social. A equipe gestora que assumiu a emissora em 2018 era composta e coordenada pelas professoras do Departamento de Comunicação Social da UFPE, Paula Reis, Yvana Fechine, Ana Veloso, e pela técnica, Catarina Apolônio. Essa equipe teve o desafio de recolocar a emissora no caminho das quatro dimensões caras a qualquer Universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em 2020, pouco tempo após ter assumido esses compromissos, a cotidianidade da Rádio Paulo Freire - assim como da Universidade e da sociedade em geral - foi impactada pela pandemia da Covid-19, precisando adotar novas estratégias para continuar em funcionamento.

Em resposta à pandemia e aos ataques à ciência, a UFPE criou o Observatório Covid-19¹¹ com o objetivo de realizar uma série de ações de pesquisa e extensão para enfrentar o coronavírus.

Em meio às ações do Observatório, surgiu o projeto “Rádio Paulo Freire Especial Coronavírus”, um conjunto de iniciativas de produção, orientado pela concepção de um “rádio expandido” e dividido em dois eixos de trabalho, um mais propositivo, voltado para a oferta de conteúdos de informação, análise e divulgação científica, e outro mais focado no combate à desinformação em torno da pandemia, com ambos fazendo a interface entre extensão, pesquisa e formação (Lima *et al*, 2021, p. 61 - 62).

A Universidade Federal de Pernambuco paralisou as atividades presenciais no dia 16 de março de 2020. Dessa data à primeira transmissão da RPF, em formato remoto, passaram-se 45 dias. Nesse tempo, enquanto espelhava a programação da Universitária FM, a equipe se debruçava sobre as possibilidades e condições técnicas para a produção dos programas em formato remoto. Foram muitas as mudanças na rotina da rádio: do trabalho presencial no estúdio da emissora para formas de produção radiofônica que pudessem ser realizadas respeitando o distanciamento físico, em *home office*. Programas ao vivo passaram a

¹¹ Disponível em: <https://www.ufpe.br/observatorio-covid-19> Acesso em: 22 jul. 2024

ser feitos em forma remota via *Skype* e transmitidos pelo canal de *YouTube*; reuniões de equipe totalmente *online* e grupos de *Whatsapp* para organizar o trabalho.

O programa “Saúde é o tema”, que já era realizado antes da pandemia, transformou-se no carro chefe da emissora, sendo veiculado ao vivo pelos perfis de *YouTube* e de *Facebook* da rádio, reprisado tanto na AM como na FM. Outra produção que contou com participação de parte da equipe da RPF (mais centralizada no trabalho das professoras) foi o “Coronavírus em xeque”, uma série de *podcasts* e *drops* produzidos, a partir do projeto Observatório de Mídias de Conteúdos Informativos sobre Covid-19¹².

Nesse período também foram criados os *spots* “Manda no zap”. Inicialmente denominados de “spots comunitários”, um grupo de estudantes da RPF coordenados pela prof^a Yvana Fachine começou a produzir áudios de curta duração (até um minuto) com informações sobre formas de prevenção à Covid-19 e voltados às populações das comunidades e periferias da Região Metropolitana do Recife. Os *spots* do “Manda no zap” eram transmitidos na Rádio Paulo Freire e também enviados por uma lista de transmissão no aplicativo *Whatsapp*, particularmente criada para esses conteúdos, através da intermediação de mídias comunitárias, movimentos sociais e lideranças territoriais. Os áudios eram acompanhados de um pequeno texto com *emoticons*¹³ que apresentavam o conteúdo e solicitavam o compartilhamento. Outra forma de divulgação do “Manda no zap” foi pelas bicicletas de som que circulavam nas comunidades¹⁴ e, assim mesmo, disponibilizado no *site* da RPF como *podcast*.

O retorno à presencialidade também trouxe os seus desafios. Como lidar com o trabalho e produção dos/as estudantes bolsistas e estagiários/as nas duas pequenas salas cedidas à rádio, por trás da reitoria da UFPE? A procura por um outro espaço deu seus frutos e no início de novembro de 2023, a emissora mudou-se para uma sala maior, no térreo do Centro de Artes e Comunicação (CAC).

¹² O “Observatório de Mídias de Conteúdos Informativos sobre COVID-19” foi uma proposta coletiva organizada pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPE que articulou uma série de produções e conteúdos em relação a três eixos: “1) análise de *fake news* em redes sociais digitais, 2) monitoramento das redes sociais digitais de órgãos públicos para avaliação de qualidade de informação e 3) papel das mídias na orientação da população e tratamento da divulgação científica”. Disponível em: https://www3.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=42497%3Aprograma-de-comunicacao-da-ufpe-cria-plataforma-contra-desinformacao-sobre-coronavirus&catid=428%3Aportal-impremta&Itemid=1 Acesso em: 22 jul. 2024.

¹³ Emojis ou *emoticons* são pequenas ilustrações utilizadas para transmitir uma ideia, um sentimento ou uma emoção, e no caso de Manda no Zap, reforçavam a mensagem, solicitando por exemplo, o compartilhamento dos áudios.

¹⁴ Uma destas iniciativas foi realizada pela Campanha “Mãos Solidárias” liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Disponível em: <https://www.campanhamaossolidarias.org/> Acesso em 29 fev. 2024.

Sobre a grade de programação, possui um programa diário (às vezes gravado e às vezes ao vivo¹⁵), feito em forma de rodízio pelos/as estudantes com supervisão de um dos técnicos. O programa “Saúde é o tema” continua dentro da grade com uma emissão semanal e o programa “Fora da curva” vai ao ar às sextas-feiras. Outros programas que são veiculados na emissora da UFPE são o “Maternagem, Mídia e Infância”; “Conversas com Flávio Brayner”; programas realizados para as disciplinas das professoras coordenadoras da rádio; e os programas oriundos do edital de ocupação da grade de programação. Edital este que não possui nenhum recurso, nem em dinheiro, nem de equipamentos ou materiais para a realização de ditos conteúdos.

Outra questão é que foram roubados, pelo menos duas vezes, nos anos de 2022 e 2023, os cabos de cobre que ligam o transmissor AM de 5 Kw de potência à antena, localizada por trás da antiga sede da emissora. Assim, a rádio passou um tempo unicamente com a transmissão *online*¹⁶. Somado a isto, parte do terreno onde a antena está instalada foi ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹⁷.

Por outro lado, lembramos que a RPF transmitia em Amplitude Modulada, frequência que foi extinta no dia 31 de dezembro de 2023, segundo decreto N° 10.664¹⁸, que prorrogou até final de 2023 o prazo limite para a migração das emissoras AM para Frequência Modulada. A rádio-escola se encontra em processo de migração para FM.

Levando em consideração todas as questões colocadas anteriormente, nos perguntamos: Quais os desafios de fazer rádio de caráter público em uma Universidade pública pernambucana?

Como objetivo geral desta pesquisa procuramos compreender o funcionamento da emissora, buscando entender se a RPF é gerida dentro dos conceitos e diretrizes da radiodifusão pública.

Como objetivos específicos pretendemos:

¹⁵ Inicialmente denominado de “820 no ar” devido a que fazia referência a faixa de AM outorgada para a RPF. Atualmente, a emissora está em processo de migração para FM, motivando assim a mudança de nome do programa para “O que tem para hoje”.

¹⁶ Para a data de fechamento da escrita deste trabalho (janeiro de 2025), a RPF somente transmite via *streaming*.

¹⁷ A ocupação aconteceu em outubro de 2023 e o terreno foi despejado a fins de junho de 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/mtst-ocupa-terreno-da-antena-da-radio-paulo-freire-que-esta-fora-do-ar-ha-3-meses/> Acesso em: 14 mar. 2024.

¹⁸ Decreto datado em 31 de março de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.664-de-31-de-marco-de-2021-311666687> Acesso em: 29 fev. 2024.

Essa normativa do poder executivo estabeleceu algumas mudanças em relação ao decreto N° 8.139 de 2013 que regia as condições para a extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm Acesso em: 14 mar. 2024.

- Descrever as condições de funcionamento da emissora e suas relações institucionais.
- Analisar qual o lugar da RPF na Política de Comunicação estabelecida pela UFPE.
- Evidenciar a história da Rádio Universidade do Recife para compreender como essa história reflete no funcionamento atual da emissora.
- Indicar caminhos possíveis para uma comunicação pública universitária.

Para responder à pergunta-problema, fizemos uma pesquisa bibliográfica, que se caracterizou pela busca de referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002); e a pesquisa documental, que recorreu a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão (Fonseca, 2002).

Partimos de uma revisão bibliográfica para definir nosso marco teórico sobre Comunicação Pública (Brandão, 2007; Bucci, 2015; Bueno, 2007; Duarte, 2007; Jaramillo López, 2012; Koçouski, 2012; Mancini, 2008; Zémor, 2003, 2009); sobre a complementaridade instituída pela Constituição Federal de 1988 (Cabral Filho, 2022; Carvalho, 2010); sobre o Sistema Público de Comunicação (Dionízio, 2022; Gobbi, Godoy, Navarro, 2018; Nitahara, 2023; Valente, 2009); sobre Rádios Públicas (Zuculoto, 2012, 2015) e Universitárias (Bianco, Pinheiro, Lopez, 2024; Deus, 2003; Kischinhevsky, 2019; Kischinhevsky *et al*, 2022; Kischinhevsky, Mustafá, Vale, 2019; Temer *et al*, 2019; Spenthof, 2013). Num segundo momento realizamos uma análise documental¹⁹ sobre a história da Rádio Universidade AM. Da mesma forma, recorreremos à observação participante como procedimento metodológico. Por último, utilizamos a técnica de entrevistas em profundidade a partir de questionários semiestruturados com o reitor, superintendente de Comunicação, diretor do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, chefe do Departamento de Comunicação, e com parte da equipe da Rádio Paulo Freire (professoras coordenadoras, bolsistas, estagiários e técnicos).

Junto com Bucci, Chiaretti, Fiorini (2012, p. 9) entendemos que a Radiodifusão de Serviço Público é um componente extremamente relevante para um sistema midiático plural, livre e independente. “Um veículo consolidado de radiodifusão pública [...] constitui-se em elemento complementar aos atores privados e comunitários que configuram os ecossistemas

¹⁹ Parte da análise documental foi feita pelo projeto de pesquisa e extensão “A rádio que Paulo Freire sonhou”, sob a coordenação da professora do Departamento de Comunicação e Coordenadora do Laboratório de Imagem e Som da UFPE, Yvana Fehine, e da qual fizemos parte.

mediáticos – o que é da mais alta relevância para a democracia” (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 9).

O funcionamento da Radiodifusão Pública possui suas próprias especificidades segundo os diferentes contextos e territórios. Entretanto, para estes autores, é possível identificar algumas características que deveriam ser comuns a todos:

- 1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 9)

A seguir, iremos comentar como esta dissertação apresentará sua discussão. A introdução acima integra o primeiro capítulo, no qual abordamos o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos e as metodologias utilizadas para a realização da pesquisa.

Na seção 2 “Conceitos sobre Comunicação Pública e Conformação do Sistema Público de Comunicação” compartilhamos os conceitos e reflexões em torno da noção de Comunicação pública (Brandão, 2007; Bucci, 2015; Bueno, 2007; Duarte, 2007; Koçouski, 2012, 2013; Zémor, 2003, 2009). Igualmente, nos debruçamos sobre a complementaridade do sistemas de comunicação a partir da Constituição de 1988 (Carvalho, 2010; Cabral Filho, 2022), e a conformação do Sistema de Comunicação Pública (Valente, 2009), a criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), em 2007, e os ataques a EBC após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (Dionízio, 2022).

Na terceira parte denominada “Rádios Educativas, Rádios Públicas, Rádios Universitárias: um breve histórico, iniciativas pioneiras e características das emissoras universitárias” definimos as propriedades principais de uma rádio pública vinculada a uma Universidade, e as diferenças centrais com uma emissora comercial. Procuramos compreender como a conformação do sistema de radiodifusão no Brasil (Gianelli, 2019) e como as primeiras normativas elaboradas e sancionadas durante os governos de Vargas, assinalaram os rumos da radiodifusão. Seguindo o trabalho de Zuculoto (2012), assumimos o caráter público das emissoras universitárias, e analisamos a conformação do segmento das rádios educativas, inaugurado pela doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o Ministério de Educação e Saúde Pública, no ano de 1936. Detemos nosso olhar no processo de desenvolvimento das rádios universitárias propriamente ditas, com a aparição no ecossistema midiático da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pioneira (Ferraretto, 2000; Golin, Freitas, 2019; Quadros, 2024). Da mesma forma, definimos suas principais funções e dificuldades, tanto na pesquisa, ensino e extensão, como na democratização das comunicações (Bianco,

Pinheiro, Lopez, 2024; Deus, 2003; Spenthof, 2013; Temer *et al*, 2019; Kischinhevsky, 2019; Kischinhevsky *et al*, 2022; Kischinhevsky, Mustafá, Vale, 2019).

Na quarta seção “Da Universidade AM à Rádio Paulo Freire: história de uma emissora universitária pernambucana” elaboramos um percurso sobre a história da emissora AM da então Universidade do Recife (atual UFPE) através da análise de uma série de matérias e notícias publicadas em jornais da época e documentos institucionais. Igualmente, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. A partir destes procedimentos, nos propomos analisar o funcionamento da RPF elaborando novas dimensões a partir das propostas por Temer *et al* (2019, p. 23):

a) identificação da instituição e suas emissoras; b) modo de gestão e financiamento das emissoras; c) estrutura física e tecnológica; d) estrutura de pessoal; e) conteúdo da programação; f) recursos multimídia; g) instalações e acessibilidade; e h) missão como radiodifusão pública.

Nesse recorrido histórico, observamos o que aconteceu com a emissora durante o golpe militar de 1964, o surgimento da TV Universitária (1968) e logo da FM Universitária (1979), até chegarmos ao ano de 2018, quando a rádio foi renomeada como Paulo Freire. Da mesma forma, para essa reconstrução histórica recorreremos a uma série de entrevistas realizadas pelo projeto de extensão e pesquisa “A Rádio que Paulo Freire sonhou”, do qual participamos. Igualmente, analisamos uma série de documentos como a Resolução 02/2018 do Conselho de Administração da UFPE, o Regimento interno do NTVRU e a Política de Comunicação da UFPE, dentre outros arquivos que nos oferecem informações relevantes sobre o nosso objeto de estudo.

Por último, uma vez feito todo o percursos apresentamos as considerações finais e os possíveis desdobramentos da pesquisa. Boa leitura!

2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CONFORMAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO

Qual a saída não ingênua para a construção de um conceito de comunicação pública no Brasil? Talvez entender a própria construção do conceito como um embate, uma intervenção na esfera pública voltada para o fortalecimento dos direitos do cidadão, do seu direito de informar e ser informado, e principalmente, de não ser enganado pelo próprio Estado que ajudou a construir. Discutir comunicação pública, nesse sentido, é um exercício de contra-hegemonia.
Bernardo Kucinski (2003, p. 13)

Para analisar a Rádio Paulo Freire vamos nos deter nas conceituações em torno da Comunicação Pública (CP). Nas páginas a seguir, apresentamos as principais discussões teóricas deste campo comunicacional com o objetivo de definir uma perspectiva que será a base de sustentação para a análise da pesquisa. Desde já, queremos mencionar que, como campo em construção, há uma diversidade de significados sobre a Comunicação Pública, muitas vezes conflitantes entre si (Brandão, 2007, p. 01).

Num segundo momento, analisamos o princípio de complementaridade dos sistemas de comunicação no Brasil e a conformação do Sistema Público de Comunicação a partir da criação da Empresa Brasileira de Comunicação (2007/2008).

2.1. Aproximações das discussões teóricas sobre Comunicação Pública

Ao aproximar-nos das discussões teóricas sobre Comunicação Pública é imprescindível focar nosso olhar sobre uma das principais referências teóricas sobre o assunto. O autor francês Pierre Zémor, com a publicação de seu livro ‘*La Communication Publique*’ (1995), influenciou fortemente as discussões sobre a Comunicação Pública. No Brasil, a proposta do escritor francês chega a partir da tradução resumida feita por Elizabeth Brandão (2003). De acordo com Zémor (2003), “a Comunicação Pública se define pela legitimidade do interesse geral. Ela ultrapassa o domínio público, tomado no estrito senso jurídico”. A Comunicação Pública “[...] acompanha a aplicação de uma regra, o desenvolvimento de um procedimento e a elaboração de uma decisão. As mensagens são, por princípio moral, emitidas, recebidas e tratadas por instituições públicas ‘em nome do povo’” (Koçouski, 2013, p. 43).

Ao definir as finalidades da Comunicação Pública, Zémor (2003) sinaliza que devem estar associadas às finalidades dos órgãos públicos, cujas funções são:

- a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para

assegurar a relação social [...]; d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (Zémor, 2003, p. 76 - 77).

Portanto, a Comunicação Pública não tem só como objetivo divulgar informações de utilidade pública, senão também a necessidade de ouvir o público e de garantir a relação social.

O autor francês assinala uma diversidade de formas de fazer Comunicação Pública, que estão vinculadas à sua missão. Estas devem ser delimitadas porque implicam diversas necessidades de comunicar (Zémor, 2003). Ele identifica cinco categorias:

- 1) responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos;
- 2) estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa;
- 3) apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública;
- 4) tornar conhecidas as instituições elas mesmas, tanto por uma comunicação interna quanto externa;
- 5) desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral (Zémor, 2003, p. 85).

Este tipo de comunicação está marcada profundamente pela natureza de suas mensagens. As informações de utilidade pública se caracterizam pela sua complexidade e, muitas vezes, suas trocas são difíceis (Zémor, 2003). A dificuldade reside, por um lado, nas disputas de diferentes grupos sociais, instituições, organizações, indivíduos, em torno do que se define como interesse geral, que “está sempre aberto à controvérsia” (Zémor, 2003, p. 78).

Por outro lado, para este autor a complexidade das mensagens produzidas pela Comunicação Pública também está no seu próprio objetivo, que é “contribuir para a regulação, a proteção ou a antecipação que são incumbências do poder público” (Zémor, 2003, p. 78). “A regulação consiste em assegurar o funcionamento e a manutenção do equilíbrio do complexo sistema que constitui um país moderno” (Zémor, 2003, p. 78). Esse sistema precisa ser reconhecido, assim como publicizadas as informações sobre suas normas e funcionamentos (Zémor, 2003).

Em relação à função de proteção (segurança, recomendação, prevenção ou repressão em diversas esferas dos serviços públicos, como saúde e assistência social), “[...] as mensagens públicas em uma democracia veiculam direitos e obrigações dos cidadãos e das instituições públicas, com toda a dificuldade que existe em ajustar a oferta e a demanda desses direitos” (Zémor, 2003, p. 78-79).

Por último, a função de antecipação é mais uma das incumbências do setor público, devido à falta de capacidade da iniciativa privada de assumir os “riscos da coletividade”

(Zémor, 2003, p.79). Sendo assim, é responsabilidade do poder público antecipar e preparar o futuro. “A Comunicação Pública sobre estes temas se faz com o inconveniente suplementar de acompanhar as políticas e as estratégias cujos resultados não serão adquiridos e visíveis senão em um ou vários decênios” (Zémor, 2003, p. 79). Nesse ponto das incumbências do poder público apresentadas, é possível observar - desde a perspectiva do autor francês -, a predominância do papel do Estado dentro da Comunicação Pública.

Outro aspecto importante que Pierre Zémor (2003) trouxe para os debates sobre este tipo de comunicação é a ambivalência do interlocutor. Característica que está intimamente relacionada com os direitos que o interlocutor tem como cidadão, ou seja, o usuário da Comunicação Pública é um co-emissor, um co-decisor²⁰, como eleitor que escolhe seus representantes e delega a eles, dentre outras coisas, a responsabilidade sobre a Comunicação Pública (Zémor, 2003). Essa ambivalência do interlocutor foi observada por Zémor (2003), ao afirmar que: “ao mesmo tempo em que ele respeita e se submete à autoridade das instituições públicas, ele protesta sobre a falta de informação, ou sobre suas mensagens mal construídas, incompletas ou mal divulgadas” (Zémor, 2003, p. 79).

Grande parte da argumentação do autor francês questiona a presença da comunicação mercadológica dentro da comunicação dita pública. Nesse sentido, é necessário distinguir, por um lado, a relação que se estabelece entre cidadãos com os serviços públicos, e pelo outro, a relação comercial e de compra-venda de mercadorias: são dois tipos de vínculos muito diferentes, sendo a primeira de maior complexidade. Segundo Zémor (2003, p.81): “a comunicação de uma instituição pública supõe uma troca com um receptor que é também mais ou menos emissor.” Essa característica ativa do receptor é o que permite que se estabeleça a comunicação (Zémor, 2003).

Neste ponto, é possível encontrar uma série de críticas que Zémor (2003) realiza às limitações da comunicação mercadológica.

A importância da relação, fundada sobre esta co-decisão virtual e sobre a co-produção do serviço, faz com que a Comunicação Pública não deva nem possa se contentar com os princípios utilizados no mercado de produtos ou no marketing (Zémor, 2003, p. 81).

Ao contrário, da Comunicação Pública se espera que ajude a “alimentar o conhecimento cívico, facilitar a ação pública e garantir o debate público” (Zémor, 2003, p. 77).

Marina Koçouski (2013, p. 43) afirma que:

²⁰ Zémor, Pierre. Como anda a comunicação pública? *In*: Revista do Serviço Público Brasília 60 (2): 189-195 Abr/Jun 2009.

[...] para Zémor, o Estado é o ator central da Comunicação Pública. Para Zémor (2003) é um erro usar a ‘metáfora da empresa privada’ no serviço público, tratando o cidadão como um cliente. [...] O desafio da Comunicação Pública, portanto, é acionar o receptor, ou seja, o lado do ‘cidadão-receptor’”.

No artigo intitulado “Como anda a Comunicação Pública?”, publicado em 2009, o autor francês nos oferece mais elementos para caracterizar a Comunicação Pública em seu caráter relacional. Ele afirma:

A Comunicação Pública deve, sobretudo, desenvolver o sentido relacional. É a relação com o outro, com o receptor da mensagem, que condiciona o bom encaminhamento do conteúdo. Ela é revestida de tolerância, de compreensão da estranheza, cara a Lévinas. A comunicação é revestida também de gentileza, essa característica considerada como fraqueza, mas que nos coloca no caminho da empatia, do elo social. As atitudes de solidariedade, de fraternidade, lembra Régis Debray, são certamente, com a responsabilidade, as melhores chaves de resolução da complexidade que nos violenta (Zémor, 2009, p. 193).

Como já vimos, para este autor é imprescindível dentro da Comunicação Pública a relação com o receptor. E essa relação só pode ser efetiva quando o diálogo converte-se num componente ativo da Comunicação Pública.

Nesse mesmo texto de Zémor (2009), acrescenta ao diálogo a questão da participação social.

A consideração dos interesses coletivos impõe uma formação clara e completa, a transparência dos procedimentos de decisões, a explicação e a pedagogia pelo diálogo, a fé no debate público. É pela aptidão para verdadeiras relações que a comunicação é esperada. Pois muitas soluções podem vir do aumento da participação dos cidadãos. As oportunidades do compromisso social crescem com o debate contraditório (Zémor, 2009, p. 192).

Após todas essas reflexões, Zémor (2009) define Comunicação Pública da seguinte forma:

É a troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação dos laços sociais. A responsabilidade disso compete às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços das coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo (Zémor, 2009, p. 189).

2.2. Comunicação Pública no contexto brasileiro

É importante termos presente o contexto no qual nasce - dentro da Academia - a preocupação pela Comunicação Pública no Brasil. Alguns pesquisadores como Jorge Duarte (2007), Elizabeth Brandão (2007), Marina Koçouski (2013) apontam duas questões históricas para o desenvolvimento das pesquisas sobre esta temática: por um lado, o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país; pelo outro, o processo de debate e promulgação da nova Constituição Federal (1988).

Como já dissemos, há uma ampla área de conhecimento e de atuação profissional relacionadas à Comunicação Pública. Como por exemplo, a associação da Comunicação Pública com os conhecimentos e técnicas da área de comunicação organizacional, que é definida como a que analisa “[...] a comunicação no interior das organizações e entre ela e seus públicos, buscando estratégias e soluções” (Brandão, 2007, p. 01). Uma das características principais é “tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas” (Brandão, 2007, p. 01). A autora sinaliza que, neste caso, o primeiro objetivo é o mercado, procurando vender (uma imagem, um produto, uma ideia) e obter lucro financeiro, pessoal, *status* ou poder (Brandão, 2007, p. 03).

Em segundo lugar, a Comunicação Pública também é identificada com comunicação científica. Este tipo de comunicação se caracteriza pela criação de canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas, visando despertar o interesse da opinião pública pelos assuntos da ciência (Brandão, 2007, p. 03). Geralmente, é o que conhecemos por divulgação científica. No Brasil, temos uma longa experiência de divulgação de informações científicas vinculada, especialmente, aos campos da saúde e da agricultura, com o objetivo de desenvolver o país e as condições de vida da população.

Com esta acepção, a Comunicação Pública está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir na mudança de hábitos de segmentos da população, bem como na tomada de decisão política a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão (Brandão, 2007, p. 04).

Em terceiro lugar, a Comunicação Pública é identificada com comunicação do Estado e/ou governamental. Nesse sentido, entende-se que o Estado e o Governo são responsáveis por estabelecer canais de informação e comunicação com os cidadãos (Brandão, 2007). “Nesta acepção, dever-se-ia compreender a Comunicação Pública como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com informação voltada para cidadania” (Brandão, 2007, p. 05). Ou seja, de acordo com Brandão, a Comunicação Pública é tanto responsabilidade de órgãos governamentais, como de diversas instituições que trabalham com o fortalecimento da cidadania através da divulgação de informações. Então, a prática desta comunicação também corresponde a:

[...] organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias, enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado, como conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos, como telefonia, eletricidade (Brandão, 2007, p. 05).

Ao compreendermos que a comunicação governamental é “um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma, provoca o debate público” (Brandão, 2007, p. 5), ela se identifica como Comunicação Pública. Porém, é necessário destacar que a Comunicação Pública não pode ser confundida e limitada só como comunicação governamental ou estatal.

Historicamente, a comunicação governamental foi produzida como publicidade. Dentro desta área também se integram as assessorias de comunicação que, em muitas ocasiões, cumprem a função de visibilidade das ações e atividades do órgão governamental a qual responde.

Em quarto lugar, a Comunicação Pública é identificada com comunicação política. Desde o surgimento da imprensa, passando pelas técnicas de comunicação e pesquisas de opinião, existe uma relação entre estes dois âmbitos da comunicação e da política. “Atualmente a mídia é parte do jogo político, econômico e social, e partilha e disputa poder com ou contra o Estado e com frequência à custa do enfraquecimento do papel do Estado” (Brandão, 2007, p. 06).

Para a autora, é possível entender a comunicação política desde duas perspectivas: por um lado, o uso de técnicas da comunicação para a divulgação pública de ideias e posicionamentos políticos, seja dos governos e/ou das organizações políticas; por outro lado, os embates entre os donos dos meios e das tecnologias de comunicação e o direito da população de interferir para poder definir a programação dos conteúdos e o acesso a esses veículos e tecnologias em seu benefício (Brandão, 2007).

É responsabilidade e competência do Estado, neste sentido, regular e legislar sobre as políticas públicas de comunicação e telecomunicações, com o objetivo de definir o uso público da infra-estrutura tecnológica das comunicações (Brandão, 2007). Assim, desde esta perspectiva, uma das tarefas da Comunicação Pública é a definição e criação de políticas de comunicação.

No quinto lugar, Brandão (2007) vai identificar a Comunicação Pública com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. “Trata-se de práticas e formas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades e pelos membros do terceiro setor e movimentos sociais ou populares que também são conhecidas como comunicação comunitária e/ou alternativa” (Brandão, 2007, p. 7). Neste ponto, na prática da comunicação as

responsabilidades públicas são compartilhadas entre governo e sociedade (Brandão, 2007), e não exclusividade de quem está na gestão da máquina estatal.

De acordo com a autora, o termo Comunicação Pública passa a ser utilizado como referência a uma prática realmente democrática e social da comunicação, sem compromisso com a indústria midiática e entrelaçada com o cotidiano das populações e suas práticas políticas. “No centro desta perspectiva encontra-se a comunicação como parte integrante e fundamental da dinâmica desses movimentos e como instrumento de mobilização das comunidades” (Brandão, 2007, p. 08).

Após este percurso pelas diferentes e variadas perspectivas e identificações da Comunicação Pública, é possível encontrar, segundo Brandão (2007, p. 09), um ponto em comum: “aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”. Da mesma forma, há uma tendência de identificá-la apenas com a comunicação feita pelos órgãos governamentais. Neste sentido, o termo Comunicação Pública tem substituído outros termos, tais como comunicação governamental, política, publicidade governamental e propaganda política (Brandão, 2007).

Dentro da Academia, a preocupação sobre como estabelecer uma noção de Comunicação Pública tem produzido muitos debates. Por isso, os/as pesquisadores/as têm optado por estabelecer uma definição pela negativa, entendendo que “a comunicação pública não é comunicação governamental e diz respeito ao Estado e não ao Governo” (Brandão, 2007, p. 15).

2.2.1. Uma visão crítica da experiência brasileira de Comunicação Pública

Eugênio Bucci²¹ (2015) no seu livro “O Estado de Narciso” realiza uma crítica profunda à Comunicação Pública no Brasil. Para ele, a Comunicação Pública tem sido utilizada para fins partidários, ou seja fins privados, e a publicidade oficial tem sido proveitosa para influenciar a opinião pública. Para se manter no poder, além da publicidade oficial, os partidos políticos têm tirado proveito (também) da estrutura das emissoras públicas. “Se analisadas em conjunto, as emissoras ‘públicas’ sob controle de governos e as campanhas de publicidade oficial, com verbas crescentes, formam a maior máquina de propaganda partidária em atividade no Brasil” (Bucci, 2015, p. 24). A Comunicação Pública em seu uso inadequado - sentencia Bucci - é “uma modalidade muito particular de comunicação privada”

²¹ Eugênio Bucci é professor da ECA-USP, foi presidente da extinta Radiobrás (2003-2007) e conselheiro da Fundação Padre Anchieta, instituição que controla a TV Cultura de SP.

(2015, p. 25) porque utiliza os recursos públicos para atingir os objetivos de um grupo político em particular, sem se preocupar, minimamente, com o interesse público.

Como evitar esse uso privado e inadequado da Comunicação Pública? Bucci (2015) recorre aos exemplos de países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, onde se criaram marcos normativos que impossibilitaram (ou dificultaram) o uso das estruturas de Comunicação Pública para fins privados. Desta forma, favorece-se a autonomia das emissoras públicas para definir a linha editorial independente dos órgãos de governo, evitando assim as interferências do poder político. No Brasil e em outros países da América do Sul - de acordo com este autor - não se conseguiu avançar na criação de leis ou regulamentações que possibilitaram a independência dos órgãos de Comunicação Pública da gestão política.²²

No livro mencionado, Eugênio Bucci (2015) faz um percurso por diferentes autores à procura de uma definição de Comunicação Pública que seja “útil e objetiva”. Parte da ideia - como já mencionamos no começo deste capítulo - que dito conceito trabalhado dentro da Academia, “é nebuloso, excessivamente multívoco” (Bucci, 2015, p. 40), pois há uma múltipla diversidade de autores e escritos que possibilitam adequar o conceito ao próprio gosto.

Por esses motivos, Bucci (2015) apresenta uma série de estudiosos da Comunicação Pública procurando afinar uma definição que seja mais propositiva. Trabalha e analisa parte das propostas e ideias de Jaramillo López (2012), Pierre Zémor (2003), Jorge Duarte (2007), Wilson da Costa Bueno (2007), Marina Koçouski (2012) e Paolo Mancini (2008).

2.2.1.1. Em busca de uma definição de Comunicação Pública

Bucci (2015) começa seu percurso por Juan Camilo Jaramillo López da Universidade Externado de Colômbia. Este autor identifica três aspectos em comum da Comunicação Pública: 1) “a noção de comunicação associada à compreensão do público; 2) o que opera em diferentes cenários, entre eles o estatal, o político, o organizacional e o midiático; 3) e o que é um conceito vinculado a princípios como visibilidade, inclusão e participação” (Lopez, 2012, p. 246 *apud* Bucci, 2015, p. 41). Seguindo com o raciocínio de Jaramillo López (2012):

[...] tudo pode ser chamado de Comunicação Pública, desde que: a) o conteúdo ou meio empregado contenham algo relacionado ao que é público (ou mesmo ao próprio público); b) os conteúdos ou os meios se reportem de algum modo à esfera estatal, à esfera política, ao ambiente organizacional ou midiático; e, por fim, c) essa

²² Sobre a questão dos sistemas públicos de radiodifusão, é interessante revisar o trabalho do Coletivo Intervezes intitulado “Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo. Experiências de doze países e o caso brasileiro” Paulus / Intervezes, 2009. Nele, além do Brasil, são analisados os sistemas de radiodifusão públicos de doze países, sendo estes: Alemanha, Austrália, Canadá, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido e Venezuela.

comunicação dê visibilidade a ações que pretendam promover inclusão ou participação (Bucci, 2015, p. 41 - 42).

Jaramillo López (2012) tenta uma definição menos generalista da Comunicação Pública. Então, para ele, seria:

[...] um conjunto de temas, definições, premissas e metodologias que remetem à forma como os sujeitos lutam por intervir na vida coletiva e no devir dos processos políticos referentes à convivência com o outro, por participar na esfera pública, concebida como o lugar da convergência das diferentes vozes presentes na sociedade²³ (Lopez, 2012, p.01 - *tradução nossa*).

Essa definição, para Bucci (2015), é um bom início, porém, ainda não nos ajuda a diferenciar a Comunicação Pública de outro tipo de comunicação, por exemplo, a comercial. “Prudente, Jaramillo evita proposições mais definitivas. A questão é que, hoje, no Brasil, precisamos de algo menos espectral para resolver a equação que desafia o pensamento democrático” (Bucci, 2015, p. 42).

Como conceito de Comunicação Pública, uma definição muito ampla e abrangente, segundo Bucci (2015, p. 43) “abriga tudo e mais um pouco - e ainda sobra espaço”, é uma definição inútil pois não consegue diferenciar Comunicação Pública da privada: o conceito abrange a sua própria negação. Bucci (2015) realiza essa crítica à definição elaborada por Jaramillo López (2012) na sua “Proposta geral de Comunicação Pública”:

Comunicação pública é a que acontece na esfera pública, seja para construir bem públicos (política): para incidir na agenda pública (midiática): para comunicar às entidades do Estado com a sociedade (estatal); para construir sentido compartilhado ao interior da organização (organizacional) ou como resultado das interações próprias dos movimento sociais (da vida social)²⁴ (Lopez, 2012, p. 8 - *tradução nossa*).

Apesar de com essa definição Jaramillo López (2012) ter realizado uma tentativa para fugir da vagueza, ainda - avalia Bucci (2015) - não tem a profundidade necessária. “[...] toda forma de comunicação social acaba adquirindo existência - ou se refletindo - na esfera pública, de um jeito ou de outro” (Bucci, 2015, p. 44). No entendimento do autor colombiano, a comunicação privada que tem lugar na esfera pública, é também Comunicação Pública. “Ora, dizer que a comunicação privada é comunicação pública é o mesmo que dizer que um postulado é exatamente igual ao seu contrário” (Bucci, 2015, p. 44).

²³ No original: “un conjunto de temas, definiciones, premisas y metodologías referidas a la manera como los sujetos luchan por intervenir en la vida colectiva y en el devenir de los procesos políticos concernientes a la convivencia con el otro, por participar en la esfera pública, concebida esta como el lugar de convergencia de las distintas voces presentes en la sociedad”.

²⁴ No original: “Comunicación pública, pues, es la que se da en la esfera pública bien sea para construir bienes públicos (política); para incidir en la agenda pública (mediática); para comunicar a las entidades del Estado con la sociedad (estatal); para construir sentido compartido al interior de la organización (organizacional) o como resultado de las interacciones propias de los movimientos sociales (de la vida social)”.

A Comunicação Pública não pode ter como requisito, na sua conceituação, a necessidade de ter um público massivo. Nem tudo o que atrai a atenção do público é um fenômeno próprio de Comunicação Pública. Como exemplo, Bucci (2015, p. 44) coloca os *reality shows*, que têm grande audiência, porém não podemos considerar como Comunicação Pública. “Se quisermos, então, separar o que se enquadra do que não se enquadra no conceito, não basta propor que tudo o que tenha lugar na esfera pública seja comunicação pública. Precisamos ir além” (Bucci, 2015, p. 46).

Continuando por esse caminho de procurar uma definição, Bucci (2015) olha para a Constituição Federal de 1988, onde aparecem algumas indicações do que pode ser considerado público. A Carta Magna no seu artigo 37º diz respeito ao princípio da impessoalidade:

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (Brasil, 1988).

Assim, o princípio da impessoalidade é uma forma de garantir “a dimensão pública do Estado” (Bucci, 2015). A Constituição nos oferece um norte: o público é definido em contraposição ao privado.

Desse modo, na comunicação do governo, a finalidade pública deve (tem que) prevalecer sobre o interesse particular (de uma só pessoa ou de um grupo de pessoas). [...] A mesma receita republicana que recusa a promoção pessoal na comunicação pública impõe a transparência no tratamento dos assuntos de interesse da coletividade. Então, ao lado da impessoalidade encontramos o princípio da publicidade - no sentido de ‘tornar públicas’ - as informações (Bucci, 2015, p. 47 - 48).

Como primeira conclusão esboçada por Bucci (2015), para ser pública a comunicação deve estar orientada pelos princípios constitucionais da impessoalidade e da transparência. Para Jorge Duarte (2007, p. 61), “praticar Comunicação Pública implica assumir o espírito público e privilegiar o interesse coletivo em detrimento de perspectivas pessoais e corporativas”.

Retomamos agora a definição de Zémor (2009) que Bucci (2015) também critica. Lembremos as palavras do pesquisador francês (2009, p. 189):

É troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação dos laços sociais. A responsabilidade disso compete às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços das coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo.

Embora o autor francês mencione o interesse coletivo e a centralidade do Estado e das repartições públicas na sua proposição conceitual, para Bucci (2015, p. 49) ainda não está

claro “como separar aí o que é público do que é privado? Como e quando é que uma comunicação que nasce no setor privado se transforma em pública? O que define esse movimento? (Bucci, 2015, p. 50).

Nesse sentido, para poder diferenciar de forma mais adequada o que pode ser considerado público ou privado, Bucci (2015) faz referência às ideias de Jorge Duarte (2007), que defende que a Comunicação Pública tem que estar atrelada ao interesse público.

A atuação em Comunicação Pública exige: (a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; (d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo *uno* (Duarte, 2007, p. 59).

É possível observar a influência de Zémor (2003) nesta citação de Duarte (2007) quando são apresentadas as ideias de: complexidade da comunicação - entendida como processo e não como transferência unilateral de informações -, e a centralidade no interesse público e no cidadão.

De acordo com Bucci (2015), a partir das funções definidas por Duarte (2007) visualiza-se mais claramente a separação público/privado: o foco dessa distinção é a prevalência do interesse público sobre o particular. As características elencadas por Jorge Duarte (2007) são desejáveis na Comunicação Pública, porém não são atributos exclusivos do profissional de Comunicação Pública ou do setor em que ele atua (Bucci, 2015).

Para Duarte (2007), outro ponto que é definitivo para entender uma comunicação como pública é o diálogo - mais uma vez sobressai a influência do autor francês.

Comunicação Pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável (Duarte, 2007, p. 61).

Da mesma forma, Duarte (2007) outorga relevância ao compromisso ético do profissional da Comunicação Pública: os realizadores da Comunicação Pública devem assumir o espírito público, privilegiando assim o interesse coletivo em lugar de perspectivas particulares ou individuais (Bucci, 2015, p. 51-52). Portanto, Duarte (2007) não propõe uma definição fechada, senão mais bem um esboço de uma deontologia da Comunicação Pública, que visa ajudar o cidadão a conhecer plenamente a informação sobre os seus direitos.

Após essas colocações de Duarte (2007), Bucci (2015) entende que a Comunicação Pública tem que estar a serviço do interesse público pelo qual deveria ser desinteressada, ou seja, desvinculada de qualquer interesse privado.

Buscar um conceito de Comunicação Pública é, por excelência, criticar abertamente a sua condição atual e, a partir daí, formular um marco que conterá também elementos prescritivos (o ‘dever ser’), inevitavelmente (Bucci, 2015, p.52).

2.2.1.2. Comunicação de interesse público, o que isso significa?

Wilson da Costa Bueno (2007) parte da ideia de que na comunicação de interesse público, as fronteiras entre os interesses públicos e privados estão cada vez menos nítidas. Segundo este autor, “a comunicação de interesse público busca abranger as ações e atividades que têm como endereço a sociedade, independentemente de sua origem (pública ou privada)” (Bueno, 2007, p. 136).

Bueno (2007) faz referência ao trabalho de João Roberto Vieira da Costa (2006), para quem a comunicação de interesse público vai muito além dos limites da comunicação governamental. Em palavras de Vieira da Costa:

Comunicação de Interesse Público é toda ação de comunicação que tem como objetivo primordial levar uma informação à população que traga resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo. Na Comunicação de Interesse Público, os beneficiários diretos e primordiais da ação sempre serão a sociedade e o cidadão (Vieira da Costa, 2006, p.20 *apud* Bueno, 2007, p.137).

Esta definição é criticada pelo próprio Wilson da Costa Bueno (2007), pois abrange erros conceituais graves. Em primeiro lugar, “reduz a comunicação a uma ação, contrariando a perspectiva correta que a contempla como um processo” (Bueno, 2007, p.137). É igualmente problemática, porque restringe a comunicação “a um mero transporte de informação, ou seja, percebe a comunicação como algo que se estabelece de forma unilateral” (Bueno, 2007, p. 137).

A diferença desta noção de comunicação de interesse público, para Bueno (2007) encontra-se “na verdadeira intenção, o que só pode ser aferido a partir do vínculo com a trajetória da organização que a pratica” (Bueno, 2007, p. 138). Ou seja, não podemos entender esta comunicação a partir de uma ação isolada de uma empresa ou entidade da iniciativa privada (Bueno, 2007). No seu trabalho, Bueno (2007) apresenta uma série de exemplos nos quais as empresas fizeram campanhas publicitárias como se fossem de interesse público, procurando vender um produto ou melhorar a sua imagem.

Bueno (2007) acrescenta também a necessidade de considerar e fortalecer a mídia alternativa, comunitária e popular:

O interesse público, no que diz respeito aos meios de comunicação, inclui o fortalecimento da chamada mídia alternativa (sindical, ambiental, escolar, etc), as redes de comunicação coordenadas pelas ONGs verdadeiras e da mídia regional (do interior e de bairro). Incorpora também a multiplicação das rádios e tevês comunitárias e a proliferação de espaços nas comunidades para o debate amplo e democrático de temas nacionais (Bueno, 2007, p. 149).

De acordo com este autor, “a Comunicação Pública ou de interesse público que devemos defender e praticar passa longe das ações oportunistas de governantes sem espírito cívico e de empresas inescrupulosas que sobrepõem sua ambição pessoal e seus lucros às demandas reais da população” (Bueno, 2007, p.150). Concluindo que os interesses privados não estão em conflito com o interesse público e, que há muito tempo, “a sociedade vem cobrando que eles estejam em sintonia” (Bueno, 2007, p.150).

A convergência entre os interesses privados e públicos é um imperativo do mundo empresarial moderno, ainda que, infelizmente, não se constitua em uma tendência majoritária em nosso país. Diante desse desafio, urge que os profissionais, as empresas, os governos e a mídia se mobilizem e estejam capacitados para que, com competência e coragem, viabilizem a legítima Comunicação Pública ou de interesse público (Bueno, 2007, p.151).

Por sua vez, Bucci (2015) vai questionar as ideias apresentadas por Bueno (2007) sobre a comunicação de interesse público.

Se a comunicação de interesse público, nos termos em que Wilson da Costa Bueno discute, pudesse ter origem, tanto na máquina pública, quanto no mercado privado, ela estaria em toda parte e não constituiria um lugar diferenciado, com identidade própria e inconfundível (Bucci, 2015, p. 55).

Neste caso, a crítica de Bucci (2015) deriva de admitir que, para ser viável dentro da Comunicação Pública uma modalidade especial denominada de ‘comunicação de interesse público’, seria necessário fazer uma concessão paradoxal: “no conjunto geral da Comunicação Pública, poderia haver uma comunicação que não fosse prioritariamente de interesse público” (Bucci, 2015, p. 55).

Por último, Eugênio Bucci (2015) recorre à pesquisadora Marina Koçouski (2012), que no seu trabalho analisa como acontece a Comunicação Pública num órgão institucional como o INCRA. Koçouski (2012) define Comunicação Pública como uma estratégia ou ação comunicativa direcionada ao interesse público. “[...] tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos” (Koçouski, 2012, *apud* Bucci, 2015, p. 57).

Há pesquisadores, como Haswani (2010), que apresentam a promoção da imagem como uma das formas de Comunicação Pública. De certa forma, a conceituação de Zémor (2003) serviu para este entendimento, pois definiu que dentre as finalidades da Comunicação Pública está “divulgar os serviços e as políticas públicas, realizar campanhas de interesse geral [...] e valorizar a instituição” (Zémor, 2003).

Considerando a experiência recente da Comunicação Pública no Brasil, Bucci (2015) se pergunta se “as peças com finalidades escancaradas de persuadir o cidadão realizam

verdadeiramente o interesse público? Devem ser aceitas como uma forma legítima de Comunicação Pública?” (Bucci, 2015, p. 58) A promoção da imagem atenta ou não contra o princípio da impessoalidade e da publicidade? (Bucci, 2015).

Se Bucci (2015) questiona abertamente o uso eleitoral da Comunicação Pública por parte dos políticos profissionais, Zémor (2003) já alertava para os riscos dessa instrumentalização e denominava essa prática como prova de ‘incompetência comunicativa’, porque quando uma autoridade política tenta instrumentalizar uma causa em seu favor, muitas vezes termina sendo uma contra-publicidade.

Alguns pesquisadores têm ressalvas sobre o que consideram um peso exagerado do governo nas proposições de Zémor (2003); dentre elas, Heloiza Matos (2007) que insiste na necessidade de sair do círculo concêntrico em torno do governo, abrindo espaço para outros atores como o Estado e a sociedade, e que estes possam se tornar co-responsáveis pela Comunicação Pública (Matos, 2007).

Bucci (2015) entende a preocupação de Matos (2007), porém compreende que no Brasil existe uma utilização privada da máquina de Comunicação Pública:

[...] o maior desafio do debate nacional sobre Comunicação Pública está justamente em compreender e disciplinar precisamente a ação dos governantes nas máquinas públicas de propaganda e de comunicação. [...] o problema maior está nas responsabilidades dos agentes públicos (Bucci, 2015, p. 60).

2.2.1.3. As três dimensões da Comunicação Pública

O pesquisador italiano Paolo Mancini²⁵ observa que em sociedades mais complexas, com mais lugar para a Comunicação Pública, a informação converteu-se num direito de cidadania. Em palavras da pesquisadora Marina Koçouski (2012, p. 75):

Trata-se da versão contemporânea do processo histórico medieval que começou com a luta por acesso aos assuntos relativos ao Parlamento, tendo a Inglaterra por precursora, assim como pela reivindicação da liberdade de imprensa e da formação de um espaço de opinião pública independente (esfera pública). Na versão repaginada contemporânea, Mancini busca inserir a Comunicação Pública em meio à teoria moderna da democracia.

Segundo Mancini (2008), “a comunicação pública admite três dimensões, que funcionam como engrenagens ligadas umas às outras: a) os promotores ou emissores; b) a finalidade; e c) o objetivo” (Bucci, 2015, p. 61). Para Mancini (2008), os promotores ou emissores podem ser de três tipos:

- 1.- organizações públicas que dependem, direta ou indiretamente, do Estado;

²⁵ Para nos referir ao trabalho de Paolo Mancini, seguimos a pesquisa realizada por Marina Koçouski (2012) na sua dissertação de mestrado, devido a que não encontramos textos de Mancini publicados em português nem espanhol.

2.- semi-públicas: se situam entre o Estado e o cidadão, e operam como mediadoras da iniciativa e mesmo da participação política dos cidadãos;

3.- privadas: representam a livre vontade de organização dos cidadãos para atuar política ou culturalmente, porém nesta categoria, segundo o autor italiano, estas organizações não têm uma finalidade comercial.

De acordo com o autor italiano, a dimensão que mais define a Comunicação Pública é a finalidade. “Ele preconiza que essa comunicação não deve ser orientada para o alcance de uma vantagem econômica imediata como a venda de produtos ou a troca para fins comerciais. Para ele, a noção de Comunicação Pública não pode se confundir com aquela voltada para o lucro” (Bucci, 2015, p. 61).

A terceira dimensão apontada por Mancini (2008) é o objeto. Neste caso, o objeto da Comunicação Pública são os *public affairs* - termo que não tem uma tradução adequada para o língua portuguesa, mas que pode ser compreendido como “assuntos de interesse geral” (Bucci, 2015, p. 62). Eles fazem referência à comunidade em sua totalidade e incidem sobre as interações entre os diversos subsistemas sociais daquela comunidade e, mais adiante, também sobre as esferas privadas. Há uma dificuldade na identificação dos assuntos de interesses de geral, porque na nossa sociedade atual, se misturam as dimensões do público e do privado.

Para Mancini (2008), há duas noções imprescindíveis quando se trata do objeto da Comunicação Pública: a publicidade e a sociedade civil. A publicidade não se refere à tentativa de venda de um produto ou serviço; faz referência “a propriedade de as instituições serem abertas, acessíveis, disponíveis em fornecer informações de interesse geral” (Koçouski, 2012, p.76).

O conceito atual de Comunicação Pública, segundo Mancini (2008), considera que a publicidade - entendida como foi explicitada no parágrafo anterior - não pode mais ser assegurada, como foi nas décadas passadas, apenas pela informação jornalística, que é cada vez mais dependente da comunicação proveniente de outras organizações. Mancini “apoia-se na teoria da diferenciação social, segundo a qual a evolução da sociedade se dá em um grau sempre maior do processo de especialização das instituições e do Estado de bem-estar social” (Koçouski, 2012, p. 78).

2.2.1.4. Aproximação a uma definição de Comunicação Pública

Para Eugênio Bucci (2015), a Comunicação Pública é a que emprega recursos públicos obtidos de diferentes formas e natureza. Por isso, é inadmissível uma comunicação de

interesse público paga com recursos privados e deliberada por entes privados. Isso não seria Comunicação Pública como também não poderiam ser caracterizadas desta forma outras comunicações que acontecem na esfera pública, porém não tem finalidade pública. Bucci (2015) define, assim, três critérios imprescindíveis para poder entendermos esta comunicação:

a) financiamento: a Comunicação Pública é paga direta ou indiretamente pelo erário público. “Ela é pública no seu financiamento (o primeiro critério), embora possa não ser quanto aos outros dois: os processos decisórios dos quais emerge e a finalidade que busca alcançar” (Bucci, 2015, p. 65).

b) os processos decisórios relativos à Comunicação Pública;

c) sua finalidade²⁶.

O problema da Comunicação Pública no Brasil reside, segundo Eugênio Bucci (2015, p. 65), na junção de duas lógicas divergentes que se retroalimentam “numa simbiose consentida ou num parasitismo tacitamente autorizado.” De um lado, encontra-se a lógica administrativa do funcionamento do Estado; do outro, a lógica da publicidade comercial na produção da comunicação. Para Bucci (2015), aí está o cerne da questão:

[...] a nossa Comunicação Pública não é pública. Ao se entregar a ela, o ente público alimenta dentro de si um ser que não é público, uma vez que se põe a serviço de fins privados (pois fins partidários são fins privados), por meio de métodos que concorrem para privatizar processos decisórios no interior do Estado (Bucci, 2015, p. 66).

Considerando os três critérios assinalados por este autor (financiamento público, processos decisórios transparentes e abertos, e finalidade pública), a Comunicação Pública só se justifica se cumprir o dever do Estado de informar. “O dever do Estado de informar apenas se consuma quando dados da gestão pública se tornam acessíveis aos cidadãos de modo fácil, compreensível, lógico e claro” (Bucci, 2015, p. 68). Dentro desses deveres, encontramos a prestação de contas dos governos para com a sociedade pois “a Comunicação Pública é uma ferramenta que deveria estar a serviço dos cidadãos, não dos governantes” (Bucci, 2015, p. 68).

De acordo com Bucci (2015, p. 68), para poder respeitar o princípio da impessoalidade estabelecido pela Constituição Federal, a Comunicação Pública não pode indicar relações entre as autoridades governantes com logo ou símbolos que identifiquem partidos políticos.

²⁶ Em relação a estes critérios, entendemos que quando Bucci (2015) fala de processos decisórios refere-se a decisões que acontecem dentro do Estado, de forma transparente e democrática. Em relação à finalidade, fica claro que não pode ser com fins privados-partidários; refere-se ao direito do cidadão de ter informação que deve ser acessível, compreensível e clara. Na definição de Comunicação Pública elaborada por Bucci(2015) no final deste tópico há mais elementos para compreender estes três critérios.

Assim, depois deste longo caminho, chegamos junto com Bucci (2015) ao conceito de Comunicação Pública:

A Comunicação Pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a Comunicação Pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada (Bucci, 2015, p. 69).

2.3. A complementaridade do Sistema de Comunicação Brasileiro

Com a redemocratização e a sanção da Constituição Federal de 1988, a separação entre estatal e público teve, no Brasil, elementos de distinção com a comunicação que tinha sido desenvolvida e realizada durante a ditadura militar (Carvalho, 2010). De certa forma, estas foram algumas das motivações para que a Constituição Federal tivesse um artigo para estabelecer a complementaridade entre os sistemas de comunicação, indicando que o privado, o público e o estatal são segmentos diferentes.

No título VIII “Da Ordem Social”, no seu capítulo V “Da Comunicação Social” é que se definiram, na Constituição Federal, as questões relativas à Comunicação Pública (artigos 220 a 224)²⁷.

Os artigos 221, 222 e 223 vão tratar, respectivamente, dos princípios que devem ser atendidos pela produção e programação das rádios e televisão, da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão, e sobre concessão, por parte do Poder Executivo, para o serviço de radiodifusão. Para Studart, esses artigos representam o que ele chama de “minicartilha” básica do direito de comunicação, o que vai incluir o direito de informar, de se informar e de ser informado, garantindo o exercício de acesso às informações públicas (Mazocco, 2022, p. 04).

Em específico, é através do artigo nº 223 da Constituição que se instaurou a complementaridade dos serviços de radiodifusão: o privado, o público e o estatal (Matos, 2007, p. 50). Nele se estabelece que é competência do “Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (Brasil, 1988)²⁸.

²⁷ Carvalho (2010) indica que a elaboração desses 5 artigos não foi uma tarefa simples e foi difícil chegar a consensos. E como com a criação de um sistema tripartite (dividido entre privado, estatal e público) tentava se escapar do controle tanto do mercado como do estado (que tinha passado por um governo militar ditatorial e autoritário (desde meados da década de 60 até 1985).

²⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 27 mar. 2024.

Mais de três décadas após a promulgação da Constituição Federal, o artigo nº 223 ainda não foi totalmente regulamentado. Sustentamos isto acompanhando Carvalho (2010), que afirma que com a criação da EBC em 2007/2008, regulamentou-se em parte o artigo nº 223, no que diz respeito ao Sistema Público de Comunicação - ponto que será desenvolvido no tópico seguinte. Concordamos, por sua vez, com Adilson Vaz Cabral Filho (2022) quando aponta que “é preciso atribuir uma definição mais clara de complementaridade, como relacionada à distribuição equânime de espectro radioelétrico finito ou aberto” (Cabral Filho, 2022, p.10). Este autor indica, da mesma forma, “a distribuição de verba orçamentária pública / governamental no âmbito federal, como estímulo à adoção desse mecanismo por Estados e municípios” (Cabral Filho, 2022, p.10).

Outro questionamento ao artigo nº 223 é que, em vez de propor um sistema de comunicação unificado com três setores diferentes de atuação, a norma constitucional estabeleceu três sistemas diferentes: comercial, estatal e público que, desta forma, funcionam cada um com suas próprias regras e características. Segundo Cabral Filho (2022, p.10), “a existência de três sistemas [...] compromete o entendimento de que a complementaridade implica em alguma articulação entre eles, que é a própria caracterização regulatória por parte do Poder Público”. Ainda para Cabral Filho (2022, p.11):

Na prática, o que existe atualmente é a existência de três setores distintos que conformam o sistema de comunicação: privado (regido por leis comuns, mas apto a auferir lucros conforme a regulamentação vigente), estatal (dotado de caráter público e movido pelo interesse público, mas gerido e viabilizado pela estrutura de Estado) e um outro setor, distinto do privado e do estatal, cuja denominação deveria demarcar distinção clara em relação a esses dois outros, compreendido pela Constituição Federal brasileira como sistema público, posteriormente regulamentado pela Lei 11652/2008. O termo público, introduzido no referido artigo 223, entra em conflito com a disposição estatal de afirmação do interesse público e não é o mais adequado para representar as múltiplas expressões da sociedade organizadas em iniciativas comunitárias de rádio e tv, cuja denominação encontra-se ainda ausente da Constituição Federal.

Veremos como esta questão foi definida em alguns países da América Latina. Cabral Filho (2022) analisou as experiências do Uruguai, Argentina, Equador, Venezuela e Bolívia que, durante as duas primeiras décadas do século XXI, em consonância com a presença de governos ditos populares, estabeleceram políticas públicas de comunicação.

No caso de Argentina, a sanção da Lei nº 26.522 (de Serviços de Comunicação Audiovisual) em outubro de 2009 definiu, no seu artigo nº 21, um “sistema de comunicação com três prestadores de gestão: estatal, privada com fins de lucro e privada sem fins de lucro (Cabral Filho, 2022, p 06). “Embora existam critérios que promovam a diversidade e limitem a concentração, não há referências a como administram a complementaridade ou mesmo

equidade nas licenças para radiodifusão” (Cabral Filho, 2022, p.06). No artigo nº 37, a normativa reconheceu a existência de “pessoas de direito público não estatal” (Cabral Filho, 2022).

Por sua vez, na Bolívia foi sancionada a Ley General de Telecomunicaciones (Lei nº 164 de 2011) através da qual se regulamenta:

[...] o uso equitativo e eficiente do espectro radioelétrico em nível nacional (Artigo 8), além da distribuição do total de canais da banda de frequências em quatro subdivisões (Estado e Comercial, até 33 por cento cada; Social comunitário, em até 17 por cento e Povos indígenas, originários e camponeses, comunidades interculturais e afro-bolivianas em até 17 por cento (Cabral Filho, 2022, p.07).

No Equador, a Ley Orgánica de Comunicación (2013) distribuiu o espectro disponibilizando “34 por cento do espectro radioelétrico ao setor comunitário, em função da demanda e da disponibilidade” (Cabral Filho, 2022, p.08); os 66 por cento restantes são distribuídos entre o setor público e privado em função da demanda, com o limite de não exceder a atribuição de frequências ao setor público em 10 por cento do espectro. Da mesma forma, estabelece através do artigo nº 36, que “os povos e nacionalidades indígenas, afro-equatorianas e montubias tenham direito a produzir e difundir em sua própria língua” (Cabral Filho, 2022, p.08).

Apesar de não explicitar a distribuição igualitária de frequências de radiodifusão - como estabelecido em Bolívia e Equador -, a Ley de Medios do Uruguai (Lei nº 19.307 de 2014) determinou o dever do Estado em garantir a diversidade e o pluralismo no sistema de serviços de comunicação audiovisual, dificultando a formação de oligopólios e monopólios; também reconheceu e promoveu a existência de serviços de comunicação audiovisual comerciais, públicos e comunitários (Cabral Filho, 2022).

Observamos como em esses países da América Latina, houve reserva do espectro eletromagnético para os diferentes prestadores de serviços de comunicação audiovisual (como na Bolívia e no Equador); da mesma forma, procurou-se estabelecer uma diferenciação dos segmentos do sistema e, até, em alguns casos, reconhecendo a necessidade de frequências para os povos originários, indígenas e afrodescendentes. Enfim, com todas as limitações e críticas que estas normativas possam suscitar, esses países conseguiram sancionar leis que regulamentaram a comunicação, procuraram limitar os monopólios e oligopólios, e indicaram critérios de pluralidade e diversidade nos seus sistemas de comunicação. No caso do Brasil, lembramos que a normativa vigente é o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962.

2.3.1. Conformação do Sistema Público de Comunicação: a criação da EBC

Para Jonas Valente do Coletivo Intervezes²⁹ a conformação de um Sistema Público de Comunicação no Brasil começou a se desenvolver com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)³⁰. Apesar de algumas tentativas anteriores, foi com a sanção da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008 que, a partir da fusão de estruturas midiáticas já existentes - como a Radiobrás e a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP) - criou-se a EBC. A Radiobrás era integrada por duas emissoras de TV (TV Nacional e o canal de TV a cabo NBR), quatro rádios, a Agência Brasil e a Radioagência Nacional. A ACERP, por sua parte, geria a TVE do Rio de Janeiro, a TV Educativa do Maranhão e as Rádio MEC e Nacional do Rio de Janeiro (Bucci, 2015).

A EBC é sucessora das antigas estruturas de comunicação do governo federal. Enquanto a Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão) - criada no ano de 1975 durante a ditadura militar - foi incorporada à nova instituição, a ACERP não pôde ser extinta por ser uma organização social. A solução dada foi sua contratação como prestadora de serviços para a recém criada empresa de comunicação pública do governo federal (Valente, 2009, p. 274).

Com a criação desta empresa de comunicação, o princípio da complementaridade do sistema de comunicação começou a ser colocado em prática, ao centralizar as estruturas de comunicação públicas que estavam dispersas numa única empresa pública não governamental. Em relação à televisão, ficaram sob responsabilidade da empresa a gestão dos canais: TV Brasil, NBR – o canal do governo federal – e a TV Brasil Canal Integración (Valente, 2009, p. 275). Em relação ao rádio, ficaram sob sua operação oito emissoras: Rádio Nacional da Amazônia (operando em ondas curtas), Nacional Brasília (AM e FM), Nacional do Rio de Janeiro (AM), MEC (AM e FM no Rio de Janeiro e AM em Brasília) e Mesorregional do Alto Solimões (AM com sede em Tabatinga, no Estado do Amazonas) (Valente, 2009, p. 276).

De acordo com Bucci (2015, p. 113-114), a criação desta empresa de mídia trouxe pelo menos um saldo positivo: “impulsionou e qualificou o debate sobre a cultura de comunicação pública não governamental”. No entendimento de Jonas Valente (2009, p. 269):

[...] a criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas.

²⁹ Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. Segundo o próprio *site* da organização, o coletivo “trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.” Disponível em: <https://intervezes.org.br/quem-somos/> Acesso em: 03 jun. 2024.

³⁰ Gobbi, Godoy e Navarro (2018, p. 104) traçam o percurso legal de criação da EBC: constituída inicialmente a partir da Medida Provisória (MP) nº 398/07, logo substituída pelo Decreto nº 6.246/07, e ratificada pela Lei nº 11.652/08.

Sobre o modelo de gestão e participação da EBC, inicialmente, foram definidas quatro instâncias: o Conselho Curador, o Conselho Administrativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

O Conselho Curador tinha como função deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas da política de comunicação proposta pela Diretoria Executiva da EBC. Também tinha como tarefa observar o cumprimento dos princípios e objetivos previstos na lei que criou a empresa e emitir parecer sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC, bem como sobre sua aplicação (Valente, 2009). Igualmente, cabia a este órgão a responsabilidade - caso fosse necessário - de demitir o presidente da EBC e demais integrantes da diretoria executiva, através da emissão de votos de desconfiança (Dionízio, 2022).

Este conselho era formado por 22 membros, dos quais 19 eram indicados pelo presidente da República: quatro representantes de ministérios do governo federal e 15 pessoas da sociedade civil. Dos três membros restantes, dois eram indicados pelo Congresso Nacional (um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal) e um pelos trabalhadores da própria empresa. Os representantes da sociedade civil e do Congresso Nacional tinham mandato de quatro anos, renovável apenas uma vez (Valente, 2009, p. 277-278).

De acordo com Dionízio (2022), o conselho era o instrumento mais importante para o controle social da EBC, pois conferia à empresa um grau de autonomia em relação ao governo federal na definição de sua linha editorial. Apesar da escolha dos primeiros representantes para o Conselho Curador responder a “critérios de regionalização, diversidade cultural e de experiências profissionais, e representatividade de minorias negra e indígena” (Dionízio, 2022, p. 23), a seleção dos representantes da sociedade civil foi questionada por ter sido realizada em forma arbitrária pelo presidente da República. Este mecanismo se aperfeiçoaria com o decorrer dos anos³¹, até 2016.

Por sua vez, o Conselho de Administração deliberava sobre o financiamento e o gerenciamento dos recursos físicos e humanos da EBC. Ele era formado por cinco membros: um presidente indicado pela Secretaria de Comunicação Social do Governo (Secom); um pelo diretor-presidente da EBC; um pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; um pelo Ministério das Comunicações; e o último pelos sócios minoritários da empresa que, como o controle do capital votante estava em posse do executivo federal, o quinto membro era, no fim

³¹ “Nos anos seguintes, o processo de renovação do Conselho foi sendo aprimorado, prevendo consulta pública, indicação de nomes pela sociedade civil e aprovação de novos membros pelo Conselho em exercício” (Dionízio, 2022, p. 24).

das contas, também indicado pela Secom (Valente, 2009, p. 278). O cargo de diretor-presidente era ocupado por uma pessoa nomeada pelo presidente da República por quatro anos. Os motivos para sair do cargo seriam por renúncia, por hipóteses legais ou determinação do Conselho Curador. “Isso significa que sua permanência ou alternância não estaria vinculada a mudanças de governos” (Gobbi; Godoy; Navarro, 2018, p. 107).

Quem avaliava o cumprimento da utilização dos recursos financeiros da empresa era o Conselho Fiscal. Esta instância era composta por três membros indicados pelo presidente da República, sendo obrigatório que um deles seja membro do Tesouro Nacional. A Diretoria Executiva, por último, era formada por um diretor-presidente e um titular para cada uma das cinco diretorias, sendo estas: jornalismo, programação e conteúdos, jurídica, administrativo-financeira e de serviços. Ainda havia superintendências: uma de rádios, que administra as emissoras da organização; e uma de rede, responsável pela montagem da relação contratual de cessão e repasse de conteúdos com outras emissoras (Valente, 2009, p. 278).

As composições destes conselhos e da diretoria da EBC, a partir do vínculo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, podiam comprometer a autonomia administrativa e política da própria empresa. Esta situação vai ficar ainda mais evidente com as mudanças na EBC, após o golpe que destituiu da presidência a Dilma Rousseff³². Em palavras de Gobbi, Godoy e Navarro (2018, p. 106):

Rotulada de “chapa-branca” pelas empresas comerciais e pelas concessões públicas outorgadas à iniciativa privada, essa adjetivação foi reforçada pela própria Lei 11.652/08 que criou a EBC e estabeleceu sua gestão e o Decreto 6.689/08 que definiu o estatuto social da empresa e que, assim como a lei citada, expressa o vínculo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), responsável pela assessoria do governo federal. A Lei 11.652/08 preconizava e preconiza, mais ainda depois da MP 744/16 e Lei 13.417/17, possibilidade de ingerência governamental.

Em relação ao financiamento, a EBC dependia de fontes orçamentárias e da captação externa proveniente de patrocínios, apoios culturais, publicidade institucional e legal, prestação de serviços, licenciamento de produtos e venda de anúncios comerciais. A legislação estabeleceu como fontes de receitas da empresa as dotações orçamentárias, a prestação de serviços, doações, a distribuição da publicidade legal do poder executivo, apoios culturais, publicidade institucional, receitas obtidas por meio de leis de incentivo à cultura e ao audiovisual (Valente, 2009, p. 281). Contudo, existe uma restrição legal que proíbe a veiculação de anúncios publicitários e esse tipo de linguagem nos apoios culturais e na publicidade institucional de entidades de direito público e privado veiculadas na programação

³² Esta questão será trabalhada no próximo ponto.

e limita este último tipo de conteúdo a no máximo 15% do tempo transmitido (Valente, 2009, p. 282). Segundo Gobbi, Godoy e Navarro (2018), a dependência financeira em relação ao orçamento da União era uma das formas de limitar a autonomia da EBC.

Sobre a programação, as emissoras de televisão públicas tinham perfil generalista e procuravam se diferenciar das emissoras comerciais pelo jornalismo, pelos debates e pelos programas culturais e infantis. Havia um enfoque predominante na divulgação da cultura local e regional, porém a diversidade de conteúdos era dificultada pela verticalização da produção (Valente, 2009, p. 284-285), enquanto a produção dos conteúdos é feita por uma emissora considerada como cabeça da rede, que “baixa” conteúdos e programas para suas emissoras retransmissoras.

As rádios públicas, por sua vez, apresentavam uma programação alternativa às emissoras comerciais. Possuíam um forte perfil musical, dando lugar a estilos sem apelo comercial como música popular brasileira e até mesmo música clássica. Esses conteúdos eram acompanhados de programas jornalísticos, culturais e educativos (Valente, 2009, p. 286-287).

2.3.2. Desmonte da EBC durante os governos Temer e Bolsonaro³³

Entre abril e agosto de 2016, a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) sofreu um processo de *impeachment* que a afastou do cargo³⁴. Quem assumiu o seu lugar foi o até então vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB). Uma das primeiras medidas do governo interino do presidente Temer foi a destituição do presidente da EBC, Ricardo Melo³⁵. No seu lugar, foi nomeado o jornalista Laerte Rimoli com passagem pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB). Rimoli também foi o responsável pela campanha presidencial de Aécio Neves (PSDB), em 2014, e foi designado para coordenar a comunicação da Câmara dos Deputados

³³ Para aprofundar mais sobre este tema, recomendamos a leitura da tese de Priscila Martins Dionízio (2022), pois apresenta em detalhe todas as ingerências e intervenções realizadas durante o governo de Temer e durante o primeiro ano (2019) do governo Bolsonaro.

³⁴ Entendemos que o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff foi um golpe à democracia, alimentado por um discurso machista e misógino contra a primeira presidenta mulher do Brasil. “O golpe disfarçado de *impeachment* significa a retomada do lugar do capital e do mercado como eixos orientadores da política econômica e, com eles, todo um processo de diminuição de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, com aumento dos privilégios dos capitalistas” (Gomes, 2018, p.151).

Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25458/1/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%20c3%aanero.pdf#page=35> Acesso em: 06 ago. 2024.

³⁵ O jornalista Ricardo Melo foi nomeado pela presidenta Dilma Rousseff nove dias antes da abertura do processo de *impeachment*. A permanência de Melo como presidente deveria ser até o ano de 2020, como foi definido pela Lei nº 11.652/2008 (Gobbi; Godoy; Navarro, 2018, p. 107).

pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), função que desempenhou entre fevereiro de 2015 e maio de 2016.

Além da demissão do diretor-presidente da EBC, outras medidas adotadas à época pelo presidente interino foram a suspensão dos contratos e programas da TV Brasil³⁶ (Liedtke, 2016). Igualmente, o presidente interino através da Medida Provisória nº 746/16 extinguiu o Conselho Curador da EBC, espaço de participação social que reunia quinze representantes da sociedade civil. Outra consequência desta medida foi a substituição da Secom pela Casa Civil da Presidência da República, como órgão a quem a empresa devia responder (Oliveira; Napolitano, 2023). Ao extinguir o Conselho Curador, a responsabilidade de manter ou destituir membros da EBC (até o próprio presidente da empresa) ficou nas mãos do presidente da República.

A medida provisória foi ratificada pelo Congresso Nacional com a sanção da lei nº 13.417/17, que instituiu o Comitê Editorial e de Programação como órgão que substituiu o extinto Conselho Curador. Este novo comitê contava com onze representantes³⁷ e mantinha o caráter consultivo e deliberativo. Sua função era fiscalizar as mudanças na linha editorial propostas pela Diretoria Executiva da EBC, observando o respeito aos princípios da radiodifusão pública; igualmente, tinha a faculdade de convocar audiências e consultas públicas para debater sobre a produção dos conteúdos e avaliar a qualidade dos serviços prestados (Dionízio, 2022).

O caráter deliberativo e consultivo do novo Comitê Editorial, no entanto, foi vetado pelo presidente Temer, quando da sanção da Lei (Lei 13.417 de 02 de março de 2017), sob a justificativa de que poderia ferir as almejadas flexibilidade, agilidade e eficiência na gestão da EBC, propostas pelo texto original da Medida Provisória – a MP foi informalmente chamada de Reestruturação Modernizadora da EBC (Dionízio, 2022, p. 37).

Em consequência, a gestão da empresa ficou centralizada no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva. Para Gobbi, Godoy e Navarro (2018) estas medidas

³⁶ Alguns dos programas que foram extintos: Espaço Público, Brasilianas.org, Observatório da Imprensa, com Alberto Dines, Estúdio Móvel e Arte do Artista, além das transmissões de jogos das Séries C e D do Campeonato Brasileiro de Futebol. Os trabalhadores da EBC sofreram com censura e direcionamentos de pautas favoráveis ao governo (Gobbi; Godoy; Navarro, 2018, p. 109).

³⁷ Em seu artigo 15, a Lei 13.417/17 define que “O Comitê Editorial e de Programação, órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade na EBC, terá natureza consultiva e deliberativa, sendo integrado por onze membros indicados por entidades representativas da sociedade, mediante lista tríplice, e designados pelo Presidente da República”. Entre os representantes, estavam: um de emissoras públicas de rádio e televisão; um dos cursos superiores de Comunicação Social; um do setor audiovisual independente; um dos veículos legislativos de comunicação; um da comunidade cultural; um da comunidade científica e tecnológica; um de entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes; um de entidades de defesa dos direitos humanos e das minorias; um de entidades da sociedade civil de defesa do direito à Comunicação; um dos cursos superiores de Educação; e um representante dos empregados da EBC.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm Acesso em: 06 ago. 2024

desvirtuaram a caracterização da empresa pública não governamental, pois possibilitou ainda mais a ingerência do governo.

É importante mencionar que estas interferências na gestão da EBC não passaram despercebidas. Diversas entidades, parlamentares e movimentos sociais se manifestaram contra a intervenção do governo interino na EBC. Por exemplo, foi criada a Frente Nacional em Defesa da EBC e da Comunicação Pública; por sua vez, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) organizou a campanha “A EBC é sua: por uma comunicação pública inclusiva, plural e cidadã” (Liedtke, 2016); a Federação Nacional dos Jornalistas defendeu a EBC e o mandato de quatro anos do jornalista Ricardo Melo. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) criticaram as mudanças estabelecidas pelo governo Temer (Gobbi; Godoy; Navarro, 2018).

Outro golpe sofrido pela EBC aconteceu no primeiro ano (2019) do governo do então presidente Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL), quando os canais TV Brasil e NBR foram fusionados por meio de uma portaria. Como consequência, a nova TV Brasil começou a exibir, em sua programação, flashes com o presidente da República, coletivas de imprensa com ministros, entrevistas e programas com informações institucionais do governo – programação que, antes, era responsabilidade da NBR (Dionízio, 2022, p. 29) - desvirtuando assim o caráter de canal público ao unir na sua grade de programação informações relativas ao governo.

Do mesmo modo, houve um aumento significativo das denúncias dos/as trabalhadores/as da EBC relatando censura. O assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) e do motorista, Anderson Gomes, em março de 2018; a violação dos direitos dos povos originários e o desmatamento da Amazônia, foram alguns dos temas que sofreram restrições nas suas coberturas jornalísticas (Dionízio, 2022).

Ainda durante o governo Bolsonaro foram sancionadas duas leis que interferiram ainda mais no funcionamento da EBC, ameaçando colocar a empresa de comunicação nas mãos do capital privado. O Decreto nº 10.354/20 dispôs sobre a qualificação da avaliação de alternativas para parcerias da EBC com a iniciativa privada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Por sua vez, o Decreto nº 10.669/21 colocou a EBC no Programa Nacional de Desestatização (PND), ou seja, tinha como objetivo a privatização da empresa pública (Oliveira; Napolitano, 2023).

Todas essas medidas implementadas durante os governos de Temer e Bolsonaro procuraram desmontar o projeto de Comunicação Pública sintetizado na EBC. Gobbi, Godoy e Navarro (2018, p. 117) afirmam que:

[...] a desconstrução da EBC vai contra os preceitos legais para fomentar a democratização da comunicação e da informação, que teriam como intuito o equilíbrio do sistema comunicacional brasileiro, historicamente dominado pela unilateralidade de discursos da imprensa comercial.

Com a eleição de Lula (PT) em 2022 para seu terceiro mandato como presidente do Brasil, a EBC foi excluída do PND. “O anúncio foi feito no dia 1º de janeiro de 2023, durante a posse, quando ele assinou despacho para que os ministros encaminhem proposta para retirar de programas de desestatização empresas públicas como Petrobras, Correios e EBC” (Nitahara, 2023, p. 29).

Para meados de 2023, apesar de não se falar mais no fechamento das emissoras vinculadas à EBC, ainda não tinha sido apresentada uma proposta para a migração da Rádio MEC para o FM (Nitahara, 2023), lembrando que, para o fim desse ano, as transmissões em AM estariam sendo desligadas. Nitahara (2023) reconhece a mudança nos rumos dos discursos e práticas sobre a EBC com a chegada do novo governo, porém sinaliza que ainda faltam tomar algumas medidas para que a empresa possa “retomar as melhores práticas da Comunicação Pública no Brasil” (Nitahara, 2023, p. 30). Principalmente, a recriação do Conselho Curador ou algum outro órgão de participação social, que represente os interesses da sociedade civil nos canais da EBC (Nitahara, 2023).

Nesse sentido, em matéria publicada no *site* do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação³⁸, indica-se que para final de 2023, o governo formou um grupo de trabalho com o objetivo de debater a participação social dentro da EBC. Representantes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), da EBC, do antigo Conselho Curador e de entidades representativas dos trabalhadores integram este GT que, como resultado dos debates, propôs a criação do Comitê Editorial e de Programação, órgão de natureza consultiva e deliberativa formado por 11 membros. Em abril de 2024, através do Decreto nº 12.005, o governo estabeleceu a criação do Comitê, porém até esse momento os representantes do colegiado não tinham sido convocados pois o ministro Paulo Pimenta foi deslocado da Secom para auxiliar na reconstrução do Rio Grande do Sul, após a tragédia provocada pelas enchentes em maio de 2024.

³⁸ Disponível em: <https://fndc.org.br/plenaria-cobra-participacao-social-na-ebc-ao-governo-lula/> Acesso em: 06 ago. 2024.

No próxima próxima seção, aprofundamos sobre o surgimento da radiodifusão no Brasil, as naturezas educativas e experimentais das primeiras emissoras e definimos as características e funções próprias das rádios universitárias.

3 RÁDIOS EDUCATIVAS, RÁDIOS PÚBLICAS, RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS: UM BREVE HISTÓRICO, INICIATIVAS PIONEIRAS E CARACTERÍSTICAS DAS EMISSORAS UNIVERSITÁRIAS

Se fosse classificar estas emissoras estudadas - as estatais, educativas, culturais e universitárias que integravam o sistema educativo até o final dos anos 90 - exclusivamente com base na Constituição Federal em vigor, não poderia reuni-las num mesmo sistema. Isto porque a Constituição de 1988 estabeleceu três sistemas para a radiodifusão - o privado, o estatal e o público - e sua complementaridade.

Mas até hoje não houve a regulamentação. E a legislação que disciplina a radiodifusão, da década de 60 do século 20, encontra-se totalmente desatualizada, há muito não dando conta disciplinar e estruturar o setor

Valci Zuculoto (2012, p.19)

Neste capítulo nos debruçamos sobre o desenvolvimento e o papel das rádios universitárias no Brasil. Na trajetória deste tipo de emissoras - até antes de existirem as propriamente universitárias - observamos as características próprias das rádios educativas que nasceram diferenciando-se do modelo comercial e como, com o decorrer dos anos, adotaram o caráter de públicas (Zuculoto, 2012).

Analisamos os passos iniciais da radiodifusão no Brasil, para compreender de que forma foi se desenvolvendo o meio, suas características iniciais e a hegemonia do modelo comercial de radiofonia. Nesse sentido, para obter um panorama geral e histórico, apresentamos as periodizações elaboradas por Luiz Artur Ferraretto (2000, 2012) e por Valci Zuculoto (2012), este último sobre as emissoras públicas (educativas, culturais, estatais e universitárias). Da mesma forma, caracterizamos o Serviço Público de Radiodifusão (UNESCO, 2006; Bucci, Chiaretti, Fiorini, 2012). Estabelecemos as diferenciações entre rádio comercial, comunitária e educativa segundo as outorgas determinadas por lei. Analisamos, igualmente, a emergência da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro - logo Rádio MEC - como uma das emissoras pioneira no segmento educativo e que para Zuculoto (2012) será também o pontapé inicial da radiodifusão pública; e da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), primeira emissora universitária do Brasil (Quadros, 2024).

Por último procuramos com Bianco, Pinheiro e Lopez (2024); de Deus (2003); Kischinhevsky (2019); Kischinhevsky *et al* (2022); Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019); Temer *et al* (2019); Spenthof (2013) nos aproximar das características próprias das rádios universitárias. Entre educativas e públicas, quais os papéis que as rádios universitárias desempenham na atualidade? Como cumprem com a função cara a uma instituição superior de ensino, pesquisa e extensão? Qual o papel que as rádios universitárias têm na democratização do conhecimento e da comunicação?

3.1. Radiodifusão no Brasil: de educativa e experimental a comercial, pública e estatal

No estado de Pernambuco, a Rádio Club de Pernambuco - fundada no ano de 1919 - é considerada a primeira emissora brasileira (Maranhão Filho, 2000). Pesquisadores vinculados ao Grupo Temático História da Mídia Sonora da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia - ALCAR elaboraram a Carta de Natal³⁹, onde referendam que a radiodifusão brasileira teve início com as transmissões pioneiras da Rádio Club de Pernambuco, a partir de 6 de abril de 1919.

Por sua vez, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro fundada por Roquette-Pinto em 1923 é considerada uma das emissoras precursoras da radiodifusão no país. Esta rádio, que desde seu começo teve uma função educativa e de divulgação de conhecimento científico, foi doada para o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1936, adotando o nome de Rádio MEC e continua em funcionamento até hoje. Para Zuculoto (2015, p.65):

A Rádio MEC, na compreensão dos meus estudos acerca do rádio público, é marco inicial do desenvolvimento do grupo, sendo considerada a primeira emissora educativa pública do país. Começou esta sua trajetória própria enquanto rádio vinculada ao Ministério da Educação, em 1936.

Nesses primeiros passos da radiodifusão no Brasil, tanto a Rádio Club como a Rádio Sociedade tinham um caráter educativo e experimental (Gianelli, 2019); o começo foi marcado também pelo amadorismo, pelos aportes financeiros e de discos realizados pelos associados das rádios clubes (Gianelli, 2019). No entanto, o caráter comercial das emissoras de rádio brasileiras não demorou em aparecer. Com o decorrer dos anos, de acordo com Carlos Gianelli (2019, p. 174): “As rádios não seriam mais financiadas apenas por sócios ou por doações esporádicas de outros contribuintes, mas por marcas, as quais passaram a anunciar seus produtos”.

Foi durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) que houve dois modelos de radiodifusão passíveis de serem adotados: “o estadunidense, que era basicamente comercial, com pouca interferência estatal; ou o modelo britânico e alemão, de um rádio fortemente estatal com quase nenhuma influência dos parâmetros comerciais em seu funcionamento” (Gianelli, 2019, p. 175). Um fator chave para a adoção do modelo comercial estadunidense foi o desenvolvimento da radiodifusão nos países vizinhos, principalmente Argentina e Uruguai.

Com o avanço da radiofonia argentina, Vargas tinha que tomar essa decisão rapidamente para que o país vizinho não acabasse influenciando política e culturalmente o Brasil. Por não ter tempo hábil para o estabelecimento de uma estrutura estatal robusta para a implementação do modelo britânico ou alemão, a

³⁹ A elaboração da Carta foi definida durante o XII Encontro Nacional da História da Mídia, promovido pela Alcar, em Natal, no Rio Grande do Norte, de 19 a 21 junho de 2019. Disponível em: <https://redealcar.org/carta-de-natal/> Acesso em: 14 ago. 2024.

opção foi fortalecer o caráter comercial das emissoras brasileiras para que pudessem expandir seus negócios. (MCCANN, 2004). Mais adiante, na década de 1940, com a aquisição da Rádio Nacional pelo governo do Estado Novo, o Brasil terá uma emissora de caráter misto figurando entre os modelos de rádio estatal, mas com forte apelo comercial (Gianelli, 2019, p. 175).

Para possibilitar a adoção do modelo estadunidense foram sancionados dois decretos durante o governo de Vargas: o Decreto nº 20.047 de maio de 1931 que estabeleceu que os serviços de radiodifusão fossem de interesse nacional (Angeiras, 2021, p. 70); e o Decreto nº 21.111 de março de 1932, que regulamentou a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, incluindo a radiodifusão como radiocomunicação de sons ou imagens destinados a ser livremente recebidos pelo público (Angeiras, 2021; Gianelli, 2019).

Assim, as estações passaram a ser classificadas como serviços de radiodifusão. Para Gianelli (2019), no entanto, o artigo nº 12 do Decreto nº 20.047/1931 ainda remetia fortemente à origem e à proposta científica e educativa que o rádio possuía ao afirmar que: “O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional” (Gianelli, 2019, p. 175).

Uma das mudanças que o Decreto nº 21.111/1932 permitiu foi a autorização da transmissão de publicidade comercial.

Essa novidade possibilitará às rádios terem outra fonte de renda além do modelo de rádios clube, que dependia fundamentalmente dos sócios. Com a entrada dos comerciais, muitas marcas passarão a investir pesado no rádio como meio de comunicação, tendo em vista o alcance territorial imenso que, aos poucos, vai adquirir (Gianelli, 2019, p. 176).

Com essas novas possibilidades abertas pelas normativas de fontes de financiamento para o funcionamento das emissoras, Roquette-Pinto negou-se a adotar o caráter comercial, enquanto a maioria das rádios assumia esse padrão. Por isso, na doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o MEC ficou estabelecido a continuidade do seu perfil educativo e cultural (Zuculoto, 2015, p. 66).

Para a pesquisadora e professora Valci Zuculoto (2012), os decretos sancionados pelo governo Vargas tiveram duas importantes consequências para a radiodifusão no Brasil: por um lado, o desenvolvimento do sistema comercial; por outro, o surgimento do sistema educativo.

Foi uma das primeiras legislações para o rádio, a que autorizava o uso da publicidade nas emissoras pioneiras - regulamentado no Decreto presidencial de Getúlio Vargas número 21.111, de março de 1932 - , que deu início ao sistema que mais se desenvolveu e hegemônizou as ondas do rádio no Brasil, o comercial. Mas também foi esta legislação demarcadora do advento do rádio comercial que acabou provocando o surgimento do sistema educativo. Além disso, o decreto autorizando a publicidade radiofônica transformou radicalmente o curso do modelo de programação da radiodifusão brasileira que poderia, a exemplo da europeia, ter prosseguido não comercial. A final, a programação com objetivos educativos e

culturais foi a marca e o ideal desde as primeiras transmissões da radiofonia nacional (Zuculoto, 2012, p. 98).

Nos detemos no momento histórico de surgimento da radiodifusão no Brasil porque consideramos que o caráter comercial adotado a partir do arcabouço legal do governo Vargas - que possibilitou o financiamento das emissoras através da publicidade - será determinante para o desenvolvimento das mídias no decorrer dos anos.

Desse momento em diante, o rádio no Brasil seguirá fortemente comercial, com o desenvolvimento das emissoras educativas e universitárias ocorrendo, de certo modo, em paralelo. Estas, por sua vez, não são de caráter estatal (porta-voz oficial do governo federal, por exemplo) e muito menos têm a sua sobrevivência baseada em índices de audiência. As rádios educativas e universitárias configuram-se, desde a sua formação, em espaços mais democráticos e complexos, que abrangiam a veiculação de informações que não seriam de interesse comercial ou estatal e que funcionavam como um importante laboratório para o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil (Gianelli, 2019, p. 178 - 179).

As duas normativas estiveram em vigência até a redação e publicação, no ano de 1962, do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), ainda em vigor (Angeiras, 2021, p. 71). Com o passar do tempo, além do CBT, outras normativas entraram em vigência, como o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999. Esses documentos propõem uma definição de radiodifusão educativa:

[...] é o Serviço de Radiodifusão Sonora (rádio) ou de Sons e Imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional (Lopez, 2011, p. 8).

Com o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil no começo do século XX, utilizou-se a expressão de comunicação pública vinculada à comunicação estatal e a implantação da radiodifusão (Matos, 2007), em contraste com a radiodifusão privada e comercial. Para poder transmitir seus sinais, os meios eletrônicos precisam ser autorizados através da concessão pública de uma outorga de radiodifusão. Em consequência, com a emergência da radiodifusão se consagrou a expressão de Comunicação Pública entendida como comunicação estatal. Neste ponto, Marina Koçouski (2012) indica que parte da confusão entre Comunicação Pública e radiodifusão se deve a este vínculo inicial.

Uma dificuldade para uma visão mais abrangente da comunicação pública no Brasil é o fato do termo ser associado quase exclusivamente à existência de um sistema de radiodifusão pública (Koçouski, 2013, p. 51).

A Comunicação Pública também precisou se distinguir da comunicação comercial, como indica a pesquisadora Márcia Duarte (Lima, 2001 *apud* Duarte, M., 2007, p. 107-108):

O rádio primeiro e a televisão, logo depois, foram sendo consolidados como sistemas hegemonicamente privados, comerciais, sustentados pela publicidade, regulados por decretos de 1931 e 1932, durante o regime instalado pela Revolução

de 30, chefiado por Getúlio Vargas. [...] a opção prioritária por um modelo privado-comercial de radiodifusão foi feita nos gabinetes do poder, sem debate e sem participação da sociedade civil. [...] Até hoje, as diferentes opções de organização da radiodifusão permanecem uma não-questão para a grande maioria da população brasileira. A sociedade não teve a opção de escolher. E ainda não se deu conta de que tem o direito de fazê-lo.

A continuação veremos as diferentes etapas que a radiodifusão sonora atravessou no Brasil.

3.2. As fases da radiodifusão brasileira

Luiz Artur Ferraretto (2000) elaborou uma linha cronológica das fases da radiodifusão sonora no Brasil. Ele divide estas fases em seis grandes momentos:

1) Fase de implantação (que vai desde os anos 1919 a 1932): quando nascem a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a Rádio Clube de Pernambuco e a Rádio Clube Brasil.

2) Fase da Estruturação (de 1932 a 1940): quando são sancionados os decretos do presidente Getúlio Vargas que permitiram a publicidade como forma de financiamento e o papel central do Estado no processo de outorgas e concessões de radiodifusão. O modelo de financiamento comercial trouxe como uma de suas consequências a cessão da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o Ministério de Educação e Saúde Pública, no ano de 1936. Com este gesto, inaugurou-se a radiodifusão educativa. Também nasceu nesse mesmo ano a Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

3) O apogeu do rádio espetáculo (de 1940 a 1955): quando o rádio converte-se em um veículo de massas. Em 1940, a Rádio Nacional do RJ foi assumida pelo Estado, porém manteve um modelo de financiamento comercial. Durante este período, houve grandes investimentos nas produções radiofônicas, com a realização e grande sucesso das radionovelas assim como programas de auditório e humorísticos. Também nesta fase inicia-se o radiojornalismo com a criação do “Repórter Esso”, como síntese noticiosa.

4) Fase da decadência (de 1955 a 1970): com a chegada da TV ao Brasil começou a decadência do rádio espetáculo, uma vez que as emissoras sonoras perderam verbas publicitárias, além de profissionais, que passaram a trabalhar para os canais e programas de TV. Nesses anos, começaram as emissões da primeira rádio universitária, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande Sul, emissora sem fins comerciais. Da mesma forma, iniciou-se a comercialização e venda de aparelhos de rádio transistorizados que reduziram significativamente o tamanho dos equipamentos de recepção das ondas sonoras. Enquanto o aparelho da TV passou a ocupar o lugar central da sala das casas brasileiras, com a então nova

tecnologia do transistor, o rádio começou a ser ouvido individualmente. Por sua vez, o golpe militar de 1964 perseguiu jornalistas e cassou concessões de rádio.

5) A reestruturação (de 1970 a 1983): começaram a aparecer as primeiras emissoras em Frequência Modulada, com menor alcance, porém com melhor qualidade sonora. O governo militar executou o projeto Minerva⁴⁰, que se propunha alfabetizar - através das ondas do rádio e da TV - com programas de ensino à distância. Em 1975 foi criada a Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão), que absorveu a Rádio Nacional do Rio de Janeiro (Nitahara, 2023).

6) A segmentação e as redes via satélite (a partir de 1983): as emissoras que transmitiam em FM converteram-se em rádios musicais enquanto as AM focaram mais no jornalismo, esportes e serviços. No ano de 1982, foi criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), integrado por diversas rádios educativas. Em 1991, a rede Globo criou a Central Brasileira de Notícias (CBN). No ano de 1998, a Fundação Roquette-Pinto foi transformada em Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP).

Por último, Ferraretto (2012) propõe a fase de Convergência, que é possível pela consolidação da telefonia celular - introduzida no Brasil a partir de 1990 - , e da internet, cujo acesso comercial foi liberado em 1995. Nesse sentido, este período histórico é influenciado pelos novos modos de acesso à informação e de relacionamento derivados destas duas tecnologias (Ferraretto, 2012, p.17).

Embora presentes nas novas tecnologias do celular e internet, esta fase ainda mantém características próprias do meio radiofônico, como:

[...] a possibilidade de recepção da informação enquanto o indivíduo realiza outra atividade; e a capacidade do meio atuar como uma espécie de companheiro virtual, com cada integrante do público recebendo a mensagem como se fosse o único destinatário desta (Ferraretto, 2012, p. 19).

Estas duas propriedades são reforçadas pelo que Kischinevsky (2009) chama de “cultura da portabilidade”⁴¹ que está associada ao celular, reunindo num aparelho só telefonia, internet e rádio, assim se constituindo como uma das principais responsáveis pela ideia de interatividade presente nas emissões e dominante nesta fase (Ferraretto, 2012, p. 19).

O panorama histórico elaborado por Ferraretto (2000, 2012) e apresentado brevemente aqui, refere-se às emissoras comerciais. Embora proporcione alguns elementos sobre como se

⁴⁰ Este projeto foi criado em 1970 e executado durante vinte anos. Produzido pela Rádio MEC, oferecia um curso supletivo tanto pela televisão como pelo rádio (Nitahara, 2023).

⁴¹ A cultura da portabilidade já era uma característica do aparelho radiofônico, uma vez introduzidos no mercado os rádios transistorizados, que permitiram o deslocamento do aparelho receptor do espaço central da casa - como a sala - para os cômodos ou outros espaços do lar.

desenvolveu o segmento das rádios educativas e universitárias, o andamento dessas emissoras percorre caminhos diferentes, precisando assim, de uma cronologia específica. Portanto, para falar deste segmento, recorreremos ao trabalho de Valci Zuculoto (2012) no seu livro “A programação de rádios públicas brasileiras”. Nessa publicação, a pesquisadora elaborou uma “proposta de periodização” das rádios educativas e públicas que difere da construída por Ferraretto para as rádios comerciais.

3.2.1. Fases da radiodifusão pública: das rádios educativas às emissoras públicas

Com o objetivo de estabelecer uma periodização do campo das rádios públicas, Zuculoto (2012) resgatou a proposta elaborada por Marlene Blois⁴² (1996), como ponto de partida para a elaboração de sua linha de tempo. De acordo com Zuculoto (2012), a constituição da rádio pública brasileira é composta pelas seguintes fases:

3.2.1.1. Pioneira (desde a década de 1920 até início dos anos 1940): nesta fase inicial não havia distinção entre a radiodifusão comercial e não comercial. As concepções elaboradas por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do RJ de transmitir educação e cultura pelas ondas do rádio são adotadas por todas as emissoras dentro deste período histórico (Zuculoto, 2012).

Nos anos 20 e 30, o período de implantação do rádio no Brasil, o país possuía poucas emissoras de rádio. Dentre estas, estavam as duas estações que, com o decorrer do tempo, se transformaram em referência do sistema público: as hoje chamadas Rádio MEC do Rio de Janeiro e a Cultura AM de São Paulo⁴³ (Zuculoto, 2012, p. 90)

Outra emissora que começou suas operações durante estes anos foi a Rádio Inconfidências de Minas Gerais. A Rádio Sociedade do RJ e a Cultura de SP já se definiam como veiculadoras de educação e cultura e procuravam assim definir suas programações seguindo esta linha editorial (Zuculoto, 2012, p.90)

Em 1936, com a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro de Roquette-Pinto ao MEC, deu-se início ao sistema de radiodifusão brasileira que durante “décadas se organizou sob a denominação de sistema de rádio educativo” (Zuculoto, 2012, p. 91). As demais emissoras desta fase inicial, que tomaram como referência à rádio criada por Roquette-Pinto, também transmitiam programas com conteúdos que tinham finalidades educativas e culturais,

⁴² Blois (1996) sinalizou os seguintes momentos históricos: 1ª fase: pioneira (1923-1928); 2ª fase: Formação de cadeias de radiodifusão (1929-1940); 3ª fase: entre os anos de 1941 a 1966 com as Escolas Radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB); criação do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENA) e a inauguração da primeira rádio universitária no Rio Grande do Sul. 4ª fase: entre 1967 a 1979, o funcionamento do projeto Minerva e a criação da Radiobrás. E 5ª fase: entre 1979 a 1995, criação do SINRED em 1983.

⁴³ Esta emissora começou como privada e em 1969 passou a fazer parte do grupo das públicas, ao integrar a Fundação Padre Anchieta (Zuculoto, 2012, p.90).

construindo suas grades de programação com música erudita principalmente, óperas, conferências, palestras e verdadeiras aulas (Zuculoto, 2012).

3.2.1.2 Ensino pelas ondas radiofônicas (meados dos anos 1940 até começo da década de 1970): é o período no qual o sistema de rádio começa a se desenvolver e procura se afirmar como educativo (Zuculoto, 2012, p. 68). Foram produzidos e transmitidos programas de educação formal e instrucionais, com incremento de aulas pelas ondas radiofônicas, como por exemplo: matemática, educação física, idiomas, português, história, entre outras disciplinas escolares (Zuculoto, 2012).

Enquanto o rádio comercial vivia sua fase áurea, a partir da estatização da Rádio Nacional do RJ, a Rádio MEC começava a se firmar como referência no segmento educativo (Zuculoto, 2012).

Nesta fase, aparece a primeira emissora universitária vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que entrou no ar em 1957. Em 1969, a Cultura de SP, em operação desde 1936, deixou de ser comercial e passou a ser propriedade da Fundação Padre Anchieta, organização vinculada ao governo estadual paulista (Zuculoto, 2012, p. 68). O golpe militar de 1964 favoreceu⁴⁴ o crescimento deste segmento, uma vez que os militares elaboraram políticas de integração nacional baseadas na radiodifusão e, principalmente, com os estímulos ao desenvolvimento da educação radiofônica (Zuculoto, 2012, p. 69).

No ano de 1970, sob a coordenação do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, começou a ser produzido e transmitido o Projeto Minerva, projeto no qual a Rádio MEC participou da produção, geração e como uma das suas retransmissoras (Zuculoto, 2012). Para esta autora, o Projeto Minerva:

[...] pelos seus objetivos, linhas programáticas, estrutura de produção e transmissão, pode ser resgatado como a maior expressão do período em que o rádio do campo público, ainda com algumas dezenas de emissoras, consolidou seu perfil voltado à educação e cultura. E então, o segmento passou a ser designado como sistema educativo de rádio (Zuculoto, 2012, p.126).

3.2.1.3. Era de ouro do rádio educativo (início de 1970 até final da década de 1980): sob a influência da legislação, dos avanços das tecnologias da comunicação e da intensificação das políticas dos governos militares, as emissoras dedicaram seus esforços para o ensino

⁴⁴ De modo geral, podemos afirmar que as emissoras educativas se beneficiaram das políticas de integração nacional desenvolvidas pelo governo militar. Porém, também houve perseguições, demissões e interferências nas rádios. “A Rádio MEC do Rio de Janeiro, já consolidada como uma das líderes do segmento, é uma das mais impactadas, com demissões e perseguições aos seus funcionários, retirada de programas referenciais da grade de programação, além de destruição de acervo. O cotidiano da emissora também é vivido sob uma ditadura” (Zuculoto, 2015, p. 71-72).

instrucional (Zuculoto, 2012, p. 69). Dentre os diversos projetos de ensino pelo rádio, o Projeto Minerva adquiriu maior relevância.

O ensino instrucional pelas ondas do rádio atinge seu ápice, portanto é esta sua fase áurea. E a ditadura militar instaurada no país com o golpe de 64 vislumbra exatamente na proposta da educação a distância pela radiofonia um dos principais canais para a divulgação e formação da opinião pública a favor de suas ideias - e não apenas pelas emissoras públicas, como também, com bastante força, pelo já potente e hegemônico rádio comercial brasileiro (Zuculoto, 2012, p.131).

Integrante do Sistema de Rádios Educativas, a Rádio MEC participava tanto da produção quanto da veiculação de séries educativas e do próprio Minerva, “mas também era umas das principais geradoras do Projeto para todo o país” (Zuculoto, 2012, p.133)

Nesta época, começaram a operar outras importantes emissoras educativas, como foi o caso do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), que tem vinculação com o governo baiano. A Rádio Educadora FM - pertencente ao IRDEB - foi fundada em 1978 com programação com finalidades instrucionais e educativas, porém também com muita música (Zuculoto, 2012, p.136).

Uma vez finalizado o Projeto Minerva, o número de emissoras educativas cresceu, especialmente as de Frequência Modulada. Em 1983, a Rádio MEC do Rio de Janeiro começou a transmitir em FM, enquanto ainda emitia em AM. As grades de programação eram segmentadas, pensadas para públicos diferentes: “na AM privilegia-se a MPB e na FM, o repertório clássico com ênfase no erudito” (Zuculoto, 2012, p.146).

Da mesma forma, durante este período, a educação não formal avançou como linha de programação, com o estabelecimento de cadeias retransmissoras, possibilitadas pela tecnologia do satélite (Zuculoto, 2012). Foi instituído o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED) “que reuniu emissoras educativas em co-produções e transmissões de programas em cadeia nacional” (Zuculoto, 2015, p. 73). A partir de acordos informais entre as emissoras, o SINRED começou a tomar forma em 1982, “com a definição de produções conjuntas de programas informativos, educativos, culturais e musicais sobre as diversas regiões brasileiras, para serem transmitidos em cadeia pelas estações integrantes do projeto” (Zuculoto, 2012, p. 143). Este sistema funcionou entre os anos de 1983 a 1988.

[...] enquanto o sistema comercial brasileiro seguiu mais o padrão radiofônico norte-americano, o grupo estatal/público, declaradamente, inspirou-se no modelo europeu. Até porque a radiofonia da Europa historicamente foi pública e se destacou internacionalmente como emissoras como a BBC de Londres (Inglaterra), a Rádio Netherlands (Holanda), a Rádio France (França), e Deutsche Welle Radio (Alemanha) (Zuculoto, 2012, p.145).

3.2.1.4. A explosão das FMs educativas e universitárias (década de 1990): estas emissoras começaram a se denominar de “rádios públicas”. Durante os anos 90, a FM com finalidades educativas se expande fortemente e incrementa o segmento educativo.

O papel, a função, a razão de existência e em especial as formas de financiamento para sobrevivência destas rádios [educativas, culturais, estatais e universitárias] estavam cada dia mais em questionamento, inclusive por elas próprias. A sua ‘fase de ouro’ havia passado, o SINRED não mais existia, embora boa parte das emissoras, no rastro do sistema, continuasse retransmitindo especialmente a programação da Rádio MEC-Rio, que era a cabeça-de-rede, e também produções de outra estação referencial do grupo, a Cultura paulista (Zuculoto, 2012, p.167).

As rádios universitárias organizaram-se e criaram a Rede Universitária de Rádios, realizando uma série de coberturas jornalísticas e transmissões das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (Zuculoto, 2012). Esta experiência durou quase uma década (a partir de 1994), porém nunca foi institucionalizada (Zuculoto, 2015). Em algumas de suas sete edições, a rede reuniu a maioria das emissoras de rádio estatais, educativas, culturais e universitárias funcionando naquele então (Zuculoto, 2012, p.167).

Possibilitada pela tecnologia do satélite e da internet, com a organização da Rede Universitária de Rádios, surgiu o entendimento de que podiam ser consideradas “rádios públicas”. Esta adjetivação, segundo Zuculoto (2012) faz referência a forma de gestão e, principalmente, a programação.

Por isso, é quando a maioria passa a se autoproclamar rádio pública, mesmo as que não se enquadram nesta natureza de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988). São estas, justamente e principalmente, as estatais e as culturais, educativas e universitárias que estão vinculadas a governos ou a instituições do Estado. E por esta condição, num alinhamento rigoroso, deveriam se apresentar como pertencentes ao sistema estatal estabelecido pela Constituição (Zuculoto, 2012, p. 178).

Um dos principais motivos para o fim da Rede Universitária de Rádios “foi a falta de recursos e as constantes trocas de direções das emissoras, em função das mudanças de governos e reitorias” (Zuculoto, 2015, p. 74).

3.2.1.5. Em busca do Sistema Público de Rádio (anos 2000): momento caracterizado pelas discussões em torno de quais rádios podiam ser consideradas públicas, e sobre os sistemas público e estatal de rádio (Zuculoto, 2012). Também este período é marcado pelos debates sobre padrões digitais para rádio e TV a partir do avanço da tecnologia.

Acirra-se também o debate e a movimentação para a implantação do sistema público da radiodifusão, embora a Constituição de 88 continue sem regulamentação neste quesito. A legislação específica para o setor também segue desfasada e o há muito reivindicado novo marco regulatório para toda a área das comunicações igualmente permanece no plano de reivindicação e debate (Zuculoto, 2012, p.203).

Em 2004, foi fundada a Associação de Rádios Públicas do Brasil (ARPUB) e, em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). As emissoras produziram uma cobertura conjunta, em rede, das eleições de 2010, sob coordenação geral e organização da EBC e ARPUB, com a participação de mais de 25 estações públicas e estatais brasileiras e oito internacionais.

Com a criação da EBC - Empresa Brasileira de Comunicação, em 2007, e instituição da TV Pública, o governo federal buscou, da mesma forma, liderar a constituição do Rádio Público (Zuculoto, 2012). No I Fórum Nacional de Rádios Públicas, realizado em novembro de 2007, o governo do presidente Lula (PT) apresentou a proposta de constituição de um ‘Sistema de Rádio Público’. Pouco tempo depois, dentro da EBC, instituiu-se a Superintendência de Rádio, que ficou sob o comando do diretor da Rádio MEC do Rio de Janeiro e então presidente da ARPUB, Orlando Guilhon (Zuculoto, 2012, p. 207).

3.2.1.6. As rádios universitárias e a organização de redes⁴⁵ (2010-2024)

Se na década anterior, havia esperanças na digitalização da rádio, no início da segunda década do século XXI, já se percebia que, após organizada a digitalização das televisões, as rádios não acompanhariam esse processo (Pieranti, 2019). Como solução, as emissoras comerciais propuseram a migração da AM para FM, processo que foi possibilitado pelo decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. Em palavras do pesquisador Octavio Penna Pieranti (2019, p. 44):

Esse processo [...] permitiu a redução de custos e a melhoria da qualidade percebida do áudio, porém acabou sendo retardado nas principais regiões econômicas do país, já que nelas seria necessário o uso de uma faixa de frequências a ser liberada apenas com o desligamento da TV Analógica.

Outro caminho possível para diminuir custos eram as rádio-webs. Sem necessidade de pleitear uma outorga e com equipamentos mais baratos em relação à uma rádio AM ou FM, a transmissão através da internet oferecia vantagens. Contudo, as principais dificuldades estavam relacionadas com a redução do público ouvinte e com a menor possibilidade de captar publicidade para se financiar (Pieranti, 2019).

Por sua vez, as rádios educativas, na sua maioria, já transmitiam em FM, portanto, a possibilidade de migrar para FM quase não teve grande repercussão. Em relação às rádios universitárias, só seis transmitiam em Amplitude Modulada no início da década de 2010

⁴⁵ A periodização de Zuculoto finaliza em 2010. A continuação, por tanto, apresentamos brevemente um panorama da radiodifusão pública que, despretensiosamente, tenta ser uma continuação da periodização elaborada pela pesquisadora.

(Mustafá; Martin-Pena; Kischinhevsky, 2020). Dessa forma, “a única alternativa concreta às emissoras FM, com todas as suas vantagens e desvantagens, era a rádio web” (Pieranti, 2019, p.44).

A partir de 2011, novas emissoras educativas começaram a ser incentivadas pelo governo federal, através de algumas medidas promovidas pelo Ministério das Comunicações. Essas ações, segundo Pieranti (2019) podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, houve uma série de medidas relacionadas à revisão das normas válidas para o serviço de radiodifusão educativa. Até então, as outorgas eram entregues segundo discricionariedade, nas palavras de Pieranti (2019, p.45): “escolher a entidade beneficiada era uma decisão da autoridade competente sem a necessidade de obediência a nenhum processo seletivo baseado em critérios objetivos”. Com a criação de portarias, foi estabelecido como seria o processo seletivo para novas outorgas de radiodifusão educativa.

No governo Dilma, as novas regras para o processo seletivo foram estabelecidas de 2011 a 2015. O Ministério das Comunicações editou quatro portarias: nº 256, de 6 de julho de 2011, submetida anteriormente à consulta pública, processo incomum à época; nº 420, de 14 de setembro de 2011; nº 355, de 12 de julho de 2012; e nº 4.335, de 17 de setembro de 2015 (Pieranti, 2019, p. 45).

Ao estabelecer processos seletivos abertos, às mudanças normativas outorgaram maior prioridade para as entidades públicas (como as universidades públicas) interessadas em gerenciar um veículo de radiodifusão, caso se apresentasse mais de uma organização para disputar a licença (Pieranti, 2019).

Por outro lado, o segundo grupo de determinações disse respeito aos Planos Nacionais de Outorgas (PNOs), através dos quais se informaram os cronogramas dos editais que seriam divulgados para novas outorgas, indicando os municípios que seriam contemplados. Desta forma, as instituições interessadas poderiam organizar a documentação previamente e, ao mesmo tempo, facilitava-se o acompanhamento de forma mais transparente do processo de outorga. “Entre 2011 e 2016 o Ministério das Comunicações publicou três PNOs que contemplavam simultaneamente novas outorgas para TV e rádio educativas” (Pieranti, 2019, p. 46).

Com as mudanças através das portarias do Ministério das Comunicações e o estabelecimento dos PNOs, o interesse pelas novas emissoras aumentou, principalmente por parte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Pieranti, 2019). Como consequência, durante 2011 a maio de 2016, foram entregues 39 outorgas vinculadas a instituições de ensino superior, na sua maioria públicas. Entretanto, o Ministério das Comunicações publicou o resultado de outros 44 processos em que a entidade vencedora

também era uma instituição de ensino superior (Pieranti, 2019). Através destas medidas, as entidades públicas e instituições de ensino saíram vitoriosas em 75% dos novos processos de outorgas⁴⁶. “Assim, a radiodifusão educativa passava a contemplar o público para o qual fora, de fato, criada – setor público e instituições de ensino” (Pieranti, 2017, p. 146 *apud* Pieranti, 2019, p. 54).

Como já foi colocado neste trabalho, em maio de 2016 a presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo. Assim, quem assumiu seu lugar foi Michel Temer. O novo governo manteve a previsão de um processo seletivo para novas outorgas de radiodifusão educativa e editou uma nova portaria, nº 3.238, de 20 de junho de 2018. Em geral, as regras vigentes foram mantidas, porém estabeleceu que, em relação a novas outorgas, a prioridade de instituições de ensino públicas sobre até outras entidades públicas (Pieranti, 2019).

Segundo Pieranti (2019) uma das mudanças mais importantes aconteceu de forma implícita. Enquanto a portaria anterior vedava o proselitismo em emissoras educativas, a nova regulamentação não mencionava o termo, possibilitando de forma tácita que as emissoras tivessem uma programação eminentemente religiosa.

Contudo, a principal novidade do governo Temer no campo da radiodifusão educativa, foi relativo à revisão da política de estímulo às novas outorgas. O recém criado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações⁴⁷ desistiu de publicar novos editais como estava determinado no PNO e, conseqüentemente, promover a radiodifusão educativa (Pieranti, 2019).

Duas comparações são bastante elucidativas nesse sentido: (a) o governo Dilma outorgou 39 novas rádios para instituições de ensino superior e reconheceu a vitória de, pelo menos, 44 em processos seletivos, enquanto o governo Temer foi responsável, respectivamente, por 11 e 10; (b) o governo Dilma publicou três PNOs com a possibilidade de até 1594 outorgas de radiodifusão educativa, ao passo que o governo Temer não publicou nenhuma, interrompeu o vigente e deixou de implementar um já previsto. Ou seja: além de expedir menos outorgas para instituições de ensino superior, o governo Temer, na prática, criou as condições necessárias para impedir a massificação da radiodifusão educativa nos próximos anos (Pieranti, 2019, p. 58).

Entre os anos de 2016 a 2022, os governos de Temer e Bolsonaro intervieram de forma severa na EBC, restringindo a participação social e a independência da gestão (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024; Dionizio, 2022; Gobbi, Godoy, Navarro, 2018; Oliveira, Napolitano, 2023). “As políticas de aproximação das rádios universitárias com a esfera pública também foram interrompidas nesse período. Atualmente, elas estão sendo retomadas devido ao

⁴⁶ Antes das portarias do Ministério das Comunicações e dos PNOs, Pieranti (2019) indica que 80,5% das outorgas estavam em mãos de fundações de direito privado.

⁴⁷ Resultado da fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

interesse do governo de centro-esquerda em ampliar sua base de visibilidade política”⁴⁸ (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024, p. 98 - *tradução nossa*).

Por sua vez, houve avanços na organização e articulação das rádios universitárias. Em 2018, foi criada a Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA) como fruto das discussões e propostas do II Fórum de Rádios e TVs Universitárias. Acontecido no dia 4 de setembro na Universidade da Região de Joinville (Univille) durante o 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2018), com o objetivo de fortalecer a produção e a pesquisa em radiodifusão universitária no Brasil, o Fórum formalizou a RUBRA, inspirada na experiência da Rádio Internacional Universitária - Red de Redes (RIU). Entre seus objetivos estão: promover o intercâmbio de produções sonoras entre as emissoras e núcleos integrantes da rede; contribuir para a divulgação científica e tecnológica e a universalização da educação, da cultura e do conhecimento produzido nas Universidades.

Em 2020, a Rede de Rádios Universitárias (RUBRA) encontrava-se em processo de institucionalização com a adesão de, segundo as informações de Mustafá, Martin-Pena e Kischinhevsky (2020) “apenas 32 emissoras AM/FM, web rádios e núcleos de produção laboratorial radiofônica”.

Em 2022, aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Rádios Universitárias⁴⁹ que teve como proposta aproximar, produzir conhecimentos e intercambiar produções com todas as rádios e redes universitárias do Brasil e do exterior. Em 2024, o número de associados tinha aumentado: a RUBRA reúne 108 associados, dos quais 49 são emissoras universitárias (AM, FM e webrádios), 19 projetos de produção de áudio e 40 pesquisadores de mídia sonora⁵⁰.

Por sua vez, considerando o marco legal (Lei nº 11.652/2008), as emissoras vinculadas às universidades públicas federais formam parte do Serviço Público de Radiodifusão (SPR), regido pelos princípios relativos à gestão como autonomia, independência e participação social, e a produção de conteúdos: pluralidade, diversidade, promoção da cultura nacional e regional e compromisso com fins educativos (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024). Do mesmo modo, “existe uma política pública em desenvolvimento desde 2009 para integrar estas emissoras na esfera pública através da sua filiação à Rede Nacional de Comunicação Pública

⁴⁸ No original: “Las políticas de acercamiento de las emisoras universitarias a la esfera pública también se interrumpieron durante este período. Actualmente, se están retomando debido al interés del gobierno de centroizquierda en ampliar su base de visibilidad política”.

⁴⁹ Disponível em: <https://enrubra2022.wixsite.com/encontro> Acesso em: 20 jan. 2025.

⁵⁰ Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/universo-das-emissoras-publicas-rede-de-rádios-universitarias-do-brasil-completa-se-eis-anos-em-2024-e-nova-presidenta-planeja-aumentar-parcerias/> Acesso em: 20 jan. 2025.

(RNCP), gerida pela Empresa Brasil de Comunicação” (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024, p. 88).

Em maio de 2024, a Rede Nacional de Comunicação Pública contava com 117 emissoras de televisão e 155 emissoras de rádio, conseguindo atingir um total de 110 milhões de habitantes em 2,9 mil municípios do Brasil. Segundo a própria EBC, a rede tem 44 geradoras de rádio com sinal disponível em 186 municípios e 72 geradoras de TV que chegam a 2.427 municípios⁵¹.

Em relação às emissoras universitárias, o governo do presidente Lula (2023-2026) tem promovido a integração à RNCP através da assinatura de convênios de cooperação entre a EBC e as universidades públicas interessadas em gerir veículos de radiodifusão (Bianco; Pinheiro; López, 2024). Assim, as universidades se comprometem a produzir e emitir conteúdos locais e retransmitir parte da programação da EBC (Bianco; Pinheiro; López, 2024). Em contrapartida, a EBC oferece apoio técnico para resolver os trâmites relativos à licença, formação e suporte técnico, assim como a difusão dos conteúdos regionais produzidos pelas universidades na transmissão nacional (Bianco; Pinheiro; López, 2024). A RNCP tinha, no ano de 2023, 39 rádios associadas em funcionamento sob o controle das universidades, das quais 12 eram vinculadas a universidades federais. Entre 2023 e 2024, foram assinados 35 novos convênios com instituições de ensino superior federais (Bianco; Pinheiro; López, 2024). A importância desta rede foi visível durante as enchentes acontecidas no Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024, porque conseguiu levar informações através do rádio⁵² para os moradores do estado.

3.3. Serviço Público de Radiodifusão

No Brasil, a radiodifusão pública entrou em pauta com a sanção da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a complementaridade entre os sistemas privado, estatal e público (Cabral Filho, 2022; Carvalho, 2010; Mazocco, 2022). Porém, só com a criação da EBC em 2008, podemos nos referir à regulamentação do sistema de radiodifusão pública (Valente, 2009).

Ao deter nosso olhar no panorama das mídias, sobressai cada vez mais a importância da radiodifusão pública. Para a UNESCO (2006, p. 26-27 - *tradução nossa*):

⁵¹ Com informações extraídas de artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comunicacao-publica-desafios-democraticos/> Acesso em: 07 ago. 2024

⁵² Pela falta de energia elétrica, os aparelhos de televisão ficaram inutilizados. O uso de rádio de pilhas funcionou também para combater a desinformação que circulou durante a tragédia. Disponível em: <https://radio.ufrj.br/programas/radio-ufrj-informacao-conhecimento/60035034> Acesso em: 07 ago. 2024.

É evidente que, no panorama global da radiodifusão, imerso entre o modelo de controle estatal, onde a classe política no poder controla a radiodifusão para manter o poder político, e os sistemas comerciais, que só prestam atenção à lógica do dinheiro e das receitas publicitárias, a única maneira de proteger e promover o interesse público está na melhoria da qualidade do serviço público de radiodifusão (RSP)⁵³.

Os pesquisadores Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) concordam com a UNESCO que a radiodifusão de serviço público é um componente imprescindível para um sistema midiático efetivamente plural, livre e independente. Nesse sentido, a radiodifusão pública se apresenta como um elemento indispensável para o funcionamento democrático, agindo em forma complementar às mídias comerciais e comunitárias.

No entanto, a radiodifusão pública precisa se diferenciar da comercial e da estatal: nem tem fins lucrativos nem está sob o controle do Estado. Para a UNESCO (2006, p. 29 - *tradução nossa*) “[...] a razão de ser da Radiodifusão de Serviço Público é o próprio serviço público. É organização da difusão pública; dirige-se a todos como cidadãos”⁵⁴. Do mesmo modo, compreende que os veículos e canais de comunicação deste tipo devem promover o acesso e a participação dos cidadãos na vida pública.

A UNESCO especifica quatro princípios que devem reger a Radiodifusão de Serviço Público: a) universalidade, enquanto a radiodifusão pública é dirigida a todos/as; b) diversidade, assumindo o seu caráter complementar respeito aos outros atores midiáticos, considerando a necessidade da pluralidade tanto em relação aos gêneros dos programas como aos temas tratados e públicos; c) independência, a partir da divulgação de uma ampla variedade de ideias e opiniões, que não são submetidas a limitações políticas nem privadas nem comerciais, e d) diferenciação, que indica a necessidade de produzir, difundir e criar conteúdos diferentes aos produzidos por outros veículos de mídia (UNESCO, 2006)

De forma mais detalhada, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) determinam algumas características que entendem são comuns ao funcionamento da radiodifusão pública, embora reconheçam que estes veículos possuem especificidades próprias segundo os diferentes contextos e territórios onde estão instalados e em funcionamento. Assim, as características elencadas são:

- 1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de

⁵³ No original: “Es evidente que en el panorama global de la difusión, inmerso entre el modelo de control estatal, donde la clase política en el poder controla la difusión para mantener el poder político, y los sistemas comerciales, que solo prestan atención a la lógica del dinero y los ingresos publicitarios, el único camino para proteger y promover el interés público radica en el mejoramiento de la calidad de la radiotelevisión de servicio público (RSP)”.

⁵⁴ No original: “[...] la razón de ser de la Radiotelevisión de Servicio Público es el servicio público. Es la organización de difusión pública; se dirige a todos como un ciudadano”.

serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 9).

Estes autores enfatizam a independência na hora de definir se uma emissora é pública ou não. Principalmente, independência em relação ao Estado e aos governos, mas também do mercado.

Emissoras públicas só são públicas quando são de fato independentes. [...] Essas emissoras também precisam ser independentes em relação ao mercado. [...] Em se tratando de emissoras públicas, a qualidade da comunicação e da programação é gerada também pela prática da independência – política, administrativa e editorial. Emissoras submissas ao poder ou ao mercado não geram programações públicas de qualidade, isto é, não oferecem à sociedade as alternativas culturais que estão vocacionadas a oferecer: programações com um olhar crítico, distanciado, do poder e do próprio mercado (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p.13).

Este tipo de emissoras devem garantir o direito que a audiência tem de criticar o poder, de imaginar outros mundos possíveis, de compartilhar e divulgar os desdobramentos de sua crítica e de sua imaginação e de utilizá-los em benefício de sua própria liberdade (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012).

Além da independência, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) definem outros requisitos importantes para caracterizar uma emissora como pública: 1) a natureza pública (desde o ponto de vista jurídico) da propriedade da emissora. Nesse sentido, ela não pode ser propriedade direta de grupos privados, por definição. Isso não impede que seja financiada por recursos que provenham de entes privados, porém não pode ser controlada por acionistas privados – ou não será pública.

2) O financiamento do veículo deve estar garantido por meio de regras públicas, em conformidade com a legislação vigente e garantidas pelo Estado. No entanto, a emissora pública não pode estar subordinada ao governo, mas deve ter sua existência assegurada pelas leis vigentes, inclusive quanto à sua forma de financiamento. A origem dos recursos financeiros não podem, em forma alguma, impor determinações administrativas ou editoriais.

3) “O eixo central da ideia de emissora pública está na independência de sua gestão, em todos os seus aspectos” (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 14). Isso quer dizer que a regulação através da legislação garante a independência das emissoras públicas, que pode ser traduzido em “autonomia legal”.

3.4. Diferentes tipos de rádios segundo a legislação brasileira

A grosso modo, podemos distinguir duas categorias principais para rádio e TV: com fim comercial ou sem fim comercial. As outorgas para fins comerciais são pagas e só podem

ser adquiridas por empresas a partir de um processo licitatório. Já as que são para fins não comerciais, são outorgas gratuitas e podem ser solicitadas por associações (para as rádios comunitárias), Fundações, instituições de educação superior, além da própria União, estados e municípios.

Todas as outorgas tem validade temporal. As de TV, tem duração de 15 anos, enquanto as de rádio a duração é de 10 anos. Um ano antes do vencimento, a prestadora do serviço de radiodifusão pode solicitar ao Ministério das Comunicações a renovação da outorga⁵⁵.

Valci Zuculoto (2012) indica um problema em relação às concessões. Em termo de outorgas, os canais de rádio permanecem classificados conforme as seguintes denominações: FMs Comerciais; FMs Educativas; Rádios Comunitárias; Ondas Médias; Ondas Curtas; Ondas Tropicais (Zuculoto, 2012, p.23). Nesse sentido, unicamente as FMs são identificadas ou como educativas ou comerciais para demarcar a diferenciação das suas naturezas. Para as outras outorgas, não existe tal diferenciação. Porém, existem na prática emissoras estatais, culturais, educativas e universitárias - que operam em Amplitude Modulada (AM) - principalmente entre as emissoras de Ondas Médias (OMs) e também em Ondas Curtas (OCs) e Ondas Tropicais (OTs), inclusive em canais comerciais. Segundo Zuculoto (2012), isto acontece com as rádios mais antigas, pois receberam suas concessões antes da legislação de 1962, quando não existia ainda a diferenciação entre comerciais e educativas.

3.4.1. Rádios Comerciais

A principal característica deste tipo de emissora é a possibilidade de angariar recursos econômicos através da venda de espaços publicitários. Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), são emissoras de rádio e TV que produzem e emitem sons ou sons e imagens, “em contrapartida à exploração comercial de espaços publicitários, respeitados os limites previstos em lei, sendo o serviço usufruído livre, direta e gratuitamente pelo público em geral” (Abert, 2022, p.1).

O processo de outorga acontece por processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na modalidade Concorrência.

O MCom analisa a documentação, assina uma portaria autorizando a outorga - no caso das rádios - ou é assinado um decreto presidencial - no caso das TVs. O processo é enviado ao Congresso Nacional para validação do ato. Em seguida, a prestadora do serviço solicita a licença para operar. Junto à Anatel, apresenta toda a documentação necessária e assina um contrato com o Ministério das Comunicações

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/outubro/entenda-como-funciona-a-concessao-de-outorgas-para-o-funcionamento-de-rádios-e-tvs> Acesso em: 05 abr. 2024.

simultâneo ao pagamento referente a outorga - que pode ser parcelado em 10 anos (rádio) ou 15 anos (TV).⁵⁶

Quem pode acessar uma outorga de radiodifusão comercial? Segundo a Lei nº 8.666 de 1993, pessoas jurídicas constituídas, com sede e administração no Brasil, e que possuam pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Outro requisito é que no ato constitutivo da empresa, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

Não poderão utilizar este tipo de serviços às pessoas jurídicas enquadradas nas situações a seguir:

- Que já detenha outorga ou participe de concessionária/permissionária, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- Que execute o mesmo tipo de serviço na mesma localidade que pretende concorrer;
- Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade que pretende concorrer;
- Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso; e
- Cujas falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.⁵⁷

É a forma de radiodifusão predominante no Brasil, que se financia por meio da venda de espaços dentro da sua programação para empresas que desejam promover seus produtos e/ou serviços. Abrangem diversos tipos de programações: musicais, informativas, jornalísticas; muitas vezes segmentadas segundo o público que procuram atingir. São as emissoras de rádio que visam o lucro, como por exemplo a Jovem Pan, a Nova Brasil, a Rádio Jornal ou a CBN.

3.4.2. Rádios Comunitárias⁵⁸

⁵⁶ Disponível em:

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/outubro/entenda-como-funciona-a-concessao-de-outorgas-para-o-funcionamento-de-rádios-e-tvs> Acesso em: 05 abr. 2024.

⁵⁷ Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-outorga-para-exercer-servicos-de-radiodifusao-comercial> Acesso em: 15 maio 2024.

⁵⁸ No caso da radiodifusão comunitária, vamos nos limitar às definições baseadas na Lei de Radiodifusão Comunitária (RadCom) de 1998, para facilitar a análise comparativa com os outros tipos de outorgas (comercial e educativa). Mencionamos isto porque a prática das rádios comunitárias tem acontecido muito além do marco legal, com práticas de rádio livres e comunitárias que não se encaixam dentro da visão restritiva de dita legislação. Um exemplo são as Rádios Camponesas organizadas e geridas pelo Movimento de Trabalhadores

A Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998 institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom) no Brasil, que é regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998 e pela Norma Complementar nº 001/04, do Ministério das Comunicações (Lopez, 2011). As outorgas das RadCom são entregues a associações comunitárias que operam em frequência modulada, com transmissores de baixa potência (até 25 watts) e antenas de até 30 metros de altura. Tem como finalidade atender a comunidade onde ficam localizadas e prestam serviços de utilidade pública (Ferraretto, 2000). Estudosa da comunicação comunitária e popular, a professora e pesquisadora Cicília Peruzzo (1998) define as rádios comunitárias como aquelas emissoras que se caracterizam por não ter fins lucrativos; oferecem uma programação à serviço e com temas de interesse da comunidade; são geridas em forma coletiva, interativa, valorizando e difundindo a cultura local, tendo compromisso tanto com a cidadania como com a democratização da comunicação.

Em relação ao financiamento, as rádios comunitárias brasileiras, segundo a legislação de 1998, não têm permissão para transmitir publicidade (só é possível transmitir apoios culturais) o que limita o acesso a recursos econômicos e, em consequência, sua sustentabilidade e manutenção ao longo do tempo.

Por outro lado, embora a normativa restrinja o acesso às outorgas das RadCom à políticos eleitos e igrejas, na prática muitas emissoras estão vinculadas ora a deputados (estaduais e federais) e/ou senadores, ora a igrejas evangélicas. Da mesma forma, acontece com sua grade de programação e modelos de gestão, que se assemelham em forma preocupante com as estações comerciais⁵⁹.

Sobre o processo da outorga, a associação interessada deve fazer a solicitação ao Ministério das Comunicações. Uma vez constatada por parte da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) a disponibilidade técnica deste serviço para o território escolhido, o Ministério das Comunicações publica no Diário Oficial o edital para comunicar a abertura de inscrições para a prestação do serviço. Caso mais de uma entidade fique habilitada, o Ministério procura um entendimento entre elas. Se isso não acontecer, as associações precisam apresentar apoios de outras organizações e integrantes da comunidade. Quem tiver mais apoios, terá o direito à outorga.

Rurais Sem Terra que abrangem assentamentos e, em consequência, territórios muito maiores que os definidos pela Lei de RadCom.

⁵⁹ Estes questionamentos são melhor apresentados no trabalho denominado “Rádios Comunitárias só no nome: um panorama das rádios comunitárias no Agreste pernambucano”, realizado pelos pesquisadores Giovana Borges Mesquita, Sheila Borges de Oliveira, Diego Gouveia e Rodrigo Barbosa. O capítulo foi publicado no livro de Ismar Capistrano Costa Filho (org.) Rádios Comunitárias no Brasil: resistências, lutas e desafios. Curitiba: Appris, 2020.

Logo, a futura prestadora precisa encaminhar os dados técnicos e operacionais. Se tudo estiver correto, o Ministério das Comunicações publica o ato de autorização no Diário Oficial da União. A partir dessa data, a emissora tem um período de seis meses para começar a operar (Ferraretto, 2000).

Exemplos destas emissoras legalizadas são a Rádio Comunitária Heliópolis FM 87.5 Mhz, localizada na cidade de São Paulo; Rádio Comunitária Campeche FM 98.3 Mhz da cidade de Florianópolis (SC), Rádio Comunitária Alternativa FM 87.7 Mhz de Nazaré da Mata – PE.

3.4.3. *Rádios Educativas*

Já foi mencionado neste trabalho que a Rádio Educativa é “o serviço de radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais” (Angeiras, 2021 p 70), que tem como objetivo “a educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional” (Angeiras, 2021 p 70). Estas emissoras atuam em conjunto com os sistemas de ensino independente do nível ou da modalidade. Diversas organizações - tanto de caráter público como privado - podem acessar uma outorga de radiodifusão educativa. Pessoas jurídicas de direito público interno, como universidades, têm preferência para a obtenção da outorga.

Lopes (2011) aponta uma questão muito relevante sobre como funcionaram, durante muito anos, a concessão das outorgas. Em relação a radiodifusão educativa, não existia exigência de licitação. Por isso, a entrega de uma licença educativa, em diversas ocasiões, respondeu a um favor político por parte do ministro das comunicações ou do poder executivo. Até o ano de 1995, a radiodifusão comercial também era dispensada do procedimento licitatório. “O principal resultado foi a manutenção, na radiodifusão educativa, da utilização de outorgas como moeda de barganha política – algo que havia caracterizado também a radiodifusão comercial nas décadas anteriores à exigência de licitações” (Lopes, 2011, p. 13).

Neste tipo de radiodifusão é admitida apenas a transmissão de programas educativo-culturais. “Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação” (Lopez, 2011, p. 08).

As outorgas de radiodifusão educativa sonora são entregues em canais de Frequência Modulada, portanto, segundo Lopes (2011, p. 13):

[...] uma vez que os serviços de radiodifusão em frequência modulada são, por suas próprias características técnicas, de cobertura inferior àquela encontrada nos serviços de amplitude modulada (AM), as rádios FM são inerentemente destinadas à prestação de serviços locais. Portanto, via de regra, o alcance de emissoras outorgadas em FM, inclusive para rádios educativas, é suficiente para atender à localidade para a qual receberam a outorga ou, em alguns casos, a algumas localidades em um raio relativamente restrito.

No ano de 2015, a portaria nº 4.335 do Ministério das Comunicações dispôs “sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa” (Brasil, 2015, p.01). Essa portaria continua considerando a radiodifusão educativa como sem fins lucrativos e com programação de caráter educativo-cultural. Ou seja, não muda em relação às anteriores normativas.

Em Pernambuco, quatro outorgas de radiodifusão educativa foram entregues: uma AM⁶⁰ (Rádio Paulo Freire) e uma FM (Universitária FM) vinculadas à UFPE; a Cabo FM⁶¹ (outorgada em 2008, pertencente a Fundação Vicente Pinzón, localizada no Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife embora a outorga seja para a cidade vizinha de Ipojuca) e a Folha FM⁶² (em 2004, que integra o Grupo Folha do empresário Eduardo de Queiroz Monteiro, localizada no Recife). Estas últimas duas emissoras estão vinculadas a grupos políticos e empresariais e, apesar de serem consideradas emissoras educativas, “[...] exercem o poder de filtrar o que será e o que não será abordado nos programas veiculados pelas rádios. Dessa forma, os espaços da grade ficam submetidos aos interesses que estão à frente dessas mídias radiofônicas” (Velo *et al*, 2019, p. 218).

Por último, é importante indicar que existe uma limitação na sustentação financeira deste tipo de rádios devido a impossibilidade de acessar, por seu caráter não comercial, a recursos provenientes da venda e transmissão de publicidade. Há uma dependência orçamentária a respeito das instituições ou órgãos aos quais estão vinculadas.

3.4.3.1 A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro: inauguração do segmento educativo

Durante a comemoração do Centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, aconteceu a Exposição Mundial do Centenário da Independência na cidade do Rio de Janeiro,

⁶⁰ Decreto nº 40.620, de 27 de dezembro de 1956, que “outorga concessão à Universidade do Recife para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias”. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40620-27-dezembro-1956-329165-norma-pe.html>

Acesso em 22 jul.2024

⁶¹ Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-24-20-fevereiro-2008-571506-norma-pl.html>

Acesso em: 22 jul. 2024

⁶² Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/radio-folha-fm-completa-18-anos-de-atividades/238553/>
Acesso em: 22 jul. 2024

então capital do Brasil, que trouxe como uma das novidades a transmissão de rádio no país⁶³. Meses após este evento, no dia 20 de abril de 1923, Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, patrocinada pela Academia Brasileira de Ciências, da qual ambos eram membros (Nitahara, 2023).

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro é considerada uma das emissoras que inauguram a radiodifusão no Brasil (Ferraretto, 2000; Zuculoto, 2012). Para compreender um pouco a curiosidade de Roquette-Pinto pela “magia da rádio”, Sonia Virgínia Moreira (1991) nos oferece um perfil dele: “Antropólogo, etnólogo e escritor, o pioneiro do rádio no Brasil também era, no início dos anos 20, um defensor da necessidade de transmitir educação e cultura aos brasileiros espalhados por todas as regiões do País” (Moreira, 1991, p. 15).

Esta emissora começou a trilhar seus caminhos como um rádio clube (Moreira, 1991), com associados que contribuíam para a manutenção e funcionamento da mesma. Nesse sentido, eram os próprios ouvintes (e associados) que disponibilizavam seus discos para serem transmitidos pelas ondas eletromagnéticas. Em certa forma, esta situação marcou o perfil da rádio pioneira na transmissão de música clássica.

Com um perfil educativo, esta emissora “buscava transmitir educação e cultura veiculando principalmente música erudita, concertos, palestras científicas” (Zuculoto, 2012, p. 92). Dentro da sua programação, a Rádio Sociedade oferecia “cursos de português, inglês, francês, física, química, história do Brasil e até aulas de silvicultura prática, ministradas por um professor de botânica do Museu Nacional” (Zuculoto, 2012, p. 93). Igualmente, a programação era composta por programas educativos musicais, literários e infantis, dentre outros (Moreira, 1991; Zuculoto, 2012). Como uma das precursoras, inspirou outras emissoras da época, que também transmitiam programas educativos, culturais, música clássica, aulas e concertos.

Na sua pesquisa, Valci Zuculoto (2012) apresenta uma contradição nestes passos iniciais da radiodifusão educativa: enquanto a programação da Rádio Sociedade era composta por cursos, aulas, palestras, conferências, programas infantis e espetáculos e tinha como objetivo educar as massas, o acesso aos rádio receptores era limitado pelo seu alto custo⁶⁴, restringindo à elite brasileira a possibilidade de usufruir dos conteúdos radiofônicos (Sousa,

⁶³ Já sinalizamos, no início deste capítulo, a consideração de que as primeiras transmissões de rádio no Brasil foram realizadas pela Rádio Club de Pernambuco, segundo referendado pela Carta de Natal, no ano de 1919.

⁶⁴ Ferraretto faz uma comparação que é elucidativa sobre a dificuldade do povo trabalhador comprar um equipamento para ouvir rádio: “[...]no início dos anos 20, o rádio é uma curiosidade de alto custo. [...] um operário não ganha mais do que 200\$000 (200 mil-reis) [...] Os receptores mais simples, as galenas, dependem de fones de ouvidos que, sozinhos, custam 50\$000. Um aparelho de boa qualidade pode chegar, então, a 450\$000” (Ferraretto, 2008, p. 29).

2004). Além desta limitação, para Souza (2004) ainda havia problemas técnicos na emissão das transmissões e os ouvintes eram obrigados a pagar uma taxa para as rádios e para o governo.

Para Zuculoto (2012), a escolha por uma programação musical erudita “se deveu ao fato de que a elite intelectual e também sócio-econômica é que constituía o seleto grupo não só de produtores, mas igualmente de ouvintes do rádio naquela época” (Zuculoto, 2012, p.107). Para este grupo social, esse tipo de música era uma forma de educar e levar cultura para a população do país (Zuculoto, 2012). Nessa primeira experiência, havia um perfil de difusão cultural, porém marcada por um “certo elitismo” (Ferraretto, 2012, p. 96).

Como umas das primeiras emissoras, a Rádio Sociedade do RJ inaugurou também o radiojornalismo. Seu diretor, Edgard Roquette-Pinto, realizava pela manhã, uma leitura comentada das notícias publicadas no jornal. O seu “Jornal da Manhã” era tanto um relato dos acontecimentos, quanto a notícia comentada (Zuculoto, 2012). Estes programas - também realizava o jornal do meio-dia, da tarde e da noite - se caracterizavam por incluir “análise, a contextualização, a explicação através de outras informações associadas e até a opinião” (Zuculoto, 2012, p. 104).

Em 1936, com a doação da Rádio Sociedade de Roquette-Pinto para o Ministério de Educação e Saúde, oficializou-se a função educativa do rádio (Moreira, 1991) e inaugurou-se a radiodifusão pública (Zuculoto, 2012; 2015).

Roquette-Pinto não quis abrir a sua Rádio Sociedade à publicidade, entendendo que esta prática desvirtuaria as finalidades de educação e cultura na sua programação. Sem a sustentação financeira que a publicidade possibilitou às emissoras, não conseguiu competir com as rádios comerciais que, em seguida, passaram a concentrar a audiência e transmitir programações que constituíram a ‘fase de ouro’ do rádio brasileiro. Por isso, querendo garantir a continuidade da emissora e principalmente seu modelo de programação, foi que decidiu doá-la ao governo federal, sob a condição de que realmente a mantivesse voltada à educação e cultura (Zuculoto, 2012, p. 98-99).

Portanto, é possível afirmar que a Rádio MEC (antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro) foi a precursora da radiodifusão educativa que, até a década de 1990, identificava as emissoras sem fins comerciais: educativas, culturais, estatais e universitárias (Zuculoto, 2012). A partir dessa década, estas emissoras começaram a se denominar de “públicas”, como foi indicado na periodização estabelecida por Zuculoto (2012).

3.5. Rádios Universitárias

A definição de rádio universitária está ausente na legislação brasileira (Kischinhevsky, Mustafá, Machado, Rancan, 2022⁶⁵; Mustafá, Martin-Pena, Kischinhevsky, 2020) embora exista um amplo leque de experiências de radiodifusão sonora vinculadas às Instituições de Ensino Superior (IES). Como bem afirma o professor e pesquisador Marcelo Kischinhevsky (2019, p. 14):

As rádios universitárias são tão diversas entre si quanto as diferentes realidades socioculturais do país. Estão vinculadas a universidades públicas (federais, estaduais, municipais), privadas, confessionais e comunitárias. São geridas por núcleos independentes, por estruturas de assessoria de comunicação vinculadas às reitorias ou por unidades acadêmicas. Apesar disso, [...] são todas integrantes do campo de radiodifusão pública e educativa, pois têm um papel muito além da comunicação institucional, dando voz a outros atores sociais sem espaço da mídia comercial e apoiando a formação profissional de estudantes.

Considerando a diversidade de experiências das rádios universitárias, trazemos a conceituação de Sandra de Deus (2003), que identifica duas características centrais nas emissoras universitárias: seu caráter social, por serem rádios públicas vinculadas a IES pública; e por outro lado, seu funcionamento laboratorial para a formação dos/as estudantes universitários.

Enquanto financiadas por instituições públicas e respeitando sua função educativa, as rádios universitárias também são um espaço privilegiado para divulgar tanto o conhecimento científico produzido dentro da Academia como propor pautas e temas com relevância social, que não têm espaço - por não ter apelo comercial - dentro da mídia tradicional. Em palavras de Sandra de Deus (2003, p. 312 – 313):

O poder de transformação do rádio de caráter público está na ruptura com o modelo comercial, traduzido na sua liberdade de desenhar suas propostas de caráter educativo e cultural, sem depender das leis de oferta e demanda, e de trazer conteúdos e gêneros não cobertos pelo sistema comercial.

O distanciamento das pautas necessariamente comerciais e a autonomia de ter garantido o funcionamento (em certa forma) possibilita que as rádios universitárias funcionem como espaços de experimentação e aprendizado para os futuros profissionais. Assim mesmo, este tipo de emissoras podem estabelecer outros tipos de vínculo com seus ouvintes.

As rádios universitárias, na relação com seus públicos, funcionam como veículos do saber científico, cultural, político, filosófico e musical produzido dentro da Universidade. Fazer rádio através de uma emissora pública em AM ou FM significa envolver a sociedade ativamente, buscando entender suas necessidades e transformando o rádio em um meio de discussão e difusão (Deus, 2003, p. 313).

⁶⁵ No artigo “Rádios universitárias no Brasil: expansão em risco”, Kischinhevsky, Mustafá, Machado e Rancan (2022) afirmam: “Com atividades que remontam aos anos 1950, antes mesmo da regulamentação da lei da radiodifusão educativa, de 1962, as rádios universitárias não estão previstas no arcabouço regulatório da radiofonia brasileira” (Kischinhevsky *et al.*, 2022, p. 1).

As emissoras universitárias são consideradas, segundo Kischinhevsky *et al* (2022, p. 2) “como espaço fundamental para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, bem como para a comunicação pública e educativa”. Estes autores reforçam a função social (Deus, 2003) deste tipo de emissoras, como espaços que desempenham um papel relevante na formação cidadã.

São as rádios universitárias que podem cumprir a sua função social de informar e contribuir com a formação cidadã e têm a oportunidade de produzir e divulgar informações que compreendam a diversidade da sociedade e se apropriem das múltiplas fontes existentes nas universidades e também nas diferentes comunidades (Kischinhevsky *et al*, 2022, p. 11 - 12).

Deus (2003) entende que a rádio universitária deve ser não só um laboratório para os estudantes como também um canal que vise a divulgação de perspectivas esclarecedoras dos problemas sociais e das contradições políticas e econômicas. Com este fim, dentro da sua grade de programação tem que garantir a presença de diferentes formas de expressão artística, e, por fim, deve representar a multiplicidade de ideias e correntes do contexto político, social e cultural.

3.5.1. Rádio da UFRGS, a emissora universitária pioneira

As universidades americanas foram protagonistas na criação das primeiras rádios universitárias (Golin; Freitas, 2019). As primeiras iniciativas surgiram nos Estados Unidos. “Na América Latina, a Argentina foi o país pioneiro, inaugurando, em 1924, a rádio da Universidad Nacional de La Plata, iniciativa levada adiante na década seguinte por Colômbia, Chile e México” (Golin; Freitas, 2019, p.149).

O Brasil ainda demoraria uns anos para ter suas primeiras emissoras universitárias em funcionamento. A Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é reconhecida como a estação pioneira dentre as vinculadas a Instituições de Educação Superior e sem fins lucrativos (Ferraretto, 2000). Esta emissora começou a funcionar em forma experimental dentro do curso de Engenharia.

A ideia inicial surgiu por volta de 1948. Um professor de Engenharia queria demonstrar aos seus alunos os princípios básicos envolvidos na construção de transmissores e na irradiação propriamente dita. Poderia transmitir em ondas curtas os dados de seu observatório astronômico, palestras e ensinamentos. Estavam proibidas, no entanto, as emissões de caráter recreativo, incluindo-se qualquer tipo de programação musical [...] Janeiro de 1951 marca o início do primeiro período de transmissões da emissora (Ferraretto, 2000, p.140).

Segundo Mariane Souza de Quadros na sua dissertação de mestrado intitulada “A pioneira das emissoras universitárias brasileiras: uma história da Rádio da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul”⁶⁶, a história desta emissora começa no dia 1º de julho de 1950, quando recebeu a outorga para operar em ondas curtas. Em janeiro de 1951, foi realizada uma inauguração simbólica e, nos dois anos seguintes, a emissora procurou obter uma nova outorga do Governo Federal para transmitir em ondas médias (AM) e que permitisse a veiculação de música (Goetze, 1951; Stosch, 1987 *apud* Quadros, 2024).

No ano de 1953 foi instalado - no centro da cidade de Porto Alegre - um equipamento de transmissão com maior potência (Golin; Freitas, 2019). Somado a isto, a partir da compra de um piano pelo professor Armando Albuquerque e da execução de música pelo rádio, “a Rádio Universidade ganha uma de suas características principais: a difusão de música erudita” (Ferraretto, 2000, p.140). Como consequência desta ação, a emissora sofreu retaliações, pois descumpriu a portaria que autorizava sua operação (Ferraretto, 2000), mas que não permitia a emissão de músicas. No final do ano 1953, através de uma ordem judicial, foi retirada do ar, “com a justificativa de que estava ultrapassando os limites de uma emissora-laboratório” (Golin; Freitas, 2019, p. 150).

Algumas semanas depois, o reitor Elyseu Paglioli vai ao Rio de Janeiro e obtém do presidente Getúlio Vargas a garantia de uma concessão de ondas médias. No dia 18 de novembro de 1957, às 20h, entrava no ar em caráter definitivo a Rádio da Universidade, transmitindo na frequência de 1.080 kHz [...] (Ferraretto, 2000, p.140)

Entre os anos de 1953 a 1957, a UFRGS, através do seu reitor, Elyseu Paglioli, efetuou uma série de esforços tanto para garantir uma outorga definitiva para a estação, como os equipamentos necessários para transmitir em ondas médias (AM) (Quadros, 2024). A licença definitiva foi outorgada em 1956, através do decreto nº 39.260, publicado no Diário Oficial da União (Golin; Freitas, 2019). “Novos transmissores foram, então, instalados em terreno cedido pelo Governo do Estado. [...] Depois de realizar transmissões experimentais, [...] a rádio estreou no prefixo ZYU67, em ondas médias AM 1080 KHz” (Golin; Freitas, 2019, p. 150). A inauguração oficial aconteceu no dia 18 de novembro de 1957, convertendo-se na primeira emissora de radiodifusão de uma universidade brasileira (Quadros, 2024, p. 9)

Em paralelo ao período experimental das transmissões da Rádio Universidade, nasceu, no ano de 1952, o curso de Jornalismo da UFRGS (Golin; Freitas, 2019, p. 151). O veículo de comunicação serviu como laboratório para os primeiros profissionais egressos do novo

⁶⁶ A dissertação de mestrado de Mariane Souza de Quadros sobre a rádio da UFRGS está disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/275442/001201538.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 dez. 2024.

curso, “incluindo as primeiras repórteres mulheres em um campo profissional até então absolutamente masculino” (Golin; Freitas, 2019, p. 151). De acordo com estes autores, o reitor da UFRGS, Elyseu Paglioli, procurava “valorizar o curso de Jornalismo, fazer da emissora um laboratório didático e prestigiar os formandos” (Golin; Freitas, 2019, p. 152).

É importante destacar que neste momento histórico, estava presente uma preocupação pelo vínculo entre Universidade e a sociedade, o que hoje conhecemos como extensão universitária.

No caso da Universidade do Rio Grande do Sul, situada no extremo sul do Brasil, no meio do caminho entre Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, a gestação da emissora veio na esteira de um movimento de abertura da instituição pública de ensino superior à comunidade. [...] À época, uma Universidade possuir um moderno meio de comunicação como o rádio se coadunava bem com o espírito da gestão do professor da Faculdade de Medicina, Elyseu Paglioli, ex-prefeito de Porto Alegre e que teve quatro mandatos sucessivos na Reitoria, entre 1952 e 1964. Foi neste período que houve um expressivo aumento do patrimônio imobiliário da instituição, com o planejamento da Cidade Universitária, a remodelação e criação de órgãos de difusão e extensão cultural, como teatro, orquestra sinfônica e coral, gráfica e radiodifusão (Golin; Freitas, 2019, p. 149).

Como já vimos, uma das características predominantes da rádio da UFRGS foi a transmissão de música clássica. De acordo com Golin e Freitas (2019, p.156), esta emissora foi influenciada pela mais antiga “emissora uruguaia na divulgação da arte e da cultura, Servicio Oficial de Difusión Radio Eléctrica (SODRE), de Montevidéu, cuja programação poderia ser captada em Porto Alegre”. Igualmente, a transmissão de música erudita dentro da grade de programação também foi impactada pela presença do compositor e funcionário administrativo da Faculdade de Engenharia, Armando Albuquerque⁶⁷. Segundo Golin e Freitas (2019, p.156), “ele não só participou da opção por essa tradição musical, como também iniciou a formação da discoteca da rádio e solicitou a compra do piano até hoje presente no estúdio”.

Com esta característica predominante na sua programação, a Rádio da Universidade procurou igualmente ser uma alternativa às emissoras de rádio comerciais (Golin; Freitas, 2019, p.158). Da mesma forma, permitiu o acesso e escuta deste gênero musical para ouvintes que, por limitações financeiras, estavam impossibilitados de comprar seus próprios discos.

Entretanto, esta opção pela música erudita gerou uma série de críticas para a Rádio da UFRGS. “O termo ‘música erudita’, utilizado pelo reitor [...] remete à concepção de cultura herdada do Romantismo alemão, em que as artes e as humanidades são vistas como

⁶⁷ Como aparece no *site* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Armando Albuquerque teve um vínculo multifacetado com esta instituição: “No Instituto de Artes, foi aluno e depois se tornou professor. Na Escola Eletrotécnica, trabalhou como funcionário administrativo e acompanhou a criação da pioneira das emissoras universitárias do Brasil”. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/especiaisradio/2019/11/28/ufrgs-85-anos-armando-albuquerque/> Acesso em: 14 ago. 2024.

instrumentos de um processo de auto ilustração e elevação do espírito” (Golin; Freitas, 2019, p.159). Nesse sentido, estabelece uma hierarquia entre diferentes gêneros musicais, sendo a clássica ou de concerto considerada superior a outros estilos e tradições musicais.

Para o jornalista Sérgio Stosch (2007), ouvinte que se tornou funcionário da Rádio da Universidade em 1970, a proposta era aproximar a música de concerto de novos públicos, sempre contextualizando obras e compositores como forma de despertar o interesse do ouvinte. Ele aponta para o fato de que o elitismo não está na música em si, mas na maneira como se fala dela (Golin; Freitas, 2019, p.159).

Desta forma, a Rádio da UFRGS cumpriu um papel relevante na formação de público “estimulando e orientando gerações de ouvintes na escuta dessa tradição musical” (Golin; Freitas, 2019, p. 160). Ferraretto (2000) afirma que “a música erudita ocupa dois terços da programação da emissora⁶⁸, com o restante sendo dedicado à divulgação de artes, ciência, cultura e notícias em geral” (Ferraretto, 2000, p.140). De acordo com Quadros (2024) a programação é transmitida 24 horas por dia e composta por programas de cunho jornalístico e cultural, transmitidos de 10h às 20h, que apresentam uma seleção musical dedicada à música de concerto.

Em relação à Universidade, a emissora está vinculada ao Centro de Teledifusão Educativa (CTE), órgão ligado à Secretaria de Comunicação Social (Secom) da UFRGS, e é financiada exclusivamente com recursos da instituição superior (Quadros, 2024).

3.5.2. Considerações sobre o funcionamento das emissoras universitárias

Em capítulo denominado “Mapeamento das condições de funcionamento de rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior”, Temer *et al* (2019) realizaram um levantamento das condições de funcionamento das emissoras universitárias, a partir de oito dimensões de análise:

a) identificação da instituição e suas emissoras; b) modo de gestão e financiamento das emissoras; c) estrutura física e tecnológica; d) estrutura de pessoal; e) conteúdo da programação; f) recursos multimídia; g) instalações e acessibilidade; e h) missão como radiodifusão pública (Temer *et al*, 2019, p. 23).⁶⁹

É necessário sinalizar que a pesquisa de Temer *et al* (2019) se baseia em informações obtidas pelo MEC em 2014, analisadas em 2018. Por esse motivo, alguns dados estão desatualizados.

Vamos aprofundar sobre as dimensões propostas por Temer *et al* (2019) e que guiaram a análise de nosso objeto de estudo. Em relação ao modo de gestão, na maioria das emissoras,

⁶⁸ Numa visita rápida ao *site* da rádio, ainda observamos a presença predominante de música clássica na grade de programação da emissora. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/radio/programacao/> Acesso em: 19 jul. 2024.

⁶⁹ Algumas destas dimensões serão utilizadas no nosso trabalho, especificadas na seção 4.

não há um processo de escolha dos gestores, e sim uma indicação pelas Reitorias (Temer *et al*, 2019) ou pela direção das unidades a que estão vinculadas (Kischinhevsky; Mustafá; Vale, 2019). Há alguns casos excepcionais nos quais as emissoras se inserem em núcleos com posição de destaque nos organogramas das IES, como acontece com “as Rádios Universitária AM e FM, da Universidade Federal de Pernambuco, que integram o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias da UFPE” (Kischinhevsky; Mustafá; Vale, 2019, p. 65).

Em muitas emissoras, os mandatos dos gestores coincidem com os dos reitores, o que indica que a direção das rádios universitárias é considerada um cargo de estrita confiança do reitor (Kischinhevsky; Mustafá; Vale, 2019).

Em 68% das emissoras AM e FM analisadas por Temer *et al* (2019), a gestão funciona em forma colegiada, com tomada de decisões discutidas com o grupo de técnicos e servidores.

Sobre a dotação orçamentária destinada às emissoras, falta clareza pois os repasses são, em geral, feitos através de fundações ou núcleos que respondem por outras atividades (TV universitária, assessoria de comunicação). Além disso, no levantamento feito por Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019), na maioria dos casos era desconsiderada a folha de pagamento como um dos itens orçamentários.

Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) advertem que a maioria das rádios universitárias se financiam unicamente com recursos da instituição à qual estão vinculadas e que este tipo de financiamento é insuficiente. Indicam, da mesma forma, a importância para um veículo público da autonomia na gestão e a diversificação das fontes de financiamento. No levantamento realizado por Temer *et al* (2019) a metade dos gestores manifestava que a verba disponível era insuficiente, impossibilitando a contratação de mais funcionários, técnicos, aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura.

Quanto à estrutura física das rádios, 75% das AMs possuem sede própria construída pela instituição (Temer *et al*, 2019). Segundo os próprios gestores, parte delas está instalada de forma parcialmente adequada para a realização de suas atividades. Em alguns casos, o espaço disponível é pequeno ou o prédio precisa de algum tipo de reforma, pintura e/ou ampliação. No geral, não tem estrutura que permita a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

No levantamento de dados realizado por Temer *et al* (2019) menciona-se a preocupação em relação ao sistema de transmissão (torres e transmissores) das emissoras. Mais da metade das rádios universitárias FM tinham como objetivo trocar o equipamento transmissor em até cinco anos, “motivadas pela necessidade de adaptação às exigências da crescente convergência digital” (Temer *et al*, 2019, p. 31). A antiguidade dos equipamentos

também integra este cenário preocupante, assim como as dificuldades na manutenção. No geral, quase metade das emissoras não realiza manutenção regular dos equipamentos (Temer *et al*, 2019).

Em relação às emissoras que transmitem em AM, a situação é similar à apresentada para as FMs universitárias. “Metade das analisadas quer trocar o transmissor pelos mesmos motivos. Outro fator de defasagem é o nível de digitalização que atinge apenas a metade dos equipamentos disponíveis nos estúdios de produção e transmissão” (Temer *et al*, 2019, p. 32).

Respeito à equipe, a maioria das emissoras universitárias apresenta um quadro de profissionais insuficiente para dar conta de um mínimo de produção própria de conteúdo. Temer *et al* (2019) sinalizam que muitas dependem do trabalho de alunos bolsistas para produção de conteúdos. São poucas as que têm servidores estáveis para desempenhar as diversas funções características de uma rádio (Kischinhevsky; Mustafá; Vale, 2019).

Chama a atenção um dado obtido por Temer *et al* (2019). Enquanto as emissoras FM possuem, em média, oito funcionários efetivos, de seis a oito prestadores de serviço, cerca de 10 estagiários e de dois a três professores atuando na supervisão desses alunos, as rádios AM, por serem mais antigas, em mais da metade delas há, em média, 12 profissionais pertencentes ao quadro permanente de funcionários. Do mesmo modo, metade dessas emissoras chega a ter 15 estagiários. Esses dados contrastam com os apontados por Kischinhevsky, Mustafá, Vale (2019): grande número de rádios têm apenas um ou dois funcionários, que desempenham funções técnicas ou de organização da programação musical.

Em relação aos conteúdos da programação, na visão das distintas direções entrevistadas e analisadas por Temer *et al* (2019), a programação transita entre o musical, o educativo e cultural, enquanto a parte informativa e jornalística recebe pouco investimento de produção no FM e maior atenção no AM. Segundo Temer *et al* (2019, p. 33): “O baixo investimento em jornalismo é reflexo da reduzida estrutura de pessoal que não permite manter, com frequência, repórteres na rua fazendo cobertura no local dos acontecimentos [...]”.

Desde a perspectiva de Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) a maioria das emissoras organiza a grade a partir de um tripé conformado por música, informação e jornalismo.

Do ponto de vista das emissoras analisadas, a programação jornalística é completa, qualificada e diferenciada na escolha dos temas. As emissoras destacam que oferecem notícias atualizadas, programas de debate e análises de acontecimentos sociais e políticos. Entendem que esse conteúdo é uma forma de estimular a conscientização e o compromisso cívico. Algumas delas incluem a comunicação

institucional e a divulgação científica como parte de sua atividade jornalística⁷⁰ (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024, p. 96 - *tradução nossa*).

Sobre os recursos multimídias, a integração do rádio às redes digitais permite expandir o dial, assim como oferecer possibilidades de novas conexões, configurações e interfaces que mudam o modo de operação desde a produção, circulação e transmissão de conteúdo. As plataformas digitais adquirem uma outra função de destaque no interior das emissoras, ao fornecer ferramentas organizativas (Temer *et al*, 2019) que facilitam as rotinas e divisão das tarefas.

Ainda sobre esta dimensão, quase 90% das rádios FM tinham acesso a internet e 70% das emissoras (AM e FM) tinham um *site* em funcionamento (Temer *et al*, 2019). Quanto aos canais disponibilizados para interação com o público, na FM predominavam o telefone, o e-mail e as redes sociais. Nas emissoras AM, o uso de redes sociais era restrito a um terço das estações analisadas⁷¹ e a interação com a audiência acontecia principalmente através de canais tradicionais, como cartas e participação presencial do ouvinte (Temer *et al*, 2019).

Embora a maior parte das emissoras pesquisadas por Temer *et al* (2019) tenha manifestado estar ciente de seu papel de rádio pública, é possível avaliar que, apesar da falta de investimentos e melhores condições produção, têm conseguido manter grades com os principais gêneros e formatos radiofônicos, inclusive com programas inéditos diários.

Entretanto, justamente pelas deficiências de estrutura, pessoal e políticas integradoras, não têm como regra a programação diferenciada e pautada pela experimentação e inovação que se atribui como função de rádios públicas, em especial das vinculadas a instituições de ensino. Também e pelos mesmos motivos não têm conseguido avançar na complementaridade estabelecida pela Constituição para os três sistemas da radiodifusão (Temer *et al*, 2019, p. 36).

Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) realizam considerados semelhantes às de Temer *et al* (2019), quando afirmam que as rádios universitárias expressam através da sua programação plural, cívica e ética um compromisso público, porém não é suficiente para poder considerá-las como emissoras públicas:

[...] poucas vinculam seu trabalho a um modelo de emissora pública, no sentido preconizado pela UNESCO (2001) ou pelo SRP, de gestão baseada nos princípios da autonomia e do controle social. Aqui reside uma contradição permanente no ecossistema de mídia do país. Pretende ser público em termos do conteúdo de seus

⁷⁰ No original: “Desde la perspectiva de las emisoras analizadas, la programación informativa es completa, cualificada y diferenciada en cuanto a la elección de temas. Las emisoras destacan que ofrecen noticias actualizadas, programas de debate y análisis de acontecimientos sociales y políticos. Entienden que estos contenidos son una forma de estimular la concienciación y el compromiso cívico. Algunas de ellas incluyen la comunicación institucional y la divulgación científica como parte de su actividad periodística”.

⁷¹ Lembramos que os dados utilizados por Temer *et al* (2019) são referentes a uma pesquisa do ano de 2014.

programas, mas não pode assumir a integridade dos dois requisitos do conceito⁷² (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024, p. 97 - *tradução nossa*).

3.5.3. *As funções das Rádios Universitárias*

No artigo “A importância das rádios e TVs universitárias como laboratórios”, Spenthof (2013) defende a ideia de que rádios e televisões universitárias devem funcionar como laboratórios, possuindo quatro funções básicas: “a divulgação da produção universitária, a canalização da política de extensão das Universidades, a atividade laboratorial e a democratização da comunicação e do conhecimento” (Spenthof, 2013, p. 153).

3.5.3.1. Funcionamento como laboratório

Spenthof (2013) entende que o laboratório é muito mais que o espaço ou sala: “espaço, ambiente (físico ou não), ou meio/instrumento/veículo por meio do qual se realiza a atividade laboratorial” (Spenthof, 2013, p. 156). Nesse sentido, pode ser também uma ação ou uma tarefa, por exemplo, a escrita de um boletim informativo:

[...] a rádio, ou a TV universitária não é só um conjunto de condições físicas (salas e equipamentos) necessárias à produção radiofônica ou de TV. Ela não é só um estúdio; é um veículo que, além de permitir esta produção, a transporta à sociedade, funcionando como mediadora da relação entre os produtores e o público, real, concreto (Spenthof, 2013, p. 157).

A característica de mediadora será, em palavras deste autor, a que dará para a emissora uma condição privilegiada para os departamentos e instituições de ensino superiores possibilitando aos estudantes de comunicação uma prática diferenciada (Spenthof, 2013) nos seguintes aspectos:

1) “A qualidade da produção prática no âmbito das disciplinas”: reportagens, matérias, vídeos e programas de rádio - quando feitos para a sala de aula, perdem a possibilidade de ter um retorno real dos/as ouvintes. “Falta o *feedback* da massa, que não só motiva a produção, como a aprimora”, avalia Spenthof (2013, p. 157). Por sua vez, quando o/a estudante tem a possibilidade de realizar uma prática contínua e sistemática (como em uma rádio universitária) possibilita uma melhora no aprendizado.

2) “A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade”: as emissoras universitárias podem funcionar como espaços de aglutinação de demandas de várias disciplinas e cursos. Para Spenthof (2013, p. 158): “Funciona como um espaço multidisciplinar de reforço

⁷² No original, lê-se: “[...] pocas vinculan su trabajo a un modelo de emisora pública, en el sentido preconizado por la Unesco (2001) o por el SRP, de gestión basada en los principios de autonomía y control social. Aquí radica una contradicción permanente en el ecosistema mediático del país. Pretende ser público en cuanto al contenido de sus programas, pero es incapaz de asumir la integridad de los demás requisitos del concepto”.

pedagógico da proposta curricular da faculdade”. Possibilita assim a convivência multidisciplinar de cursos vinculados à Comunicação (Jornalismo, Publicidade, Radialismo, etc.) e poderia incluir outros cursos vinculados à Artes, Educação, Ciências Humanas, dentre outros. Um espaço como laboratório também possibilita a participação na produção de conteúdos com estudantes de áreas de conhecimentos diferentes, possibilitando a interdisciplinaridade.

Kischinhevsky (2019, p.13) coincide com Spenthof (2013), ao dizer que as rádios universitárias, além de atuar para elevar o nível do debate público, desempenham outra função muito relevante: “cumprem papel formativo, oferecendo espaço para ensino-aprendizagem na radiodifusão”. Quem se beneficia são estudantes de Comunicação Social, professores, técnicos e alunos/as de diversas áreas de conhecimento (Kischinhevsky, 2019).

3) “O confronto com a velocidade da informação”: estes tipos de profissões precisam lidar com muita informação em pouco tempo para construir/produzir um conteúdo. A rádio com características de laboratório, neste caso, proporciona um aprendizado fundamental para estes futuros profissionais da comunicação (Spenthof, 2013).

4) “O *feedback*”: o retorno do público das produções veiculadas no laboratório contribuem para uma melhor formação dos/as estudantes. Spenthof (2013, p. 159) avalia que:

[...] a Rádio e a TV adquirem a conotação de um verdadeiro laboratório de ética, pois a preocupação com a veracidade, com a correspondência entre o material preparado pelo estudante para veiculação e a realidade dos fatos passa a ser uma constante na vida deste estudante.

Da mesma maneira, por não precisar ter apelo comercial nem responder às lógicas do mercado, os estudantes participantes das rádios laboratórios têm o senso crítico mais estimulado.

5) “O papel da Universidade na oferta de oportunidades de aprendizado”: o autor sinaliza a importância das IES tornarem-se espaços de estágios, e que essa demanda não seja deixada de lado, favorecendo o mercado. No seu argumento, Spenthof (2013) questiona se o mercado é um bom espaço de aprendizado e como as Universidades, nesse caso, tem a oferecer ainda mais para os/as alunos/as lugar de trabalho e formação profissional. “[...]o mercado não está estruturado para ensinar; esta não é a sua finalidade (ele se estrutura para o lucro), mas sim a de um centro educacional” (Spenthof, 2013, p. 160).

A qualidade, como atividade laboratorial e não simplesmente estágio, o aprendizado do aluno é muito maior na Universidade. [...]Na Universidade, o trabalho é acompanhado por um professor, enquanto na maioria das empresas comerciais não há qualquer acompanhamento e, quando ocorre, é por um profissional muitas vezes mal remunerado e mal-humorado. Na Universidade, há mais espaço para a experimentação, para o exercício em múltiplas funções (Spenthof, 2013, p. 161).

6) “Reciclagem de aprendizado para professores”: o rádio, como laboratório, também fornece a possibilidade dos professores, muitas vezes afastados do mercado de trabalho pela vida na academia, retomarem uma prática de produção de conteúdos assim renovando seus aprendizados e conhecimentos (Spenthof, 2013).

7) “A pesquisa”: uma parte dos professores que têm maior interesse pelos assuntos teóricos “consideram laboratórios uma atividade meramente técnica e portanto trabalham de costas para eles” (Spenthof, 2013, p. 163). Por sua vez, os professores das disciplinas técnicas trabalham sem se preocupar pela teoria. De acordo com este autor, criou-se assim um falso antagonismo que só contribui para o empobrecimento das duas práticas. “Têm-se que as rádios e TVs universitárias deixam de contribuir integralmente como laboratórios, na medida em que a sua prática deixa de ser refletida pelos teóricos e pelos técnicos” (Spenthof, 2013, p. 163).

8) “O intercâmbio com outras universidades”: a rádio como laboratório possibilita igualmente a criação de vínculos e trocas de conteúdos e experiências com outras Universidades e instituições de ensino. Segundo este autor, é possível a realização de intercâmbios de experiências no nível inter-regionais.

3.5.3.2. Divulgação da produção científica

As rádios e TVs universitárias têm a função de divulgar as produções realizadas dentro das universidades (Spenthof, 2013; Temer *et al*, 2019). Contudo, Spenthof (2013) estabelece diferenças com a assessoria de imprensa, função que é responsabilidade da assessoria de comunicação da própria instituição. As emissoras universitárias precisam difundir e fazer chegar à sociedade o conhecimento produzido dentro da academia (Spenthof, 2013). Com esse objetivo, também é necessário o crescimento da audiência, para que as emissoras universitárias se convertam em atores importantes em nível local e regional (Kischinhevsky; Mustafá; Vale, 2019).

Temer *et al* (2019) afirmam - nas considerações finais de sua pesquisa - que as autoridades e diretores/as das emissoras reconhecem o papel social dos canais de comunicação na formação de cidadãos; a função de divulgar o conhecimento produzido dentro da Universidade, assim como a inclusão na suas grades de programação de informações necessárias para a vida dos cidadãos/ãs nos territórios de abrangência das emissoras, cumprindo, desta forma, com a prestação de um serviço público (Temer *et al*, 2019).

3.5.3.3. Extensão universitária

Sobre a questão da política de extensão, Spenthof (2013) refere-se ao clássico texto de Paulo Freire: “Extensão ou Comunicação?”, no qual, o patrono da educação brasileira critica a extensão rural enquanto imposição de saberes e propõe, em troca, a comunicação como uma forma de estabelecer um diálogo entre os saberes do técnico extensionista e do público-alvo da extensão.

Divulgar a produção universitária por intermédio dos seus meios de comunicação é diferente de utilizá-los como veículos de uma política de extensão universitária. Se o primeiro ato representa apenas levar à, o segundo significa envolver. No primeiro caso temos uma via de mão quase única. O retorno, feedback, quando existe, é apenas no sentido de a sociedade perceber que tem um determinado serviço do qual pode lançar mão. No segundo caso, a comunidade participa efetivamente ou deve participar do processo (Spenthof, 2013, p. 154).

Por sua vez, os veículos universitários não podem ser considerados unicamente como formadores de profissionais e instrumentos para melhorar a política de extensão da Universidade, pois são fruto de concessões públicas. Nesse sentido, “têm de se prestar a projetos sociais, que contribuam para que a população possa exercer plenamente a sua cidadania” (Spenthof, 2013, p. 165).

Outro desafio colocado nasce da necessidade das universidades públicas estabelecerem um vínculo com a sociedade (Kischinhevsky, Mustafá; Vale, 2019). Nesse sentido, uma emissora deve servir para a divulgação científica das pesquisas realizadas dentro da instituição universitária. Igualmente, possui “potencial para sensibilizar a comunidade universitária quanto à importância dessa comunicação pública, tão necessária para a sociedade e compromisso imprescindível do fazer científico” (Temer *et al*, 2019, p. 39). Da mesma forma, é preciso a criação de conselhos que promovam a participação social na gestão da emissora.

3.5.3.4. Democratização da comunicação e do conhecimento

Estas emissoras podem oferecer uma alternativa, tanto para seus produtores/as (estudantes, estagiários/as, bolsistas, funcionários/as e professores/as) dentro do mercado de trabalho, quanto uma versão não mercantilizada da informação para seu público. Para Spenthof (2013, p.165): “estes meios têm de se prestar, portanto, ao papel de democratizadores da comunicação. E isso inclui a atitude de abrirem-se também para a co-gestão com a sociedade, criando mecanismos de participação direta”.

Ainda reconhecendo as possibilidades que uma rádio universitária oferece para a democratização da comunicação e do conhecimento, Spenthof já sinalizava em 1998 (ano de

publicação da primeira versão de seu artigo) a dificuldade destes veículos para, dentre outras questões, abrirem espaço à participação da sociedade civil.

Muitos destes veículos ainda precisam avançar significativamente neste campo, abrindo-se, inclusive, para a própria comunidade da Universidade, permitindo a prática laboratorial, a pesquisa e a extensão universitária; em outras palavras, deixando de ser guetos de administradores (reitores, diretores) e de profissionais sem compromisso social que pensam que as emissoras devem ser apenas laboratórios do ego ou cabides de emprego (Spenthof, 2013, p. 165-166).

Da mesma forma, Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) sustentam, seguindo as definições da UNESCO (2006), a necessidade de mecanismos que possibilitem a participação social na gestão das emissoras através de conselhos, seja de administração, seja de conteúdos e programação. No artigo, estes autores afirmam que não acharam, nas emissoras relativas ao estudo realizado, este tipo de conselhos ou mecanismos de participação social. Nesse mesmo sentido, Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019) apontam que são poucas as rádios universitárias que contam com conselho curador ou consultivo e, quando existem, suas estruturas nem sempre são funcionais. No entanto, com o objetivo de possibilitar a participação de indivíduos e de organizações da sociedade civil na programação, algumas emissoras realizam chamadas públicas (Bianco; Pinheiro; Lopez, 2024).

Em relação aos conteúdos, além de oferecer uma programação diversa e complementar, as emissoras universitárias precisam investir na experimentação, criação de formatos e padrões, que seja “uma alternativa de produção voltada para a cidadania e a democratização da informação e do conhecimento” (Temer *et al*, 2019, p. 38).

3.5.4. Dificuldades para as emissoras universitárias

Uma das principais dificuldades é o entendimento por parte dos gestores da relevância das emissoras universitárias. Spenthof (2013) faz uma crítica quando menciona que estas emissoras são “guetos de administradores” e utilizadas muitas vezes como “cabides de emprego”. Por sua parte, Kischinhevsky (2019) também faz um questionamento no mesmo sentido, uma vez que as autoridades - em diversas ocasiões - não percebem a potencialidade das emissoras universitárias: “para alguns gestores do mundo acadêmico, são vistas como um custo questionável” (Kischinhevsky, 2019, p. 14). Estes canais de comunicação, no entanto, deveriam ser considerados “[...] não apenas como um espaço de informação sobre as atividades acadêmicas, mas como um lugar de construção coletiva do conhecimento e, em última instância, de democratização da comunicação” (Kischinhevsky, 2019, p.15).

Nas considerações finais da pesquisa realizada por Temer *et al* (2019), indicam uma série de questões que as emissoras universitárias precisam elaborar para poder ser

categorizadas como emissoras de radiodifusão públicas. Para estes autores, as rádios universitárias precisam superar a ideia de uma rádio meramente institucional para cumprir seu papel de emissora pública ofertando conteúdo diferenciado do veiculado na mídia comercial, ao mesmo tempo que se estreitam as relações e vínculos com a comunidade exercendo o seu papel de complementaridade no sistema (Temer *et al*, 2019).

Uma das principais dificuldades que se apresentam para este tipo de emissoras é a questão do financiamento. A dependência do orçamento da IES que na maioria dos casos é a única forma de acessar a recursos financeiros prejudica a autonomia das emissoras. Para estes autores, “a flexibilização das restrições que pesam sobre a publicidade em emissoras educativas poderia abrir uma possibilidade de conquista de autonomia financeira, sem comprometer a independência editorial” (Temer *et al*, 2019 p. 39).

Para conseguir ter maior visibilidade a nível nacional, a atuação em rede poderia fortalecer o campo. Da mesma forma, “a valorização e reconhecimento dentro da própria instituição seriam ferramentas importantes de promoção dessas emissoras” (Temer *et al*, 2019 p. 39).

Por último mas não menos importante, estes autores destacam a importância de “colocar a radiodifusão universitária como um fator estratégico de financiamento, retirando-a do voluntarismo e da simpatia pessoal e momentânea de reitores e gestores” (Temer *et al*, 2019 p. 39). Ao ser considerada como uma atividade estratégica:

[...] a comunidade universitária também deverá pensar no processo de funcionamento e administração desses meios, valorizando o seu sentido público e refinando as formas de interação com a sociedade. Por sua natureza pública, esses meios devem expressar uma sintonia fina com distintos segmentos da sociedade, especialmente com aqueles que não se veem refletidos nos conteúdos oferecidos pela mídia comercial (Temer *et al*, 2019, p. 39).

Após este percurso realizado sobre a radiodifusão no Brasil, as rádios públicas e as particularidades das emissoras universitárias, no próximo capítulo apresentaremos o nosso objeto de estudo, a metodologia e a análise dos dados recolhidos durante a pesquisa.

4 DA RÁDIO UNIVERSIDADE DO RECIFE À RÁDIO PAULO FREIRE: HISTÓRIA DE UMA EMISSORA UNIVERSITÁRIA PERNAMBUCANA

A Rádio Universidade do Recife foi uma das primeiras emissoras universitárias, sendo a rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a mais antiga, em funcionamento desde 1950. Como um dos braços do Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, a emissora fez parte de um projeto ambicioso de extensão universitária. Com o decorrer dos anos, o SEC tornou-se a Pró-reitoria de Extensão⁷³ (PROEXT), enquanto a Universidade do Recife, hoje leva o nome de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A Rádio Universidade do Recife também passou por um processo similar de renomeação: a partir do golpe militar de 1964 foi chamada de Universitária AM, e desde 2018 foi batizada como Rádio Paulo Freire. Como veremos ao longo deste capítulo, durante a história da Rádio Universidade do Recife houve vários anos em que a estação ficou fora do ar por falta de manutenção dos equipamentos, de recursos e de pessoas para compor a equipe.

Para compreender melhor a Rádio Paulo Freire é necessário conhecer quais as origens desta emissora universitária. Com esse objetivo, apresentamos o contexto do nascimento da Rádio Universidade do Recife como parte do Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, através de um levantamento documental feito em jornais da época (Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e Última Hora⁷⁴) e entrevistas com integrantes da Rádio Universidade do Recife, do SEC e pesquisadores. A maior parte desse material forma parte do projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”, coordenado pela professora do Departamento de Comunicação Social da UFPE, Yvana Fachine, e do qual fazemos parte. Além de recuperar o contexto, procuramos também preencher uma série de lacunas que, como peças de um quebra cabeças, podem contribuir para compreender as atividades e interrupções da Rádio Universidade AM após a ditadura militar de 1964 até o ano de 2018.

Num segundo momento, apresentamos a análise dos dados levantados durante o decorrer da pesquisa, principalmente através da realização de uma série de entrevistas com a equipe da Rádio Paulo Freire e gestores da Universidade Federal de Pernambuco. Em forma complementar, também consideramos alguns documentos institucionais como a Resolução

⁷³ Às vezes chamada de Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) também.

⁷⁴ A pesquisa foi feita no *site* da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional com as palavras-chaves “Rádio Universidade”; “Rádio Universitária”, a partir da década de 1950 até a década de 90. Última Hora só está disponível online entre 1960-1969; Diário da Manhã até o ano de 1989, e o Diário de Pernambuco até 1999. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

02/2018 do Conselho de Administração da UFPE que determina o funcionamento e gestão da Rádio Universitária 820 AM, o Regimento interno do NTVRU, a Resolução nº 2 do Conselho de Administração da UFPE (2024) que institui a Política de Comunicação da Universidade e o *site* da emissora, dentre outros documentos.

4.1. Sobre os procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos uma série de procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema referido. Muito embora a revisão bibliográfica tenha sido uma das primeiras atividades realizadas, ela acompanhou todo o desenvolvimento deste estudo, desde as indagações iniciais até as considerações finais. “Os pesquisadores férteis estão constantemente lendo e descobrindo “furos” no conhecimento que servirão para novas ideias de investigação” (Stumpf, 2010, p. 53).

Em seguida, realizamos um segundo procedimento metodológico: a análise documental (Moreira, 2010) de matérias de jornais e documentos que sustentam a constituição e funcionamento da Rádio Universidade do Recife, as mudanças acontecidas na emissora durante os anos após a ditadura militar de 1964 até a renomeação da rádio no ano de 2018. Este procedimento também foi acompanhado de depoimentos recolhidos pelo projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou” com o objetivo de preencher as lacunas percebidas no levantamento documental, após a redemocratização até a criação do GT.

Em forma complementar à análise documental, presenciamos e acompanhamos o funcionamento da emissora. A observação participante (Peruzzo, 2010) nos deu elementos para preencher os hiatos deixados pela análise bibliográfica e documental. Essa presença ficou registrada no caderno de campo.

Em quarto lugar, realizamos entrevistas em profundidade com parte da equipe responsável pelo funcionamento da RPF (coordenação, técnicos e bolsistas) e com os gestores da UFPE (reitor, superintendente de Comunicação, diretor do NTVRU e chefe do DCOM), instituição dentro da qual a emissora funciona. Compreendemos que a entrevista em profundidade é uma conversa na qual o pesquisador indaga um informante sobre uma série de informações que considera relevantes para a sua pesquisa (Duarte, 2010). Essa ferramenta metodológica nos permitiu “recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (Duarte, 2010, p. 62)”. A partir de questionários semiestruturados, visamos compreender o funcionamento da rádio, seu lugar e

papel institucional, de onde vem os recursos financeiros e humanos, como é organizada a grade de programação, a produção dos conteúdos, a gestão da emissora, dentre outros.

Adotamos procedimentos metodológicos similares aos aplicados por Temer *et al* (2019), no mapeamento realizado sobre as condições de funcionamento de rádios e TVs universitárias no Brasil. Nessa pesquisa, os dados foram levantados a partir das entrevistas e/ou visitas técnicas com os responsáveis pelas emissoras. Também coletamos documentos como: Regimento interno do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, Resoluções do Conselho de Administração da UFPE que estabeleceram, por um lado, o funcionamento e organização da RPF (2018) e, por outro, a Política de Comunicação da Universidade (2024), a licença para o funcionamento outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros registros internos da rádio como esquema de transmissão e regras de trabalho e divisão das responsabilidades. Da mesma forma, observamos o *site* da emissora⁷⁵ para levantar mais informações (Temer *et al*, 2019).

Em relação às dimensões da análise, inicialmente nos guiamos pelas utilizadas e estabelecidas por Temer *et al* (2019, p. 23):

A coleta de informações foi padronizada em oito dimensões de análise: a) identificação da instituição e suas emissoras; b) modo de gestão e financiamento das emissoras; c) estrutura física e tecnológica; d) estrutura de pessoal; e) conteúdo da programação; f) recursos multimídia; g) instalações e acessibilidade; e h) missão como radiodifusão pública.

Esta divisão em dimensões nos resultou apropriado para fazer a análise, porém reconhecemos que são dimensões interdependentes, que no dia a dia da emissora estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, na hora da análise das entrevistas, constatamos algumas superposições e entrelaçamentos. Por exemplo, a falta de recursos influencia na falta de profissionais/servidores que, de certa forma, pode atrapalhar a produção de conteúdos para a grade da emissora.

Junto com estas dimensões de análise, também trabalhamos com a proposta de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) que, a pedido da UNESCO, elaboraram indicadores de qualidade para aferir os Serviços de Radiodifusão Pública. Esses três pesquisadores - de reconhecida trajetória -, propõem uma série de pontos para conferir a qualidade da radiodifusão pública. Com essa finalidade, elaboraram uma série de perguntas e indicadores para verificar e tentar qualificar os seguintes eixos:

- Transparência de gestão
 - Sobre a missão e os propósitos da empresa ou da instituição,
 - Sobre a administração dos recursos,
 - Sobre o nível de diálogo com a sociedade.

⁷⁵ Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/>

- Diversidade cultural;
- Cobertura geográfica e oferta de plataformas;
- Padrão público (democrático e republicano) do jornalismo;
- Independência
 - Pressupostos da independência,
 - A independência na operação da linha da emissora.
- Interação com o público;
- Caráter público do financiamento;
- Grau de satisfação da audiência;
- Experimentação e inovação de linguagem;
- Padrões técnicos (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 25).

Os autores deixam claro que os indicadores e as perguntas são uma sugestão, que precisam ser avaliadas em cada caso, considerando a diversidade de experiências e especificidades da Radiodifusão Pública:

Dada a vastidão do cenário das emissoras públicas pelo mundo, conformando um conjunto marcado por disparidades e intensa diversidade de modelos, não é possível – tampouco é desejável – que se crie uma única cesta de indicadores que, aplicados matematicamente, em métricas estritas, forneça números conclusivos para atestar a qualidade da programação de uma ou de outra, permitindo inclusive uma comparação entre todas elas (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 11).

Sendo assim, elaboramos nossas próprias dimensões de análise que integram estas duas propostas (Temer *et al*, 2019; Bucci, Chiaretti, Fiorini, 2012):

- Equipe e gestão da emissora;
- Estrutura física, instalações e acessibilidade;
- Grade de programação;
- Equipamentos, recursos multimídia e transmissão pelas ondas eletromagnéticas;
- Financiamento;
- Missão como radiodifusão pública.

A continuação detalhamos cada procedimento metodológico utilizado no decorrer da pesquisa.

4.1.1. Pesquisa bibliográfica

Com esta ferramenta metodológica, procuramos nos aprofundar no tema de nossa pesquisa, através da leitura de diversas fontes bibliográficas, como teses, dissertações, artigos científicos, capítulos e livros sobre Comunicação Pública, Radiodifusão Pública, Rádios Universitárias e Rádios Públicas. Como indicam Marconi e Lakatos (2003) este procedimento tem como objetivo

[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183).

Os resultados da pesquisa bibliográfica já foram apresentados nas seções 2 e 3 deste trabalho.

4.1.2 Pesquisa documental

Enxergando a necessidade de contar a história da Rádio Universidade do Recife, consideramos importante construir parte dessa narrativa com a pesquisa documental. Como indica a professora Virgínia Moreira (2010), esta metodologia é muito utilizada na reconstrução das histórias dos meios de comunicação. Em relação aos documentos que são utilizados, Moreira (2010) faz alguns apontamentos:

As fontes mais comuns são os acervos de impressos (jornais, revistas, catálogos, almanaques). Mas também serve como expediente a consulta a documentos oficiais, técnicos ou pessoais (arquivos particulares reunindo originais), sendo esta última categoria mais rara e realizada apenas quando o acesso é permitido ao pesquisador (Moreira, 2010, p. 270).

Como já foi dito, parte deste levantamento foi realizado pela equipe de pesquisa do projeto “A rádio que Paulo Freire sonhou” durante o ano de 2023, sob coordenação da professora Yvana Fechine e do qual fazemos parte.

A pesquisa documental foi realizada na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, em forma *online*, nos jornais Diário de Pernambuco, Última Hora e Diário da manhã, durante os anos de 1950 a 1969, com a utilização de palavras-chaves como “Rádio Universidade”, “Rádio Universitária”, “Serviço de Extensão Cultural” e “SEC”. Entendemos junto com Moreira (2010, p.271) que “A análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. No nosso caso, as fontes utilizadas são de origem secundária⁷⁶, ou seja, constituem conhecimento, dados ou informações já reunidos e organizados (Moreira, 2010).

Num segundo momento, fizemos um levantamento documental de notícias e matérias publicadas no Diário de Pernambuco (entre 1970 a 1999)⁷⁷ também no *site* da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Na busca, utilizamos as palavras-chaves “Rádio Universitária” e “Rádio Universidade”, encontrando 42 publicações, referentes ao período de 1970 a 1999. Esse novo

⁷⁶ Mídia impressa (jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos) e a eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravações digitais de áudio e imagem) e relatórios técnicos, são considerados fontes secundárias (Moreira, 2010, p. 272).

⁷⁷ Analisamos o Diário de Pernambuco, porque o jornal Última hora não está disponível na plataforma *on-line* para o período temporal pesquisado. Por sua vez, em pesquisa exploratória, não foram achadas matérias relevantes no Diário da Manhã.

levantamento procurou preencher as lacunas da pesquisa feita pela equipe da Rádio Paulo Freire durante o projeto de extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou⁷⁸”.

Ao trabalhar com fontes secundárias precisamos redobrar a atenção porque podem aparecer dados imprecisos e incompletos. Moreira (2010) alerta sobre algumas possíveis desvantagens com esse tipo de fontes na pesquisa documental:

Pesquisadores que trabalham com pesquisas secundárias utilizam dados já existentes, e como não há maneira de conseguir outras informações, a análise fica restrita aos limites das informações coletadas originalmente. Os investigadores também podem enfrentar problemas como dados imprecisos, com falhas de coleta, dados incompletos (Wimmer e Dominick, 1987, p.22 *apud* Moreira, 2010, p. 272).

Como são documentos históricos, é imprescindível contextualizar a aparição dessas informações, “faz-se necessária a apuração paralela e simultânea de informações que complementem os dados coletados” (Moreira, 2010, p 275). Considerando isto, durante a análise documental procuramos complementá-la com a revisão bibliográfica sobre o momento histórico de concepção e funcionamento da emissora. Além da necessidade de contextualização, “[...] no manuseio dos documentos o pesquisador precisa assinalar as fontes: esta é a garantia de confiabilidade das suas referências” (Moreira, 2010, p. 275).

Enfim, consideramos junto com Moreira (2010, p. 276) que:

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações e momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos.

4.1.3. *Observação participante*

Consideramos que este tipo de observação é relevante para poder compreender o funcionamento da emissora e as funções que cada um dos integrantes da rádio desempenham no dia a dia: bolsistas, estagiários, técnicos e professoras coordenadoras. Como bem assinala Peruzzo (2010), o papel do pesquisador é se inserir no grupo pesquisado, participando das atividades, “ou seja, acompanha e vive a situação concreta que abriga o objetivo de sua investigação” (Peruzzo, 2010, p. 134). O observador não se confunde com um membro do grupo, ele cumpre a função de observar e registrar. No fim das contas, o pesquisador é um sujeito autônomo (Peruzzo, 2010).

⁷⁸ Em artigo sobre a história da Rádio Universidade do Recife, publicado na Revista Brasileira de História da Mídia, Fachine *et al* (2024) assinalam que o objetivo do projeto de pesquisa e extensão foi “não apenas [...] contar a história da Rádio Universidade, mas de nos ajudar a compreender a proposta original, que tentaram silenciar e que hoje tentamos resgatar, tomando-a como referência para pensar o que pode ser, em uma segunda etapa da pesquisa desdobrada dessa rememoração, uma comunicação pública inspirada pelo legado freireano” (Fachine *et al*, 2024, p. 79). O projeto focou sua pesquisa entre os anos de 1958 e 1965.

A observação participante está inserida dentro do que se considera pesquisa participante. Para Peruzzo (2010, p. 144):

A pesquisa participante, assim como outras modalidades de estudos qualitativos, se concretiza na coleta e análise de dados primários empíricos. Ela se ancora na integração entre o pesquisador e o grupo estudado e dessa relação é que depende a captação adequada dos dados. Se estes forem escamoteados, sonogados ou mal compreendidos, toda a pesquisa pode ficar comprometida.

Por outro lado, Lakatos e Marconi (2003) definem que esta técnica consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (Marconi, Lakatos, 2003, p.194). Essas duas autoras trazem como referência Mann (1970, p. 96), para defender que a observação participante é uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles” (Marconi; Lakatos, 2003, p.194).

Considerando o envolvimento e participação do observador, elas também alertam sobre a dificuldade do observador participante manter “a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência entre observador e observado” (Marconi; Lakatos, 2003, p.194).

Por sugestão de um dos técnicos da emissora, começamos a observação participante na quinta-feira 19 de setembro de 2024, dia da reunião de pauta, onde se definem os temas a serem abordados nos programas da casa e também se sugerem e discutem pautas futuras, abordagens, fontes, etc. Demos preferência a observação de programas ao vivo e a presença na reunião de pauta, como indicado no Quadro 1. Também outro critério da observação foi estar presente, no mínimo, durante um dia da semana na emissora. No momento da nossa observação, a equipe da rádio estava trabalhando no horário de 8h às 17h, e a transmissão própria começava às 10h.

Quadro 1 - Dias e horários da observação participante

Dia	<i>Quinta-feira</i> 19/09	<i>Terça-feira</i> 24/09	<i>Quarta-feira</i> 25/09	<i>Quinta-feira</i> 26/09	<i>Segunda-feira</i> 30/09	<i>Sexta-feira</i> 04/10
Horário	8:05 h às 12:55 h	13:36h às 17:37h	8:52h às 12:35h	11:02h às 14:07h	8:12h às 11:25h	09:40h às 12:10h
Tema ou programa	Reunião de pauta	O que tem para hoje ⁷⁹	O que tem para hoje	Reunião de Pauta	Não teve programa ao	Fora da curva (ao vivo) ⁸⁰

⁷⁹ Programa produzido e apresentado por estudantes bolsistas da RPF, tipo revista eletrônica, com entrevistas e reportagens sobre temas diversos.

⁸⁰ Programa de análise de conjuntura política, produzido pelas professoras que participam da coordenação da emissora.

Programa	Nossa Pauta ⁸¹ (ao vivo)	Codinome Resistência ⁸² (ao vivo)		Afrossonora ⁸³ (gravado)	vivo por problemas familiares do estagiário responsável	
-----------------	--	---	--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria (2024)

4.1.4. Entrevistas em profundidade

Marconi e Lakatos (2003, p.195) consideram que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Este procedimento metodológico é muito “utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (Marconi; Lakatos, 2003, p.195).

Para Goode e Hatt (1968, p. 237), a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária.

Alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social. Quando realizado por um investigador experiente, “é muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados”, afirma Best (1972, p. 120).

Para a realização das entrevistas em profundidade, organizamos um questionário semiestruturado considerando as dimensões de análise de Temer *et al* (2019) e as perguntas correspondentes aos indicadores propostos por Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012). Neste último caso, não consideramos os três indicadores relativos à audiência⁸⁴ e que precisam - como tais autores indicam - de um grupo de especialistas para poder realizar a análise, porque nossa pesquisa foca no funcionamento e na produção de uma emissora universitária. Determo-nos na audiência desviaria o escopo de nosso estudo.

Tendo como base uma série de questionamentos similares (que transitam entre conformação da equipe, gestão da emissora e financiamento), consideramos relevante organizar questionários diferentes, aproveitando da mesma forma as especificidades de cada interlocutor⁸⁵. Todos/as os/as entrevistados/as foram informados/as através de um termo sobre

⁸¹ Programa realizado por estudantes do curso de Rádio, TV e Internet como exercício da disciplina Redação para rádio ministrada pela prof^a Paula Reis.

⁸² Programa realizado por estudantes do curso de Rádio, TV e Internet como exercício da disciplina Técnicas de reportagem e entrevista II ministrada pela prof^a Ana Veloso.

⁸³ Programa produzido e apresentado pelo técnico Rafael de Queiroz sobre música, em particular, música negra.

⁸⁴ Os indicadores desconsiderados foram: “em relação ao grau de satisfação da audiência; experimentação e inovação de linguagem; e padrões técnicos” (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012, p. 25).

⁸⁵ Os questionários estão disponibilizados nos apêndices deste trabalho.

os objetivos e finalidades da pesquisa quanto à utilização dos depoimentos. Como parte dos entrevistados são pessoas que ocupam cargos públicos (reitor, superintendente, coordenadores da emissoras, etc) seus depoimentos levam os seus respectivos nomes⁸⁶. No entanto, para garantir o anonimato dos estudantes entrevistados, definimos identificá-los não com a utilização dos nomes, se não como estudante 1 e 2. As entrevistas foram feitas em forma presencial⁸⁷ com cada um/a dos/as entrevistadas/os. Estes foram divididos em dois grupos: por um lado, a equipe da RPF, e por outro, a gestão da UFPE.

Em relação à equipe, entrevistamos:

- 1) um estudante estagiário da rádio;
- 2) um aluno que foi bolsista e estagiário da rádio;
- 3) dos três técnicos atuais, uma se encontra afastada por motivos de estudos, e dos dois restantes, conversamos com o coordenador operacional atual e com mais tempo de trabalho na rádio;
- 4) as três professoras que atuam na coordenação da emissora.

Da gestão da UFPE, entrevistamos:

- 1) o reitor;
- 2) o superintendente de Comunicação (Supercom) à época⁸⁸;
- 3) o chefe do Departamento de Comunicação (DCOM), ao qual a emissora está pedagogicamente subordinado;
- 4) o diretor do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias (NTVRU).

No total, realizamos dez entrevistas em profundidade, que foram gravadas e logo transcritas utilizando a ferramenta *Pinpoint*⁸⁹ de *Google*. Num momento posterior, realizamos a escuta da gravação e revisamos as entrevistas com o objetivo de corrigir erros na transcrição feita pela Inteligência Artificial.

⁸⁶ Todos/as os/as entrevistados/as afirmaram - através da assinatura de um termo, em duas vias - a possibilidade de, caso citados, utilizar seu nome e sobrenome no depoimento correspondente.

⁸⁷ Após duas tentativas de realização da entrevista em forma presencial, terminamos fazendo a entrevista com o chefe do DCOM de forma *on-line*, através do *Google meet* e gravada no *software Audacity*.

⁸⁸ A entrevista foi realizada no dia 23 de outubro de 2024 e o entrevistado deixou de ser superintendente no dia 30 de novembro de 2024.

⁸⁹ *Pinpoint* é uma ferramenta que serve para facilitar a organização, exploração e análise de grandes coleções de documentos. Ela também é utilizada para transcrições de arquivos de até duas horas de duração. Disponível em: <https://support.google.com/pinpoint/answer/11948320?hl=pt-BR> Acesso em 20. jan. 2025.

A continuação apresentamos parte da história da RPF desde a análise documental até chegar ao ano de 2017, ano de constituição do Grupo de Trabalho⁹⁰, que renomeou a emissora como Rádio Paulo Freire.

4.2. Contexto de surgimento do SEC e da Rádio Universidade do Recife

Na década de 1950 e começo de 1960, antes da ditadura militar que mudaria a trajetória do país, Recife concentrava parte da intelectualidade brasileira. Teatro, jornalismo, poesia, cultura, cinema e política se misturavam numa juventude que se aglutinava pelos corredores da Universidade do Recife, particularmente a Faculdade de Direito (Weinstein, 2012⁹¹). Entre eles, o bacharel em Direito, escritor e educador Paulo Freire; porém não estava sozinho: o escritor Ariano Suassuna, o tradutor e poeta José Laurênio de Melo, o escritor Luiz Costa Lima, o dramaturgo Hermilo Borba Filho, o artista plástico e designer gráfico Aloísio Magalhães, o jornalista Juracy Andrade, o poeta Gastão de Holanda, dentre tantos outros. Alguns deles participaram do Teatro do Estudante de Pernambuco - que logo converteu-se no Teatro Popular do Nordeste - e/ou do Gráfico Amador⁹² (Veras, 2012). Também parte dessa juventude influenciou a criação (e até alguns deles fizeram parte como colaboradores) do suplemento cultural do Jornal do Commercio.

Nesse caldo cultural e político, foi criado no Recife em 1960 o Movimento de Cultura Popular⁹³ (MCP), que logo se irradiou para outros estados. Por sua vez, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) concebeu o Movimento da Educação de Base (MEB) com suas escolas radiofônicas; a União Nacional de Estudantes (UNE) constituiu o Centro Popular de Cultura (CPC). Uma das principais preocupações destas organizações era a alfabetização de jovens e adultos, pois nesse momento histórico, para poder votar, as pessoas precisavam saber ler e escrever; no entanto, o Nordeste concentrava um alto número de analfabetos.

Os jovens que integraram o Serviço de Extensão Cultural convidados por Paulo Freire, também foram influenciados pela política cultural da Ação Católica. Em especial, a Juventude Universitária Católica, que durante a década de 1960 teve participação ativa na direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) (Veras, 2012, p. 64).

⁹⁰ A portaria nº 01 de 06 de junho de 2017 criou o Grupo de Trabalho e nomeou os servidores para desenvolver o novo modelo de produção de conteúdo da Rádio Universitária AM. O documento está disponível no Anexo A deste trabalho.

⁹¹ Apresentação do livro de Veras (2012).

⁹² Pessoal do Gráfico Amador: José Laurênio de Melo, Ariano Suassuna, Orlando da Costa Ferreira, Gastão de Holanda, Jorge Wanderley, João Alexandre Barbosa, Jorge Carneiro da Cunha, Almeri Bezerra de Mello, Arthur Carvalho (Cortez, 2008).

⁹³ Paulo Freire foi um dos fundadores do MCP (Veras, 2009).

Por sua vez, no quesito eleitoral, Miguel Arraes (Partido Social Trabalhista - PST) foi eleito prefeito da cidade do Recife (1960 - 1962) e logo governador de Pernambuco (1963 - 1964). Essa conjuntura política, cultural e social possibilitou a participação de uma intelectualidade na conformação do SEC.

Qual foi a trajetória de Paulo Freire que o levou ao SEC? Formado bacharel em Direito na Faculdade de Direito da UR, Paulo Freire abandonou rapidamente essa profissão. Passou oito anos como educador e gestor no Serviço Social da Indústria (SESI), onde trabalhou sob as ordens de João Alfredo da Costa Lima. Em 1956 entrou como professor interino da disciplina História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco da Universidade do Recife, escola que era coordenada por João Alfredo. No ano de 1959, defendeu sua tese “Educação e atualidade brasileira”. Nesse ano, também se inscreveu para o concurso de professor catedrático. É o ano em que João Alfredo, após a morte do reitor Joaquim Amazonas, foi eleito reitor da UR. Em 1961, participou do concurso para professor catedrático, porém ficou em segundo lugar, atrás da professora Maria do Carmo Tavares de Miranda (Veras, 2012)⁹⁴.

No ano de 1962, Paulo Freire foi convocado pelo então reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima para presidir o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife. Paulo Freire levou consigo para dentro deste novo órgão universitário⁹⁵ parte dessa juventude intelectual do Recife. O SEC era dividido em três grandes setores: 1) alfabetização (de onde surgiu o sistema de alfabetização de adultos que mais tarde seria conhecido como Método Paulo Freire); 2) a revista “Estudos Universitários” e; 3) e o setor de Rádio e Televisão:

Quando a gente vai ver o organograma do SEC, do Serviço de Extensão Cultural, percebe que todos esses campos de produção artísticos e culturais eles tão contemplados lá no organograma do SEC junto com um setor muito forte de educação, né? Então eles estavam de alguma forma, esse papel de gestor do Paulo Freire de liderança, de líder, de mobilizar, mobilizar não pra que ele se torne apenas porta-vozes dele, né? Porque quando a gente vai ver estão todos eles falando, você tem uma polifonia, essas vozes elas estão repercutindo, elas estão ecoando e estão multiplicando essa agenda que o Paulo Freire está de alguma forma. Agenda ou

⁹⁴ Sobre este acontecimento, compartilhamos uma citação do livro do professor Veras na qual Paulo Freire, ao ser “[...] indagado por Paulo Rosas sobre o concurso malogrado: ‘Perdi a cátedra e ganhei a vida’” (Rosas, 2003, p. 63 *apud* Veras, 2012, p. 118).

⁹⁵ No livro “Golpe na alma” de Marcius Cortez (2008), numa nota ao rodapé, é nomeada a equipe inicial do SEC (1962-64): “constituída pelo professor Jomard Muniz de Britto; o crítico literário Luiz Costa Lima; o poeta Sebastião Uchoa Leite; o economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque; o jornalista Juracy Andrade; o matemático e musicólogo Jarbas Maciel; as educadoras Maria Adozinda Monteiro Costa, Dulce Dantas, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade, Elza Freire e Aurenice Cardoso; o escritor e advogado Arthur Carvalho, o poeta e tradutor José Laurênio de Melo, que ocupava o cargo de diretor da Rádio Universidade; o gerente administrativo Paulo Pacheco; o ensaísta suíço Pierre Furter (...); Almeri Bezerra de Mello que era o diretor do SEC na ausência do Paulo Freire e do outro Padre, o Paulo Meneses (...); o assistente-administrativo Plácido Mendes de Lima; o técnico de som e pesquisador musical Hugo Martins e Marcius Cortez” (Cortez, 2008, p. 16).

mesmo campanha que o Paulo Freire está liderando de algum modo⁹⁶ (Veras, 2023, informação verbal).

A criação do SEC tinha como uma de suas finalidades aproximar à sociedade do conhecimento produzido dentro dos muros da universidade⁹⁷. Em entrevista, o professor José Batista⁹⁸ afirma:

E nós tínhamos ali um tripé: o sistema de educação, a rádio e a revista Estudos Universitários. Então esse trio é que compunha as ações do Serviço de Extensão Cultural, que era uma novidade ali no início dos anos 60, nas universidades, que se dedicavam ainda muito à formação profissional, à pesquisa, mais a atividade extensionista, portanto, aquela atividade que estabelecia como finalidade a articulação da universidade com a sociedade, ali nascia. [...] [o SEC] surge do diálogo entre Paulo Freire e o então reitor João Alfredo, que o estimulou a organizar esse projeto pelo qual a universidade procurava se aproximar da sociedade. Como se sabe, a universidade sempre foi muito acusada de viver numa espécie de torre de marfim, de viver encastelada, de viver divorciada da sociedade, como se aquilo fosse um mundo à parte e não uma parte do mundo que se dedica à atividade científica, à formação profissional em alto nível, não é? [...] A primeira grande ação que o SEC desenvolveu foi na área da alfabetização, não é? E por quê? Porque nós tínhamos um índice de analfabetismo no Brasil muito alto no início dos anos 60, que é o período de criação. E era natural que se enfrentasse, procurasse colocar a universidade nessa trilha das instituições que se envolviam com os problemas básicos da sociedade, que é do acesso à educação, entendida aí como um direito social básico (Batista, 2023, informação verbal).

Com o apoio do reitor da então Universidade do Recife, o grupo que conformou o SEC tinha uma preocupação muito grande pelo vínculo entre academia e sociedade. Que melhor ferramenta para essa relação que um veículo de comunicação de massas como uma emissora de rádio?

Nessa proposta do SEC, uma das coisas que tinha era a criação de uma rádio, e a criação de uma rádio que podia talvez até alfabetizar, [...] mas a questão da rádio era exatamente poder ter contato próximo com o povo e ter possibilidade de diálogo e não somente isso mas veicular a própria produção. A produção popular também, é um espaço bastante importante para produção popular e nas suas várias facetas, nos seus vários aspectos, tanto musical, como como teatro como... enfim, pastoril, todas essas coisas⁹⁹ (Weber, 2023, informação verbal).

⁹⁶ Entrevista dada pelo prof. Dimas Brasileiro Veras no dia 27 de junho de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Veras é Doutor em História pela UFPE, professor do IFPE e membro da Cátedra Paulo Freire.

⁹⁷ Universidade cria novo serviço de extensão cultural (Universidade, 1962). Nessa matéria publicada no Diário de Pernambuco se fala da Rádio Universidade do Recife, que vai ser instalada no Engenho do Meio e que será o principal veículo de difusão cultural.

⁹⁸ Entrevista dada pelo prof. José Batista Neto no dia 11 de maio de 2023 para o projeto de extensão e pesquisa “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Batista é licenciado e mestre em História pela UFPE, doutor em Ciências da Educação pela Universidade Paris V. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE e membro da Cátedra Paulo Freire.

⁹⁹ Entrevista dada pela prof^a Silke Weber no dia 07 de fevereiro de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Ela foi professora dos departamentos de Psicologia e de Sociologia da UFPE, onde trabalhou durante quase 50 anos. Atualmente está aposentada.

4.3. Rádio Universidade: “Uma rádio a serviço da democratização da cultura”

A criação de uma rádio da Universidade já era uma promessa, pelo menos, desde o ano de 1958 (Rocha, 1958)¹⁰⁰. Esse sonho e desejo começa a se tornar realidade no ano de 1962, com as primeiras transmissões experimentais em Amplitude Modulada, pela Rádio Universidade AM 820 khz. Em matéria publicada no jornal Última Hora informava-se que:

O poeta Laurênio Melo tem, através da Rádio Universidade do Recife, dado bons programas de música erudita brasileira. A finalidade é divulgar mais a nossa boa música e ensinar a todos dar valor ao que temos de bom em nossa terra. A Rádio Universidade do Recife está no ar, em fase experimental, na frequência 820 khz, funcionando das 20 às 22 horas (Concertos, 1962).

Segundo a periodização feita por Zuculoto (2012), esta emissora inicia suas transmissões em ondas médias, no momento histórico denominado “Ensino pelas ondas radiofônicas”, compreendido entre meados dos anos 1940 até começo da década de 1970. Nesse período, o sistema de rádio procura se afirmar como educativo (Zuculoto, 2012).

A primeira transmissão oficial foi realizada em 29 de setembro de 1963, numa faixa horária reduzida à noite, entre 20h e 23 horas. O poeta, bacharel em Direito e tradutor, José Laurênio de Melo, foi o primeiro diretor da Rádio Universidade do Recife.

A Rádio Universidade surge vinculada ao projeto do SEC, o Serviço de Extensão Cultural, no ano de 1962, eles começam a fazer as primeiras experiências ainda de forma experimental, né? Até ser lançada definitivamente, entrar no ar no ano de 1963, desde o ano anterior sobre a direção do José Laurênio de Melo acompanhado por sua esposa Ana, ambos com experiência na BBC de Londres, mas também com o apoio de outros colegas do Serviço de Extensão Cultural como o poeta, tradutor Sebastião Uchôa Leite, o professor Jarbas Maciel, a comunicadora Maria de Jesus Bacarelli, o estudante Marcius Cortez, dentre outros interlocutores que vão participar e que vão ajudar a construir aquela primeira programação da Rádio Universidade (Veras, 2023, informação verbal).

A emissora se distinguia das rádios comerciais à época porque, além de tocar música popular e erudita brasileira assim como música clássica, na sua grade apresentava uma série de programas culturais e informativos. O primeiro secretário da revista “Estudos Universitários”, Luiz Costa Lima¹⁰¹, em entrevista disse:

E os programas de rádio de Zé Laurênio, tendo por exemplo aquilo que conheceu na BBC, tinha tanto uma linha musical, quanto uma linha cultural, programas visando a ensinar o A, B, C de coisas mínimas, básicas, em Ciências Sociais (Lima, 2023, informação verbal).

¹⁰⁰ Notícia publicada no Diário de Pernambuco, em 15 de junho de 1958, sob autoria de Leduar de Assis Rocha: Rádios Universitários.

¹⁰¹ Entrevista dada por Luiz Costa Lima no dia 07 de março de 2023 para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Costa é graduado em Direito pela UFPE, doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, professor emérito do departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Crítico literário e escritor com mais de vinte livros publicados.

Podemos observar na programação da Rádio Universidade do Recife alguns dos pontos comentados por Lima. Veras (2012, p. 142-143) revisitou os Boletins do SEC/UR (1964) a partir dos quais reconstruiu a programação da rádio:

Segunda-feira; 20:00 - Abertura /20:03 - Recife de Piano /20:30 - Campanha de Alfabetização /20:45 - Música Popular Brasileira /21:00 Curso de Francês /21:15 - Sobre educação (comentário) /21:30 Intervalo Musical / 21:50 - Universidade em Foco /22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

Terça-feira; 20:00 - Abertura /20:03 - Página Sinfônica /20:30 - Campanha de Alfabetização /20:45 - Música Popular Brasileira /21:00 Curso de Inglês /21:15 - Revista de Editoriais /21:30 Intervalo Musical / 21:50 - Universidade em Foco /22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

Quarta-feira; 20:00 - Abertura /20:03 - Recital de Canto /20:30 - Campanha de Alfabetização /20:45 - Música Popular Brasileira /21:00 Curso de Francês /21:15 - Informativo Econômico /21:30 Movimento Estudantil (DCE) / 21:50 - Universidade em Foco /22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

Quinta-feira; 20:00 - Abertura /20:03 - Recital de Violão /20:30 - Campanha de Alfabetização /20:45 - Música Popular Brasileira /21:00 Curso de Inglês /21:15 - Cultura-Ciência-Educação /21:30 Reportagem /21:40 Intervalo Musical /21:50 - Universidade em Foco /22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

Sexta-feira; 20:00 - Abertura /20:03 - Recital de Violão /20:30 - Campanha de Alfabetização /20:45 - Música Popular Brasileira /21:00 Curso de Francês /21:30 O Mundo da Ciência /21:50 - Universidade em Foco /22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

Sábado; 20:00 - Abertura /20:03 - Coros de Óperas (Árias) /20:30 - Campanha de Alfabetização /20:45 - Música Popular Brasileira /21:15 - Resenha Editoriais /21:30 Intervalo Musical /21:50 - Momento Internacional /22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

Domingo; 20:00 - Abertura /20:03 - Música (Folclore Internacional) /20:30 - Arte e Espetáculo (Lit., Teatro. Cin. e Pint.) /21:30 O Mundo da Ciência 22:00 - Concerto /23:00 - Encerramento.

4.3.1. Programação

Um dos programas que integrava a grade era “Campanha de alfabetização” que tinha como objetivo explicar para a população como funcionava o método de alfabetização, desenvolvido nos círculos de cultura. Pelo levantamento realizado nos jornais, esse programa ia ao ar diariamente. Em entrevista Marcius Cortez¹⁰², que era um jovem estudante universitário e colaborou com a Rádio Universidade, explicou:

Havia um texto e havia muito uma parte de explicar pra população como funcionava o método de alfabetização, o sistema de alfabetização. O círculo de cultura, o que é que ele tinha que ter e como era a sequência dos slides e tentava fazer que todo mundo entendesse que a ideia de tudo aquilo era maiêutica, socrática, né. O conhecimento de um ia enriquecer o outro, a troca do conhecimento. A vez um pouco da inteligência contra a mediocridade. (Cortez, 2023, informação verbal)

Sobre a estética e gênero do programa, Cortez (2023, informação verbal) afirmou:

¹⁰² Entrevista dada por Marcius Cortez no dia 07 de março de 2023 para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Cortez é escritor e publicitário.

[...] tinha uma vinheta musical, lógico e já aparecia minha voz narrando. [...] coloquei gente coordenadora de cultura falando assim a sua experiência nos círculos. Era jornalístico [...] Havia também informação, lógico, mas a ideia era que todos entendessem o que era esse sistema tão revolucionário.

O programa “Campanha de alfabetização” durou desde o começo da Universidade AM até o fim dessa experiência liderada por Paulo Freire. Foi nesse programa que o patrono da educação brasileira deu sua última entrevista para a Rádio Universidade (Cortez, 2023, informação verbal).

Um outro colaborador da Rádio Universidade foi Hugo Martins¹⁰³, radialista que continuou trabalhando na emissora após o golpe de 1964. Atualmente ele ainda produz o programa “O tema é o frevo” e “Frevo patrimônio cultural” que são veiculados pela rádio Universitária FM (também da UFPE). Em entrevista, ele relatou:

Havia também o programa “Campanha de alfabetização”, que era sobre o método da alfabetização de adultos de Paulo Freire. A gente saía entrevistando as pessoas, e eu ia sempre com o gravador debaixo do braço para gravar as entrevistas, e as pessoas iam entrevistando. Então isso durou muito tempo. Em sessenta e quatro veio o golpe militar e muitos tiveram que sair. Inclusive Paulo Freire teve que ir embora para o Chile (Martins, 2023, informação verbal).

Outro programa que teve destaque foi “No mundo da ciência” que era realizado pelo músico, matemático e filósofo Jarbas Maciel. Durante o programa se misturavam elementos de ficção científica com efeitos sonoros, visando contribuir com a divulgação das produções realizadas dentro da Universidade. Em palavras de Marcius Cortez:

[...] nós tínhamos um programa que foi um sucesso em público. Ele era um programa coordenado pelo Jarbas Maciel, que era sobre ficção científica. E aí, ele arrumou um aparato e transformou esse programa num programa interessantíssimo e que tinha uma função educadora, atingia muitos jovens, a linguagem interpretativa, a história em quadrinho, o IBOPE desse programa foi formidável (Cortez, 2023, informação verbal).

Ele fazia uma série novela e eu não sei como ele se virava, acho que quem estava dentro do estúdio da rádio devia fazer as sonoplastias, uma série que tinha muitos sons, sons de foguetes, aquelas vozes mirabolantes de computadores. Era mesmo um mundo extraterreno e foi um sucesso extraordinário. [...] me lembro que o tema era esse. “Esqueçam vocês, terráqueos. O mundo agora será o da ficção científica”. Era fantasia, né? O programa deu muito certo porque fantasiava, era sucesso de público, sem dúvida (Cortez, 2023, informação verbal).

Também dentro da grade havia programas sobre literatura e cinema. “Sebastião [Uchôa Leite] tinha um programa sobre literatura aos domingos, tinha um programa de música, a rádio era uma rádio de cultura e de engajamento no projeto de alfabetização” (Cortez, 2023, informação verbal).

¹⁰³ Entrevista dada por Hugo Martins no dia 19 de abril de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Ele é radialista, compositor, sonoplasta, apresentador, roteirista e pesquisador de frevo.

Na tentativa de cumprir sua função educativa, a Rádio Universidade AM transmitia programas de rádio sobre cursos de idiomas, como Inglês e Francês. Hugo Martins (2003, informação verbal) lembra que:

A gente tinha curso de inglês da BBC de Londres, curso de inglês da Voz da América, curso de francês, de alemão, todos ministrados pelos consulados e gravado em discos de fita, transmitido pelo rádio, né? Muita gente depois disse que se formou através desses programas da Rádio Universitária.

Além dos programas produzidos pela equipe da rádio, havia outros integrantes da comunidade acadêmica que participavam da programação. O Diretório Central dos Estudantes realizava o programa “Movimento Estudantil”, como demonstra a notícia publicada na edição nº 506 de Última Hora (1963) intitulada: Estudantes farão programa na rádio da universidade.

Existiram também outros programas radiofônicos sobre os quais não encontramos mais informações. Entre eles estavam: “Resenha de jornais”; “Momento internacional” (Padre Almeri Bezerra); “A Universidade em foco”; “Informativo ou Boletim econômico”.

Uma matéria do Jornal Última hora, publicada em dezembro de 1963, se destaca porque faz menção ao estilo simples da programação da Rádio Universidade do Recife. No texto de Aluizio Falcão (1963, p. 03): “Você, leitor de UH-N, precisa sintonizar esta emissora, que é verdadeiramente popular, embora diferente das outras locais, pelo bom gosto e seriedade em sua programação”. Um outro fragmento dessa notícia avalia: “Não precisa ser ‘intelectual’ para ouvir as entrevistas de arte e literatura” (Falcão, 1963, p. 03).

Apesar da equipe ser pequena, os/as profissionais tinham compromisso com a programação que produziam e desempenhavam diversas funções dentro da emissora.

Era uma equipe enxuta, porque o Laurênio fazia também a parte técnica, tinha os locutores que ele escolheu a dedo, né? Aquela locução discreta, como é a locução dos locutores das rádios inglesas de maneira geral. [...] O Jarbas tinha programa, o Sebastião tinha programa, tinha também outros funcionários do SEC com programas. Era uma equipe múltipla, cada um fazia um pouco de tudo (Cortez, 2023, informação verbal).

Embora a programação da emissora fosse formativa e cultural, como bem sinaliza o slogan da emissora “Uma rádio a serviço da democratização da cultura”, havia uma ênfase na função pedagógica. Isto fica mais nítido ao observarmos a vinculação que a Rádio Universidade do Recife tinha com o Serviço de Extensão Cultural, visando a formação e difusão cultural.

Então, quando eu falo que ela de alguma maneira espelhava o trabalho do SEC, era também de levar para rádio essas coisas, não no trabalho de rádio educação. Até onde eu sei eles não empreenderam isso. Mas era muito viva a preocupação, a visão de que a rádio era um espaço de formação cultural. Isso era visto e compreendido, até onde eu consigo perceber, de uma maneira ampla. Uma formação cultural numa rádio que é uma rádio pública, dentro daquele contexto de época é uma rádio que se abre para esses debates culturais mais gerais, esses programas de debates, mas

também é uma programação musical diferenciada¹⁰⁴ (Weinstein, 2023, informação verbal).

Observamos que a organização da programação corresponde, em alguns pontos, com as características assinaladas por Zuculoto (2012) para este momento histórico, no qual as rádios dedicaram parte de seus esforços para a produção de programas de educação formal e instrucionais, com transmissão de aulas pelas ondas radiofônicas. Por exemplo, nos cursos de idiomas oferecidos através da AM 820 Khz. No entanto, a programação da Rádio Universidade ia muito além desse tipo de programação; havia uma preocupação pela formação cultural de seu público ouvinte, como fica evidenciado nos programas “Campanha de alfabetização” e “No mundo da ciência”.

4.3.2. *Questionamentos à emissora*

O SEC e o próprio reitor da Universidade do Recife, João Alfredo, sofreram os ataques e difamações publicadas na imprensa conservadora da época. Entre o final do ano de 1963 e o golpe militar de abril de 1964, através da coluna Informativo Econômico, escrita por Marco Aurélio de Alcântara no Diário de Pernambuco, criticava-se a Rádio Universidade do Recife chamando-a de “comunista” pela participação, dentro da sua grade de programação, do Movimento de Cultura Popular.

Na coluna datada em 19 de dezembro de 1963, Alcântara (1963a) mencionava:

[...] não tenho prevenções pessoais contra o Movimento de Cultura Popular (MCP) ou o Movimento de Educação de Base (MEB), que estão sendo, no Pernambuco de hoje, as pontas avançadas do esquerdismo brasileiro junto às massas [...]

Nesse texto, o jornalista também questionava uma aula que tinha ouvido do MEB na Rádio Universidade do Recife. Dias depois era publicada outra coluna que qualificava “o Movimento de Cultura Popular - que todos conhecem pela sua orientação facciosa e comunista” (Alcântara, 1963b). Por meio da coluna, o jornalista Alcântara acusava o SEC de divulgar “Propaganda subversiva e de luta de classes [...] pela Rádio Universidade” (Alcântara, 1963b). Também atribuía a utilização de técnicas subliminares de propaganda: “da melhor técnica subliminar, que os comunistas vêm usando, há anos, no Brasil, e agora através dos MCP e UNE, com o apoio de professores e reitores mais ou menos condescendentes” (Alcântara, 1963b).

¹⁰⁴ Entrevista dada pelo prof. Flávio Weinstein Teixeira no dia 27 de junho de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”. Graduado em História e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor associado da Universidade Federal de Pernambuco.

Questionava, da mesma forma, a manutenção e financiamento da emissora com fundos federais: “se é mais conveniente manter um serviço radiofônico e um serviço de extensão cultural, de fins políticos ou prestigiar, nos quadros da Universidade, os seus cientistas, os seus professores e pesquisadores” (Alcântara, 1964a). Para este jornalista, a Universidade não podia ter orgulho nem devia manter uma emissora que ele considerava subversiva:

[...] uma rádio política entregue ao grupo estudantil que faz a política da UNE e do Comando Geral dos Trabalhadores - o famoso CGT, das greves e subversões - como meio de penetração na massa e formação de grupos ideológicos, a serviço de projetos anti-Universitários, anti-científicos e anti-culturais (Alcântara, 1964a).

E não menos importante, desvalorizava o trabalho feito pela Rádio Universidade do Recife: “Numa Universidade, o prioritário é o científico e o cultural: não é nem nunca foi o radiofônico” (Alcântara, 1964a). Esse tipo de ataque repetiu-se durante o ano de 1964, até o golpe militar.

Essa Rádio deveria apenas transmitir programas culturais, música selecionada e informações universitárias, em vez de colaborar com as Esquerdas na campanha de alfabetização, que não é tarefa de Universidade, mas de Governo e Escola Primária. Somente em termos de insólita concessão política é que se pode julgar a união Rádio Universidade-Movimento de Cultura Popular (Alcântara, 1964b).

Da mesma forma, as críticas ao Serviço de Extensão Cultural e, em especial, contra o reitor da Universidade do Recife, João Alfredo, partiram do sociólogo Gilberto Freyre. No texto intitulado “O caso da Universidade do Recife” publicado no Diário de Pernambuco, o sociólogo Gilberto Freyre questionava o trabalho da Rádio Universidade do Recife, responsabilizando o reitor da U.R. pela intromissão de “comunistas” na equipe. Na notícia “Reitor defende-se de críticas à sua atuação na UR” (Reitor, 1964) publicada no Diário de Pernambuco, o reitor defendia-se dos ataques do sociólogo Freyre.

É igualmente do final de 1963 os primeiros artigos de Freyre criticando a penetração comunista na Rádio Universidade, referindo-se ao programa do MCP transmitido por esta estação. A contenda ganha maior intensidade quando Gilberto Freyre passa a publicar nos jornais da cidade críticas ao próprio reitor João Alfredo, e aos demais professores do SEC/UR. Para o distinto sociólogo, o reitor havia permitido que ‘comunistas’ e ‘para-comunistas’ tomassem a Rádio Universidade, os projetos de alfabetização de jovens e adultos e o periódico de cultura da UR, a Estudos Universitários (Veras, 2012).

4.4. Ditadura militar de 1964 e intervenção na Rádio Universidade AM

Com o golpe militar, a Rádio Universidade do Recife foi invadida e passou a ser gerida por um servidor da Universidade, Edmir Regis. A experiência foi muito curta: com uma duração de dois anos do SEC e menos de um ano de transmissão constante da Rádio Universidade do Recife. O projeto que Paulo Freire sonhou e que José Laurênio de Melo e

outros colaboradores colocaram em prática, foi desmontado. Todos os que faziam parte do SEC e da rádio foram demitidos, perseguidos ou presos.

Paulo Freire foi preso e solto mais de uma vez, até que decidiu se exilar no Chile. “E também foi um golpe na alma, porque a humilhação que eles submeteram o Paulo Freire naquela de prender e soltar o Paulo e de prender e soltar, depois de caçarem o salário dele. O Paulo sofreu muito e nós também” (Cortez, 2023, informação verbal).

Depois das perseguições, prisões e até o exílio das pessoas que estavam vinculadas ao Serviço de Extensão Cultural, produziu-se uma mudança radical no entendimento de qual deveria ser a função da Rádio Universidade do Recife. Nas palavras do pesquisador e professor de História, Dimas Veras (2023, informação verbal):

A rádio durante o golpe, ela é invadida, os relatos são de que boa parte do material do SEC, mas não só do SEC, da rádio, material de pesquisa, o material de produção, de produtos de inovação, cada programa que eles vão gerando. [...] A rádio é ocupada, esses difamadores que estavam nos principais jornais daqui da região, da cidade vão celebrar, né? Dizer ‘ah, finalmente a rádio foi invadida, né?’ Ela passa a ser gerida por um servidor daqui da Universidade, o Edmir Régis. Ele assume a rádio e publicamente ele diz que a rádio agora vai ter um papel mais recreativo, ela não vai ter mais aquele papel que ela tinha de pedagógico, político, né? Ela vai ter uma finalidade estritamente recreativa [...] Sem esse propósito transformador que é o propósito que eles estão desenhando ali nos anos sessenta.

Se por um lado aconteceu uma mudança radical no perfil da emissora (com uma programação com um perfil mais “recreativo”), por outro lado, a ditadura procurou acabar com os arquivos do SEC e da rádio (Veras, 2023). Marcius Cortez (2023, informação verbal) confirma:

Eu acho que eles foram rápidos, mudaram tudo. Não, depois de dois ou três dias, as tropas invadiram e todos os arquivos do Serviço de Extensão Cultural foram presos né. Não se sabe nem onde está aquilo, toda essa programação da rádio desapareceu, sumiu. Todas as palestras do Paulo, atividades intelectuais, onde é que tá aquilo? Tinha um boletim informativo do SEC, dos processos todos, o planejamento de fazer funcionar o PNA – Plano Nacional de Alfabetização. Foi censura e foi rápida.

Ao acabar com os registros e produções da Rádio Universidade AM e do SEC, os militares pretendiam dar fim à função da emissora como veículo de transformação, que cumpria um papel político-pedagógico em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, como resultado da pesquisa realizada pelo projeto “A Rádio que Paulo Freire sonhou” achamos nas mãos de Hugo Martins alguns poucos registros sonoros de programas da época, produzidos pela Rádio Universidade do Recife¹⁰⁵. Apesar da tentativa

¹⁰⁵ Os registros em áudio preservados por Hugo Martins da antiga Rádio Universidade do Recife foram: “No mundo da ciência”, “Caderno musical”, programa sobre Espanha, as chamadas do “Campanha de alfabetização” e do “No mundo da ciência”.

dos militares de acabar com toda a memória do SEC e da Rádio Universidade, uma ação individual de uns dos funcionários do setor, contribuiu para impedir esse apagamento.

4.5. O início das instabilidades: uma longa deriva (1964-1999)

Após o golpe militar de 1964, com o afastamento de Paulo Freire e a sua equipe do SEC, e portanto, da Rádio Universidade do Recife, as notícias sobre a emissora começam a ter outras características. A mudança nos rumos da emissora ficou nítida quando, um ano após o golpe militar, a manchete da matéria do Diário de Pernambuco de 2 abril de 1965 foi: “Rádio Universidade identificada com a cultura regional comemora revolução”. Segundo a publicação, agora a rádio integrava o Serviço de Imprensa e Rádio da Universidade do Recife e era dirigida pelo jornalista Edmir Régis.

Em notícia intitulada Rádio universidade funcionará a tarde a partir de julho no Diário de Pernambuco, em 30 de abril de 1965, informava-se que, além de aumentar o tempo de programação (a partir das 14h), a rádio funcionava com um “pequeno transmissor de um kilowatt” localizado na Cidade Universitária, no Engenho do Meio.

Entre 1965 e 1967 não achamos informações sobre a rádio, agora denominada de Universitária AM. Em 1967, a diretora da Rádio Universitária AM era a jornalista Tereza Catarina (Thereza Catherina de Goes Campos¹⁰⁶). Ela era professora, poetisa e jornalista (Martins, 2023, informação verbal).

Em paralelo ao funcionamento precário da rádio, no ano de 1968 foi fundada a TV Universitária de Pernambuco, que foi instalada no prédio construído na Av. Norte (Recife). A rádio, assim, passou a funcionar numa sala da recém criada TV Universitária.

Entre o fim da década de 1960 e começo da década de 1970, o Diário de Pernambuco informava sobre as instalações da emissora e a programação musical da rádio. Com o título Rádio Universitária (Leite, 1970) informava-se sobre os estúdios de locução e operação de som (localizado na casa dos transmissores, Cidade Universitária) e como a diretoria procurava divulgar a “variada programação da rádio”.

Em matéria de 19 de novembro de 1971, informava-se sobre a inauguração das novas instalações da Rádio Universitária, sem muito mais detalhe. Em sintonia com o que acontecia nacionalmente, a rádio Universitária AM participou do projeto Minerva (Mobral, 1972). Como informado na matéria, utilizava-se a radiodifusão para divulgar cursos e aulas do

¹⁰⁶ O nome da diretora da Rádio Universitária aparece escrito desta forma na matéria publicada em 17 de janeiro de 1970 no Diário de Pernambuco (Leite, 1970)

MOBRAL¹⁰⁷. Em Recife, a Rádio Universitária AM era a única estação a transmitir os conteúdos do projeto Minerva através de ondas médias, enquanto as emissoras comerciais o faziam em ondas curtas. Este projeto foi considerado por Zuculoto (2012) a maior expressão do período “Ensino pelas ondas do rádio” em que as emissoras do campo público consolidaram seu perfil voltado à educação e cultura (Zuculoto, 2012, p. 126).

Em três matérias assinadas por Cleofas Reis, no Diário de Pernambuco, entre maio e junho de 1973, avaliava-se a qualidade da música transmitida pela AM e faziam-se algumas críticas à emissora. “Infelizmente é a única emissora, na cidade, que se preocupa seriamente com a cultura musical, oferecendo ao público a oportunidade de conhecer a arte na música” (Reis, 1973c). Apesar do elogio, questionava-se que nos programas da tarde o apresentador não mencionava o nome da música nos “movimentos da composição e no fim da obra”. Outro motivo de crítica era a “obsessão pela música popular brasileira” que a Rádio Universitária teria. “Alegaram-nos os queixosos que a Rádio da UFPE deve dedicar mais tempo à música erudita, organizando inclusive programas de instrumentação a seu respeito” (Reis, 1973a). O jornalista ainda ressaltava que era preciso que a rádio “lembre mais de música clássica brasileira” e “que devam, didaticamente, ser explicadas ao público ouvinte, dando uma mostra de que seja, de fato, rádio educativa” (Reis, 1973b).

Nesse momento histórico, os programas da rádio eram gravados e levados de camionete da sede da TVU - instalada numa região central do Recife - para a Cidade Universitária (na zona oeste da cidade), onde estavam o transmissor e a antena da rádio. Com o objetivo de facilitar essa transmissão da AM, foi solicitado ao Ministério das Comunicações um sinal de FM fechado que permitisse estabelecer um enlace entre a sala da rádio - no prédio da TV - com o local do transmissor (Angeiras, 2021, p. 251).

Em livro sobre a história da TVU de Pernambuco, Maria Clara Angeiras compartilha um depoimento do professor Luiz Maranhão Filho, que conta um pouco dessa história sobre a FM:

A Rádio Universitária tinha um canal de AM desde 1963, sofreu muita perseguição no Golpe de 1964. Então esse canal de AM era um estúdio gravando na Avenida Norte e o material ia ser transmitido da Cidade Universitária, a partir de meio-dia, então a Kombi levava todas as gravações para lá e a gente não tinha autonomia para cortar o sinal e fazer alguma coisa ao vivo. Com a chegada da Rádio AM para o prédio da Avenida Norte, onde funcionava a TV Universitária, eu fiz um projeto pedindo ao Ministério das Comunicações para fazer um enlace, era com FM, era um

¹⁰⁷ O MOBRAL foi o Movimento Brasil de Alfabetização instituído pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. “O MOBRAL tinha como objetivo acabar com o analfabetismo no país nas décadas de 1970 e 1980, fazendo com que os seus alunos aprendessem a ler, escrever e contar, para que os mesmos fossem inseridos na sociedade; porém, foi severamente criticado por promover a ideologia do Governo Militar” (Macedo, 2014, p. 11). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14051/1/PSL02052018.pdf> Acesso em: 16 dez. 2024.

transmissor FM que transmitia da Avenida Norte para o transmissor localizado na Cidade Universitária [...] (Maranhão, 2014 *apud* Angeiras, 2021, p. 251).

Equivocadamente, de acordo com Luiz Maranhão (2014), o então chamado Ministério das Comunicações, em vez de dar uma frequência para fazer enlace, deu um canal aberto de FM. Este foi o primeiro canal concedido à Universidade, porém, devido à falta de verbas, uma emissora comercial ficou com essa concessão (Angeiras, 2021, p. 251).

Nessa época (1973), Luiz Maranhão Filho ocupava a direção da emissora universitária como podemos corroborar na matéria publicada no Diário de Pernambuco do dia 03 de outubro de 1973 (Cavalcanti, 1973).

Na pesquisa documental, encontramos no Diário de Pernambuco de agosto de 1974, uma notícia que indicava os motivos da Rádio Universidade estar fora do ar (Rádio, 1974). Nesse texto, assinala-se que, através da portaria nº 412 de 1974, o Ministério das Comunicações havia outorgado um canal de FM aberto à UFPE. Desta forma, podemos afirmar que a versão da história contada por Maranhão Filho é validada pela pesquisa documental.

4.5.1 De 1974 a 1984: dos problemas no transmissor à desativação da antena

A partir de 1974, as notícias publicadas no Diário de Pernambuco fizeram referência, principalmente, à interrupção das transmissões da Universitária AM. No dia 21 de agosto de 1974, o título era: Rádio Universitária vai voltar dentro de horas (Craveiro, 1974). Por fortes chuvas que teriam avariado o transmissor, a rádio ficou fora do ar desde 25 de junho de 1974. Nesse mesmo texto, informava-se que a FM estava em fase de montagem.

Em 12 de junho de 1976, encontramos uma carta à redação¹⁰⁸ assinada por José Mário Austregésilo (então presidente do Sindicato dos Radialistas de PE, que mais tarde seria diretor do Núcleo de TV e Rádios Universitárias da UFPE), na qual se anunciava que a aquisição de um novo transmissor dependia das condições orçamentárias da Universidade. Ao mesmo tempo, comunicava-se a compra de um transmissor em Frequência Modulada:

[...] A aquisição de um novo transmissor é objeto de estudos e inúmeros projetos, cuja concretização depende muito da situação financeira da Universidade. Entretanto, já se encontra aprovada pelo Magnífico Reitor, a compra de um transmissor de frequência modulada. Aguardam proposta da Eurobrás, para ultimar o processo aquisitivo e instalar o equipamento conforme concessão do DENTEL (Austregésilo, 1976).

Em outra carta à redação, desta vez assinada por Paulo Fernando Lins Caldas questionava-se o horário da programação da rádio: “[...] a Universitária é a única emissora

¹⁰⁸ Os jornais possuíam uma seção chamada de “Cartas à redação”, na qual publicavam textos enviados pelos leitores, sendo a responsabilidade pelas informações publicadas do autor das cartas.

que tem expediente de repartição pública, vai ao ar a partir das 12h, desprezando as manhãs” (Caldas, 1979, p. 10). Da mesma forma, nesse texto eram realizados outros questionamentos sobre a potência dos equipamentos:

[...] sua pequena potência (KW) não permite um raio de transmissão sequer razoável [...] – imprensada entre duas outras potentes emissoras. [...] às vezes sem fim que sai do ar, quer pela fragilidade dos seus equipamentos, quer por falta de energia, ou ainda outras coisas mais, chega-se à conclusão que a Rádio não existe (Caldas, 1979).

Consideramos relevante deixar registrado neste trabalho o surgimento da Universitária FM. Mais uma vez, a UFPE ocupou o lugar de pioneira na radiodifusão, como já tinha acontecido com a TV Universitária e com a Rádio Universidade AM. Como já vimos, em 1974 foi outorgado à Universidade um canal de FM. Contudo, a inauguração da FM Universitária aconteceria no final da década de 1970. Segundo a própria instituição superior, a FM data do ano de 1979¹⁰⁹. As matérias do Diário de Pernambuco confirmam que desde 1978 estavam sendo realizados testes de transmissão para a emissora FM (Craveiro, 1978; Sobral, 1979; Emissora, 1979; Jornal, 1979; Jornal, 1980).

A aparição da Universitária FM dentro do ambiente mediático do Recife foi noticiada pelo Diário de Pernambuco, no dia 28 de março de 1980:

A partir desta 2ª feira o Recife ganha sua segunda emissora em FM. Trata-se da Rádio Universitária, da UFPE, e a solenidade de inauguração contará com a presença do diretor do Núcleo de Rádio e TV da UFPE, prof. Edson Bandeira de Melo e do reitor Geraldo Lafayete (FM, 1980).

A inauguração da FM foi celebrada com “muita festa” (As curtas, 1980) e contou com a participação do reitor da Universidade e do diretor do NTVRU. Estas informações contrastam com a forma que é noticiada a retomada da transmissão por parte da Universitária AM. Em maio de 1982, o Diário de Pernambuco anunciava uma outra inauguração; desta vez, a rádio Universitária AM:

A Rádio Universitária AM já está funcionando nos seus transmissores na Avenida Norte. Toda a emissora se transferiu para lá, e a inauguração foi feita com uma reunião simples. É o primeiro sinal dos melhoramentos que a rádio receberá (Inauguração, 1982, p. 05).

Entre setembro e outubro de 1982 e no mês de fevereiro de 1983, encontramos três matérias publicadas no Diário de Pernambuco que informavam sobre a volta da emissora AM, com uma maior potência. Na matéria intitulada Rádio, publicada em 15 de setembro de 1982, o jornalista destacava que em 45 dias a Rádio Universitária do Recife (AM) voltaria ao ar com um transmissor de maior potência e com novos estúdios (Craveiro, 1982). Também

¹⁰⁹ Em 2024, a Universitária FM comemorou 45 anos. Disponível em: https://www.ufpe.br/en_US/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/radio-universitaria-fm-celebra-45-anos-com-maratona-de-24-horas-de-programacao-ao-vivo/40615 Acesso em: 13 dez. 2024.

comunicava que a antena tinha sido desmontada para ser implantada em outro local da Cidade Universitária. No caso, a faixa horária de emissões era de 7 às 24h. Na notícia intitulada Reequipamento, publicada em 16 de outubro de 1982, informava-se que tinham começado os trabalhos de restauração da Rádio Universitária e que a emissora voltaria a transmitir dentro de 45 dias, com equipamentos de maior potência e com novos estúdios (Reequipamento, 1982). Por último, no dia 05 de fevereiro de 1983, na matéria intitulada Universitária AM, mais uma vez se informava que em poucos dias voltaria ao ar a programação da emissora AM, com muitas novidades (Universitária, 1983).

Importante destacar que pela primeira vez aparece na pesquisa documental, em 15 de setembro de 1982, em notícia publicada no Diário de Pernambuco, a questão da desmontagem da antena. “Dentro de 45 dias, a Rádio Universitária do Recife (AM) voltará ao ar com transmissor de maior potência e com novos estúdios. Está desmontada a antena primitiva para ser implantada em outro local da Cidade Universitária” (Craveiro, 1982).

Em março de 1983 foi publicada uma entrevista com o diretor do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal de Pernambuco, Humberto Vasconcelos (Diretor, 1983). Frente à pergunta do jornalista de quando retornará a “tradicional Rádio Universitária AM”, ele respondeu:

Estávamos pretendendo voltar no dia 31 de dezembro passado [1982], mas, infelizmente, houve limitações enormes, inclusive orçamentárias. Mas, se Deus quiser, até 27 deste mês teremos superado os problemas de ordem técnica que ainda restam para a reinauguração da AM. Colocamos isso como uma de nossas metas mais importante, porque das três emissoras do Núcleo, a rádio AM era a que estava em piores condições. Foi preciso, em primeiro lugar, remover a antena e construir novo prédio para os equipamentos que tivemos de adquirir, desde o transmissor à agulha do toca-discos (Diretor, 1983, p. 19).

Ainda nessa entrevista, o então diretor do NTVRU apontava que o prédio da rádio já estava construído - localizado por trás da Reitoria da UFPE - e que a antena também já se encontrava instalada. Ressaltava ainda o aumento da potência no equipamento transmissor e a importância para o Estado de recuperar a história de duas décadas da emissora.

Ao restaurar a Rádio Universitária AM, estamos restaurando um grande patrimônio cultural de Pernambuco. Afinal, a emissora tem 20 anos e estava desaparecida. Voltando ao ar, ela vai prestar grande serviço à comunidade pernambucana, sobretudo se se considerar a modestíssima, até mesmo péssima, qualidade das emissoras AM que funcionam em nossa Capital, em matéria de difusão cultural. Então, esta foi realmente uma vitória muito bonita. Além disso, volta ao ar com cinco vezes maior potência do que em 1963 – com 5.000 watts e todo um sistema irradiante novo. Agora podemos dizer que vamos ter condições de atingir uma boa fatia do território de Pernambuco. E a Universitária conseguiu tudo isto praticamente sem dispêndios, a não ser com a construção do novo prédio. Toda a mão-de-obra, substituição de peças, equipamentos, nós conseguimos graças a convênios firmados com diversas instituições (Diretor, 1983, p. 19).

Em junho, com a manchete Volta ao ar (1983) publicada no Diário de Pernambuco, prometia-se que em 30 dias a Rádio estaria novamente transmitindo seu sinal. Em julho, anunciou-se “para breve a reabertura da Rádio Universitária AM” (Universitária, 1983). Em agosto, em notícia intitulada Volta Breve publicada no Diário de Pernambuco, podemos ler: “Desindexada do dial do Recife, a Rádio Universitária (AM) deverá voltar ao ar nos próximos dias. Era tida como morta. Sem choro nem vela” (Craveiro, 1983, p. 06).

Encontramos uma publicação no Diário de Pernambuco, em 11 dezembro de 1983, que avaliava a programação da Rádio Universitária da “melhor categoria, unindo o clássico à música popular” (Rádio, 1983). Da mesma forma, na pesquisa documental achamos uma carta à redação no Diário de Pernambuco, de 23 de outubro de 1984, na qual apresentava-se uma série de pontos sobre a Rádio Universitária AM. Assinada por José Constantino Alves¹¹⁰, da cidade do Recife, a carta mencionava elementos relevantes para a análise que estamos realizando. Em primeiro lugar, o “[...] fechamento definitivo da Rádio Universitária AM da UFPE, pois foi desativada a sua antena” (Alves, 1984).

A Rádio Universitária, não era patrimônio apenas da UFPE, porém da cidade do Recife, os que derrubaram a primeira antena, há dois anos atrás prometeram que a emissora voltaria ao ar com um novo e mais potente transmissor, mas isso não aconteceu, aconteceu sim a derrubada da nova antena que já se encontrava instalada, inclusive com o que estava prometido, ou seja, um novo e mais potente transmissor.

A Rádio Universitária foi inaugurada no dia 17 de julho de 1963, e saiu do ar no dia 8 de setembro de 1982. No dia 25 de julho de 1984, começa a ser silenciada para sempre, com a derrubada da antena. Ou será que ainda poderá haver esperança? Não sabemos. Fala-se que a antena estava na rota dos aviões, e que o comando da Base Aérea do Recife, não permitiu o funcionamento da emissora com a altura original, e sim com a retirada de 30 ou 40 metros da antena, e que tecnicamente a emissora poderia funcionar perfeitamente com uma pequena perda de potência.

Veio também a alegação de que não havia pessoal para a Rádio Universitária ir para o ar, foi sugerido a transmissão em cadeia com a rádio FM que inclusive levaria o som mais longe, pois como sabemos, a transmissão em AM vai mais longe, nada disso foi aceito, a insensibilidade, e o desprezo pela cultura de nossa gente, e a falta de respeito a radialistas dedicados que a fundaram como Hugo Martins, Washington França e Ivan Soares, além de outros, numa programação educativa da mais alta importância para a nossa comunidade (Alves, 1984).

No texto de Alves (1984) aparecem algumas informações importantes para entender um pouco mais sobre a história desta emissora. Por um lado, os problemas causados pela altura da antena e a informação de que a rádio já se encontrava fora do ar desde setembro de 1982. Por outro lado, a falta de pessoal e a possível transmissão em cadeia com a FM. Essas questões ainda estarão presentes durante os anos vindouros.

¹¹⁰ Apesar da relevância deste texto pelos dados que nos oferece sobre a Rádio Universitária AM, não há maiores informações sobre quem seria José Constantino Alves.

Enquanto na periodização elaborada por Zuculoto (2012) aponta-se que entre os anos de 1970 e o fim da década de 1980 foi o período áureo das emissoras educativas, nesse período a Universitária AM está num momento de decadência. Como apresentado na pesquisa documental, desde meados da década de 1970, a emissora atravessou uma série de dificuldades com os equipamentos, o que impossibilitou a transmissão regular do seu sinal, até a desativação da antena em 1984. Da mesma maneira, percebemos que, a partir da inauguração da Universitária FM no ano de 1979, os recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura viram-se dizimados ou alocados para a mais nova emissora universitária.

4.5.2. De 1984 a 1999: quinze anos fora do ar

A rádio Universitária AM saiu do ar no ano de 1984 e voltou a transmitir novamente 15 anos depois, em 1999, já no estúdio localizado por trás da Reitoria da UFPE. Durante a pesquisa documental realizada no Diário de Pernambuco obtivemos poucos dados¹¹¹ sobre essa década e meia durante a qual a emissora ficou fora do ar. Por esse motivo, vamos nos remeter de forma mais direta às entrevistas do projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”.

Na entrevista com o psicólogo, radialista e servidor da UFPE, Carlos Dantas¹¹² - que trabalhou na Universitária AM durante a década de 2000¹¹³ - é confirmado o tempo que a emissora passou fora do ar. “Ela passou uns 15 anos. Foi em 1984, parece que ela fechou e só voltou em 1999. E isso em brigas constantes com o governo” (Dantas, 2023, informação verbal). Ele relatou os motivos da emissora ficar sem transmitir por mais de uma década, a tentativa de manter a frequência AM por parte da Universidade, porém com a necessidade de reduzir a altura da antena.

A Universidade ficou funcionando somente com a FM e a AM calada. Aí está tudo bem. Aí o que é que aconteceu? Vamos conseguir um transmissor que se adeque à lei. Aí conseguiu um de cinco quilowatts. Estava dentro da lei. Beleza. Só que para colocar no ar uma programação, uma irradiação de cinco quilowatt você precisa de uma antena que era maior do que a antena, obviamente do que já existia, que era um transmissor de meio quilowatt. E aí constrói-se a antena. Na construção de uma antena ela precisaria ser grande. Quem entende de radiodifusão, rádio AM, sabe que uma antena de FM tem dois metros e meio de altura. Não precisa ser muito grande não, mas uma antena de AM ela precisa ter 100 metros de altura. E aí começou a construir essa bendita antena aqui atrás da reitoria, num terreno que tem, aí entrou

¹¹¹ A última notícia encontrada no Diário de Pernambuco, publicada em 2 de abril de 1987, informava que a reativação da AM estava pronta para acontecer, e que para isso, só faltava a liberação do Dentel (Sobral, 1987).

¹¹² Entrevista dada por Carlos Dantas no dia 27 de junho de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”.

¹¹³ Carlos Dantas fez um *site* no qual informa que participou das atividades da Rádio Universitária AM durante 6 anos, após sua reativação em 1999. No *site* há valiosas informações sobre programas que foram ao ar durante a primeira década dos anos 2000. Disponível em: <https://acervoruam.wixsite.com/universitariaam-ufpe/home> Acesso em: 10 dez. 2024.

em problema com o Ministério da Aeronáutica porque foi embargada essa construção. A implantação dessa antena, porque era muito grande, atrapalharia o cone de voo do aeroporto, porque isso aqui é passagem para o aeroporto, então não pode ter uma antena desse tamanho aí (Dantas, 2023, informação verbal).

Passaram-se 15 anos, por aí, para que viesse uma tecnologia que é conhecida como tecnologia de recarga de topo. A antena não fica inteira em pé, ela fica só a metade de 50 metros de altura, pois não vai atrapalhar o voo, o tráfego aéreo e os outros 50 ficam ao redor dela no chão, então todo o chão em volta da antena é antena também. Então o sinal se acumula ali e vai no topo, por isso que a carga de topo então ela vai e é emitida assim. E aí a rádio tinha que entrar no ar, assim já podia entrar no ar, porque aí se instalou a antena, que é uma tecnologia indiana que veio para cá e foi instalada aqui. Beleza, entra-se no ar, mas não tem gente, não tem recurso, não tem nada. Aí entrou no ar daquele jeito, assim, bem atabalhoadamente (Dantas, 2023, informação verbal).

A emissora voltou a irradiar suas ondas eletromagnéticas em 1999 sob a direção do professor Luiz Maranhão Filho, “depois de vencida essa batalha da Universidade contra o Ministério da Comunicação e da Aeronáutica” (Dantas, 2023, informação verbal).

4.6. A virada do século: muita força de vontade, pouca mão de obra

Após todo o embate com o Ministério das Comunicações, para voltar a funcionar a rádio precisava de pessoal, técnicos para operar e produtores de conteúdos. De acordo com Dantas (2023, informação verbal), quem se encarregou da operação da emissora foram seguranças que concluíram uma pequena formação para desempenhar essa função.

Aí fizeram uma capacitação para esses vigilantes, os seguranças da Universidade trabalharem com uma mesa de som e alguns foram para lá por conta disso. Então tinha algumas pessoas que colaboravam, assim como eu. Tinha o professor Genival Ferreira, que fazia um programa de economia e o Maranhão fazia na quarta-feira e muitos estudantes que hoje são profissionais gabaritados aí. Mas eles começaram naquela época, nos anos 2000, que como Maranhão era professor do curso de jornalismo, ele levava um bocado de gente para lá. Mas o problema dos alunos é que eles estão hoje, não estão amanhã. Eles fazem estágio e acaba o estágio. Tem questões de disciplinas que tomam os horários deles: ‘esse semestre eu posso, o semestre que vem eu não posso’. Então a rotatividade é muito grande com os alunos e isso fazia com que, ora a rádio tivesse alguns programas, ora ela deixasse de ter, porque quem produzia alguns e apresentava eram os alunos. E em termos de gente mesmo, tinha dois operadores para o estúdio de gravação, que era o Augusto, que ficava de manhã e outro que eu não me recordo o nome dele, que ficava de tarde, depois que ficou a partir da noite (Dantas, 2023, informação verbal).

Consideramos importante destacar alguns pontos que vão se repetir na emissora universitária e dos quais Carlos Dantas já falava: a falta de pessoal, de equipamentos e de recursos, a rotatividade dos estudantes e a mobilização de uma turma de alunos/as vinculados/as um professor comprometido com a rádio.

Então era um trabalho assim, muito bonito, de muito boa vontade, mas sem condição nenhuma. A gente não tinha computador, tinha só duas máquinas de datilografia. Aí faltava papel. Era um horror mesmo para fazer. [...] eu só ia para lá para apresentar o meu programa, mas eu gostava do movimento de rádio e comecei a me empolgar um pouco e me empolguei demais. E Maranhão chegou para mim uma vez e disse assim: ‘Olhe, você, por favor, vem aqui fazer só o seu programa’, depois fui embora

porque eu já estava começando a me meter na programação, sabe? [...] Quando ele saiu pela aposentadoria, um ano depois que a rádio estava no ar, aí entrou Genival Ferreira, que apresentava o programa de Economia e era professor da Universidade. Só que Genival passou algum tempo e conseguiu uma transferência ou passou por um concurso. [...] Aí deixou, saiu daqui de Pernambuco e, obviamente, deixou a rádio. E quem que ficou no lugar dele, né? José Bezerra, na direção da rádio. José Bezerra era um jornalista esportivo e ele era um colaborador (Dantas, 2023, informação verbal).

No seu depoimento Dantas (2023) compartilha algumas preocupações do que significa fazer rádio, e mais especificamente, rádio educativa de caráter pública¹¹⁴.

Na legislação, não sei hoje, mas na época, os anos 2000 e pouquinho 2002, não existia diferença nenhuma. Na verdade, não existia uma especificação. Aí eu vi que a Rádio Universitária, onde eu trabalhava, era universitária porque era da Universidade. Mas não, não era uma rádio educativa porque ela não educava. Ela não era uma rádio pública, porque tinha algumas restrições dadas pelos diretores de dizer ‘não toque esse cantor porque eu não gosto, não toque isso porque...’ sabe? E então, para mim, isso não é uma rádio pública e não é uma rádio educativa, não era uma rádio como ela se dizia ser, uma rádio-escola [...] Ela tinha alunos do curso de Radialismo e de Jornalismo, inclusive da Universidade Católica, onde tinha escola de comunicação. Os alunos podiam ir, mas não tinha professor, não tinha quem ensinasse, não tinha um projeto pedagógico, não tinha nada... Tinha eu, que me dedicava lá para os alunos. [...] Então a gente aprendia junto, inclusive. Então não era uma rádio-escola, não era uma rádio educativa, não era uma rádio pública, não era uma rádio nada. Era uma grande brincadeira aquilo. Aí eu comecei a não gostar de ter descoberto isso (Dantas, 2023, informação verbal).

O funcionamento da rádio Universitária AM, entre altos e baixos, foi até o ano de 2011. Em abril deste ano, houve problemas com o transmissor e novamente ficou sem transmitir durante alguns anos. Em 2012, foi comprado um novo transmissor, porém a instalação do novo equipamento não estava incluída no orçamento previsto. O depoimento do técnico em eletrotécnica da UFPE, Sérgio Farias¹¹⁵ pode ser útil para compreender esse momento.

Aí por volta de 1995 e 1996, o coordenador técnico da época se reuniu com alguns professores e resolveram reativar a rádio que estava fora do ar. A antena que tinha mais de 90 metros ficou com 45 metros. Ela ficou no ar até 2011, quando tivemos um problema com as válvulas. Mas o valor das válvulas era mais caro do que um transmissor novo, então optou-se por comprar um novo. Mas foi comprado sem a instalação, então ele ficou guardado esperando verba para poder ser instalado (Farias, 2023, informação verbal).

¹¹⁴ Na nossa pesquisa, encontramos o TCC que Dantas elaborou para sua Especialização em Jornalismo Cultural na Unicap: “Rádio Universitária AM / UFPE: uma mídia sem meio e sem fim” (2005). Nesse trabalho, ele realiza uma crítica profunda sobre o funcionamento da emissora universitária AM, em relação tanto à questão de rádio-escola como de rádio pública.

¹¹⁵ Entrevista dada por Sérgio Férias no dia 19 de abril de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”.

José Mário Austregésilo¹¹⁶ que já tinha sido diretor da Rádio Universidade foi nomeado em 2015 para o cargo de diretor do NTVRU, que reúne as rádios e a TV universitária da UFPE:

[...] pois é, quando eu retomei, pela segunda vez, a direção geral do Núcleo de Televisão e Rádio, no ano 2015 a 2019, nós encontramos a Rádio Paulo Freire completamente abandonada, fora do ar a bastante tempo e somente a torre no meio de um capim bem alto (Austregésilo, 2023, informação verbal).

Para poder colocar a antiga Rádio Universitária AM de novo no ar, funcionários do NTVRU realizaram uma força-tarefa. A rádio AM retomou as transmissões, espelhando a programação da Universitária FM no ano de 2016.

Quando o professor Zé Mário chegou no Núcleo, ele disse que não admitia um transmissor novo guardado e decidiu colocar no ar. Foi feita uma força tarefa. Eu, Marcos, Murilo, Renan e outros funcionários vimos o que era necessário e conseguimos uma verba pequena para comprar cabos e conectores, e conseguimos colocar no ar em 2016. No entanto, a maior dificuldade foi que metade do prédio, que era da rádio, tinha sido ocupado pela empresa que faz o serviço de limpeza da Universidade e a outra metade ocupada pelo pessoal do NAT (Farias, 2023, informação verbal).

Enquanto o pessoal do NTVRU colocava novamente em funcionamento a Universitária AM, em simultâneo um grupo de professores/as da UFPE começaram a produzir uma série de conteúdos sonoros que iria confluir no processo de retomada da AM.

[...] colocamos a rádio no ar, entre 2017 a 2018, e para que ela não ficasse fora do ar nós colocamos a rádio em cadeia com a rádio universitária. Então foi quando surgiu o grupo de professoras Paula Reis, Yvana Fachine e outras mais que fizeram a proposta de tornar a rádio uma rádio-escola, ligada diretamente ao Departamento de Comunicação Social e com uma certa autonomia. Eu achei que aquilo foi uma grande solução e hoje fico muito feliz que essas pessoas estejam cuidando disso com todas as dificuldades que estão encontrando (Austregésilo, 2023, informação verbal).

4.7. A resistência ao golpe contra Dilma e o programa Fora da curva como embrião da RPF

No ano de 2016 a presidenta Dilma Rousseff (PT) sofreu o *impeachment* e foi afastada do cargo em agosto desse mesmo ano. Com a chegada à presidência do vice-presidente Michel Temer (PMDB) começaram uma série de medidas para diminuir e recortar o orçamento da União. Uma delas foi conhecida como PEC da Morte ou do Teto dos Gastos e foi resistida pelos estudantes do ensino médio e superior. Uma das formas de resistência foi a ocupação dos prédios onde as aulas aconteciam.

¹¹⁶ Entrevista dada por José Mário Austregésilo no dia 19 de abril de 2023, para o projeto de pesquisa e extensão “A Rádio que Paulo Freire sonhou”.

Nesse contexto de resistência estudantil, um grupo de professoras do Departamento de Comunicação da UFPE tomou a iniciativa de criar, após uma série de programas mais soltos, o programa de rádio “Fora da curva”. A prof^a Paula Reis¹¹⁷, que está coordenadora geral da RPF, em entrevista para esta pesquisa, conta como a partir dessas produções especiais as portas da Universitária FM se abriram.

E aí quando a gente fez esse em 2016, a gente percebeu que precisava fazer mais jornalismo no rádio e o pessoal da FM foi super acolhedor. Foi quando em 2016 teve o problema do *impeachment*, do golpe, manifestações e a gente abria a programação para fazer uns especiais porque aquela coisa, passeata na rua e tal. Vamos dizer que a gente fez uns três ou quatro especiais, programação interrompida, e a gente fazia e o pessoal da FM vibrando com a gente. E foi quando a gente pensou: ‘a gente podia ter um programa jornalístico’. Aí começou “Fora da curva” em 2017 (Reis, 2024, informação verbal).

Inicialmente o “Fora da curva” era transmitido diariamente pela Universitária FM 99.9 Mhz. O programa era realizado em parceria com organizações da sociedade civil como Marco Zero Conteúdo, Centro de Cultura Luiz Freire, Centro das Mulheres do Cabo, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e Coletivo Terral de Comunicação Popular. A prof^a Paula Reis conta como a direção do Núcleo abraçou a ideia de que o grupo de professoras vinculadas ao programa “Fora da curva” ficasse responsável pela reativação da Universitária AM.

Em 2017, o programa foi lançado diariamente na FM [...]. Naquela mobilização, articulação da sociedade, a gente começou a discutir a possibilidade de a rádio AM ser transformada numa rádio-escola e ter mais jornalismo, ter mais tudo isso, até porque a FM a gente tava fazendo esses especiais, mas quebrava a programação da FM. E aí o diretor na época do NTVRU - Núcleo de TV e Rádios Universitárias - era José Mário Austregésilo, e ele dizia assim: ‘que maravilha! Ter um grupo que assuma a Universitária AM já que a gente vai botar de volta, vai cuidar do transmissor, vai consertar e tal...’ e assim foi feito. Consertou o transmissor, a rádio ficou [...] espelhando a programação da FM enquanto a gente fazia a discussão de como resgatar, de como montar uma rádio-escola (Reis, 2024, informação verbal).

Para o processo de reativação da emissora AM, foi formado um GT que iria renomear a emissora e outorgar-lhe o caráter de rádio-escola. Tudo isto foi possível pela legitimidade que esse grupo de docentes tinha conseguido internamente na Universidade. A prof^a Yvana Fehine¹¹⁸, em entrevista para esta pesquisa, comenta como a partir da relevância e visibilidade que o programa “Fora da curva” adquiriu, o grupo de professores que produzia esses programas se legitimou.

A partir desses programas especiais, foi que surgiu a proposta do “Fora da curva”. [...] Então, a gente começou a fazer o programa diário na rádio e, a partir da repercussão que o programa teve, acho que a gente foi se fortalecendo como grupo e eu acho que a gente foi se legitimando institucionalmente também. De tal maneira que, o passo seguinte, foi propor, então, que a gente pudesse assumir a rádio, porque

¹¹⁷ A entrevista com a prof^a Paula Reis aconteceu no dia 21 de outubro de 2024.

¹¹⁸ A entrevista com a prof^a Yvana Fehine aconteceu no dia 12 de novembro de 2024.

na época a rádio, depois de muito tempo fora do ar, estava prestes a perder a concessão, quando a Universidade conseguiu comprar o transmissor, né? E aí a rádio voltou ao ar, mas ficou apenas transmitindo, espelhando a programação da FM. Aí a gente propôs reconfigurar como rádio-escola porque não tinha gente, não tinha pessoal, não tinha nada e trabalhava basicamente com a formação dos estudantes (Fechine, 2024, informação verbal).

As emissões da rádio AM já tinham sido reiniciadas em 2016, em caráter experimental, espelhando a programação da Universitária FM. Em 2017, foi formado um Grupo de Trabalho com o objetivo de restabelecer a atividade da Universitária AM.

[...] na verdade o projeto da Rádio Paulo Freire, eu considero que ele é um desdobramento dessa experiência que começou nas ocupações, que foi uma espécie de ocupação da rádio. Depois virou o “Fora da curva” que era diário e depois fortaleceu a gente para o projeto da rádio. Aí [...] eu propus [...] ‘E aí, vamos fazer um GT’. Aí eu formatei esse GT com o pessoal do LIS, que eu já sabia que para essa rádio ser gerida no Departamento, ela tinha que estar ancorada institucionalmente em algum setor do Departamento. [...] Aí participaram do GT, técnicos do LIS, isso foi muito interessante porque criou uma vinculação deles com a rádio [...] Foi o pessoal da FM, né? Na época tinha também o pessoal da PROCIT, que hoje - digamos assim - seria o equivalente da Supercom, né? E a gente abriu uma chamada para os professores do DCOM, que quisessem participar. Alguns deram os seus nomes e constam inclusive na portaria, mas efetivamente, quem participou, fomos eu, Paula e Ana [...] quem efetivamente acompanhou as reuniões do grupo e participou da formulação do Regimento, fomos nós três. Aí naturalmente nós assumimos - digamos assim - essa gestão (Fechine, 2024, informação verbal).

A prof^a Ana Veloso¹¹⁹ avalia, em entrevista concedida para esta pesquisa, a importância do GT para a retomada da programação da emissora AM da UFPE.

E aí a gente fez esse grupo de trabalho, porque também se a rádio não tiver uma programação, uma cara própria, também corre o risco de perder a concessão, pela legislação. E a gente queria revitalizar, a gente queria fazer a rádio funcionar [...] (Veloso, 2024, informação verbal).

A partir dos trabalhos do GT, definiu-se a mudança do nome: Rádio Paulo Freire. Essa mudança esteve relacionada tanto com o resgate da história da emissora¹²⁰ quanto com o desejo de transformá-la numa rádio-escola.

Foi quando esse grupo de trabalho foi criado com professores do Departamento de Comunicação Social, integrantes da PROEXC, porque a gente sempre viu a extensão como uma área importantíssima dentro dessa rádio-escola, integrantes do próprio Núcleo, da própria FM, para pensar junto com a gente como seria a AM. E a gente fez então esse grupo de trabalho. A coordenação do grupo de trabalho foi de Yvana Fechine, e aí a gente entregou o relatório com o regulamento [...] O regulamento com todo funcionamento da Rádio, como rádio-escola, foi aprovado em novembro de 2018 no CONSAD - Conselho Administrativo da Universidade (Reis, 2024, informação verbal).

Formaram parte do Grupo de Trabalho que retomou as ações da Rádio Universidade AM: professores/as do Departamento de Comunicação Social, pessoal do Núcleo de TV e

¹¹⁹ A entrevista com a prof^a Ana Veloso aconteceu no dia 19 de novembro de 2024.

¹²⁰ O documento que organiza o funcionamento e a gestão da Rádio Universitária 820 AM da UFPE é a Resolução 02/2018 do Conselho de Administração da UFPE. No artigo 2º desse documento determina-se: “Em homenagem ao seu fundador, a Rádio Universitária AM 820 será denominada Rádio Universitária Paulo Freire”.

Rádios Universitárias, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), e o Laboratório de Imagem e Som (LIS), todos órgãos que funcionam no interior da UFPE. Com o apoio do então reitor Anísio Brasileiro, o GT visava retomar o trabalho de comunicação através do rádio, especificamente da Universitária AM que estava, nesse momento, transmitindo em caráter experimental (espelhava a programação da Universitária FM).

No dia 16 de novembro de 2018, a antiga Rádio Universidade do Recife AM 820 KHz foi renomeada como Rádio Universitária Paulo Freire. No dia 22 de novembro, num programa especial, a Rádio Paulo Freire foi apresentada. A nova cara da emissora também trouxe a mudança no slogan: “Rádio Paulo Freire, a rádio que fazemos juntos”. Ficaram à frente dessa retomada as professoras do Departamento de Comunicação da UFPE, Paula Reis Melo, Yvana Fechine, Ana Veloso e a técnica Catarina Apolônio.

No ano seguinte, 2019¹²¹, começou a produção de programação própria, com a participação de estudantes dos cursos de Rádio, TV e Internet¹²² e Jornalismo, com supervisão da equipe gestora da RPF. Estudantes voluntários, bolsistas e a equipe de gestoras; a comunidade acadêmica; outras emissoras universitárias, e a sociedade civil através da Chamada pública produziam seis horas de programação diária (Lima *et al*, 2021).

Pouco mais de um ano funcionando como Rádio Paulo Freire quando a cotidianidade foi afetada pela chegada da pandemia de Coronavírus. Devido às medidas de enfrentamento à pandemia, o funcionamento da emissora se viu interrompido mais uma vez. As atividades presenciais da UFPE foram paralisadas no dia 16 de março de 2020.

Os primeiros meses da pandemia do Coronavírus foram para reorganizar o trabalho de produção em formato remoto também reformulando a grade de programação da emissora. No dia primeiro de maio de 2020 foi ao ar o programa “Saúde é o tema - Especial coronavírus” que foi a principal produção da RPF durante esse período. Com a presença de especialistas, médicos, dentre outros profissionais de saúde, todos os temas apresentados e debatidos no programa estiveram relacionados à Covid-19¹²³.

Durante a pandemia, a RPF precisou reconfigurar suas rotinas de trabalho e produção. Os programas deixaram de ser realizados ao vivo no estúdio da emissora localizado por trás da reitoria da UFPE. As reuniões de equipe que, até esse momento eram presenciais, passaram

¹²¹ É a data aprovada pelo reitor Anísio Brasileiro (ad-referendum) do Conselho de Administração da UFPE, órgão que no dia 23 de novembro de 2018 homologou a Resolução 02/2018. No TCC de Anna Sabino, estudante que foi estagiária da emissora, ela sinaliza que a primeira transmissão oficial foi realizada no dia 19 de agosto de 2019. Confirmamos essa informação no canal de Youtube da própria emissora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tBwKlumq2Fg> Acesso em: 16 dez. 2024.

¹²² A denominação do curso mudou no final de 2024 para Estudos de Mídia.

¹²³ Do programa também participaram militantes e lideranças comunitárias para contar como a pandemia estava sendo enfrentada nas comunidades da Região Metropolitana do Recife.

a ser remotas, via *Google meet*. Outras ferramentas que se tornaram imprescindíveis para a organização da rotina foram o grupo de *Whatsapp* e a planilha de Excel no *drive* da RPF, onde eram colocadas os temas e fontes dos programas. Por exemplo, as entrevistas do programa “Saúde é o tema” passaram a ser realizadas pelo *Skype*, enquanto o programa era transmitido pelo canal de *YouTube* da emissora. Foi nesses primeiros meses da pandemia que a RPF, em parceria com a Rádio Comunitária Aconchego, disponibilizou seu sinal de *streaming*. A Paulo Freire, antiga Rádio da Universidade do Recife, uma vez retomado o processo de produção própria de conteúdos, teve que se adaptar às circunstâncias do contexto pandêmico.

A produção da emissora viu-se fortalecida com a aprovação do projeto de extensão “Rádio Paulo Freire Especial Coronavírus” que possibilitou a contratação de cinco novos bolsistas. Além da realização do “Saúde é o tema”, foram realizados uma série de interprogramas sobre medidas de prevenção à Covid-19. A partir das entrevistas com profissionais da saúde realizadas no “Saúde é o tema” eram produzidos outros conteúdos denominados de “Interprogramas”, com duração aproximada de três minutos. Também era feito o “Momento Saúde”, um conteúdo concebido em formato audiovisual, pensado para ser exibido tanto na TV como pelo rádio.

Um outro produto desse período que consideramos relevante mencionar foi o “Manda no zap”. Avaliando que a desinformação sobre a pandemia era distribuída via mensagens de *Whatsapp*, parte da equipe da RPF idealizou uma série de spots informativos sobre cuidados em relação à Covid-19. Esses spots eram compartilhados através da programação da emissora, distribuídos para outras rádios comunitárias, educativas, universitárias e públicas e, da mesma forma, circulavam por uma lista de transmissão de conteúdos criada especialmente para isso no aplicativo *Whatsapp*. Essa lista procurava atingir os públicos das comunidades e periferias da Região Metropolitana do Recife através da intermediação de lideranças comunitárias, agentes populares e comunitários de saúde, dentre outros sujeitos e coletivos. Até o momento da escrita deste trabalho, com algumas mudanças nos conteúdos produzidos, o “Manda no zap” ainda divulga semanalmente dois spots informativos sobre direitos, serviços para a população, etc.

4.8. A RPF hoje: análise das entrevistas e documentos institucionais

A partir daqui vamos analisar as entrevistas seguindo as dimensões que foram adaptadas da pesquisa de Temer *et al* (2019), Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) acompanhados - da mesma forma - pela revisão de documentos oficiais que oferecem dados e informações relevantes sobre a RPF.

4.8.1. Equipe e Gestão da emissora

O Regimento interno do NTVRU¹²⁴ determina como é composta a gestão da RPF:

SEÇÃO XIV DA COORDENAÇÃO DA RÁDIO PAULO FREIRE AM

Art. 31o - A Rádio Universitária Paulo Freire é uma emissora de rádio aberta que opera em Amplitude Modulada (AM) na frequência 820 KHz, com estrutura organizacional específica e setorial em relação ao NTVRU. Constitui-se como rádio-escola, vinculada ao NTVRU, sob a gestão do Departamento de Comunicação Social da UFPE (Campus Recife), de acordo com a Resolução No 02/2018 - CONSAD.

I - A gestão da Rádio Universitária Paulo Freire é exercida por equipe formada por: Coordenador Geral e Pedagógico: responsável pela gerência da rádio; por cuidar das articulações entre as diversas instâncias da UFPE e da sociedade civil; pela gestão de pessoal; pela organização do trabalho da Equipe Gestora; pela atuação da rádio como escola e como laboratório, atuando na organização e supervisão de atividades de formação.

Coordenador de Programação: responsável pela gestão dos conteúdos, pela programação e acompanhamento dos programas, bem como pela difusão em redes sociais.

Coordenador Operacional: responsável pelo funcionamento e acompanhamento técnico-operacional da rádio.

Assessor da PROEXC: responsável pela articulação das atividades da rádio com as ações de extensão da UFPE e acompanhamento das chamadas públicas para recebimento de propostas de programas da comunidade acadêmica e da sociedade civil (NTVRU, 2020, p.21).

No Regimento são definidas três coordenações acompanhadas de uma assessoria da Pró-reitoria de Extensão¹²⁵. Na prática, funciona de forma diferente: as três coordenações estabelecidas pelo Regimento, somadas a esta a coordenadora do Laboratório de Imagem e Som e a coordenação das redes sociais da emissora. Nestas funções, três professoras são as referências mais presentes na emissora: a prof^a Paula Reis, que ocupa o cargo de coordenadora geral e pedagógica; a prof^a Ana Veloso, que está na função de coordenadora de programação; e a prof^a Yvana Fachine, que cumpre a função de Assessora técnica como coordenadora do Laboratório de Imagem e Som (LIS). Também cumpre uma função como coordenador de redes sociais o prof. André Vouga. Todos/as os/as professoras/es pertencem ao Departamento de Comunicação Social da UFPE.

A equipe da RPF conta com três servidores técnicos: a técnica Catarina Apolonio, que desde começo de 2023 até início de 2025, está de licença para realizar estudos de pós-graduação em outro país. Até a licença, ela era a responsável pela coordenação operacional, cargo que foi ocupado pelo técnico Igor Cabral. Em abril de 2024, foi indicado mais um servidor, no caso, Rafael de Queiroz, porém seu vínculo com a UFPE está

¹²⁴ Seguindo o que a Resolução 02/2018 do Conselho de Administração da UFPE já estipulou para a RPF.

¹²⁵ Quando foi criada a RPF, a Proext tinha uma participação ativa, por isso definiu-se que teria participação na gestão. Atualmente, não há essa participação por parte da pró-reitoria, como destaca Fachine (2024, informação verbal) na entrevista concedida para esta pesquisa.

judicializado e aguardando uma definição concreta. A quantidade de servidores corresponde ao que Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019) sinalizam para este tipo de emissora (entre um ou dois).

O restante da equipe é composta por estudantes, através de Bolsas de Incentivo Acadêmica (BIA), bolsas de extensão e de estágios. Também há duas estudantes que colaboram de forma voluntária. Para novembro de 2024, foram selecionados/as cinco novos/as bolsistas, que entraram para ocupar vagas que estavam livres. No total, contabilizamos 12 estudantes participando da equipe da RPF.

Sobre a equipe, o prof. Bruno Nogueira¹²⁶, que no momento de conceder esta entrevista ocupava o cargo de superintendente de Comunicação, comparou a estrutura de pessoal da RPF com a equipe da Universitária FM.

[...] hoje a gente tem no papel uma equipe da Rádio AM igual ao da equipe da Rádio FM. Qual é a questão? Catarina tá fazendo mestrado e ainda não voltou, mas ela tá aqui, ela é daqui. Temos Igor e Rafael que na verdade ele tá num processo judicial se tornando outra coisa [...] O concurso dele não foi concluído por questões burocráticas, jurídicas e outras. Então, a RPF tem três servidores na rádio AM e tem três servidores na rádio FM [...] (Nogueira, 2024, informação verbal).

Sobre a divisão de tarefas e funções no interior da emissora, a produção dos programas fica maioritariamente, com os/as estudantes: os/as bolsistas realizam a produção e apresentação de “Saúde é o tema” e de “O que tem para hoje”. Coincide com o que Temer *et al* (2019) vislumbram para as rádios universitárias que dependem do trabalho dos bolsistas para a execução dos programas. As professoras, por sua vez, são responsáveis pelo programa “Fora da curva” enquanto “Afrossonora” é produzido e apresentado pelo técnico Rafael de Queiroz.

A equipe da emissora utiliza o aplicativo de *Whatsapp* para a organização de parte do trabalho da emissora. Dentro deste aplicativo, o grupo “RPF - Equipe de Produção” serve para compartilhar pautas, fontes, informar novidades e até propor encontros e reuniões. Presencialmente, às quintas-feiras, ao meio-dia, acontece a reunião de pauta. Nesse momento, bolsistas, técnicos e professoras debatem os temas dos programas realizados pelos estudantes. Como apontado durante a nossa observação, os/as estudantes comentam os temas que estão pensando trabalhar e suas respectivas abordagens e fontes, e as professoras - junto com os técnicos - dão retorno, fazem sugestões, indicam pautas e fontes. Nas duas reuniões de pautas observadas, a presença das professoras da coordenação da rádio foi fundamental para o avanço da discussão e a escolha dos temas e abordagens dos programas por parte dos/as estudantes.

¹²⁶ A entrevista com o prof. Bruno Nogueira, aconteceu no dia 23 de outubro de 2024.

Os/as estudantes bolsistas da emissora aprendem, durante a sua trajetória na RPF, a produzir os programas, escrever roteiros, editar e até realizar a operação técnica da emissora (mesa de controle e de *streaming*). Como informou o estudante de Rádio, TV e Internet¹²⁷, em entrevista para esta pesquisa, que foi bolsista: “[...] nesses três anos eu fiquei na parte de roteirização, edição, locução e apresentação de programas, mas isso logicamente que foi um aprendizado” (estudante 1, 2024, informação verbal).

O estudante do curso de Jornalismo¹²⁸, entrevistado para esta pesquisa, também comenta a divisão das responsabilidades na RPF e como essa organização está vinculada aos turnos disponíveis segundo o curso de graduação que o/a estudante está realizando. Nesse sentido, como o curso de Jornalismo oferece disciplinas à tarde, o estudante cumpre sua carga horária na emissora no turno da manhã. De forma inversa, estudantes de RTVI, pela manhã cursam as disciplinas e à tarde estagiam na RPF.

Além da produção dos programas, os estudantes mais antigos, “os decanos da rádio” como são denominados na emissora, ajudam aos novos bolsistas a se inserirem nas rotinas da emissora. Nas palavras do estudante 1:

Todo estagiário ou todo bolsista que chegava recebia um suporte muito bom, não só dos estagiários, mas também das professoras e dos técnicos. Eu acho que isso é um diferencial enorme porque em outros estágios você chega e você é jogado na equipe, né? E você que se vire para aprender. Lá na Paulo Freire não, realmente tinha esse cuidado de pegar esse bolsista novo e dizer ‘as coisas funcionam dessa maneira, nós estamos abertos a ensinar você e você pode ter uma trajetória muito boa aqui na rádio’. Então esse bolsista novo, ele já chegava tendo auxílio na roteirização, nós ensinávamos também edição, como fazer a locução, e também a apresentação de programas ao vivo (estudante 1, 2024, informação verbal).

Durante a observação participante, foi possível conferir como a produção dos programas da casa, especificamente “O que tem para hoje” e “Saúde é o tema” demandaram grande parte do tempo dos/as estudantes. Além da produção, os/as estudantes ficam responsáveis pela operação técnica do *streaming* do *YouTube* e, em algumas ocasiões, da operação da mesa de som. Ficou nítido como os estudantes colaboravam entre eles e se ajudavam nos roteiros, na organização e escolha das pautas e até na edição dos programas.

Por sua vez, a supervisão dos roteiros é dividida entre os técnicos e as professoras. O coordenador operacional, Igor Cabral¹²⁹, em entrevista para esta pesquisa, informa que “a revisão dos roteiros, discussão das pautas, a parte de planejamento fica por conta [...] de uma certa coordenação ampliada”, composta pelas três professoras e pelos dois técnicos que estão,

¹²⁷ A entrevista com o estudante 1 aconteceu no dia 31 de outubro de 2024.

¹²⁸ A entrevista com o estudante 2 aconteceu no dia 14 de novembro de 2024.

¹²⁹ A entrevista com o servidor Igor Cabral aconteceu no dia 29 de outubro de 2024.

atualmente, trabalhando na rádio. O prof. André Vouga contribui com o planejamento e supervisão da gestão das redes sociais, junto com duas bolsistas que executam todas as atividades relacionadas às redes sociais da emissora.

Como observado por Temer *et al* (2019), também na Paulo Freire as decisões são tomadas de forma colegiada, como destaca a coordenadora geral da emissora:

É colegiado, porque a gestão somos: a coordenação geral e pedagógica, eu; a coordenação de programação, Ana Veloso; a coordenação operacional, Igor; a coordenação de redes, André Vouga e a coordenação que a gente chama Assessoria Técnica, Yvana, por que? Porque a rádio tecnicamente está ligada ao LIS, Laboratório de Imagem e Som do Departamento de Comunicação. Então a parte técnica é justamente de servidores técnicos que estão ligados ao LIS (Reis, 2024, informação verbal).

Em relação às funções e tarefas que as professoras desempenham dentro da emissora, existe uma divisão em relação ao acompanhamento dos programas e produtos realizados pela equipe. As professoras Paula Reis e Ana Veloso acompanham (em formato de rodízio, por períodos de tempo mais extensos) o “Saúde é o tema”. Elas também assumem as representações institucionais (participações nos espaços de conselho do NTVRU e em eventos, palestras, etc.), considerando que Paula Reis está na coordenação geral e Ana Veloso na função de coordenação de programação. Igualmente, sob a responsabilidade delas duas ficam as contratações de novos bolsistas. Por sua vez, a prof^a Yvana Fechine acompanha e revisa toda a produção de spots do “Manda no zap”. Da mesma forma, outra função que esta professora cumpre é de articulação com outros setores internos e externos à Universidade e de coordenação dos projetos especiais vinculados com a emissora (como o projeto de extensão sobre os 60 anos da rádio). Esta organização e divisão de tarefas do grupo de professoras que gerencia a emissora não está explicitada nos documentos da rádio.

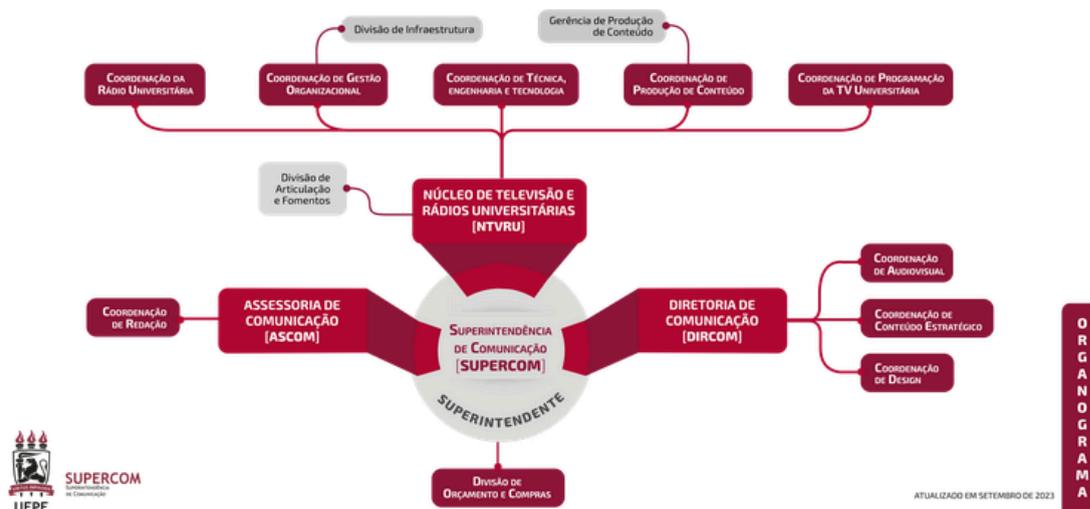
4.8.1.1 A RPF no organograma da Supercom e seu vínculo com o DCOM

Uma vez apresentada a equipe e como se dividem as funções ao interior da emissora, procuramos compreender a relação da RPF com outros órgãos da UFPE, em particular o DCOM. O artigo 5 da Resolução 02/2018 do CONSAD designa que:

A Rádio Universitária Paulo Freire é vinculada ao NTVRU, que responde à Pró-reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação (PROCIT), e ficará sob a gestão do Departamento de Comunicação Social da UFPE (campus Recife) e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) (UFPE, 2018, p.2).

A PROCIT foi substituída pela Superintendência de Comunicação que reuniu, como podemos observar na figura 1 a Assessoria de Comunicação, a Diretoria de Comunicação e o NTVRU.

Figura 1 - Organograma da Superintendência de Comunicação



Fonte: UFPE (2023)¹³⁰

Podemos considerar acompanhando Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019) que a RPF é uma das raras situações em que o veículo ocupa uma posição de destaque dentro do organograma da própria instituição. Segundo o Regimento interno, a RPF integra, junto com a Universitária FM e a TV Universitária, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias. Contudo, a emissora tem uma especificidade própria pelo seu caráter de rádio-escola e por estar vinculada, pedagogicamente, ao Departamento de Comunicação da UFPE.

Parágrafo único: A Rádio Universitária Paulo Freire é gerida pelo Departamento de Comunicação Social em conformidade com a Resolução 02/2018 – CONSAD. Tem por missão a formação profissional dos discentes dos cursos do Departamento de Comunicação Social do Campus Recife e do curso de graduação em Comunicação Social do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE. Por sua natureza de rádio-escola, possui estrutura organizacional específica e liberdade de cátedra no planejamento, orientação e produção dos seus conteúdos (NTVRU, 2020, p. 01).

Ressaltamos o ponto da autonomia e liberdade de cátedra, que também são mencionados nas entrevistas realizadas com gestores da UFPE. O próprio reitor Alfredo Gomes¹³¹, em entrevista para esta pesquisa, indica que “na prática não faço nenhum tipo de intervenção na rádio. A gente dá uma grande autonomia aos órgãos para poder pensar, uma vez que a ideia de comunicação pública não pode ser algo que a gente vai ficar tutelando” (Gomes, 2024, informação verbal). E enfatiza que a rádio tem:

[...] um grau de autonomia expressivo e deve-se continuar dessa forma, mas há um diálogo sobretudo com a superintendência e a diretoria respectivamente, para poder

¹³⁰ Disponível em: <https://www.ufpe.br/supercom> Acesso em: 20 dez. 2024.

¹³¹ A entrevista com o reitor Alfredo Gomes aconteceu no dia 22 de outubro de 2024.

a gente apoiar as iniciativas, fortalecer o processo de comunicação (Gomes, 2024, informação verbal).

Por sua vez, o diretor do NTVRU, Juarez da Silva¹³², em entrevista para esta trabalho, se pronuncia no mesmo sentido que o reitor, ao informar que a RPF tem autonomia na definição da sua programação e que a função do NTVRU está relacionada com a questão técnica (Silva, 2024, informação verbal).

O chefe do DCOM, Fernando Weller¹³³, em entrevista cedida para esta pesquisa, destaca os motivos que definiram que a Rádio Paulo Freire seja vinculada ao departamento:

[...] a rádio surgiu a partir de um grupo de professores do DCOM e ela é vinculada ao DCOM porque se exigia, na época e acho que até hoje, uma urgência e uma agilidade em lidar com os temas políticos. Esse é o meu entendimento, né? Eu não fiz parte do grupo que se mobilizou inicialmente. Eu acompanhei como professor do DCOM, mas eu acho que institucionalmente a gente tem, ao mesmo tempo, o privilégio que é ter uma TV, uma rádio em uma instituição pública, mas a gente tem uma estrutura burocrática muito pesada e muito lenta e muito difícil de trabalhar. Então, a rádio surgiu vinculada ao DCOM porque nesse momento você tinha mais agilidade para fazer com que os programas acontecessem, as coisas acontecessem e ela não ficaria mais - vamos dizer - aprisionada nessa burocracia que é o Núcleo (Weller, 2024, informação verbal).

No DCOM é realizada a eleição dos/as professoras/es que ficarão responsáveis pela coordenação da RPF. Sobre esta eleição, tanto a Resolução 02/2018 do CONSAD como o Regimento interno do NTVRU (2020), no seu artigo 7º estabelecem:

Os integrantes da Equipe Gestora terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º Os coordenadores serão escolhidos mediante processo eleitoral regulamentado pelo Pleno do Departamento de Comunicação Social, que disciplinará no mínimo o prazo e as condições de inscrições de interessados, a forma de votação e de apuração do resultado (UFPE, 2018, p. 2-3).

Em relação ao trabalho da coordenação, há um ponto que é recorrente nas entrevistas com parte da equipe: a questão da liberação de carga horária para os/as docentes que ocupam essas funções. Embora esteja explicitado na Resolução 02/2018 do CONSAD¹³⁴, que estabelece que os cargos de coordenação (geral e pedagógica, e de programação) tem liberação de carga horária, na realidade isso não acontece. De acordo com Paula Reis (2024, informação verbal) “temos o direito de ter liberação de carga horária, porém não temos de fato”. Ainda sobre esta questão, a prof^a Yvana Fachine vincula a falta de liberação de carga horária com a importância que a emissora tem para o interior do DCOM.

Redução de carga horária é prevista na resolução que foi aprovada. Os cargos de coordenação, no caso coordenação de programação e coordenação pedagógica, têm

¹³² A entrevista com o servidor Juarez da Silva acontece no dia 7 de novembro de 2024.

¹³³ A entrevista com o prof. Fernando Weller aconteceu no dia 4 de novembro de 2024.

¹³⁴ Dita Resolução no seu Capítulo V “Sobre a gestão” indica: “As funções exercidas pelos coordenadores serão contabilizados na composição de sua carga horária de trabalho, equivalente à função de coordenação de graduação, conforme a Resolução No 01/88” (UFPE, 2018, p. 2).

o direito a ter uma carga horária equivalente ao de um coordenador de curso. Só que na prática isso não acontece porque não tem pessoal suficiente para cobrir isso e também porque, sendo bem franca, eu acho que o próprio Departamento ainda não reconhece a importância da Rádio dentro da estrutura do Departamento, sabe? Eu acho que esse é o principal desafio hoje, um dos desafios. Principal não, porque o principal é a digitalização. Mas eu acho que o próprio Departamento, são poucos os professores que de fato entendem a Rádio como um equipamento do Departamento (Fechine, 2024, informação verbal).

4.8.2 Estrutura física, instalações e acessibilidade

Em relação ao espaço físico que a RPF ocupa atualmente, existe o consenso entre a equipe que, desde a mudança para o Centro de Artes e Comunicação (CAC)¹³⁵, o ambiente de trabalho é mais adequado. Porém, há diversas opiniões entre as pessoas que integram a Rádio Paulo Freire e foram entrevistadas para esta pesquisa. Por um lado, ouvimos que o espaço é satisfatório e suficiente, consegue abrigar a equipe (que funciona dividida em dois turnos, manhã e tarde), é acessível (porque fica no térreo, não tem degraus).

Por outro lado, há uma demanda de aumentar o espaço disponível para a emissora e sua equipe, tendo disponível outro estúdio de gravação. Para o estudante 1 (2024, informação verbal), antes da mudança para o CAC, a rádio “tinha um estúdio muito pequeno, atrás da reitoria, a rádio basicamente ocupava duas salas e um anexo. E eram salas muito pequenas”. Uma vez mudada - continua a estudante 1 (2024, informação verbal) - “temos um espaço um pouco maior, nós temos três ambientes, sendo um estúdio, um espaço de operação e um espaço que nós chamamos de redação. Mas hoje eu acho que o espaço abarca parcialmente”.

Por sua vez, a professora Paula Reis (2024, informação verbal) explica que o lugar é pequeno e indica que estão em tratativas para aumentar os ambientes disponíveis para a RPF. Não é só questão de espaço, senão também de disponibilizar mobiliário para todos/as os/as bolsistas. A divisão das atividades dos bolsistas em turnos, manhã e tarde, está vinculada tanto com os cursos de cada um/a dos/as bolsistas assim como com a falta de espaço que consiga abrigar, de forma adequada, toda a equipe da emissora.

Na hora de pensar os ambientes propícios para o funcionamento da rádio, além de redação, sala de operação e estúdio de gravação, foi colocada a necessidade de um outro lugar: o espaço de convivência (Cabral, 2024, informação verbal). Este ambiente se caracterizaria por ser um espaço onde estudantes possam conversar e descansar, possibilitando assim que a redação, sala de operação e estúdio de gravação continuem com o seu fluxo de atividades, sem sofrer interrupções.

¹³⁵ Até novembro de 2023 - data da mudança para o CAC -, a RPF funcionou em duas salinhas por trás da reitoria da UFPE.

Em relação à acessibilidade, os estudantes concordam que a rádio é relativamente acessível “porque [...] fica no térreo, não há por exemplo nenhum tipo de batente ou, por exemplo, alguma lacuna que as pessoas possam tropeçar. Mas, por exemplo, não há aquele piso tátil para os deficientes visuais” (estudante 1, 2024, informação verbal). Da mesma forma, o estudante 2 (2024, informação verbal) afirma que é acessível “porque primeiramente a rádio fica localizada no térreo do CAC, então assim já não tem nenhum problema de alguém ter que subir escada, por exemplo. E é muito fácil de localizar onde a rádio está”. Contudo, há ponderações sobre esse tipo de acessibilidade: “eu acredito que é um espaço razoavelmente acessível para pessoas com deficiência. Não diria totalmente acessível, porque ainda faltam algumas coisas” (estudante 1, 2024, informação verbal).

O coordenador operacional, Igor Cabral, entende que o espaço como está organizado não é acessível para quem já faz parte da rádio.

Pra gente fazer esse espaço ser de fato acessível, a gente ia precisar de um outro trabalho. E aí vale sempre lembrar, quando você fala em acessibilidade, a gente tá falando que acessibilidade não é transformar o espaço para que ele acomode pessoas com deficiência, pessoas com necessidades outras. Mas, o primeiro passo da acessibilidade é tornar o espaço acessível para o uso regular, o uso cotidiano dele. E às vezes a gente tem um pouco dessa dificuldade aqui. Vez por outra a gente não consegue acomodar todos os nossos - se a gente vai fazer uma reunião coletiva -, a gente não consegue acomodar todo mundo, a gente sai buscando ‘Opa, tem uma cadeira ali e volta, Fulano senta aqui ou encosta aqui, espreme do lado’, então isso já é uma dificuldade até anterior (Cabral, 2024, informação verbal).

4.8.3. Grade de programação¹³⁶

Com o objetivo de analisar a grade de programação da RPF, realizamos a análise subdividindo a dimensão em dois sub-eixos: 1) organização da grade, considerando como é composta a programação da emissora; 2) os problemas originados da composição da grade e as soluções (ou possíveis soluções) adotadas pela equipe.

Um dos entraves que precisa ser considerado para ter programação ao longo do dia numa emissora é a presença e participação dos servidores técnicos. Durante todo 2023 e início de 2024, a RPF contou só com um técnico, o que limitava a programação ao horário de 10h às 14h. Com a chegada de mais um funcionário, em abril de 2024, a RPF conseguiu estender seu horário de programação, em alguns dias da semana, até às 17h¹³⁷.

¹³⁶ No *site* da emissora, a programação está desatualizada. Por exemplo, o primeiro programa pela manhã é “820 no ar”, programa feito pelos estudantes e que mudou de nome para “O que tem para hoje”. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/programacao-3/> Acesso em: 9 dez. 2024

No *site* da UFPE, a programação da RPF está ainda mais desatualizada. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ntvru/programacao-radio-paulo-freire> Acesso em: 14 jul. 2024.

¹³⁷ Durante a nossa observação e presença na emissora, um dos dias presenciamos o fechamento da programação no horário da tarde, às 17h.

4.8.3.1 Organização da grade

Na Resolução 02/2018 do CONSAD está definido que os programas que são transmitidos pela emissora podem ser de:

- I - conteúdos produzidos nas disciplinas e projetos do Departamento de Comunicação Social, do curso de Comunicação Social do Núcleo de Design e Comunicação (CAA) e do NTVRU;
- II - conteúdos produzidos pela comunidade acadêmica e sociedade civil e selecionados por meio de chamadas públicas para recebimento de propostas de programas;
- III - conteúdos oriundos da inserção da emissora em redes de veiculação de rádios universitárias, comunitárias e/ou públicas (UFPE, 2018, p. 3).

Através da observação participante e das entrevistas realizadas, compreendemos que a grade de programação da Rádio Paulo Freire se organiza segundo quatro eixos de produções:

- 1) os programas e produções próprias da emissora, como “O que tem para hoje”, “Saúde é o tema”, “Fora da curva”, “Afrossonora” e os spots do “Manda no zap”;
- 2) produções de parceiros da Universidade, vinculados a projetos de extensão (como “Maternagem, Mídia e Infância”) e de outros professores externos ao DCOM, como o programa “Conversa com Flávio Brayner”;
- 3) de professores/as do DCOM, como “Nossa Pauta” e “Codinome Resistência”;
- 4) oriundos da Chamada pública.

Em relação aos programas produzidos pela equipe da emissora, a coordenadora de programação, prof^a Ana Veloso descreve brevemente estas produções: “O que tem para hoje”, é um programa de variedades, tipo revista eletrônica, com uma entrevista central e que têm notas sobre o tema do dia. O programa é diário e vai ao ar no horário das 10h às 11 horas da manhã, de segunda a sexta e, das 14h às 15h, também de segunda a sexta.

Sobre o programa “Saúde é o tema”, Veloso (2024, informação verbal) considera ser um dos programas mais importantes. De acordo com esta professora, a emissora deveria ter um programa de saúde diário, porém o problema é a falta de equipe para manter uma produção. Da mesma forma, a coordenadora de programação ressalta as parcerias que tem se consolidado com diferentes grupos a partir deste programa, por exemplo, com a Escola Pernambucana de Saúde, o Centro Acadêmico de Vitória e professores do curso de Medicina do Centro Acadêmico do Agreste (Veloso, 2024, informação verbal). Este programa é semanal, e possui uma dinâmica particular: é gravado na terça-feira pela manhã, das 10h30 às 11h30, como *live* no *YouTube*. Contudo, não é transmitido ao vivo pela RPF. O conteúdo é gravado e editado para ser transmitido na quinta-feira às 11h. Como informa o coordenador

operacional, Igor Cabral, o “Saúde é o tema” na quinta-feira “é inédito, no áudio”, e reprisado na terça-feira às 11h.

Na entrevista, Veloso (2024, informação verbal) avalia que o programa “Fora da curva” - que já foi diário - poderia retomar esse ritmo de produção caso tivesse mais pessoas trabalhando na RPF. O “Fora da curva” é um programa de análise política produzido pelas professoras vinculadas à coordenação da RPF, em formato de rodízio; é transmitido em cadeia com a Universitária FM. Desta forma, pode ser ouvido ao vivo na Rádio Paulo Freire, na sexta-feira às 11h, e também ao vivo pela Universitária FM e pelo *YouTube*.

O “Afrossonora” é um programa semanal sobre música negra, produzido pelo técnico Rafael de Queiroz. Este programa é transmitido geralmente ao vivo, na quinta-feira de 14h às 15h. Por sua vez, é reprisado na sexta-feira pela manhã ocupando a faixa horária do “O que tem para hoje”.

Também são produzidos, semanalmente, dois spots de “Manda no zap”, que através de áudios curtos, com duração aproximada de um minuto e utilizando uma linguagem simples e coloquial, divulgam informações e dicas sobre saúde, cidadania, economia e direitos humanos, dentre outros temas. Esses conteúdos pensados principalmente para circular através do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, também preenchem parte da programação da emissora. Nos intervalos entre programas, os *spots* tocam junto com as vinhetas que identificam a rádio.

Em relação ao segundo grupo de programas - produzidos por parceiros vinculados à UFPE - uma das características principais é a sazonalidade. No caso de “Maternagem, Mídia e Infância”, o programa de rádio é uma das ações de um projeto de extensão. Por isso, as emissões do programa são realizadas em temporadas de poucos episódios. Outra característica é que “esses programas extrapolam um pouco a nossa supervisão, eles são conteúdos independentes” (Cabral, 2024, informação verbal). A emissora e sua equipe contribuem quando o programa acontece ao vivo, com a operação técnica; quando é gravado, com apoio na edição e, em ocasiões determinadas e previamente acordadas, na produção.

Ainda há as produções vinculadas às disciplinas do DCOM, que no caso, são programas produzidos pelas disciplinas ministradas pelas professoras que estão na coordenação da emissora. Os nomes dos programas são “Codinome Resistência” e “Nossa Pauta” e, como Igor Cabral informa, eles também têm uma temporalidade própria, já que formam parte da avaliação de disciplina. Segundo Cabral (2024, informação verbal), “são programas que talvez tenham uma produção mais experimental, por assim dizer, porque a produção fica sob responsabilidade dos estudantes e é um laboratório desses estudantes nas disciplinas”. Como foi observado durante a nossa presença na rádio e apontado pelo

coordenador operacional na entrevista concedida para esta pesquisa, os programas vinculados às disciplinas, para acontecer, precisam de um suporte importante da equipe da rádio, em particular dos técnicos que, além de auxiliar na operação técnica e organização dos conteúdos pré-produzidos, após a emissão do programa, avaliam junto com a professora como foi a execução.

Por último, a grade de programação da emissora também é composta por produções oriundas da Chamada pública¹³⁸. Esses programas são selecionados através de um edital anual, geralmente aberto durante o segundo semestre. Para poder ocupar esse espaço, os programas precisam enviar uma proposta através de um formulário *online* e, caso seja pré-selecionado, participar de uma entrevista com a comissão avaliadora (composta por parte da coordenação ampliada da emissora). No caso, é imprescindível que os/as produtores/as concordem com as diretrizes e princípios estabelecidos no *site* da emissora, como por exemplo, trabalhar em prol do interesse da comunicação pública, não realizar proselitismo político nem religioso, nem difundir apologia à violência (Cabral, 2024, informação verbal).

A partir da revisão dos resultados dos editais (de 2019 a 2024), apresentamos no quadro 2, os programas que foram selecionados para serem transmitidos na grade de programação da RPF. Observamos produções vinculadas à Universidade, como o “MUSICAC”, “Passando a limpo - Arqueologia em evidência”, “O nosso Campus é a cidade”, “E tem ciência aí?”; outras realizadas por organizações da sociedade civil como o Centro Sabiá e o Fórum de Mulheres de Pernambuco; produzidos por grupos que trabalham com comunicação independente, comunitária e popular (como “Atento”, “Labor”, “Brasil de Fato Pernambuco”, “Prosa e Fato”, “Histórias do Velho Oeste”). O público infantil também já foi contemplado com o programa “Cantando e brincando nas ondas do rádio”.

¹³⁸ Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/chamada-publica/> Acesso em: 09 dez. 2024

Quadro 2 - Programas aprovadas nos editais da Chamada pública¹³⁹

Programas selecionados através dos editais das Chamadas públicas (de 2019 a 2024)		
2019	2020/2021	2021/2022
MUSICAC – Música da UFPE	RENOVAÇÃO DE TERMO	RENOVAÇÃO DE TERMO
Passando a Limpo – Arqueologia em evidência	MUSICAC	MUSICAC
Cidadania – Coisa de Todo dia	Papos & Beats	Comida de Verdade (O que de fato nos alimenta)
Entre	NOVOS	Prosa e Fato
Cantando e brincando nas ondas do Rádio	Comida de Verdade (O que de fato nos alimenta)	Papos & Beats
Papo reto no Rádio	Programa Brasil de Fato Pernambuco	NOVOS
Chega Junto	On The record – Um papo aberto sobre jornalismo	Bicicleta em Companhia
Programa Papo reto	Atento	Papo no Auge!
Data: 17 de abril de 2019	Com.par, trilhando Artes Visuais	Transcrição nas ondas do rádio (nome provisório)
	Rede de Hortas para o Bem Comum	Data: 04 de novembro de 2021
	Frequência 42	
	Data: 16 de junho de 2020	
2022/2023	2023/2024	2024/2025
RENOVAÇÃO DE TERMO	RENOVAÇÃO DE TERMO	RENOVAÇÃO DE TERMO
MUSICAC	MUSICAC	MUSICAC
Comida de Verdade (O que de fato nos alimenta)	Prosa e Fato	Vozes pela democracia
Prosa e Fato	Papo no Auge!	Educação e Humanidades
Bicicleta em Companhia	Programa Educação e Humanidades	Papo no Auge!
Papo no Auge!	Programa Futuras Cientistas	NOVOS
Papos & Beats	NOVOS	Fórum de Mulheres de Pernambuco falando para o mundo
NOVOS	Frequência em Cena	A Onda da T.I. em seu Cotidiano
Baila Comigo	Vozes pela Democracia, um programa do FNDC sobre cidadania e direito humano à comunicação	Vozes do Recife
Histórias & Canções	Histórias do Velho Oeste	Raízes na Escola
O Nosso Campus é a Cidade (título provisório)	Podcast Gênero e Interseccionalidade	Raízes e Saberes
E tem Ciência Aí?	Labor	Data: 13 de dezembro de 2024
Mundo Emergente	Data: 13 de dezembro de 2023	
Rumor – Rádio Arte		
Data: 21 de dezembro de 2022		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Uma boa parte da grade de programação da RPF é preenchida por esses programas. O edital que em dezembro de 2024 completou sua sexta edição, oferece um espaço na programação da emissora para organizações da sociedade civil, coletivos de comunicação comunitária e/ou popular, produtores/as independentes, porém não disponibiliza apoio

¹³⁹ Quadro criado a partir dos resultados dos editais da Chamada pública da RPF (2019 a 2024). Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/chamada-publica/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

técnico, nem nenhum tipo de recurso. Por esse motivo, as professoras avaliam que a RPF é “pouco competitiva” e que “não oferece nada” (Fechine, 2024, informação verbal) na hora de captar e atrair novos produtores. A coordenadora de programação tem o mesmo entendimento que a coordenadora do LIS sobre a falta de recursos para a Chamada pública que a RPF organiza.

Agora tem um outro problema: a gente não tem estúdio para o pessoal gravar e a gente não tem dinheiro para oferecer para ajudar na produção, né? [...] Então, muita gente de movimento social, de organizações independente de mídia gostariam, só que eles também não tem estrutura. Aí a gente não tem nem estúdio nem verba para ajudar o pessoal no sentido da produção, pagar uma conta de telefone, um transporte, uma alimentação. Então isso também dificulta, né? Mas, mesmo assim, tem vários coletivos que participam (Veloso, 2024, informação verbal).

Como veremos mais adiante neste trabalho, a RPF não conta com orçamento próprio; é através da Superintendência de Comunicação da UFPE (Supercom) que destinam-se recursos para a emissora. Nesse sentido, há dificuldades para possibilitar apoio financeiro para os programas selecionados através do edital da Chamada pública:

Eu já falei com o reitor sobre isso, já falei com o Núcleo. E é difícil viabilizar um edital com recursos financeiros, então a gente realmente fica assim contando com uma boa vontade, com a militância de quem manda o programa. Então já temos a descontinuidade de alguns programas que não conseguem manter o ano completo, né? (Reis, 2024, informação verbal).

4.8.3.2 Problemas em relação a grade de programação e possíveis soluções

Em relação a avaliação da grade de programação, encontramos algumas insatisfações por parte da equipe entrevistada. Para a prof^a Fechine, a rádio está sempre à procura de uma regularidade que é muito difícil de alcançar, porque há uma rotatividade grande dentro da equipe, principalmente dos estagiários e bolsistas. Em palavras, da prof^a Yvana Fechine (2024, informação verbal) “você está sempre formando, mas é parte do processo também de uma rádio-escola”.

O estudante 1, ex-estagiário, por sua vez, também realiza um questionamento similar ao da professora Fechine, ao utilizar o termo de “falta de consistência” para avaliar a grade da emissora. Essa inconsistência está relacionada com uma “equipe pequena”, também com a falta de recursos do edital da Chamada pública. Segundo o estudante 1 (2024, informação verbal): “eu acho que até hoje não existe uma programação sólida na Rádio Paulo Freire. E eu acredito que seria um sonho ter uma programação mais consistente”.

Considerando estas fragilidades, a equipe da emissora procurou algumas soluções. Em relação à rotatividade da equipe, uma das formas foi manter o nome de um programa fixo - como é o caso do “O que tem para hoje” - no qual vai mudando o/a apresentador/a. “O que

tem para hoje” é invariável, mas o conteúdo é extremamente variável (Fechine, 2024, informação verbal).

Se por um lado, a coordenação busca manter nomes dos programas fixos nos quais pode mudar o/a apresentador/a, por outro, procura-se aproveitar a bagagem e os interesses que os próprios estudantes trazem para elaborar o conteúdo das produções regulares da grade da RPF.

[...] os programas vão ganhando uma cara conforme também as duplas que fazem. Por isso inclusive que - é eu sei que não é um nome muito bom -, mas eu defendi muito assim o nome do “O que tem pra hoje” [...] O que a gente vai ter sempre alguma coisa que a gente considera que é relevante socialmente e que, preferencialmente, não tem espaço em outros lugares, um espaço que a gente pode abrir que outros lugares não podem abrir (Fechine, 2024, informação verbal).

Considerando que o corpo de produtores da RPF são, na sua maioria, estudantes e, em menor medida, professores, a programação fica vinculada ao semestre, ao calendário acadêmico, “tem uma sazonalidade” (Cabral, 2024, informação verbal).

Em relação às intermitências das produções que chegam através da Chamada pública, no edital de 2024 foi retirada a necessidade de ineditismo das produções porque a foi observado que os programas que conseguem manter a regularidade no envio das edições são feitos para serem transmitidos sem depender de estar ou não inseridos na grade de programação da RPF.

A própria organização dos conteúdos produzidos pela equipe da emissora apresenta-se como uma solução parcial: reprisar os programas feitos pela manhã no dia seguinte, no horário da tarde; e os programas produzidos e transmitidos à tarde são reprisados no dia seguinte pela manhã. Esse processo que está representado na figura 2 é explicado pelo coordenador técnico:

A gente tem feito essa dinâmica com os produtos que a gente elabora aqui, internamente, para ocupar a grade o máximo de tempo possível, dada a nossa dificuldade de produção porque a gente tá com o número reduzido de estudantes. Metade, talvez, praticamente metade ou mais do que seria nosso corpo de bolsistas e estagiários, não tá com a gente agora, tá num processo de seleção, então a gente não tava conseguindo dar conta de produzir conteúdo suficiente para conseguir ter um programa inédito todos os dias pela manhã, um programa inédito todos os dias à tarde. Então a gente optou por uma solução que é uma solução de fazer um espelhamento assim o que acontece pela manhã a gente reprisa a tarde, o que acontece a tarde a gente reprisa pela manhã, e a gente organizou um jogo de datas e de reprise de modo que o programa de um dia num turno, reprisado no outro dia no outro turno e a gente tem, no fim das contas, uma grade de programa distintos, ainda que nem todos inéditos, no turno da manhã e essa grade vai em horário diferente também inédito naquele turno no período da tarde (Cabral, 2024, informação verbal).

Figura 2 - Grade da organização dos programas produzidos pela equipe da RPF¹⁴⁰

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MANHÃ	TH VIVO 1	REPRISE TH 2 [SET, DISCIPLINAS]	TH VIVO 3	REPRISE TH 4	AFROSONORA REPRISE [FC, DISCIPLINAS]
TARDE	TH VIVO 2	REPRISE TH 1	TH VIVO 4	AFROSONORA	REPRISE TH 3

Fonte: Foto do pesquisador (2024).

Para o ex-superintendente de Comunicação, Bruno Nogueira, uma das formas de manter uma grade atualizada e com conteúdos educativos relevantes poderia ser através da integração à Rede Nacional de Comunicação Pública.

Hoje a rádio FM da gente, a Universitária FM, ela é 24 por 7 conteúdo próprio local, né? Diferente da TV que espelha a TV Brasil, então uma das sugestões que eu falei ‘foi em vez da Rádio Paulo Freire espelhar a rádio FM, ela podia se integrar a Rede Nacional de Comunicação Pública e espelhar a rádio MEC, por exemplo’. Então os horários que a gente não tem gente, que é um conteúdo educativo, um conteúdo de extrema qualidade e muito diferente, porque não é uma rádio musical. A rádio MEC não toca no Recife e é uma rádio importantíssima na comunicação pública nacional. [...] Era um caminho, né? (Nogueira, 2024, informação verbal).

Na análise da grade, observamos como a programação própria intercala programas informativos, jornalísticos, educativos e/ou culturais, procurando diversidade de temas, fontes e vozes. Desta forma, há uma concordância com as características observadas para as rádios que transmitem em Amplitude Modulada segundo Temer *et al* (2019), que tem um perfil mais voltado para o jornalismo, enquanto as FMs tem um perfil mais musical (Ferraretto, 2000). No fim de contas, a programação da RPF se apresenta como uma alternativa às emissoras comerciais, uma das características diferenciais que as rádios públicas vinculadas a EBC também possuem, como indica Valente (2009). Compreendemos que há uma

¹⁴⁰ Os programas realizados pela equipe da RPF e organizados para serem transmitidos. Registro feito durante a observação participante. Legendas: TH=O que tem para hoje. SET=Saúde é o tema. FC=Fora da curva.

complementaridade na divulgação de informações e produções que não ficam atreladas às exigências nem do mercado, nem do Estado.

4.8.3.3 Outros pontos relevantes sobre organização e composição da grade

Como a RPF garante diversidade étnica, religiosa, de orientação sexual nas suas produções? Segundo a coordenadora geral, o programa “O que tem para hoje” nas terças-feiras tematiza as “relações étnico-raciais” (Reis, 2024, informação verbal). Esse programa procura garantir a representação e/ou participação “do cidadão que está sub-representado na mídia hegemônica” (Reis, 2024, informação verbal). Durante a observação participante, dois programas realizados ao vivo foram sobre esta temática: um com a artista indígena Juliana Xucuru e outro sobre o Teatro Negro. Outro programa observado foi o “Codinome Resistência” que teve como tema a violência de gênero na política. Ainda sobre as relações étnico-raciais, a grade conta com o programa “Afrossonora”, que tem como foco principal a música negra. Contudo, não há um manual que oriente esta questão da diversidade em suas diferentes dimensões.

Como já foi apresentado anteriormente, também já houve na programação da emissora produções que chegam através da Chamada pública que tematizam a questão de gênero, raça e classe.

Em relação ao jornalismo, para Temer *et al* (2019) as emissoras universitárias investem pouco por falta de pessoal para manter uma grade com notícias atualizadas. No entendimento da coordenadora geral, tanto o programas “O que tem para hoje” como o “Fora da curva” tem um perfil jornalístico; o “Saúde é o tema” tem uma “linha mais educativa”. Sobre o tipo de jornalismo exercido pela emissora, Paula Reis avalia que:

Eu acho que é o jornalismo cidadão, um jornalismo que está sempre buscando alertar, né? Por exemplo, para as formas de opressão, exploração, querendo promover a leitura crítica da mídia, tá sempre nessa linha contra hegemônica (Reis, 2024, informação verbal).

O jornalismo pode ser um diferencial na grade da RPF. Esta demanda de produzir e ter mais programas jornalísticos na programação da emissora está presente desde antes da rádio ser denominada como Paulo Freire, como é destacado no depoimento da coordenadora geral da emissora. Segundo a prof^a Paula Reis (2024, informação verbal) em 2017 começaram a discutir a possibilidade da “rádio AM ser transformada numa rádio-escola e ter mais jornalismo”. Igualmente, tanto na observação participante como nas entrevistas realizadas, apareceu explícita a necessidade de distinguir a grade das duas emissoras radiofônicas da UFPE, considerando que a RPF está num processo de migração para FM.

Um último ponto a ser mencionado sobre a programação da emissora é a participação dos ouvintes. Nas entrevistas foi mencionado que este tipo de participação acontece, principalmente através do chat no canal do *YouTube*, durante as emissões ao vivo nesta plataforma, e num segundo momento independente da transmissão da emissora, no perfil do *Instagram* da RPF (estudante 1, 2024, informação verbal). Também são recebidas algumas mensagens no *Whatsapp* da emissora, que é principalmente utilizado para divulgar os *spots* de “Manda no zap” através de uma lista de transmissão criada com esse objetivo. Nesse sentido, falta esse *feedback* do público que, segundo Spenthof (2013), colabora para uma melhor formação dos estudantes, uma vez que as produções deixam de ser só ouvidas por um professor e pelos colegas de turma - como seria no caso de uma disciplina -, para atingir o público ouvinte da emissora.

4.8.4. Equipamentos, recursos multimídias e transmissão pelas ondas eletromagnéticas

Os equipamentos identificados na observação participante que realizamos foram: quatro computadores de mesa instalados na sala de operação e utilizados da seguinte forma: 1) para operação (com programa Zararadio¹⁴¹) e duas telas (numa tela visualiza-se o roteiro do programa que vai ao ar ao vivo; na outra, as abas de músicas, vinhetas e o *software* Zararadio); 2) para transmissão online via *YouTube*, com o programa *OBS* instalado e funcionando; 3 e 4) livres para uso por parte da equipe da emissora. Além destes computadores, a emissora também possui quatro *notebooks* em funcionamento e um gravador digital *Tascam* de 4 canais.

À esquerda do computador de operação (como é possível conferir na figura 3), está a mesa de som/*mixer* onde estão ligados, tanto os microfones que vêm do estúdio, como o computador de operação. Como saídas de áudio, há duas caixas de som pequenas que funcionam como retorno para quem está na sala de operação, um cabo de áudio que é utilizado para captar o som da mesa ligado no computador do *streaming* do *YouTube* e outra fiação para o processador de áudio, que envia o sinal de novo para o computador de operação, onde se faz o *streaming* da rádio através do *software* *Butt*. Uma outra entrada ligada ao *mixer* é o sinal da Universitária FM, lembrando que parte da programação desta emissora é espelhada pela RPF. Disponibilizamos na figura 4 um documento interno da RPF que apresenta o esquema de transmissão AM da emissora. No esquema estão ausentes os *streaming*, tanto do *YouTube* como do *software* *Butt*.

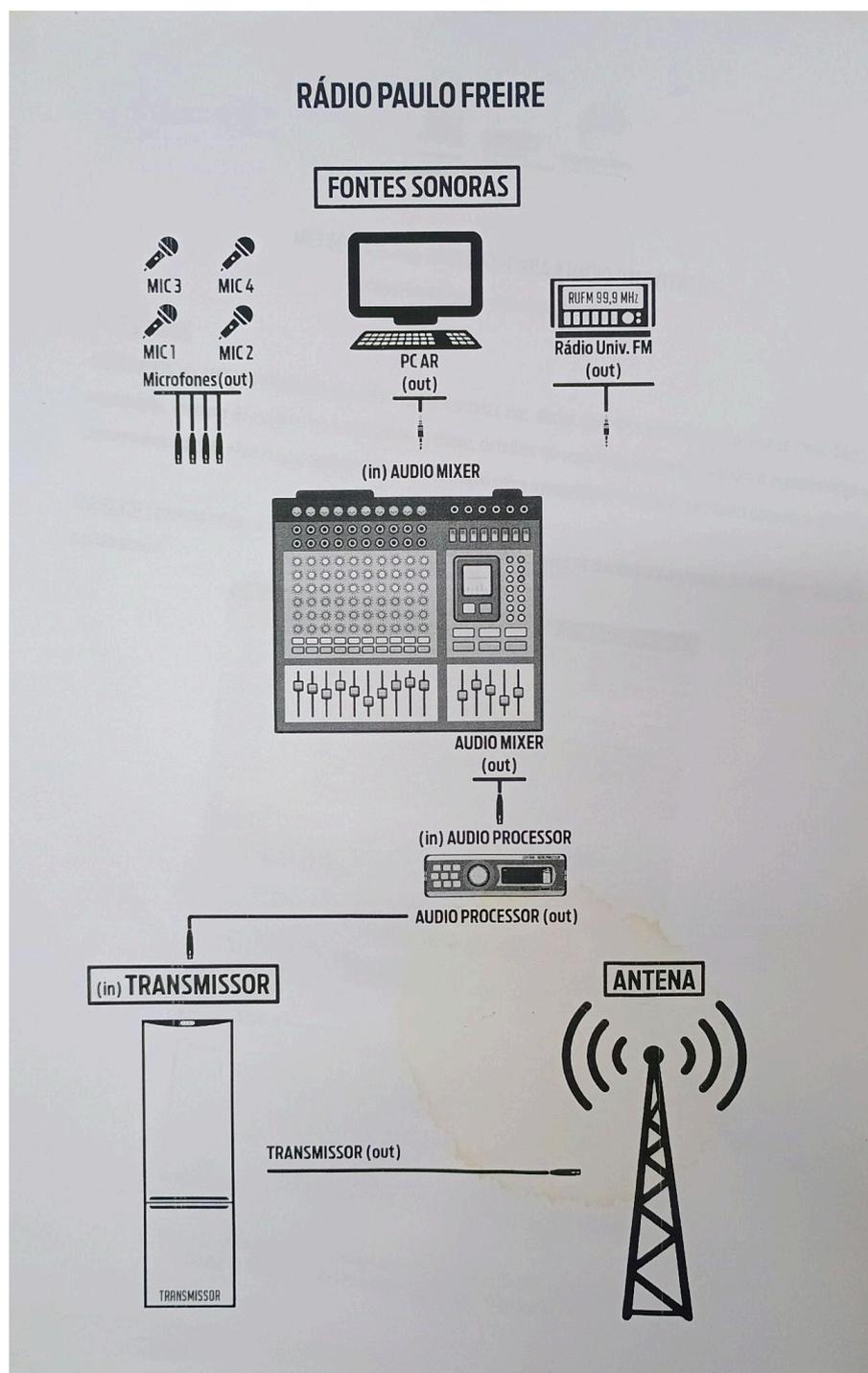
¹⁴¹ O *software* Zararadio é um programa de computador gratuito utilizado tanto para operação da emissora ao vivo, como para automatizar a programação. É simples de utilizar e de fácil aprendizado, porém não é um *software* de operação de rádio profissional. Por exemplo, uma das limitações é que não reproduz arquivos .ogg

Figura 3 - Operando a RPF¹⁴²

Fonte: Foto do pesquisador (2024)

¹⁴² Técnico da RPF mostra como se utiliza a mesa de som.

Figura 4 - Esquema de transmissão da RPF



Fonte: Foto do pesquisador (2024)

No interior do estúdio existem quatro microfones dinâmicos com seus respectivos braços móveis e duas câmeras (para a captação de imagens e transmissão via *YouTube*). Como podemos observar na figura 5, não há retorno com fones de ouvido disponíveis para quem está apresentando ou participando do programa.

Figura 5 - Programa ao vivo



Fonte: Foto do pesquisador (2024)

Essa estrutura de equipamentos comporta as atividades cotidianas da emissora. Contudo, faltam computadores para poder editar áudio (e vídeo em algumas ocasiões), falta retorno no estúdio, faltam gravadores digitais para gravações externas. Não há padronização nas câmeras¹⁴³ que captam as imagens para as transmissões feitas pelo *YouTube*. Quando acontecem transmissões especiais realizadas fora das instalações da emissora, a equipe da RPF precisa mobilizar parte da estrutura do Laboratório de Imagem e Som (LIS) para poder efetuar este tipo de ação.

O coordenador operacional avalia que “a estrutura tecnológica é uma grande gambiarra” (Cabral, 2024, informação verbal), no sentido de que os computadores disponíveis, em muitas ocasiões, são computadores reciclados, ou seja, “uma miscelânea de outros equipamentos que vieram daqui ou dali” (Cabral, 2024, informação verbal), e, no caso, não são os adequados para trabalhar com produção de áudio.

Todas as produções que saem do que seria o nosso feijão com arroz, requerem um planejamento, um pensar, ‘como que a gente pode dar conta disso, como que a gente pode viabilizar isso?’[...] Assim, a gente hoje consegue ter quatro pessoas usando microfones. A gente não consegue ter cinco, sabe? Até a gente pensar que essas quatro pessoas não têm um retorno, porque o retorno, o equipamento que deveria viabilizar esse retorno, queimou ou teve um mau funcionamento e [...] não foi solucionado até agora [...] E aí a gente trabalha dentro desse contexto. Se a gente olha a gente tem câmeras, hoje a gente consegue fazer algumas transmissões via *YouTube* utilizando câmeras que são *webcam*. A gente consegue fazer alguns programas que funcionam, a partir de conversas *online* e que são feitas a partir de *notebooks* domésticos e alguns deles têm câmeras com qualidade de *notebook*

¹⁴³ Esse problema é explicado pelo coordenador operacional no seu depoimento a seguir.

domésticos; outros que tem câmeras com qualidade superior e a gente não tem nenhuma padronização. A gente trabalha com alguns *softwares* que são ferramentas, as versões gratuitas [...] de *softwares* que seriam utilizados nesse segmento. Mas a gente sabe que outras rádios trabalham com outros *softwares* que permitem um conjunto de ferramentas, com um conjunto de possibilidades muito maior. [...] Então, a gente trabalha dentro [...] de uma margem que é relativamente estreita. [...] Isso acaba também limitando e minando outras possibilidades (Cabral, 2024, informação verbal).

A RPF tem um *site*¹⁴⁴ onde é possível ouvir a rádio através do *streaming*, acessar informações sobre a equipe, os programas realizados, a missão, os princípios, os eixos de atuação, o edital da Chamada pública, os documentos sobre a pesquisa dos 60 anos da emissora, dentre outros conteúdos. Porém, o *site* está desatualizado, em relação aos programas produzidos pela própria emissora¹⁴⁵.

Dentro da equipe da emissora, não está claro quem é o responsável pela atualização do *site*: a falta de pessoal é um problema para manter a rádio no seu pleno funcionamento. Enquanto o *site* está desatualizado, a realidade das redes sociais da emissora (*Instagram*¹⁴⁶ e *YouTube*¹⁴⁷) parece ser outra. A partir do trabalho da equipe de redes, o perfil da RPF no *Instagram* se mantém ativo e atualizado, com postagens e *stories* recorrentes sobre os programas da emissora e outras atividades vinculadas à rádio, como seleção de novos bolsistas, a divulgação do edital da Chamada pública, dentre outras publicações.

Os dois estudantes consultados nesta pesquisa avaliam de forma positiva o uso das redes sociais por parte da equipe da emissora. Nas palavras do estudante 1 (2024, informação verbal), “o *Instagram* [...] talvez seja a rede social que mais nos aproxima do público porque há essa possibilidade de interação imediata”.

O canal de *YouTube* é aproveitado não só para transmitir os programas ao vivo possibilitando comentários e a interação com o público, mas também como repositório dos programas feitos no estúdio da RPF. Segundo o estudante 1 (2024, informação verbal), “o *YouTube* é bem utilizado, com essa nova ideia de rádio expandido, do rádio que está para além do dial, o rádio que está nas plataformas digitais, tá no celular”.

Sobre o uso dos recursos multimídias, o coordenador operacional indica que ainda há algumas limitações para poder mostrar e apresentar, para o público da emissora, outros

¹⁴⁴ O endereço eletrônico do site da RPF é: <https://sites.ufpe.br/rpf/>

¹⁴⁵ A última postagem dos *spots* produzidos pela RPF e denominados de “Manda no zap” é de 27 de junho de 2023. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/category/manda-no-zap/>. Acesso em: 09 dez. 2024. Em relação ao programa “Saúde é o tema”, a última atualização data do dia 18 de agosto de 2024. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/category/saude-e-o-tema/programas/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

¹⁴⁶ @radiopaulofreire é o perfil da emissora no *Instagram*.

¹⁴⁷ O canal de *YouTube* está disponível em:

<https://www.youtube.com/c/R%C3%A1dioUniversit%C3%A1riaPauloFreire>

conteúdos que extrapolam os conteúdos sonoros transmitidos pelas ondas do rádio ou pelo *streaming*.

Você tá vendo a rádio no *YouTube*, você tá vendo os profissionais, está vendo as entrevistas então, talvez a gente precise também começar a pensar esse espaço da rádio, e essa estrutura da rádio, como uma estrutura de rádio que é uma estrutura integrada, multimídia, que seja capaz de dar conta, de múltiplas formas de consumo, múltiplas formas de produção (Cabral, 2024, informação verbal).

Apesar das limitações tecnológicas (de equipamentos e de *softwares*) e de pessoal indicadas pelos entrevistados, consideramos que a RPF utiliza e explora de forma positiva as plataformas de divulgação e transmissão através da internet.

4.8.4.1 Situação da antena AM e migração para FM

A RPF possui um transmissor de 5 Kw e antena de 50 mts de altura localizados na cidade do Recife¹⁴⁸ que, funcionando em sua plenitude, possibilitaria um raio de cobertura de mais de 100 quilômetros atingindo, por exemplo, a cidade de Caruaru, distante a uns 120 km em linha reta do Recife (Reis, 2024, informação verbal). Entretanto, como já foi dito, a antena está desativada.

Historicamente, a Rádio Universidade do Recife transmitiu em ondas médias. Já vimos na história da emissora como teve problemas, tanto com o equipamento transmissor como com a antena AM. A RPF não só herdou os equipamentos de transmissão da Universitária AM, como também alguns problemas que acompanharam estes equipamentos.

Lembramos que as transmissões em Amplitude Modulada (serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local) foram extintas através do decreto Nº 8.139 de 2013¹⁴⁹ sancionado pelo poder executivo. Essa medida foi prorrogada até 31 de dezembro de 2023, segundo decreto Nº 10.664¹⁵⁰, prazo limite para a migração das emissoras AM para Frequência Modulada.

Como já foi dito no decorrer desta pesquisa, a RPF sofreu dois roubos da fiação que unia o transmissor à antena, durante os anos de 2022 e 2023. Para a situação ficar mais complexa, em outubro de 2023¹⁵¹ houve uma ocupação do terreno da UFPE onde está localizada a antena. Uma vez retirada a ocupação e desocupado o terreno, o prejuízo foi maior

¹⁴⁸ Informações retiradas da licença expedida pela ANATEL. Disponibilizamos foto deste documento no Anexo B.

¹⁴⁹ Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm Acesso em: 14 mar. 2024.

¹⁵⁰ Decreto datado em 31 de março de 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.664-de-31-de-marco-de-2021-311666687> Acesso em: 29 fev. 2024.

¹⁵¹ Sinalizamos que para outubro de 2023, a RPF já tinha sofrido o último roubo da fiação - que aconteceu em setembro deste ano - e estava sem transmissão em AM.

que o estimado inicialmente, pois foram roubados mais cabos e a estrutura da antena danificada. Em simultâneo, a RPF está em processo de migração para FM. É importante destacar que para que esses dois processos aconteçam (a reativação da antena AM e a migração para FM) é necessário que a Universidade destine recursos financeiros.

Em relação à migração para FM, Fachine (2024, informação verbal) ressalta que este processo não é nenhuma novidade para a Universidade. Desde a gestão do José Mário Austregésilo como diretor do NTVRU (2015-2019) já se falava desta necessidade, que é nomeada também na resolução que criou o GT no ano de 2017.

Em algumas das entrevistas realizadas (Fachine; Reis; Silva), informa-se que estaria faltando a contratação do projeto de migração, que é uma responsabilidade da Supercom. “Existe um projeto técnico de migração que vai ser um processo amplo e a gente sabe que caro, mas a ideia é que a gente tente concluir ele em 2025” (Silva, 2024, informação verbal). Uma vez resolvida a contratação do projeto executivo, um engenheiro em Telecomunicações “vai indicar os equipamentos que têm que ser comprados, vai saber como conectar, qual vai ser o novo canal na FM, a frequência, que vai fazer esse estudo, para poder implantar (Reis, 2024, informação verbal).

Fachine (2024, informação verbal) indica que a outorga FM para a RPF já saiu, porém falta a contratação do projeto executivo para a migração. Neste ponto, para a coordenadora do LIS falta interesse por parte dos gestores da Universidade para que o processo de contratação avance.

[...] Depois que saiu essa outorga, a Superintendência de Comunicação abriu um processo de contratação de um projeto executivo [...] e esse projeto executivo vai fazer aniversário agora, vai fazer acho que mais de um ano que ele tá rolando, e essa contratação não é feita e a gente também não sabe em que pé tá isso [...]

A gente sabe também que os processos param ou andam conforme o interesse, né? [...] A gente tá fora do ar por causa de 10 mil reais pelo que eu sei, porque foi quando houve o primeiro roubo dos cabos, que não houve celeridade da Universidade... Ora, quando uma coisa é urgente, e você considera que ela é importante, a Universidade não providencia? (Fachine, 2024, informação verbal).

A contratação do projeto executivo para a migração da RPF está parada, segundo a Supercom, porque foi judicializado: “o projeto de migração travou num ponto em que uma das pessoas que concorreu à licitação que perdeu, entrou na justiça. E aí entrou num *looping*: resposta, recurso, resposta, recurso, resposta, recurso” (Nogueira, 2024, informação verbal).

Embora sejam dois processos que possam acontecer em simultâneo e de forma independente, na fala do então superintendente de Comunicação, Bruno Nogueira, se apresentam essas duas possibilidades de forma excludente: se se decide retomar a transmissão em AM, o projeto da FM e todo o seu processo de migração poderia demorar ainda mais, sem

precisar um prazo para esta mudança. Se se decide avançar com a FM, por que se preocupar e investir na volta da transmissão em Amplitude Modulada?

[...] eu me sentei com o reitor, com Yvana e com Paula, eu disse: ‘a gente precisa tomar uma decisão. A gente vai religar a antena e voltar para AM ou a gente vai comprar um transmissor FM e passar a operar em FM? A gente precisa tomar uma decisão, se vocês quiserem que eu tome a decisão eu tenho meu ponto de vista, mas estamos aqui trabalhando juntos’. E aí vieram uma série de perguntas do que é que implica cada decisão. E aí eu disse: ‘olha um transmissor FM ele custa em média 700 mil reais, a gente inclusive está precisando de uma para a rádio FM. Então, se a gente puder comprar dois seria até melhor’ (Nogueira, 2024, informação verbal).

As demandas colocadas pela prof^a Reis na entrevista para esta pesquisa foram: “religar a antena AM, que tá fora do ar, há precisamente um ano” e, ao mesmo tempo, “fazer a migração para FM” (Reis, 2024, informação verbal). De acordo com a coordenadora geral da emissora, a RPF precisa tanto retomar a transmissão em AM, pois a outorga tem validade até o ano de 2033, assim como fazer a migração para FM. Quando as condições para a transmissão em FM estiverem dadas, considera importante a manutenção de ambas transmissões em simultâneo, porque atingem públicos diferentes.

Por sua vez, para o então superintendente de Comunicação, Bruno Nogueira, a resolução destas duas demandas envolve custos que precisam ser justificados.

E aí eu falei: ‘olha a gente tem alguns caminhos para seguir, a gente pode religar AM e segurar mais um pouco’, ciente de que o que a gente vai gastar - eu não vou saber o valor exato -, mas é algo entre 65 e 70 mil reais para religar a antena da AM hoje. [...] eu falei assim ‘é um dinheiro que se a gente gastar agora a gente religa, mas a gente vai perder esse dinheiro porque quando virar FM o que a gente gastar para isso não vai servir mais. Ou a gente pode focar em comprar um transmissor novo de 700 mil reais e ver o que que a gente faz com isso, né?’ Enfim, se a gente bota no orçamento do ano que vem [precisa] ver se a gente vai atrás de uma emenda parlamentar, [...] de onde é que esse dinheiro vai sair, que é uma outra fonte de recurso inexistente para comunicação pública (Nogueira, 2024, informação verbal).

O debate no interior da Universidade e dos órgãos correspondentes para resolver, tanto a reativação da antena AM como a migração para FM tem como pano de fundo, como é entendida e conceitualizada a RPF. Na opinião do então superintendente de Comunicação, Bruno Nogueira, a emissora hoje “está em três lugares diferentes: ela é uma emissora do Núcleo, ela é um projeto de extensão e ela é um laboratório” (Nogueira, 2024, informação verbal).

[...] como a rádio hoje é um projeto de extensão, um laboratório e uma emissora do Núcleo, essas duas saídas [em relação à reativação da antena e a migração para FM] elas atendem interesses distintos. Porque como laboratório, na verdade o que a gente tem hoje já funciona. [...] E por que isso é ruim? Porque isso acalma a nossa ansiedade de resolver.

[...] Para você ter um projeto de extensão robusto religar a antena AM resolve. Agora como emissora do Núcleo, a gente precisa avançar [...] Se a gente encarar vamos desligar tudo e forçar para ligar em FM, a gente não pode ter duas emissoras FM que transmitem o mesmo conteúdo porque aí são um desserviço a comunicação

pública. Então a gente precisa mudar assim integralmente a programação da Rádio Paulo Freire (Nogueira, 2024, informação verbal).

Na hora de apresentarmos os desafios no ítem 4.9 iremos aprofundar sobre estes questionamentos e como entendemos esta questão.

4.8.5. *Financiamento*

O financiamento de uma rádio pública, como estamos considerando a RPF neste trabalho, depende principalmente de verba pública, como aponta Bucci (2015). O Regimento interno do NTVRU no seu capítulo VII, artigo 9º dispõe:

O financiamento da Rádio Universitária Paulo Freire será feito por meio de recursos da UFPE, projetos aprovados em editais públicos e apoios culturais em conformidade com a Portaria Normativa no 11, de 27 de agosto de 2015 (NTVRU, 2020, p. 42).

Sobre este ponto, há um reconhecimento por parte do reitor da UFPE da necessidade de melhorar o financiamento das emissoras universitárias, “não estão tão bem financiadas, quanto deveriam” (Gomes, 2024, informação verbal). No entanto, o aumento está atrelado à melhora do orçamento da educação superior. “[...]a recomposição orçamentária das Universidades [...] está muito aquém das expectativas e das necessidades da Universidade. Isso impacta também na nossa capacidade de financiar as nossas rádios e TV” (Gomes, 2024, informação verbal). Sobre como são financiadas as emissoras do NTVRU, o reitor informa que:

[...] é financiada [...] por meio de bolsistas que participam dos programas, por meio dos editais que nós lançamos que participa do programa, a questão dos equipamentos, que recuperamos ou construímos, etc, mas eu confesso a você que é necessário uma política mais consistente de investimento e a gente espera, por exemplo, que a gente também possa ter a recomposição do orçamento da Universidade para que isso se dê de forma adequada (Gomes, 2024, informação verbal).

Em relação aos recursos financeiros destinados ao funcionamento da RPF, o então superintendente de Comunicação esclarece que “nenhuma unidade administrativa - nem a Superintendência de TI, nem a Superintendência de Cultura, nem a de obras - nenhuma delas tem um orçamento” (Nogueira, 2024, informação verbal).

Para a equipe da Rádio Paulo Freire, não ter uma verba destinada para o funcionamento da emissora termina sendo uma fragilidade. “[...] infelizmente, não existe uma designação de uma verba certa” ressalta a coordenadora geral (Reis, 2024, informação verbal). A informação da coordenadora coincide com a análise feita por Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019) que sinalizaram a falta de clareza sobre as dotações orçamentárias para este tipo de emissoras.

Enfim, então nem a Reitoria nem o NTVRU não tem uma rubrica certa, o que eu acho terrível, porque você fica dependendo do reitor, de cada gestão que chega. Se o reitor tiver uma visão para a comunicação pública vai dar mais atenção. Quando não tem, não dá atenção nenhuma (Reis, 2024, informação verbal).

Aqui encontramos elementos que podem interferir no desenvolvimento da radiodifusão pública. Estamos nos referindo a falta de um recurso financeiro definido, que não dependa dos vaivéns e mudanças da gestão da Universidade, como é indicado na autonomia financeira do Serviço de Radiodifusão Pública (Bucci, Chiaretti, Fiorini, 2012; UNESCO, 2006).

Além do financiamento direto por parte da IES, a RPF procura outras formas de acessar recursos através da apresentação de projetos em editais. Em 2024, a emissora aprovou um projeto de Residências em Comunicação Popular com financiamento da FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco). Este projeto possibilita não só a contratação de comunicadores populares das comunidades que atuarão como bolsistas, mas também recursos para a compra de mobiliários e equipamentos.

Em relação aos editais, embora sejam considerados uma fonte de recursos econômicos, humanos e de equipamentos estimáveis, para o coordenador técnico da emissora é preocupante “achar que esses que seriam caminhos alternativos figuram como os únicos caminhos [...]”, e alerta para não “naturalizar esse comportamento alternativo” (Cabral, 2024, informação verbal).

Apesar dessa busca de alternativas de financiamento, não existe dentro da emissora um setor dedicado à captação de recursos (Reis, 2024, informação verbal). Por sua vez, dentro do NTVRU já houve um setor com esse objetivo, porém atualmente está desativado.

A questão do financiamento termina sendo uma dificuldade que impede o desenvolvimento pleno da capacidade de produção da emissora: envolve a questão de melhora dos equipamentos, da migração para FM e da reativação da antena AM, assim como o impacta na possibilidade de aumento no número de servidores e bolsistas e até produtores independentes que possam ampliar e diversificar a programação da RPF.

4.8.6. Missão como radiodifusão pública

Se considerarmos as definições de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), as rádios universitárias estariam inseridas dentro do que se concebe como radiodifusão estatal. Contudo, acompanhamos o entendimento da prof^a e pesquisadora Valci Zuculoto (2012) que, como foi colocado no capítulo anterior, observa a programação da emissora para indicar seu caráter público e como, a partir da década de 1990, depois da instituição da

complementaridade dos sistemas de comunicação na Constituição Federal, as emissoras universitárias começaram a se autodenominar de rádios públicas.

No caso da UFPE, é através da Política de Comunicação (2024) que se estabelece, dentre outros pontos, como é que a Universidade irá atuar na Comunicação Pública. No artigo 18º deste documento, indica-se que:

A Universidade Federal de Pernambuco atua na Comunicação Pública a partir do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias (NTVRU), tanto pelas emissoras coordenadas como no conteúdo produzido em rede, de forma difusa e em formato digital por sua equipe (UFPE, 2024, p. 66).

O artigo nº 19 nomeia os veículos de comunicação que compõem e integram o NTVRU e suas especificações:

- I - TV Universitária: emissora transmitida pelo canal aberto; televisão de caráter público com programação aberta
- II - Rádio Universitária em Frequência Modulada (FM): emissora de rádio de caráter público;
- III - Rádio Universitária Paulo Freire: emissora de rádio pública com caráter de rádio-escola, programação transmitida em Frequência Modulada com estrutura organizacional específica e setorial em relação ao NTVRU, sob a gestão pedagógica do Departamento de Comunicação Social da UFPE (Campus Recife), de acordo com a Resolução no 02/2018, do Conselho de Administração da UFPE (UFPE, 2024, p. 66).

Portanto, a partir dos artigos 18º e 19º da Política de Comunicação da UFPE reconhece-se o caráter público dos três veículos que integram o Núcleo. Ainda no artigo nº 19, identificamos uma informação relevante: a RPF já é mencionada como transmitindo em Frequência Modulada (FM) enquanto no Regimento interno do NTVRU (2020, p. 1), a RPF ainda era considerada “uma emissora com programação aberta em Amplitude Modulada (820 KHz) com caráter de rádio-escola”. O processo da migração para FM já foi comentado em outra das dimensões da análise.

Enquanto Núcleo, dentro da sua missão está a afirmação da cidadania e o fortalecimento do Sistema Público de Comunicação. Especificamente, sobre a missão e princípios da RPF, o Regimento interno assinala que:

Art.3o A Rádio Universitária Paulo Freire tem por missão a formação profissional dos discentes dos cursos do Departamento de Comunicação Social do Centro de Artes e Comunicação do Campus Recife (Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Rádio, TV e Internet; e Cinema e Audiovisual) e do curso de graduação em Comunicação Social do Núcleo de Design e Comunicação do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE.

Parágrafo único. A Rádio Universitária Paulo Freire será uma rádio-escola e congregará as quatro dimensões da Universidade: ensino, extensão, pesquisa e gestão (NTVRU, 2020, p. 39).

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS DA RÁDIO

Art. 4o A Rádio Universitária Paulo Freire terá como compromisso seguir os princípios da comunicação pública; da participação social; da laicidade; e, da pesquisa e inovação, visando a uma formação profissional e ética com alto nível de excelência e a um profícuo diálogo entre a Universidade e os diversos segmentos da sociedade, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e da democracia (NTVRU, 2020, p. 40).

Encontramos esses mesmos princípios mais aprofundados no *site* da RPF, e que oferecem mais elementos na hora de olharmos para a comunicação pública que a emissora realiza. Nesse sentido, acompanhando Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) que destacam, no artigo “Posicionamiento de las radios universitarias brasileñas ante el público”, a RPF como uma das poucas emissoras que apresenta tanto um *site* com sua política editorial explicitada assim como mecanismos de participação do público¹⁵² na programação (através da Chamada pública):

A Rádio Paulo Freire é orientada pela concepção da comunicação como um direito. Pautada no valor da cidadania, em que o interesse público do cidadão é prioridade na sociedade democrática, a comunicação pública busca a pluralidade e diversidade de vozes, o desenvolvimento da leitura crítica da mídia e a construção do debate público qualificado. Para tanto, abre espaço para assuntos que são silenciados na mídia empresarial, mas que são fundamentais para o desenvolvimento da cidadania, além de ofertar interpretações críticas sobre os problemas públicos já midiaticizados. Está baseada no respeito aos direitos humanos, à diversidade de gênero e de raça, bem como de outros grupos e segmentos sociais subrepresentados na mídia empresarial. Dessa forma, possui potencial para equacionar a velocidade do rádio, a instantaneidade, a conectividade, a mobilidade e a vocação local do veículo com o aprofundamento das coberturas jornalísticas e a pluralidade de olhares sobre o mesmo fato. Pratica o apartidarismo, uma vez que, sendo de natureza pública, esta comunicação não se presta a fazer proselitismo de nenhum partido, pois os interesses do cidadão são o foco e todo o objetivo desta comunicação. Por fim, questiona a estrutura oligopólica da comunicação no Brasil e defende a sua democratização (Rádio Paulo Freire, 2025¹⁵³)

Nos princípios da rádio é possível identificar como a programação procura atender o interesse público, respeitar os direitos humanos, sendo plural e diversa, com participação e espaço para grupos sociais sub-representados na mídia comercial. Assim, podemos afirmar com Zuculoto (2012) que é na programação das emissoras que é possível identificar o seu caráter público.

Da mesma forma, uma característica que determina sua natureza como emissora pública é a definição presente no seu *site*: a RPF pratica o “apartidarismo”. Nesse sentido, o “apartidarismo” está em consonância com os questionamentos e críticas que Eugênio Bucci (2015) faz em relação ao uso da mídia pública e estatal com fins particulares ou partidários.

¹⁵² Os autores ressaltam que nenhuma das rádios analisadas apresenta indícios de ter um conselho editorial ou espaço de participação e controle social. Porém, sabemos e mencionamos neste trabalho que o Conselho Curador de Comunicação Pública da UFPE está em processo de implantação.

¹⁵³ Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/sobre-a-rpf/> Acesso em: 13 jan. 2025.

Uma vez considerados os documentos constitutivos da emissora e seu *site*, vamos nos focar na análise das entrevistas realizadas. Indicamos que os integrantes da Rádio Paulo Freire têm ciência de sua função e missão como rádio pública. Com maior ou menor precisão (teórica, conceitual), entendemos que há uma busca ativa e prática, na cotidianidade da RPF por funcionar como mídia pública. Desde esse ponto de vista, nas palavras de Veloso (2024, informação verbal), a RPF apresenta uma diversidade de pautas, fontes e abordagens que a distinguem da radiodifusão comercial; também faz referência a produção de conteúdos respeitando a complementaridade dos sistemas de comunicação.

A gente defende todos os princípios da comunicação pública como a horizontalidade, como a transparência, como a pluralidade e a diversidade. Então, são princípios que a gente tenta seguir [...] Além disso, a gente procura trazer um equilíbrio de homens e mulheres, a gente traz muito movimento social, população negra, lgbtqiapn+. Então assim, a gente tenta, na medida do possível, além das chamadas públicas, também trazer a sociedade para dentro da rádio (Veloso, 2024, informação verbal).

Ecoa neste depoimento a perspectiva de Sandra de Deus (2003) que observa que a potência das emissoras públicas estão na ruptura com o modelo comercial, determinado pela liberdade de elaborar, sem condicionamentos externos, suas propostas de caráter educativo e cultural, e de oferecer programas e gêneros não cobertos pelo sistema comercial.

Na última parte do depoimento de Veloso, destaca-se a questão da participação social, que sabemos é um desafio para as emissoras públicas e mais ainda para as rádios universitárias (Spenthof, 2013; Bianco, Pinheiro, Lopez, 2024)

E eu acho que com esse projeto da FACEPE, das residências, a gente vai intensificar isso. Porque é uma rádio-escola, mas é uma rádio, não é um laboratório. A nossa rádio, ela tem uma característica de formação, mas também tem uma característica que é da radiodifusão, então é onde você tem acesso a discussões que é sociedade, por exemplo, na mídia comercial, você não tem. Então o princípio da complementaridade entre o sistema público, privado, estatal, a gente todos os dias tá exercitando na rádio [...] Então a rádio ela se pretende pública não somente pelo seu conteúdo, mas também porque a gente procura trazer diversos olhares, mas também trazer gente para dentro da rádio, gente dos movimentos sociais, gente que é da luta da comunicação também (Veloso, 2024, informação verbal).

Por outro lado, é nomeada a questão da radiodifusão pública como atrelada à “comunicação cidadã” (estudante 1, 2024), “formação cidadã” (Reis, 2024). Kischinhevsky *et al* (2022) definem que as rádios universitárias cumprem uma função social (Deus, 2003): informar e contribuir com a formação cidadã a partir da divulgação de informações que compreendam a diversidade da sociedade. Para estes autores, as emissoras universitárias desempenham um papel relevante na formação cidadã. Na fala do estudante 1, “a comunicação cidadã” está vinculada com a diversidade e perfil das fontes que a RPF

apresenta nos seus programas, ressaltando o convite para pessoas das periferias e das comunidades.

[...] eu acredito que a rádio tem sim cumprido o seu papel de uma Rádio Pública, de uma comunicação cidadã, de uma comunicação que é voltada para as pessoas, uma comunicação horizontal, eu acho que é importante frisar isso. A gente percebe na grande mídia que há uma comunicação vertical. É uma coisa que é jogada de cima para baixo e a Rádio Paulo Freire tem feito o contrário, tem feito uma comunicação linear (estudante 1, 2024, informação verbal).

Para ser considerada como veículo de comunicação pública, aparece um outro elemento: a necessidade da participação social. Nas palavras de Nogueira (2024, informação verbal), a comunicação pública é “aquela que atende o grande interesse da sociedade, o grande interesse público e que conta com instrumentos de participação ativa da sociedade, para que possa acontecer”.

Além da participação, Nogueira (2024, informação verbal) coloca a ênfase no interesse público. Igualmente, o prof. Weller (2024, informação verbal) destaca que “é uma rádio pautada por temas e por debates que são do interesse público.” A RPF tem, segundo a visão do chefe do DCOM, “uma programação afinada com as pautas do debate público no Brasil” (Weller, 2024, informação verbal).

Assim, Nogueira (2024), Weller (2024) e Fachine (2024) apontam a questão do interesse público, entendendo que uma emissora pública deve se guiar por este interesse (Duarte, 2007). No entanto, compreendemos que o interesse público - ou geral, em palavras de Zémor (2003) - é um termo em permanente disputa e debate entre forças, organizações, instituições e setores sociais e políticos (Zémor, 2003). Para Weller (2024) o interesse coletivo está relacionado com os temas do debate público, enquanto Fachine (2024) assinala que a comunicação pública deve estar atrelada ao interesse coletivo entendendo-o como interesse dos oprimidos, que poderia ser traduzido - gramscianamente falando - na construção de contra-hegemonia.

Eu sempre entendo assim, o que é público numa chave meio simples do que tem interesse coletivo. E aí pensando muito freireanamente falando assim de qualquer equipamento contra-hegemônico, sabe? [...] eu acho que uma comunicação pública deveria ser uma comunicação pautada por - como diz Paulo Freire - pelo interesse dos oprimidos (Fachine, 2024, informação verbal).

Tanto Kischinhevsky (2019) como Spenthof (2013) alertavam sobre a incompreensão por parte dos gestores e autoridades universitárias sobre a potencialidade deste tipo de meio de comunicação. Nesse sentido, Fachine (2024) no seu depoimento elabora uma crítica aos gestores, que têm dificuldade de compreender não só a RPF, mas o NTVRU e seus respectivos veículos de comunicação, como desempenhando um papel de importância no

debate público. E pondera o potencial de uma mídia deste tipo: “[...] eu acho que uma rádio universitária hoje que, de fato, ocupasse um lugar de formador de opinião, seria um equipamento poderosíssimo” (Fechine, 2024, informação verbal).

É uma pena [...] que, as pessoas que têm - digamos assim - mais poder na Universidade, poder de gestão, não enxerguem isso. Reclamem da mídia, reclamem que a extrema direita está ocupando os espaços e não entendam que uma rádio universitária hoje, talvez seja, o que de mais próxima a gente possa ter de uma comunicação pública. Porque tem menos interferência política, porque tem mais paridade, porque tem um jogo de forças, assim, que de fato é um jogo de forças dentro da Universidade (Fechine, 2024, informação verbal).

Nesse depoimento da prof^a Yvana Fechine apresenta-se um ponto essencial para a radiodifusão pública: a questão da autonomia. Neste caso, a autonomia está relacionada com uma dinâmica própria da instituição universitária. A autonomia administrativa e financeira são colocadas como um dos requisitos para que um veículo de comunicação possa ser caracterizado como público (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012).

4.9. Desafios

Uma vez feito o percurso sobre as dimensões de análise seguindo a proposta adaptada de Temer *et al* (2019) e Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), vamos apresentar os desafios colocados a partir das entrevistas realizadas com a equipe da emissora e com os gestores da UFPE. Não é para nada surpreendente que um dos principais desafios enfrentados pela Rádio Paulo Freire e mencionado quase pela totalidade das pessoas entrevistadas seja questão do financiamento, como já foi assinalado por Kischinhevsky, Mustafá e Vale (2019), que envolve recursos financeiros, humanos e técnicos.

4.9.1. Financiamento

O reitor da UFPE, Alfredo Gomes reconhece que as emissoras universitárias não estão bem financiadas:

A gente precisaria de ter uma constância maior do ponto de vista de recursos financeiros e também de recursos humanos. Ainda hoje nós não podemos contratar determinados cargos, que seriam fundamentais para a comunicação pública, como é o caso de jornalista. Então nós não podemos porque existe [...] no âmbito do governo federal, no âmbito da união, existe portanto uma proibição de contratação. [...] Então para mim essa é uma das questões: a questão do recursos, tanto financeiro, quanto recursos humanos. Nós temos um quadro de professores e professoras, estudantes e de pessoal técnico altamente qualificado. Então se tivéssemos também, digamos, as condições de funcionamento, isso sairia tranquilamente (Gomes, 2024, informação verbal).

De certa forma a fala do reitor da UFPE é endossada por todos os entrevistados/as. O diretor do NTVRU, Juarez da Silva (2024), considera “o financeiro como um dos grandes

entraves da comunicação como um todo”. Weller (2024) coloca o desafio do financiamento como o principal problema para veículos deste tipo, que não deixa de ser um desafio do setor público no Brasil. Nas palavras de Veloso (2024, informação verbal): faltam verbas, “precisa de servidor, [...] de jornalista, de radialista, [...] de pessoas da parte técnica, administrativa, a gente precisa de bolsista. A gente precisa de gente”. O estudante 1 identifica que há “dificuldades econômicas” e coloca parte da responsabilidade na instituição: “Infelizmente a Universidade Federal de Pernambuco, ainda não tem dedicado parte do seu orçamento a investir em seus veículos de comunicação. Isso impacta muito” (estudante 1, 2024, informação verbal).

Tanto Veloso como os estudantes 1 e 2 coincidem que com mais investimento e com maior quantidade de recursos, a RPF poderia fazer mais e melhor. “[...] a gente ainda faz muito com muito pouco” (Veloso, 2024, informação verbal); “se a gente tivesse mais coisas, a gente tinha condições de fazer muito mais” (estudante 2, 2024, informação verbal). “Se a RPF [...] já é uma rádio que eu posso dizer consolidada nesse ambiente de comunicação pública em Pernambuco, imagina o que a rádio poderia fazer se houvesse investimento” (estudante 1, 2024, informação verbal).

A fala do coordenador operacional condensa os desafios que a emissora Paulo Freire encara na atualidade e que virá enfrentar, pela frente, com a migração para FM. Por um lado, a equipe e a capacidade de produção de conteúdos para se diferenciar do outro equipamento FM dentro do NTVRU:

Isso é uma demanda que vai se tornando mais urgente se a gente pensa que a rádio AM [...] tá no processo de migração para rádio FM, que a gente já tem um outro veículo FM na mesma instituição e que a Rádio Paulo Freire, no momento, replica durante boa parte do dia o conteúdo, dessa outra emissora (Cabral, 2024, informação verbal).

Por outro lado, a necessidade de contemplar um perfil específico dos/as técnicos/as dentro de um processo de ensino-aprendizagem que acontece no dia a dia da rádio. O perfil desse profissional “seria o do técnico que é capaz de estar junto com estudantes, com bolsistas nesse processo que é um processo de aprendizagem supervisionada, de produção mediada” (Cabral, 2024, informação verbal).

Por último, a necessidade de investimento financeiro para a concretização da migração para FM. Segundo Igor Cabral (2024, informação verbal):

[...] a gente precisa formalizar essa transição para a FM. E para fazer isso a gente precisa de investimento. A gente precisa que troque de transmissor, que a gente tenha um transmissor FM, que esse transmissor FM ele tenha capacidade e a gente precisa que o espaço físico da rádio seja capaz de abrigar uma quantidade de técnicos, estudantes, bolsistas, produtores e etc., que deveria aumentar para dar conta de ocupar esse espaço.

4.9.2 Equipe e Gestão

Linkando com alguns dos pontos que Cabral (2024) mencionou anteriormente, para o funcionamento da rádio-escola observamos como o papel dos técnicos é fundamental na formação dos/as estudantes. Um perfil técnico porém com capacidade formativa, com sensibilidade para acompanhar o desenvolvimento profissional dos/as alunos/as que realizam um percurso na emissora. Lembramos ainda da impossibilidade de contratar novos técnicos segundo os decretos nº 9.262/2018 e nº 10.185/2019 “que impedem a realização de concursos ou contratação para uma série de cargos da área de produção audiovisual e comunicação” (Braga; Maia, 2024)¹⁵⁴.

Em relação à gestão, é colocada a demanda que mais professores/as se disponibilizem para assumir essa função. Há um reconhecimento de que os/as docentes já contribuem com conteúdos, porém seria interessante outras pessoas ocupando os espaços de gestão (Velo, 2024, informação verbal). Neste desafio, lembramos que a questão da liberação de carga horária para os/as coordenadores da emissora e o reconhecimento das atividades nessa função através do pagamento da Função Gratificada se fazem indispensáveis para possibilitar a participação de novos gestores na RPF.

4.9.3 Grade de programação e relação com o público

Ao olharmos para a grade de programação, um dos desafios que se apresenta é a produção de conteúdos. A procura por uma regularidade na programação confronta com, por um lado, a permanente renovação da equipe de estudantes (bolsistas e estagiários); por outro lado, a inconstância dos programas da Chamada pública; inconstância que é compreensível quando a participação no edital não estabelece nenhum recurso monetário nem suporte técnico para os/as produtores/as independentes.

Neste desafio aparece como uma rádio pública se comunica com sua audiência. No caso da RPF, como emissora educativa, quais os tipos de conteúdos que são produzidos? Nesse sentido, Igor Cabral questiona os tipos de programas que uma emissora destas características precisa produzir “para não cair num didatismo que não seduz ninguém”:

[...] a gente corre o risco de cair numa didaticidade que é entediante, numa didaticidade que não seduz. E a gente perde aquele equilíbrio que é extremamente necessário. A gente só consegue ensinar se a gente conseguir ao mesmo tempo entreter porque a gente precisa manter o interesse. Então, [...] a gente precisa ensinar, informar e entreter e fazer tudo isso um pouco ao mesmo tempo em cada

¹⁵⁴ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/comunicacao-publica-desafios-democraticos/> Acesso em 07 ago. 2024.

produto. Então, às vezes a gente tem um pouco - minha sensação - esse desafio na produção da comunicação pública que é não cair nessa cilada de um certo didatismo, da minha necessidade de apresentar as coisas de uma maneira que eu tenho certeza que as pessoas vão entender aquilo que eu quero dizer, do modo como eu quero dizer, porque talvez eu não tenho uma outra oportunidade (Cabral, 2024, informação verbal).

Esse tipo de comunicação que procura equilibrar entre entreter, informar e educar também é mencionado pelo prof. Fernando Weller. “A gente, como Universidade, tem muita dificuldade em se comunicar de uma maneira mais acessível e mais sedutora com esse público que a gente quer alcançar, né?” aponta Weller (2024, informação verbal).

Então, eu acho que fazer programas que as pessoas gostam de ouvir, que elas sejam atraídas a escutar o programa por prazer, por lazer. A gente tem muita dificuldade de entender esse lugar do lazer na comunicação pública das pessoas (Weller, 2024, informação verbal)

A divulgação científica, que autores como Kischinevsky (2019) e Spenthof (2013) indicam como uma das funções e responsabilidades das emissoras universitárias, soma mais um desafio:

[...] construir um tipo de apresentação de conhecimento que seja divertido, interessante - divertido assim, sabe sedutor - e que ao mesmo tempo seja informativo e educativo e que consiga aproximar as pessoas daquilo que é produzido na Universidade, sem desmerecer a inteligência alheia, mas também sem distanciá-los, sem colocar o conhecimento que é produzido na Universidade de uma forma que seja indigerível (Cabral, 2024, informação verbal).

Os questionamentos do coordenador operacional da RPF também ecoam nas palavras do reitor da UFPE quando ele menciona que os conteúdos precisam “furar a bolha” e atingir mais pessoas.

É fundamental que a gente consiga fazer pautas que consigam também incidir e chamar a atenção da população. A gente tem que falar para além da bolha da Universidade. [...] A comunicação pública nesse sentido, além de fazer o debate sobre a política, sobre a economia, sobre a cultura, precisa também levar esse conhecimento que é formado dentro da Universidade (Gomes, 2024, informação verbal).

Por último, um outro ponto de destaque neste desafio da programação e como através dela a emissora e a Universidade se comunicam com seu público, é o da formação de ouvintes: “a gente não tem nenhum trabalho de letramento, de escuta de rádio, de Rádio Pública, de comunicação pública e etc. [...] O [...] desafio é formar público que tenha o hábito de ouvir rádio” (Nogueira, 2024, informação verbal). Nesse sentido, a coordenadora geral Paula Reis sinaliza que uma vez resolvidas as questões financeiras e orçamentárias da emissora, o desafio é estabelecer laços com as comunidades, com a sociedade civil, enfim, avançar com a articulação.

[...] acho que o desafio é fazer essa articulação. Fazer com que ela efetivamente bote em prática todo o seu potencial, de articulação com a sociedade civil, de ter espaço e

ter gente produzindo dos mais variados coletivos sub representados, que a gente ainda não teve. Assim, é um trabalho de construção, de formiguinha, a gente não teve condições de chegar em todo mundo. [...] A medida que tá no dial na FM principalmente, as pessoas começam a ouvir, começam a perceber que aquilo tem uma informação que lhe atinge no bom sentido, que lhe interessa e que faz a pessoa perceber de forma diferente o mundo, então eu acho que isso é um trabalho mesmo a longo prazo (Reis, 2024, informação verbal).

Por sua vez, Cabral redobra a aposta ao questionar quando é que os atores externos à Universidade conseguem dialogar com a instituição em pé de igualdade.

A Universidade com um veículo, como uma possibilidade de comunicar para fora da Universidade. Cadê a parte onde o fora da Universidade comunica para dentro da Universidade, né? Cadê a parte onde o fora da Universidade dialoga com o dentro da Universidade, o dentro da Universidade dialoga com fora da Universidade? Acho que nesse sentido aquela proposta das residências, que a gente tá tentando viabilizar pode ser uma experiência muito interessante de um piloto, de uma aprendizagem futura, pra gente entender um pouco, o que é que significa produzir um conteúdo que seja interessante ao mesmo tempo que didático, ao mesmo tempo que compartilhe os saberes que estão dentro da Universidade com aqueles saberes que vem de fora da Universidade (Cabral, 2024, informação verbal).

4.9.4. Missão como radiodifusão pública

Em relação a missão como radiodifusão pública, foi colocado por parte da coordenação da RPF o desafio de que a gestão da Universidade reconheça o potencial que a emissora possui.

Eu acho que o desafio maior é ser compreendido como comunicação pública. Eu acho que o desafio maior é ser compreendido como público, antes de mais nada, antes de ser comunicação. [...] mas eu acho que o grande desafio é os próprios gestores entenderem [...] o que pode ser uma Rádio Pública? [...] eu acho que o maior desafio é o reconhecimento, é o reconhecimento do potencial, é acreditar que esses veículos podem ter uma incidência no debate público. Mas se você não acredita então nunca vai ser prioridade (Fechine, 2024, informação verbal).

Como foi apontado por Spenthof (2013), Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) os veículos de radiodifusão universitária precisam avançar neste ponto da participação social, com mecanismos para a co-gestão. O projeto aprovado pela RPF das Residências em Comunicação Popular indica uma das tentativas, tanto de estimular a participação social na emissora, como contribuir com a formação de novos agentes de comunicação. Nesse sentido, o diretor do NTVRU, Juarez da Silva em entrevista para o pesquisador indica possíveis caminhos para a participação social.

[...] o grande desafio das coordenadoras e o nosso enquanto Núcleo é de ampliar essa programação desenvolvida pela Paulo Freire, mas principalmente esse trabalho de núcleos e práticas de rádio dentro das comunidades que elas têm feito, e a ideia sempre de ampliar através de projetos, eu acho que é um dos grandes papéis, levar rádio, ter essa troca com os comunicadores das comunidades (Silva, 2024, informação verbal).

Em relação a este ponto da participação social, se apresenta como mais um desafio que está atrelado a uma das dimensões de análise (como programação e missão como rádio pública, por exemplo). Este desafio é a implementação de um espaço de participação social (Spenthof, 2013), no caso da UFPE, do Conselho Curador de Comunicação Pública. Este Conselho pode fortalecer a autonomia das emissoras públicas para definir a linha editorial independente dos órgãos de governo, evitando assim as interferências do poder político e do mercado (Bucci, 2015). Nesse sentido, a UFPE parece estar no caminho.

O Conselho já foi idealizado pela Política de Comunicação da UFPE no seu Capítulo VII¹⁵⁵ no qual se estabelece que: “A UFPE constituirá um Conselho Curador de natureza consultiva, avaliativa e deliberativa para as ações de fortalecimento e consolidação desta Política de Comunicação” (UFPE, 2024, p.67). Os objetivos e atribuições do Conselho, indicadas pelo artigo 28º da Política de Comunicação são:

- I - aprovar, anualmente, o plano de trabalho do NTVRU, no qual são definidas a inclusão de programas novos, a manutenção ou não de programas antigos, além das estratégias para a programação de todos os seus veículos, buscando sempre mantê-los alinhados às diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas desta Política de Comunicação;
- II - avaliar, com frequência mínima anual, a programação das emissoras do NTVRU;
- III - recomendar temas e assuntos de interesse público a serem abordados em conteúdos realizados pelos veículos do NTVRU;
- IV - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos do NTVRU;
- V - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos do NTVRU, na forma de recomendações, pareceres, notas técnicas ou relatorias; e
- VI - convidar a Diretoria do NTVRU para dirimir dúvidas e apresentar informações relativas ao cumprimento dos princípios e objetivos do Núcleo (UFPE, 2024, p. 67-68).

Como indica o artigo 29º, o Conselho Curador contará com a participação de doze integrantes titulares e seus respectivos suplentes, sendo seis representantes da Universidade (entre eles: um estudante, um docente, um técnico, um representante do Centro Acadêmico do Agreste e um do Centro Acadêmico de Vitória, e do NTVRU) e seis integrantes de organizações da sociedade civil “escolhidos através de processo eleitoral público” (UFPE, 2024, p. 68).

Vale mencionar que o Regimento interno do NTVRU de 2020 já previa a criação de um Conselho Curador. Do mesmo modo, a Política de Comunicação da Universidade estabelece, como vimos anteriormente, a participação social através do Conselho Curador da Comunicação Pública. Para a coordenadora de programação, Ana Veloso (2024, informação verbal) “a Universidade precisa implementar esse Conselho, que eu acho que vai ser muito

¹⁵⁵ Nas entrevistas realizadas com o superintendente de Comunicação e o diretor do Núcleo de TV e Rádios Universitárias para esta pesquisa, ao ser consultados sobre a implementação do Conselho Curador, eles responderam que, pela greve de técnicos-administrativos e de professores que aconteceu durante 2024, a divulgação e implantação deste órgão de controle e participação social foi adiada e que em 2025 será implantado.

importante até para que a sociedade também se aproprie mais e cobre da gestão”. Na prática da RPF já há indícios da participação da sociedade civil organizada - através da Chamada pública e das consultas informais que a coordenação realiza com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, embora estas consultas aconteçam sem uma regularidade e baseada nas relações pessoais que as coordenadoras têm.

4.9.5. Migração para FM

Um dos desafios que envolve grande parte do apresentado e debatido neste tópico é a migração para FM. A professora Yvana Fachine colocou, no decorrer da entrevista, que a digitalização é o principal desafio da emissora. Além do investimento financeiro que a UFPE precisa disponibilizar para poder executar a migração, por outro lado, este desafio envolve a produção de conteúdos e programas de rádio que sejam capazes de preencher uma grade de programação diversa e diferente da outra emissora FM do NTVRU.

No fim das contas, este desafio inquirir num ponto que aparece em algumas das entrevistas realizadas que é: o que é a Rádio Universitária Paulo Freire? Ela é um laboratório? Um projeto de extensão? Uma emissora do NTVRU? Uma rádio-escola? Ela pode abranger todas essas características e dimensões? Lembremos o que Spenthof (2013) disse sobre as rádios universitárias: funcionam como laboratórios e possuem quatro funções básicas: “a divulgação da produção universitária, a canalização da política de extensão das Universidades, a atividade laboratorial e a democratização da comunicação e do conhecimento” (Spenthof, 2013, p. 153).

Como rádio-escola, emissora universitária que transmite em AM e vinculada à projetos de extensão, compreendemos que estas características potencializam as ações que a RPF pode realizar. Contudo, parte da gestão da UFPE, em vez de considerá-la - ao mesmo tempo - como uma especificidade da emissora e uma vantagem, essa tripla característica e vinculação parece ser uma dificuldade, como se apresenta nas palavras do então superintendente de Comunicação, Bruno Nogueira:

A Rádio Paulo Freire surge como um projeto de extensão, desconectado do Núcleo. Na minha avaliação isso é muito ruim no entendimento que eu tenho hoje, porque o projeto de extensão no fim das contas, ele é do docente e cabe ao docente resolver o que tem que se resolver ali. E isso é ruim para uma emissora de rádio, né? Uma emissora de rádio ela tem que ser uma coisa mais ampla dentro da estrutura da Universidade. [...] Então, [...] eu fiz um esforço muito grande para que houvesse um entendimento de que aquilo ali é parte do nosso conjunto. No entanto, a rádio ao vir para cá, pro CAC - que foi excelente - amplia também um sentido que ela tem de laboratório, de um espaço para os estudantes virem interagir [...] (Nogueira, 2024, informação verbal).

Desde essa tripla vinculação como extensão, inserida dentro do NTVRU e como laboratório (Spenthof, 2013), é possível enxergar as potencialidades desta emissora. Desde o nosso ponto de vista, colocar ênfase nos problemas que surgem dessa tripla vinculação está relacionado com o caráter que a RPF assumiu como rádio-escola. Na entrevista com Igor Cabral, ele problematiza como a definição de rádio-escola muitas vezes tem servido para desvalorizar a programação e os conteúdos produzidos pela emissora.

Tem no nosso slogan, as nossas vinhetas, a gente diz que a rádio-escola da UFPE. [...] Eu acho que a gente precisa pensar um pouquinho o que é que seria uma rádio-escola. Porque da minha formação - imagino que muita gente compartilha essa impressão – quando a gente falava rádio-escola, já pesava um certo estigma, sabe? É um lugar de experimentação, e aí experimentação também como um sinônimo de improviso, de bagunça, de má gestão do funcionamento. E eu acho que isso tem uma relação como a própria Rádio Universitária AM funcionou durante muito tempo (Cabral, 2024, informação verbal).

O coordenador operacional, Igor Cabral, pondera como a RPF mudou a experiência de estágio que os/as estudantes percorrem. Cabral, que durante sua graduação teve um passo pela Universitária AM, comenta que naquela época não havia “uma atividade estruturada, supervisionada para a gente pensar isso enquanto um processo de aprendizagem que ao mesmo tempo rendesse uma produção mais significativa” (Cabral, 2024, informação verbal). E nos outros veículos do NTVRU, as experiências de estágio também não eram muito bem consideradas como momentos de aprendizagem. Por isso, ele avalia de forma positiva as práticas que estão sendo desenvolvidas dentro da RPF.

E aí, para mim, vir pra Rádio Paulo Freire foi uma experiência muito interessante por perceber que a gente estava tentando fazer alguma coisa diferente disso, que era o paradigma dos veículos de comunicação da Universidade da época em que eu era estudante. Tem um espaço onde eu vou ter, meio que curricularizada, incluído dentro do meu curso a passagem e a experiência de produção, de edição, de apresentação de programas, [...] mas mais do que isso, pensar o que que significa essa experiência de estágio diante de um certo perfil de produção de conteúdo, né? (Cabral, 2024, informação verbal).

Esta possibilidade da Universidade oferecer um estágio numa emissora universitária é uma das características que Spenthof (2013) aponta quando define este tipo de rádio como laboratório. Outras características assinaladas por este autor são: a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; a pesquisa; a reciclagem de aprendizado para os professores, dentre outras. Tudo isso possibilita que a experiência, tanto para estudantes, como para professores/as ou servidores/as da IES seja muito enriquecedora. Nesse sentido, para o coordenador operacional da RPF há uma necessidade de subverter a lógica implícita subjacente à ideia de rádio-escola, enxergando as potencialidades que este tipo de emissora pode desenvolver.

Então eu acho muito legal, se a gente de certa forma subverte o que seria a expectativa desse slogan, e pensar: é uma rádio-escola sim, mas o que você entende quando você ouve escola, né? Qual é a sua expectativa do que é que seria uma escola? [...] se você consegue entender que uma escola é um ambiente de formação, diferenciado, talvez você consiga enxergar muito mais potencial numa rádio-escola do que numa rádio não escola (Cabral, 2024, informação verbal).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez feito todo esse percurso pela história da Rádio da Universidade do Recife, Universitária AM e RPF na atualidade, retomamos a nossa pergunta problema: quais os desafios de fazer rádio de caráter público em uma Universidade pública pernambucana?

Como objetivo geral desta pesquisa procuramos compreender o funcionamento da emissora, buscando entender se a RPF é gerida dentro dos conceitos e diretrizes da radiodifusão pública. Como objetivos específicos buscamos descrever as condições de funcionamento da emissora e suas relações institucionais; analisando qual o lugar da RPF na Política de Comunicação traçada pela UFPE; evidenciando a história da Rádio Universidade do Recife para compreender como essa história reflete no funcionamento atual da emissora; indicando caminhos possíveis para uma comunicação pública universitária.

Uma rádio que começou vinculada a um ambicioso projeto de extensão coordenado por Paulo Freire e um grupo de artistas, intelectuais e profissionais que, com o passar do tempo, foi perdendo protagonismo. Inicialmente, com a intervenção, demissão e perseguição da equipe após o golpe militar de 1964; logo com a aparição da TV Universitária (1968) e da FM Universitária (1979). Coincidência ou não, após 1974 (quando se menciona pela primeira vez a compra de um transmissor em FM nas notícias analisadas), começam a aparecer dificuldades na transmissão e problemas com os equipamentos, até que em 1982 começa a se mencionar os contratemplos com a antena. Em 1984, com a desativação da antena, o sinal da Universitária AM foi desligado e só voltou a funcionar após 15 anos, no final de 1999. Esse problema parece persistir no tempo, com outras nuances, quando entre 2022 e 2023 foram furtados os fios de cobre que ligam o transmissor a antena AM. No momento da escrita destas considerações (janeiro de 2025) ainda não havia uma resolução para esta adversidade.

A renomeação como Rádio Paulo Freire (2018) procurou driblar um problema institucional, como a falta de recursos, pessoal e conteúdos, outorgando para a rebatizada emissora o caráter de rádio-escola, compondo seu corpo de produtores/as principalmente por estudantes universitários da UFPE, e colocando à emissora dentro do NTVRU, mas com autonomia na gestão (ao ser vinculada e gerida por professores/as do DCOM). Este vínculo com o DCOM outorga a RPF algumas particularidades, como a eleição de sua coordenação dentro do pleno do departamento, assim como o possível estreitamento de laços entre as disciplinas do departamento e a emissora, por exemplo, na produção de conteúdos sonoros.

Como já foi dito no decorrer deste trabalho, a aprovação do projeto das Residências em Comunicação Popular pode contribuir para solucionar, parcialmente, algumas dificuldades

da RPF. Este financiamento permitirá a aquisição de equipamentos e mobiliários, melhorando a estrutura de trabalho para os/as bolsistas. Por sua vez, no fim de janeiro de 2025, foi disponibilizada uma nova sala contígua à emissora, possibilitando um ambiente de trabalho mais adequado para a equipe.

Em relação aos eixos que Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p.9) abordam para avaliar a qualidade da Radiodifusão Pública, observamos no decorrer do trabalho que a independência editorial é garantida a partir dos próprios mecanismos de funcionamento da Universidade como Resolução 02/2018 da CONSAD, assim como o Regimento interno do NTVRU. Em relação às decisões editoriais, a não ingerência é mencionada nas entrevistas com os respectivos gestores (reitor, diretor do NTVRU e superintendente de Comunicação) e por parte da coordenação da RPF. Lembramos que tanto para Gianelli (2019) como para Fachine (2024) as emissoras universitárias são espaços mais democráticos e complexos. No entanto, no nível financeiro, por seu próprio caráter de veículo de comunicação universitária, a RPF depende fortemente do orçamento da Universidade, apesar da equipe procurar outras vias alternativas de financiamentos como editais públicos.

Podemos mencionar que a equipe da RPF tem clareza sobre o papel da rádio como emissora pública. Isso está ressaltado nas entrevistas realizadas, tanto com a equipe, como com os gestores. Da mesma forma, essa questão fica evidente nos dois documentos que estabelecem a organização e funcionamento da rádio, assim como na Política de Comunicação da UFPE.

Em relação aos requisitos que a UNESCO (2006) estabelece para este tipo de serviço de radiodifusão, indicamos que a RPF tem dificuldades em cumprir o requisito da universalidade - entendida como serviço de radiodifusão que deve estar disponível para todos os cidadãos, sem diferenciação de classe social, por exemplo - enquanto a grade de programação não oferece programas para alguns tipos de público, como pessoas idosas e infantes. Da mesma forma, consideramos que este princípio se vê comprometido enquanto a emissora estiver sem transmissão pelas ondas eletromagnéticas. É urgente que os órgãos competentes resolvam a questão da antena AM e/ou da migração para FM. A programação se apresenta como plural e diversa, com uma preocupação em trazer para os diferentes programas da grade da emissora, vozes de grupos sub-representados e ausentes nas mídias hegemônicas. Também podemos considerar que há independência e diferenciação (UNESCO, 2006) na programação, enquanto parte da grade é composta por programas feitos por produções independentes, ampliando a diversidade de vozes, fontes, pautas e abordagens.

Porém, a equipe da RPF aparenta ter dificuldades - até por falta de pessoal - com a experimentação em relação à gêneros e formatos. Nesse sentido, um dos caminhos possíveis é retomar o caráter experimental dos passos iniciais da radiodifusão educativa (Gianelli, 2019). E na história da rádio AM da UFPE houve exemplos que parecem ter dado certo, como o programa “No mundo da ciência” de Jarbas Maciel. Segundo os depoimentos, foi sucesso de público a partir do uso dos diversos elementos da linguagem radiofônica com o gênero da ficção científica. Retomar esse uso experimental (Temer *et al*, 2019) das possibilidades dos formatos e gêneros radiofônicos poderia contribuir para tentar subsanar o que Cabral (2024) e Weller (2024) colocaram como problema/desafio: a forma como uma rádio universitária e pública se comunica com seu público. Por sua vez, reconhecemos a importância da manutenção e sistematicidade da Chamada pública que, apesar de não oferecer recursos financeiros nem de suporte para a produção, gravação e edição, conta com uma relevante participação da sociedade civil e contribui para que a RPF tenha uma grade ampla e diversificada.

A relevância da Chamada pública também diz respeito à participação social dentro da emissora, enquanto o Conselho Curador da Comunicação Pública ainda não está em funcionamento. Autores como Bianco, Pinheiro e Lopez (2024) e Spenthof (2013) alertam às emissoras universitárias sobre a necessidade de propor e manter espaços de participação e controle social. Neste sentido, tanto a RPF como os outros veículos de comunicação integrantes do NTVRU estão um passo à frente de outras emissoras universitárias, com a iminente implantação do Conselho Curador de Comunicação Pública, determinada pela Política de Comunicação (2024) da instituição.

Por último, entendemos que o desafio principal da Rádio Paulo Freire é a migração para FM. Este desafio envolve outras dimensões, como a necessidade de mais funcionários (técnicos, estudantes, produtores independentes), a ampliação da grade de programação e do espaço de funcionamento da emissora, assim como a questão do financiamento da RPF. Além da discussão sobre o investimento para a mudança de frequência e adequação dos equipamentos e espaço, está o entendimento do que é a RPF: laboratório, rádio pública, rádio-escola, projeto de extensão? Se a rádio for considerada um projeto de extensão e até um laboratório não precisa fazer um investimento de migração para FM para poder dar conta de sua missão. Com a estrutura atualmente disponível utilizando o *streaming*, seria suficiente. Contudo, ao recontar parte da história da Rádio Universidade do Recife e da Rádio Paulo Freire defendemos que a emissora pode dar conta desses três lugares diferentes. Vinculada à extensão, por toda sua história junto ao Serviço de Extensão Cultural, e com participação

ativa das comunidades e sociedade civil organizada; como laboratório, enquanto funciona como rádio-escola, para formar estudantes; e como veículo de radiodifusão pública, detentora de uma outorga AM e em processo de migração para FM, com liberdade editorial, autonomia e espaço de participação e de controle social.

Do mesmo modo, consideramos que a RPF mantém o legado da Rádio Universidade do Recife, que trazia debates importantes sobre cultura popular, atualidade política e econômica, o investimento precisa ser feito, o quanto antes. Novamente ecoam Kischinhevsky (2019), Spenthof (2013) e Fachine (2024), quando manifestam questionamentos aos gestores que não compreendem as rádios universitárias como espaços importantes para promover o debate público.

Acreditamos que esta pesquisa ofereceu uma análise do funcionamento da emissora que pode ser útil para os/as novos/as colaboradores, estudantes, professores e profissionais que, de alguma forma, se vinculam com a RPF. Indicamos, a modo de continuidade da pesquisa, a possibilidade de analisar as Residências em Comunicação Popular que serão implementadas durante o ano de 2025, pesquisa-ação que irá estabelecer um fluxo de trabalho com comunicadores populares da Região Metropolitana do Recife, possibilitando o aprendizado conjunto (tanto para os coletivos de comunicação, como para emissora) e a produção de conteúdos que refletem os interesses e perspectivas das comunidades. Um outro possível desdobramento da pesquisa seria, a partir das dimensões de análise elaboradas para este trabalho, realizar um estudo similar nos outros veículos do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias da própria Universidade.

REFERÊNCIAS

- ASSESSORIA de Comunicação do Ministério das Comunicações. **Entenda como funciona a concessão de outorgas para o funcionamento de rádios e TVs.** [recurso on-line] 01 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/outubro/entenda-como-funciona-a-concessao-d-e-outorgas-para-o-funcionamento-de-radios-e-tvs> Acesso em: 05 abr. 2024
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. **Perguntas frequentes sobre a outorga de radiodifusão comercial.** [recurso on-line] Disponível em: https://abert.org.br/pdf/2022/Perguntas_freq_comercial.pdf Acesso em: 05 abr. 2024
- ANGEIRAS, Maria C. d. A. **TVU, canal 11: a primeira TV educativa do Brasil.** Recife: Editora da UFPE, 2021.
- BANDEIRA, Olivia; MENDES, Gyssele; PASTI, André (orgs.). **Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais.** São Paulo: Veneta, 2023.
- BEST, John W. **Cómo investigar en educación.** 2. ed. Madrid: Morata, 1972. Capítulo 7.
- BIANCO, Nélia R. Del; PINHEIRO, Elton B.; LOPEZ, Débora C. Posicionamiento de las radios universitarias brasileñas ante el público: tensiones entre las dimensiones pública, institucional y educativa. **Quadernos del CAC**, 50, p. 87-100. Out. 2024. doi: <https://doi.org/10.60940/qcac50id431856>
- BRAGA, Aline; MAIA, Iano. Comunicação pública é forte pilar para os desafios democráticos do presente. **Le Monde Diplomatique Brasil.** 26 jun. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comunicacao-publica-desafios-democraticos/> Acesso em: 07 ago. 2024.
- BRANDÃO, Elizabeth P. Conceito de comunicação pública. *In:* DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público.** São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-33.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 27 mar. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 8.139, de 07 de novembro de 2013.** Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm Acesso em: 14 mar. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 10.664, de 31 de março de 2021.** Altera o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço, e o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia,

BUENO, Wilson d. C. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. *In*: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p.134-153.

CABRAL FILHO, Adilson V. A complementaridade como princípio indutor de simetria nas Políticas de Comunicação (2022). *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 31º, 2022. **Anais** [...] Imperatriz: Compós, 2022. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2022/09/galoa-proceedings-compos-2022-.pdf> Acesso em: 24 ago. 2024.

CABRAL, Igor [out. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (132 min.).

CARVALHO, Mariana de. Considerações Sobre o Princípio da Complementaridade dos Sistemas Privado, Público e Estatal de Radiodifusão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33º, 2010. **Anais** [...] Caxias do Sul: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3272-1.pdf> Acesso em: 24 ago. 2024.

DEUS, Sandra de. Rádios Universitárias Públicas: compromisso com a sociedade e com a informação. *In*: **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, nº 2, p. 327-338. jul/dez 2003.

DIEESE. **Financiamento das Universidades Federais no Brasil entre 2010 e 2022**: uma abordagem preliminar. Brasília, fev. 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2024/01/Dieese%20Estudo.pdf> Acesso em: 23 jul. 2024.

DIONÍZIO, Priscila M. **Para que serve a EBC?** A configuração de um problema público a partir do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação. 2022. 223 f(s). Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. p. 62-83.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. *In*: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p.59-71.

DUARTE, Márcia. Comunicação e cidadania. *In*: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p.95-115.

ESTUDANTE 1 [out. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (39 min.).

ESTUDANTE 2 [nov. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

FECHINE, Yvana; MELO, Paula Reis; VELOSO, Ana; SANTOS, Roberta Lira dos; FERREIRA, Erika Simona dos Santos; LACERDA, Kennedy; ARAUJO, Willian; APOLÔNIO, Catarina; CABRERA, Gustavo; CABRAL, Igor; BAHÉ, Isabel. Da Rádio Universidade à Rádio Paulo Freire: o golpe no sonho. *In: Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 76-96, jul./dez. 2024

FECHINE, Yvana [nov. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (78 min.).

FERRARETTO, Luiz A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FERRARETTO, Luiz A. Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio. *In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs). Teorias do Rádio: Textos e contextos - volume II*. Florianópolis: Insular, 2008. p.27-36.

FERRARETTO, Luiz A. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. *In: Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Comunicación y de la Información*. Vol XIV, nº2, mai.-ago., 2012. p.1-24. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/418/332> Acesso em 14 ago. 2024.

FONSECA, João José S. d. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Ana L. UFRGS 85 ANOS: Armando Albuquerque. **UFRGS**. 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/especiaisradio/2019/11/28/ufrgs-85-anos-armando-albuquerque/> Acesso em: 14 ago. 2024.

GIANELLI, Carlos G. d. S. Do experimental ao comercial: o desenvolvimento da legislação nos primeiros tempos do Rádio no Brasil. *In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) Rádios Universitárias: experiências e perspectivas*. Editora do CCTA: João Pessoa, 2019. p.165-181.

GOBBI, M. C.; GODOY, J. M. D.; NAVARRO, T. d. S. Para além das tentativas de desmonte da EBC: reflexões propositivas sobre a comunicação pública brasileira. *In: ALCEU, 18(37)*, 2018, p.104–124. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v19.ed37.2018.96>. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/96> Acesso em: 22 mai. 2024

GOLIN, Cida; FREITAS, Ana Laura C. d. A gênese de uma emissora pioneira na década de 1950: apontamentos para uma história cultural da rádio da universidade (UFRGS). *In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) Rádios Universitárias: experiências e perspectivas*. Editora do CCTA: João Pessoa, 2019. p.146-164.

GOMES, Alfredo [out. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (21 min).

GOMES, Nilma L. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. *In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (Orgs.) O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25458/1/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%c3%aanero.pdf#page=35> Acesso em: 06 ago. 2024

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968. Capítulos 2 e 5.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Construir conhecimento para democratizar a Comunicação. *In*: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) **Rádios Universitárias: experiências e perspectivas**. Editora do CCTA: João Pessoa, 2019. p.11-15.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Cultura da portabilidade: Novos usos do rádio e sociabilidades em mídia sonora. *In*: **Observatorio (OBS*) Journal**, 8, 2009, p. 223-238. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/271/241> Acesso em: 14 ago. 2024.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; VALE, Scarlat S. G. do. Rádios universitárias no Brasil - Diversidade de estruturas e desafios à gestão. *In*: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) **Rádios Universitárias: experiências e perspectivas**. Editora do CCTA: João Pessoa, 2019. p.61-77

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e Mídias Sociais: Mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; MACHADO, Lara; RANCAN, Ludmila. Rádios universitárias no Brasil: expansão em risco. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45º, 2022. **Anais [...]** João Pessoa: Intercom, 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0802202218023162e990e767645.pdf> Acesso em: 20 jul. 2024.

KOÇOUSKI, Marina. **A comunicação pública face ao dever estatal de informar: pra não dizer que não falei das flores: estudo de caso do Incra-SP**. 2012. 235 f(s). Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo, 2012.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. *In*: MATOS, Heloiza (org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 41-58.

KUCINSKI, Bernardo. Apresentação. *In*: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007. p.xi-xiv.

LIEDTKE, Paulo F. EBC: O governo interino Temer e o golpe na comunicação pública. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39º, 2016. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1385-1.pdf> Acesso em: 07 ago. 2024.

LIMA, Cecília A.; FECHINE, Yvana; VELOSO, Ana; MELO, Paula R.; DANTAS, Ivo H. O

rádio expandido no enfrentamento à pandemia de Covid-19: a experiência da Rádio Universitária Paulo Freire. *In: Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 12, n. 01, p. 58-90, jan./abr. 2021.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Regulação da radiodifusão educativa**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2011. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notastecnicas/areas-da-conle/tema4/2011_63.pdf Acesso em: 19 mar. 2024.

MACÊDO, Rúbia de O. **A contribuição do Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL para a educação de adultos no Brasil no período do regime militar**. 2014. 49 f. Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE, João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14051/1/PSL02052018.pdf> Acesso em: 16 dez. 2024

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Memória do rádio**. Recife: Editora da UFPE, 2000.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. *In: DUARTE, Jorge (org.) Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 47-58.

MARCONI, Marina d. A.; LAKATOS, Maria Eva. **Fundamentos de metodologia científica** 1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZOCCO, Fabricio. Comunicação Pública: um conceito em construção. *In: LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO (LABJOR) ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Campinas (SP), 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comunicacao-publica-um-conceito-em-construcao/> Acesso em: 19 mar. 2024.

MESQUITA, Giovana; BORGES, Sheila; GOUVEIA, Diego; BARBOSA. Rádios Comunitárias só no nome: um panorama das rádios comunitárias no Agreste pernambucano. *In: COSTA FILHO, Ismar Capistrano (org.) Rádios Comunitárias no Brasil: resistências, lutas e desafios*. Curitiba: Appris, 2020. p.127-148.

MESQUITA, Giovana B.; CHRISTIANSEN, Gustavo C. Uma Rádio Universitária Reconfigurada: A experiência da emissora criada pelo educador Paulo Freire. *In: Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* (ISSN 1807- 3026), São Paulo, V.22, n. 44 Set./Dez. 2023.

MOREIRA, Sonia V. Análise documental como método e como técnica. *In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. p.269 - 279.

MOREIRA, Sonia V. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

MUSTAFÁ, Izani; MARTIN-PENA, Daniel; KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádios universitárias no Brasil e na Espanha, uma abordagem comparativa. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 43º, 2020. *Anais [...]* Virtual:

Intercom, 2020. Disponível em:
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0578-1.pdf> Acesso em: 20 dez. 2024.

NITAHARA, Akemi. Rádio MEC: 100 anos de radiodifusão pública no Brasil. *In: Revista ALTERJOR*. São Paulo, ano 14, vol. 02, ed. 28, p. 07-36, jul.-dez. 2023.

NOGUEIRA, Bruno [out. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (85 min.).

NTVRU. **Regimento interno do Núcleo de TV e Rádios Universitárias da UFPE**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/39062/2874080/REGIMENTO+INTERNO+NTVRU+2020+%281%29.pdf/30289798-13b6-4ac7-9611-49d7cd803754> Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, Arthur A. d.; NAPOLITANO, Carlo J. Análise das políticas públicas de desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC): o declínio da comunicação pública. *In: Revista Bras. Inic. Cient. Com. Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 21-35, jan./mar. 2023.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília M. K. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa**. Vitória: Edufes, 2024.

PERUZZO, Cicília M. K. Observação participante e pesquisa-ação. *In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. p. 125-145.

PIERANTI, Octavio P. Expansão do Rádio Universitário no Brasil: uma comparação entre as políticas públicas dos governos Dilma e Temer. *In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) Rádios Universitárias: experiências e perspectivas*. Editora do CCTA: João Pessoa, 2019, p. 41-60.

PLENÁRIA cobra participação social na EBC ao governo Lula. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. 30 jun. 2024. Disponível em:
<https://fndc.org.br/plenaria-cobra-participacao-social-na-ebc-ao-governo-lula/> Acesso em: 06 ago. 2024.

QUADROS, Mariane S. d. **A pioneira das emissoras universitárias brasileiras**: uma história da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2024. 211 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2024. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/275442/001201538.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 dez. 2024.

RÁDIO PAULO FREIRE. Princípios. [recurso on-line] 2025. Disponível em:
<https://sites.ufpe.br/rpf/sobre-a-rpf/> Acesso em: 13 jan. 2025.

REIS, Paula [out. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (66 min.).

SANTOS, Maria. R. S.; MUSSE, Ricardo; CATANI, Afrânio M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. *In: Revista Eletrônica de Educação*, v.14, 1-19, jan./dez. 2020. ISSN 1982-7199 DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994563>

SILVA, Juarez da [nov. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (17 min.).

SOUSA, Marquilandés B. d. **Rádio e propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SPENTHOF, Edson L. A importância das rádios e TVs universitárias como laboratórios. *In: Comunicação & Informação*, Goiânia, Goiás, v. 1, n. 1, p. 153–166, 2013. DOI: 10.5216/c&i.v1i1.22755. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22755>. Acesso em: 31 mai. 2024.

STUMPF, Ida R. Pesquisa bibliográfica. *In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. p. 51-61.

TEMER, Ana C.; ESCH, Carlos E.; REBOUÇAS, Edgard; MALCHER, Maria A.; PRATA, Nair; DEL BIANCO, Nelia R.; LOPES, Suzana C.; ZUCULOTO, Valci. Mapeamento das condições de funcionamento de rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior. *In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) Rádios Universitárias: experiências e perspectivas*. Editora do CCTA: João Pessoa, 2019. p.17-40.

UFPE. **Resolução nº 02/2018, aprovada em 16 de novembro de 2018**. Disciplina o funcionamento e a gestão da Rádio Universitária 820 AM da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Conselho de Administração da UFPE, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://ead.ufpe.br/documents/398575/1383356/Res+2018+02+CONSAD.pdf/8e149c5a-4406-4476-a507-6f4385dac994> Acesso em: 20 ago. 2024.

UFPE. **Resolução nº 02, de 12 de abril de 2024**. Estabelece a Política de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Boletim Oficial da UFPE, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/3469311/0/Pol%C3%ADtica+de+Comunica%C3%A7%C3%A3o+da+UFPE.pdf/fd122847-eaf3-48b4-a6ed-048f1377d686> Acesso em: 10 out. 2024.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas**. San José (Costa Rica): Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

UNIVERSO das Emissoras Públicas: Rede de Rádios Universitárias do Brasil completa seis anos em 2024 e nova presidenta planeja aumentar parcerias. **Jornal da USP**. 26 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/universo-das-emissoras-publicas-rede-de-rádios-universitarias-do-brasil-completa-seis-anos-em-2024-e-nova-presidenta-planeja-aumentar-parcerias/> Acesso em: 20 jan. 2025.

VALENTE, Jonas. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. *In: Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro.* São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009. p. 25-46.

VALENTE, Jonas. Sistema público de comunicação do Brasil. *In: Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro.* São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009. p. 269-290.

VELOSO, Ana; BORGES, Sheila; REIS, Paula; FECHINE, Yvana; GOUVEIA, Diego. Rádios Universitárias da UFPE: rádios escolas e espaços para democratização da comunicação. *In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (orgs.) Rádios Universitárias: experiências e perspectivas.* Editora do CCTA: João Pessoa, 2019. p. 216-236.

VELOSO, Ana [nov. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (33 min.).

VERAS, Dimas B. **Sociabilidades letradas no Recife:** A revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

VERAS, Dimas B. A experiência da esperança: um “Golpe na Alma” da intelectualidade brasileira pós 1964. *In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.*

WELLER, Fernando [nov. 2024]. Entrevistador: Gustavo Cabrera Christiansen. Recife, 2024. 1 arquivo .mp3 (22 min.).

ZÉMOR, Pierre. *La Communication Publique.* 1995. Traduzido por Elizabeth Brandão (2003)

ZÉMOR, Pierre. Como anda a comunicação pública? *In: Revista do Serviço Público, Brasília 60 (2): 189-195 Abr/Jun 2009.*

ZUCULOTO, Valci. **A programação de rádios públicas brasileiras.** Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. Universidade do Minho: LASICS (Laboratório de Sistemas de Informação para a Investigação em Ciências Sociais). 27 jul. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229419977.pdf> Acesso em: 02 maio 2024.

Textos de Jornais - Pesquisa Documental

ALCÂNTARA, Marco. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 272, p.04, 19 dez. 1963a.

ALCÂNTARA, Marco. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 276, p.04, 24 dez. 1963b.

ALCÂNTARA, Marco. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 13, p. 04, 16 jan. 1964a.

ALCÂNTARA, Marco. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 61, p. 04, 14 mar. 1964b.

ALVES, José Constantino. A Rádio Universitária. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 291, 23 out. 1984. Cartas à redação, p. A-6.

AS Curtas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 89, p. C-4, 02 abr. 1980.

AUSTREGÉSILO, José Mário. Radialistas. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 157, 12 jun. 1976. Cartas à redação, p. 04

CALDAS, Paulo F. L. Programação radiofônica. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 275, 10 out. 1979. Cartas à redação, p. A-10.

CAVALCANTI, Vanildo B. Informativos da TV e Rádio Universitários. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 266, p. 04, 03 out. 1973.

CONCERTOS. **Última hora**, Recife, ed. 150, p. 06, 16 nov. 1962.

CRAVEIRO, Paulo F. Outra FM. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 252, p. A-6, 16 set. 1978.

CRAVEIRO, Paulo F. Rádio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 253, p. A-6, 15 set. 1982.

CRAVEIRO, Paulo F. Rádio Universitária vai voltar dentro de horas. **Diário de Pernambuco**, Recife, Segundo Caderno, ed. 223, p. 09, 21 ago. 1974.

CRAVEIRO, Paulo F. Volta breve. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 222, p. A-6, 13 ago. 1983.

DIRETOR crê na ascensão das emissoras educativas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 63, p. A-19, 06 mar. 1983.

EMISSORA da UFPE vai ao ar em FM. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 278, p. B-8, 13 out. 1979.

ESTUDANTES farão programa na Rádio da Universidade. **Última hora**, Recife, ed. 506, p. 03, 15 dez. 1963.

FALCÃO, Aluizio. A Rádio Universidade. **Última hora**, Recife, ed. 513, p. 03, 21 dez. 1963.

FM-Universitária. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 84, p. C-4, 28 mar. 1980.

FREYRE, Gilberto. O caso da Universidade do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 100, p. 4, 03 maio 1964.

INAUGURAÇÃO. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 132, p. B-5, 17 maio 1982.

JORNAL do Rádio. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 271, p. C-4, 06 out. 1979.

JORNAL do Rádio. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 61, p. C-4, 04 mar. 1980.

LEITE, Adeth. Rádio Universitária. **Diário de Pernambuco**, Recife, Segundo Caderno, ed. 15, p. 05, 17 jan. 1970.

MOBRAL quer 4 milhões alfabetizados no país. **Diario de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 184, p. 07, 04 ago. 1972.

RÁDIO Universidade identificada com a cultura regional comemora revolução. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 75, capa, 02 abr. 1965.

RÁDIO universidade funcionará a tarde a partir de julho. **Diario de Pernambuco**, Recife, Segundo caderno, ed. 121, p.04, 30 abr. 1965.

RÁDIO Universidade. **Última Hora**, Recife, ed. 575, p. 08, 05 mar. 1964.

RÁDIO Universitária. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 339, p. B-6, 11 dez. 1983.

RÁDIO Universitária fora do ar. **Diário de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 212, p. 05, 10 ago. 1974.

REEQUIPAMENTO. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 284, p. B-9, 16 out. 1982.

REIS, Cleofas. Ainda a Rádio Universitária. **Diario de Pernambuco**, Recife, Segundo Caderno, ed. 126, p. 13, 13 maio 1973a.

REIS, Cleofas. De novo a Rádio Universitária. **Diario de Pernambuco**, Recife, Segundo Caderno, ed. 147, p. 21, 03 jun. 1973b.

REIS, Cleofas. Rádio Universitária. **Diario de Pernambuco**, Recife, Segundo Caderno, ed. 119, p. 16, 06 maio 1973c.

REITOR defende-se de críticas à sua atuação na UR. **Diario de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed.101, p.03, 05 maio 1964.

RENOVAÇÃO. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 24, p. A-20, 25 jan. 1987.

ROCHA, Leduar de Assis. Radios Universitários. **Diario de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, Vida Escolar, ed. 134, p. 14, 15 jun. 1958.

SOBRAL, João Alberto. FM. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 267, p. C-3, 02 out. 1979.

SOBRAL, João Alberto. Recorde. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 89, p. B-03, 02 abr. 1987.

UNIVERSIDADE cria novo serviço de extensão cultural. **Diario de Pernambuco**, Recife, Primeiro Caderno, ed. 74, p. 03, 01 abr. 1962.

UNIVERSITÁRIA AM. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 36, p. B-2, 05 fev. 1983.

UNIVERSITÁRIA AM. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 195, p. B-2, 17 jul. 1983.

VOLTA ao ar. **Diario de Pernambuco**, Recife, ed. 163, p. B-2, 15 jun. 1983.

XXX **Diario de Pernambuco**. Primeiro Caderno, ed. 267, p. 08, 19 nov. 1971.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADORA GERAL E PEDAGÓGICA DA RPF

-Qual é o seu nome e a sua formação?

-E qual é seu vínculo institucional com a Universidade Federal de Pernambuco?

-E dentro da Rádio Paulo Freire?

-E há quanto tempo que você é coordenadora ou que está vinculada a Rádio Paulo Freire?

-Me conta um pouco assim rápido -eu sei que a história é longa- mas como você chega na rádio, como é esse momento de reformulação da emissora e demais.

-Atualmente, quantos servidores efetivos possui a Paulo Freire?

-E bolsistas, e estagiários?

-E tem prestador de serviço? Alguma pessoa contratada?

-E quantos professores atuam na supervisão dos alunos?

-E vocês como professoras responsáveis, como se organizam e dividem as funções?

-E a equipe como é distribuída, na produção de conteúdo, na locução, como fazem essa divisão das tarefas para a equipe geral?

-E como essa participação dos estudantes na rádio. Acho que é além da produção, eles tem outra participação, os estudantes?

-A Rádio Paulo Freire tendo esse caráter de rádio escola, como para você acontece esse processo pedagógico, como se dá esse processo pedagógico?

-Sobre a programação agora, entrando na programação, como é montada a programação da emissora?

-Certo, e quais são os tipos de programa transmitidos na rádio?

-Os ouvintes conseguem participar da programação? No caso, de que formas?

-Existe algum conselho consultivo ou administrativo com participação de representantes da sociedade civil para avaliar a programação?

-Poderia me falar sobre criação do Conselho Consultor da Comunicação Pública?

-Em relação aos indicadores, tem um que é sobre a diversidade cultural e as perguntas vão nesse sentido agora. A grande incluiu programas destinados a públicos de idades diversas?

-E a grade inclui programas destinados para públicos de regiões geográficas diversas?

-A grade reflete a diversidade de identidades étnicas, religiosas, populares, de orientação sexual, de preferências estéticas presentes na sociedade?

-Existe algum tipo de orientação ou manual relacionado a essa questão da diversidade?

-Sobre jornalismo, a emissora tem uma grade definida de programas jornalísticos?

- E se você tivesse que definir o tipo de jornalismo que a Paulo Freire faz, como seria que você definiria?
- E o cidadão e as comunidades são protagonistas das notícias, desse tipo de coberturas e dos debates que veiculam na Paulo Freire.
- No caso de acontecer, a emissora se corrige publicamente quando alguma reportagem, noticiário documentário, deixa passar inadvertidamente um erro, um conteúdo de proselitismo político ou religioso?
- A Paulo Freire tenta incluir os diversos pontos de vista nos debates promovidos pela emissora?
- E aí as fontes ouvidas para as reportagens, para os programas, refletem os padrões da diversidade que pautam a visão geral da programação geral da emissora?
- É sobre a gestão da emissora agora, como é o processo de escolha da coordenação da emissora?
- Nesse processo da escolha, tem indicação pela reitoria?
- Dentro da coordenação da emissora, você tem liberação de carga horária, vocês tem algum tipo de benefício?
- E como são tomadas as decisões dentro da da emissora? É um grupo colegiado?
- E há reuniões periódicas entre a direção e os servidores técnicos para essa troca de informações, sugestões sobre, sobre a gestão?
- Tem um indicador sobre a questão da transparência. Eu vou perguntar algumas coisas em relação a esse item. A emissora tem missão, valores, objetivos e visão que consta em algum documento claro e oficial para orientar sua ação cultural?
- E como foram estabelecidos esses valores, visão?
- E esses fundamentos são revisados regularmente ou atualizados?
- Tem critério de avaliação da equipe?
- Existe plano de carreira para os funcionários?
- Agora sobre a questão do financiamento, quais são as fontes de financiamento da Paulo Freire?
- E além de editais, tem algum outro tipo de captação? Projetos de extensão, orçamento de fundação?
- E tem algum tipo de parceria com a iniciativa privada? Apoio cultural? Patrocínio institucional de órgãos públicos?
- E caso alguém chegasse, caso uma empresa privada, você poderia ou não poderia transmitir publicidade?

- E agora é uma pergunta que acho um pouco você já respondeu, mas a verba disponível é suficiente ou insuficiente para contratar funcionário, técnico, serviço, adquirir equipamento?
- E vocês procuram soluções alternativas a essa falta de investimento?
- A emissora se encontra a salvo de contingenciamentos e outras formas de pressão governamental?
- E há algum tipo de financiamento vinculado aos ouvintes, participação voluntária do público, tipo 'quero doar dinheiro para a Paulo Freire'?
- E existe alguma área de captação de recursos?
- Tem ombudsman ou ouvidoria, a rádio tem?
- E existe uma comunicação interativa com o ouvinte que deseja discutir a programação, as decisões editoriais?
- A rádio tem presença permanente nas redes sociais?
- Tem páginas próprias também?
- E os programas da grade tem página nas redes sociais?
- O raio de cobertura da emissora em seu funcionamento ideal como AM, qual é a cobertura, sabe?
- E aí essa questão tanto da antena AM como da migração para FM, depende de quem? Quem é que tem que apresentar esse plano técnico? E a rádio tem instalações e equipes distribuídas em todos os campis da UFPE?
- Tem equipes e instalações distribuídas pelos campis da UFPE?
- Há produções culturais ou jornalísticas que contemplam as diversas cidades ou regiões onde a UFPE funciona?
- E a emissora tem convênios ou uma política de colaboração com outras emissoras públicas nacionais ou internacionais?
- A emissora tem algum tipo de aplicativo para dispositivos móveis?
- E a emissora tem um política definida de uso de novas tecnologias e consegue se manter atualizada nesse quesito?
- A rádio possui sede própria?
- Quais são as reformas que precisa?
- Há algum tipo de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais?
- Agora a gente está entrando na parte final. Quais são, desde seu entendimento, os benefícios ou as dificuldades consequentes da mudança de frequência?
- Como é o vínculo com o Núcleo de Rádio e TV Universitária?

-E com a Supercom? Tem a Reitoria, depois tem a Supercom, que é uma superintendência da Reitoria, e o Núcleo que meio que depende da Supercom, mas também a Rádio Paulo Freire tem esse autonomia. Então queria entender um pouco isso.

-Já entrando no final das perguntas, quais são as dificuldades para manter uma rádio em funcionamento, como você observa, como você percebe?

-Como a coordenação da emissora pensa a comunicação pública?

-Por último, quais os desafios de fazer rádio de caráter público numa universidade pública pernambucana?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADORA DO LIS

- Para começar me diga seu nome e a sua formação?
- E qual é seu vínculo institucional com a Universidade Federal de Pernambuco?
- Me diga também qual é sua função dentro da emissora Paulo Freire.
- Como você chegou na rádio?
- Em relação à equipe, acho que em relação às professoras que estão na gestão, que estão na equipe como que se organizam e dividem as funções entre vocês?
- Mas essa divisão de funções não está no papel?
- Tem redução de carga horária?
- Como é a participação, desde seu ponto de vista, dos estudantes na rádio?
- Qual é o papel dos técnicos?
- E qual o perfil dos técnicos
- Sobre a questão da programação, queria tu me contasse um pouquinho como vocês montam a programação, como vocês pensam a programação?
- E a chamada pública, os programas da chamada pública? Como você avalia? Como é o perfil?
- Como que está essa questão da antena AM, da retomada da transmissão?
- Sobre a rádio como rádio pública, como vocês pensam a radiodifusão pública?
- Quais os desafios de fazer rádio de caráter pública numa universidade pública em Pernambuco?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADORA DE PROGRAMAÇÃO

- Para começar me diga seu nome e a sua formação?
- E qual é seu vínculo institucional com a Universidade Federal de Pernambuco?
- Me diga também qual é sua função dentro da emissora Paulo Freire.
- Como você chegou na rádio?
- Como é que pensam e montam a programação da rádio?
- E os programas próprios, produzidos pela própria rádio, quais são, qual o perfil desses programas?
- E os programas vinculados ao departamento de Comunicação?
- E a chamada pública, quais são os programas que participam ou que já participaram?
- Queria lhe perguntar sobre a radiodifusão pública, se a Paulo Freire faz radiodifusão pública?
- Qual é a função da rádio para a sociedade?
- Desde seu ponto de vista, quais os desafios de fazer rádio de caráter público numa universidade pública pernambucana?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO

- Para começar me diga seu nome e a sua formação?
- E qual é seu vínculo institucional com a Universidade Federal de Pernambuco?
- E a quanto tempo está como superintendente de Comunicação?
- E qual é a função da superintendência de Comunicação aqui para a universidade?
- Esse ano foi definida a Política de Comunicação da universidade, você pode me dizer quais são as principais diretrizes da política?
- E qual é a definição assim ampla da comunicação pública que é a supercom ou que a política estabelece?
- E quais seriam esses instrumentos de participação? Porque eu vi que a política tem, instala o Conselho Curador da Comunicação Pública?
- E esse mecanismo ainda está no processo?
- E quais têm sido as ações de Comunicação pública desenvolvidas pela Universidade?
- Como está essa questão da AM em relação a torre, da fiação, o que está faltando?
- E o processo de migração para a FM?
- Para a Supercom, para a Política de Comunicação qual é a função da Rádio Paulo Freire?
- Queria saber se você têm ingerência sobre a Rádio Paulo Freire, sobre as decisões editoriais, sobre a grade?
- Você poderia me informar os recursos financeiros destinados ao funcionamento da Paulo Freire?
- Quais os desafios de fazer rádio de caráter público numa universidade pública aqui em Pernambuco?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA EX-ESTAGIÁRIO

-Me diga seu nome, por favor?

-Qual é a sua formação?

-Me conta um pouco quanto tempo tu trabalhou na rádio Paulo Freire?

-Quais eram as tarefas e responsabilidades dentro da emissora? Essas tarefas foram mudando com o tempo ou desde o começo até o final nesses três anos e pouco que tu passou foram as mesmas?

-Como que se dava a interação entre os saberes que você estudava, entre os saberes mais teóricos e os saberes práticos?

-Como se dividiam as tarefas dentro da equipe da rádio, quais eram as tarefas e como se dividiam?

-Como era a participação dos outros estudantes dentro da emissora e também como era a interação entre vocês, os estudantes?

-Quando chegava um estudante novo, como era essa interação com esse estudante?

-O processo pedagógico de ensino aprendizagem, como acontece dentro da rádio-escola?

-Como era montada a programação da emissora?

-E quem define ou como se define o que vai ao ar?

-Quais são os tipos de programas transmitidos? Eram culturais, educativos, jornalísticos, quais os formatos musicais?

Os ouvintes podiam participar da programação?

-Qual é o vínculo das disciplinas do departamento de Comunicação com a emissora?

-Como é gerida a Paulo Freire?

-Os estudantes participam de alguma forma dessa gestão?

-Sobre o espaço da emissora, você acha que ela está instalada em forma parcialmente adequada, ou está ótima ou tá ruim? Como é essa questão do espaço?

-E enquanto aos equipamentos têm computadores para todo mundo?

-O espaço da emissora hoje é acessível para pessoas com necessidades especiais?

A nível de recursos multimídia e demais a rádio tem um site né? Como é utilizado esse site?

E em relação às redes sociais?

-Como você enxerga ou percebe a rádio como rádio pública?

-Para você, qual é a função de uma rádio universitária?

-Qual você acha que são os desafios de se fazer rádio de caráter público numa universidade pública pernambucana?

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA ESTAGIÁRIO

- Para começar, me diga seu nome.
- E qual é sua formação?
- Me diz qual é sua função dentro da rádio hoje?
- Qual é seu vínculo institucional?
- Há quanto tempo você está vinculado à rádio?
- E como foi sua chegada na Rádio Paulo Freire?
- Quais são suas tarefas e responsabilidades dentro da rádio?
- E na equipe dentro da emissora, como se dividem e organizam as funções?
- Desde seu ponto de vista, como tu considera a participação dos estudantes dentro da Rádio?
- A Rádio Paulo Freire tem um caráter de rádio-escola, como você considera que acontece o processo pedagógico?
- Como acontece a interação entre os saberes teóricos que vocês têm nas disciplinas e na prática da rádio?
- Sobre a programação, queria entender como é que é montada, pensada, quem é que define, como se define que vai ao ar?
- E a pauta dos temas que são tratados dentro dos programas que são da casa, como se define?
- Você teria como definir se os programas são culturais, educativos, jornalísticos, informativo?
- Quais são as características da programação?
- Os ouvintes podem participar da programação?
- Além das disciplinas feitas pelas professoras que são da coordenação, tem outras disciplinas, outros professores que instiguem ou que façam programa na rádio?
- E de outras disciplinas do Dcom?
- Sobre a gestão da emissora, como é gerida a Rádio Paulo Freire desde o seu ponto de vista?
- O que você acha sobre o espaço? É um espaço adequado para o funcionamento da rádio?
- Os equipamentos dão conta do que vocês precisam?
- Você pensa que o espaço é acessível para pessoas com deficiências diversas?
- Desde tua experiência na rádio, como é utilizado o site da emissora?
- E as redes sociais?
- Entrando nas últimas perguntas vinculadas à radiodifusão pública para pensar a rádio, então uma pergunta é: quais são as funções de uma emissora universitária desde teu ponto de vista?
- Desde teu ponto de vista, a Paulo Freire faz radiodifusão pública, é uma rádio pública?

-A última pergunta é: quais são os desafios de fazer rádio de caráter público numa universidade pública pernambucana?

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COORDENADOR OPERACIONAL

- Para começar, me diga seu nome completo.
- Qual é sua formação?
- E qual é seu vínculo institucional com a Universidade Federal do Pernambuco, hoje?
- Dentro da Rádio Paulo Freire qual é a tua função?
- Faz quanto tempo que estás trabalhando na rádio?
- E como foi tua chegada na rádio? Foi uma decisão própria, alguém te enviou? Como foi esse processo?
- A entrevista está dividida em alguns pontos, equipe, gestão, financiamento, etc. Sobre a equipe, quantas pessoas integram a equipe da Rádio Paulo Freire, atualmente?
- E como se organizam e dividem as funções?
- Como técnico quais são as principais funções e responsabilidades?
- Entrando agora na programação Além dos programas da casa, quais outros têm na rádio?
- E os programas das disciplinas?
- Tem outras disciplinas do DCOM de outros professores que se envolvem nessas produções ou só Paula Reis e Ana Veloso?
- E com a pós-graduação em Comunicação não tem nenhum vínculo
- Sobre os programas da Chamada pública, tem como caracterizar grupos, coletivos, produtores que participam?
- A nível de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, quais as principais demandas que precisam ser atendidas?
- E vocês procuram soluções alternativas para essa falta investimento além do eventual edital da Facepe no caso?
- Sobre o espaço da rádio, como seria o espaço ideal? No caso, a gente aqui tem um estúdio de gravação, uma sala de operação técnica e tem uma pequena redação. Como você visualiza o espaço ideal para essa equipe atualmente, e que vão chegar essas pessoas, que estaria faltando?
- Você acha que o espaço é acessível para pessoas que têm necessidades especiais?
- Como é que está a questão da migração para FM, desde sua visão como técnico?
- E sobre a transmissão em AM como está essa situação?
- Sobre o estudo e sobre os equipamentos, você acha que os equipamentos estão atualizados?
- Quem faz a manutenção dos equipamentos?
- Como é a relação da rádio com o Núcleo?

- Desde seu ponto de vista, qual é a função ou as funções principais da Rádio Paulo Freire?
- Quais os desafios de fazer rádio de carácter público numa universidade pública em Pernambuco?

APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA REITOR DA UFPE

-Para começar, me diga seu nome.

-E qual é sua formação?

-Faz quanto tempo que o senhor está vinculado a instituição Universidade Federal de Pernambuco?

-Há quanto tempo está no cargo de reitor?

-A UFPE é pioneira na radiodifusão universitária. Primeiro a gente tem a criação da Rádio da Universidade do Recife no 62, depois a TV Universitária no 68 e a Universitária FM no 79 e para a instituição, qual a importância das emissoras universitárias?

-E no caso qual é a função das emissoras universitárias?

-Queria entender um pouco para a universidade, quais são esses pilares da comunicação pública que a UFPE defende?

-Especificamente sobre a Rádio Paulo Freire, qual é a função que ela tem dentro da universidade?

-Sobre a Reitoria participa de alguma forma na definição da direção da Rádio Paulo Freire? Tem alguma ingerência sobre a definição da coordenação?

-Há uma resolução de abril desse ano do CONSAD que criou a Política de Comunicação da universidade. E nessa política se define a criação do Conselho Curador da Comunicação Pública. Ele já tá funcionando? Como que tá esse processo?

-E outro ponto é o do financiamento público. Eu queria saber qual era a forma de financiamento da Rádio Paulo Freire ou das emissoras universitárias?

-O senhor sabe qual o valor do recurso que se destina para a Paulo Freire?

-Quais são os desafios de fazer rádio de caráter público numa universidade pública pernambucana?

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA DIRETOR DO NTVRU

-Por favor, pode falar seu nome?

-E qual é sua formação?

-E qual é seu vínculo institucional com a Universidade Federal de Pernambuco?

-Há quanto tempo está como diretor do NTVRU?

-Inicialmente para saber, quais são os veículos de comunicação que compõem o Núcleo?

-Qual a importância das emissoras universitárias, tanto radiofônicas como televisivas?

-E como é a relação entre os três veículos?

-Como é que o Núcleo compreende a radiodifusão pública? Ou define ou pensa a radiodifusão pública?

-A Política de Comunicação instituiu o Conselho Curador, mas ainda não foi lançado. Como está esse processo?

-E qual é a expectativa de participação dentro do Conselho Curador, quem vocês estão esperando que vai participar?

-Agora algumas perguntas mais vinculadas a Paulo Freire em particular. A Paulo Freire tem uma frequência AM e está sem transmissão desde setembro do ano passado, como é que tá essa situação da antena?

-Para a migração para FM, o que está faltando?

-O Núcleo tem ingerência sobre a grade de programação da Paulo Freire, sobre a grade e sobre as decisões editoriais?

-E qual é o papel que você enxerga da Rádio Paulo Freire para a sociedade como um todo?

-Você acha que tem algum outro desafio grande para uma rádio pública de caráter universitário dentro de uma universidade pública como é a universidade federal

APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO ENTREVISTA CHEFE DO DCOM

-Por favor, me diga seu nome.

-Qual é sua formação?

-Qual é atualmente o seu vínculo institucional com a Universidade Federal de Pernambuco?

-Há quanto tempo você está no cargo de diretor?

-Entrando na relação DCOM - Rádio Paulo Freire, o DCOM é responsável pela gestão pedagógica da Rádio Paulo Freire, como isso acontece na prática?

-Como é atualmente o vínculo do Dcom com a Paulo Freire? Assim tem disciplinas que têm um vínculo direto, os professores que tem vontade, vão e fazem um programa? Como é que é essa relação?

-Tem algum tipo de definição em relação aos professores, porque a coordenação da Paulo Freire é definida pelo Dcom, ou são professores do Dcom que ocupam a coordenação. O Dcom discute, como é que acontece esse processo?

-Desde seu ponto de vista, a Rádio Paulo Freire faz comunicação pública?

-Desde seu entendimento, qual seria a função da Rádio Paulo Freire para a sociedade?

-Desde o seu ponto de vista, hoje como professor da universidade, qual você acha que são os desafios principais de uma rádio de caráter público numa universidade pública pernambucana?

ANEXO A - PORTARIA CRIAÇÃO DE GT RÁDIO UNIVERSITÁRIA AM



UFPE
23076.024501/2017-50
2/3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 01, de 06 de junho de 2017

Ementa: Constituir Grupo de Trabalho e Nomeia servidores para desenvolver o novo modelo de produção de conteúdo da Rádio Universitária AM.

O Pró-reitor de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 8º, inciso IV da Portaria nº 07, publicada no Boletim Oficial da UFPE de 25/07/2014,

CONSIDERANDO:

- Que o retorno do sinal da Rádio Universitária AM é condição para a reorganização da programação da emissora;
- Que é necessária a aproximação dos docentes e técnicos do Departamento de Comunicação Social da UFPE do Núcleo de Televisão e Rádio Universitários;
- Que é oportuno preparar a migração da Rádio Universitária AM para o sinal digital.

RESOLVE:

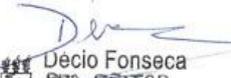
Art. 1º Constituir um Grupo de Trabalho para propor, no prazo máximo de 12 (doze) meses, um novo modelo de produção de conteúdo para a Rádio Universitária AM.

Art 2º Nomear o Grupo de Trabalho com os seguintes servidores da UFPE:

- Adriana Maria Andrade de Santana
- Ana Maria Veloso
- Bruno Pedrosa Nogueira
- Cássio Uchoa
- Daniel Barlavento
- Felipe Peixoto
- Fernando Weller
- Kátia Chacon
- Marcos Cavalcanti
- Nilton Angelim
- Paula Reis Melo
- Soraya Maria Bernardino Barreto Januário
- Thiago Soares
- Thiago Sabino
- Yvana Carla Fechine de Brito

Art 3º Fica nomeada como coordenadora do Grupo de Trabalho a professora Yvana Carla Fechine de Brito.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.


 Décio Fonseca
 PRÓ-REITOR
 PRDCIT/UFPE
 UFPE SIAPE 1133634

Publicado no Boletim Oficial
 Especial Normal
 Nº 53 de 16/06/17

ANEXO B - OUTORGA RÁDIO PAULO FREIRE

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO		FLS: 1/1	
NOME/RAZÃO SOCIAL Universidade Federal de Pernambuco			CNPJ 24134488000108
Nº DA ESTAÇÃO 322688531	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 8° 03' 10.37" S
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AV. MORAES REGO, S/N, nº ..		LONGITUDE 34° 56' 38.04" W	
BAIRRO		MUNICÍPIO Recife	UF PE
VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	01/11/2023		
LOCALIDADE PLANO BASICO:	Recife	UF:	PE
MUNICÍPIO:		CANAL:	
LOCALIDADE:		COTA BASE DA TORRE:	10
FREQUENCIA:	820 KHz	NUMPROCESSO:	
CLASSE:	B	CLASSE:	B
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYI775	POTÊNCIA NOTURNA:	
NOME FANTASIA:	Universidade Federal de		
CIDADE DA OUTORGA:	Recife		
FREQUÊNCIA:	820 KHz		
POTÊNCIA DIURNA:			
ESTUDIO PRINCIPAL		BAIRRO:	
ENDEREÇO:	AV. MORAES REGO, S/N		
MUNICÍPIO:	Recife	UF:	PE
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR		BAIRRO:	
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional	MODELO:	BT50000D
TRANSMISSOR PRINCIPAL		POTÊNCIA:	5 KW
FABRICANTE:	BT Equipamentos Eletrônicos	MODELO:	
CÓDIGO:	004790601323	POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:		MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW
FABRICANTE:			
CÓDIGO:			
SISTEMA IRRADIANTE:	1	NÚMERO DE RADIAIS:	120
NÚMERO DE TORRES:		ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS:	3.00 graus
COMPRIMENTO DE RADIAIS:	91.00 m	ALTURA DA TORRE:	51.00 m
COTA BASE DA TORRE:	10		
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		MODELO:	XMP tipo LCF 1/2', 50 OHMS
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS KMP		
VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA' XXXXXXXXXX			
IMPRESSO EM: 29/12/2022 11:54:34			
APLICAÇÃO	Emitido Em 26/12/2022	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/sa/public/view/validade.php?token=Q2xhc3NMaWl0bmNhOjcyMDlyNjNhZD.MTk4YmJhNA==	